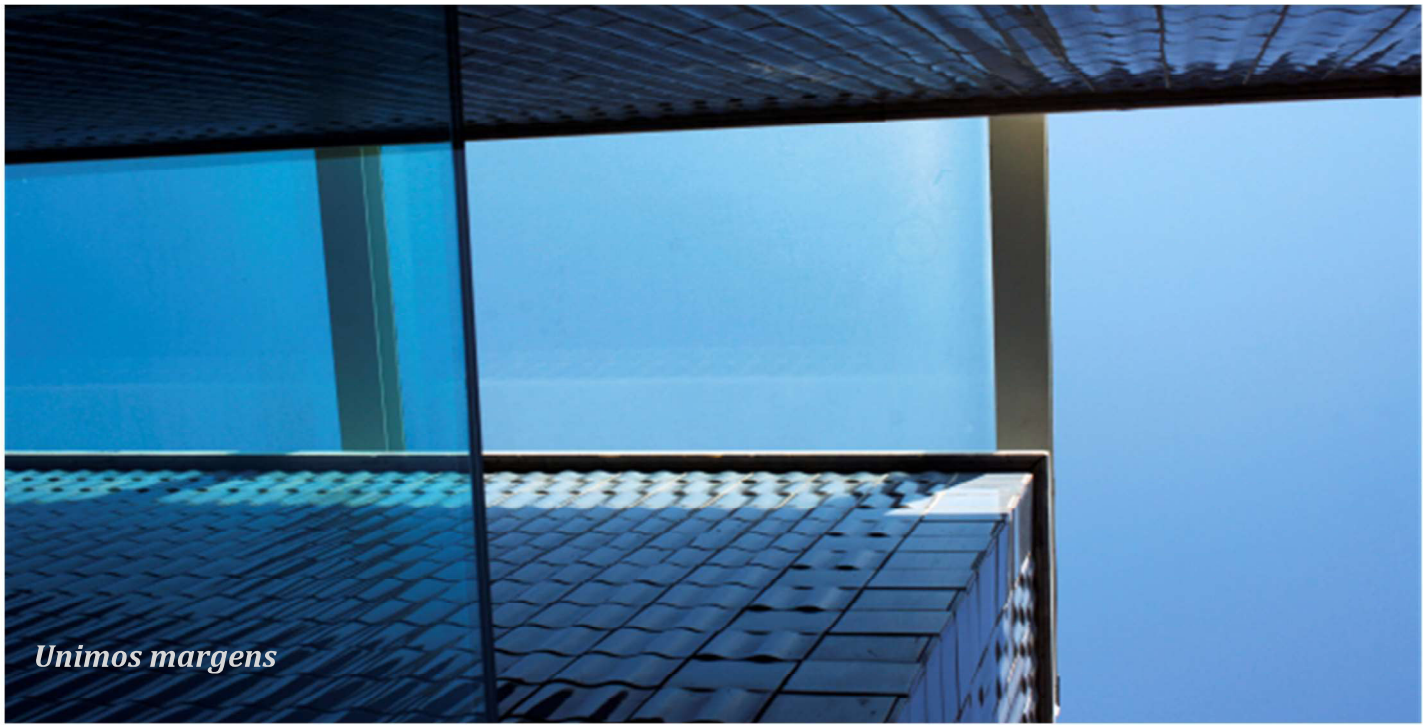


TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A.

Relatório de Gestão & Contas 2022

Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 27 julho de 2023

TRANSTEJO SOFLUSA

Ficha Técnica

Transtejo, Transportes Tejo, S.A.
Rua da Cintura do Porto de Lisboa, 1249-249 Lisboa
Número único de matrícula e de pessoa coletiva: 500723770
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Estatuário: € 208.025.085,00 (a 31 de dezembro 2022)
CAE Principal: 50300-R3 - Transportes de passageiros por vias navegáveis interiores
Contacto institucional: sec@transtejo.pt
Site institucional: www.ttsl.pt
Relatório produzido por: Direção de Gestão Financeira
Documento assinado digitalmente

(documento assinado digitalmente na última página)

Índice

Nota de Abertura 6
1. Introdução 7
1.1. Síntese histórica da empresa 8
1.2. Contrato de Serviço Público 9
1.3. Empresas participadas pela Transtejo 9
2. Factos relevantes ocorridos em 2022 10
2.1. Painel de Indicadores 17
2.2. Impacto decorrentes de fatores excecionais (pandemia Covid-19 e crise geopolítica) 19
2.3. Proposta de Renegociação do CSP 19
3. O Modelo de Gestão 20
3.1. Estrutura Acionista e de Capital 20
3.2. Conselho de Administração 20
3.3. Estrutura organizacional da Empresa 21
3.4. Identidade Corporativa 21
4. Evolução do negócio 24
4.1. Atividade Transporte 25
4.2. Atividades Complementares 34
5. Gestão Corporativa 35
5.1. Segurança e Vigilância 35
5.2. Gestão Ambiental 38
5.3. Gestão de Recursos 39
5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna 45
5.5. Gestão da Marca 45
5.6. Relações Internacionais 47
6. Gestão de Recursos Humanos 48
6.1. Gestão do Efetivo 48
6.1.1. Princípio de Igualdade do Género 50
6.1.2. Política Salarial 52
6.2. Desenvolvimento de competências e formação 52
6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho 53
6.3.1. Horário de Trabalho 53
6.3.2. Taxa de Absentismo 53
6.3.3. Horas Trabalhadas 53
7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira 54
7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas 54
7.2. Adoção do SNC-AP 54
7.3. Análise sobre as Contas Individuais 55
7.3.1. Fluxos Financeiros 55
7.3.2. Modelo de Financiamento 56
7.3.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro 57
7.3.4. Esforço Financeiro do Estado 59
7.3.5. Investimento 60
7.3.6. Estrutura Patrimonial 62
7.3.7. Resultados Globais (Contas individuais) 64
7.3.7.1. Evolução de Resultados 64
7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 64
7.3.7.3. Evolução dos Gastos 66
7.4. Análise sobre as Contas Consolidadas 72
7.4.1. Fluxos financeiros 72
7.4.2. Modelo de Financiamento 73
7.4.3. Investimento 73
7.4.4. Estrutura Patrimonial 74
7.4.5. Resultados Globais (Contas consolidadas) 75
7.4.5.1. Evolução de Resultados 75
7.4.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 75
7.4.5.3. Evolução dos Gastos 76
8. Governo Societário 80
9. Cumprimento das Orientações Legais 81
10. Notas Finais 98
10.1. Agradecimentos 98
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 98
10.3. Eventos Subsequentes 98

(documento assinado digitalmente na última página)

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Índice de tabelas, gráficos e ilustrações

Tabela 1 - Conselho de Administração (2020-2022) 20
Tabela 2 - Conselho de Administração (2023-2025) 20
Tabela 3 – Caracterização da Oferta (2022) 25
Tabela 4 – Indicadores de Oferta (2021-2022) 25
Tabela 5 – Taxa de Ocupação (2021-2022) 26
Tabela 6 – Taxa de Regularidade (2021-2022) 26
Tabela 7 – Supressões por motivo (evolução 2021-2022) 27
Tabela 8 – Taxa de Pontualidade (2021-2022) 28
Tabela 9 - Indicadores de Procura (2021-2022) 28
Tabela 10 – Procura por tipo de título de transporte (2021-2022) 29
Tabela 11 - Reclamações por motivos (2020-2022) 32
Tabela 12 - Rendimentos (consolidados) de Atividades Acessórias (2020-2022) 34
Tabela 13 – Indicadores de Segurança no trabalho (2020-2022) 36
Tabela 14 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2020-2022) 37
Tabela 15 – Principais indicadores ambientais (2020-2022) 38
Tabela 16 – Gastos de Manutenção por navio da Transtejo (€) 41
Tabela 17 - Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€) 42
Tabela 18 - Gestão do Efetivo (2021-2022) 48
Tabela 19 - Variação do número de efetivos (2019-2022) 49
Tabela 20 - Remunerações por género, em 2022 51
Tabela 21 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2020-2022) 52
Tabela 22 – Formação (Horas, ações e participações) na TT (2020-2022) 52
Tabela 23 – Formação (Horas, ações e participações) na SL (2020-2022) 52
Tabela 24 - Evolução da Taxa de Absentismo (2020-2022) 53
Tabela 25 - Horas Trabalhadas (2020-2022) 53
Tabela 26 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2020-2022) 55
Tabela 27 - Variação de caixa e seus equivalentes (2020-2022) 56
Tabela 28- Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGTF) até 31-12-2022 57
Tabela 29 - Serviço da Dívida até 31-12-2022 58
Tabela 30- Stock da Dívida 59
Tabela 31 – Transtejo- Rendimentos de Subsídios à Exploração (2020-2022) 60
Tabela 32 –Investimentos - Ótica económica (2020-2022) 60
Tabela 33 – Evolução da situação Patrimonial (2021-2022) 62
Tabela 34 – Resultados (2020-2022) 64
Tabela 35 – Rendimentos Operacionais (2020-2022) 66
Tabela 36 – Síntese de Gastos (2020-2022) 67
Tabela 37 – Detalhe CMVMC (2020-2022) 67
Tabela 38 – Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2021-2022) 68
Tabela 39 – Detalhe de FSE (2020-2022) 68
Tabela 40 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2020-2022) 70
Tabela 41 – Gastos de Financiamento (2020-2022) 71
Tabela 42 – Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2021-2022) 72
Tabela 43 – Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2020-2022) 73
Tabela 44 – Contas Consolidadas – Investimentos – ótica económica (2020-2022) 73
Tabela 45 – Contas Consolidadas - Variação do Património (2021-2022) 74
Tabela 46 – Contas Consolidadas - Resultados (2021-2022) 75
Tabela 47 – Contas Consolidadas - Rendimentos (2021-2022) 76
Tabela 48 – Contas Consolidadas - Gastos (2021-2022) 77
Tabela 49 – Contas Consolidadas - CMVMC (2021-2022) 77
Tabela 50 – Contas Consolidadas - FSE (2021-2022) 78
Tabela 51 – Contas Consolidadas – Gastos com Pessoal (2021-2022) 79
Tabela 52 – Contas Consolidadas – Gastos de Financiamento (2021-2022) 79
Tabela 53 – Grelha-resumo das boas práticas de governação 80
Tabela 54 – Indicadores de Gestão (2022) 83
Tabela 55 – Indicadores de Execução PAO (2022) 84
Tabela 56 – Plano de Investimentos – ótica económica (execução 2022) 85

(documento assinado digitalmente na última página)

Tabela 57 – Evolução Gastos de Financiamento - execução orçamental (2018-2022) 85
Tabela 58 – Variação do Envidamento - execução (2021-2022) 86
Tabela 59 – PMP (2021-2022) 86
Tabela 60 – Atrasos nos Pagamentos (31 de dezembro 2022) 87
Tabela 61 – Remunerações da Mesa da Assembleia Geral 87
Tabela 62 – Identificação dos membros do Conselho de Administração 88
Tabela 63 – Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração 88
Tabela 64 – Estatuto do Gestor Público 88
Tabela 65 – Remunerações do Conselho de Administração 88
Tabela 66 – Benefícios Sociais do Conselho de Administração 88
Tabela 67 – Encargos com Viaturas 88
Tabela 68 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço 89
Tabela 69 – Identificação e Estatuto remuneratório dos membros do Conselho Fiscal 89
Tabela 70 – Remuneração dos membros do Conselho Fiscal 89
Tabela 71 – Identificação do Revisor Oficial de Contas 89
Tabela 72 – Remuneração do Revisor Oficial de Contas 89
Tabela 73 – Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021) 90
Tabela 74 – Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2021) 90
Tabela 75 – Identificação do Auditor Externo (exercícios 2022, 2023 e 2024) 90
Tabela 76 – Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2022) 90
Tabela 77 – Gastos com Comunicações 90
Tabela 78 – Gastos com Viaturas 91
Tabela 79 – Princípios Financeiros de referência 93
Tabela 80 – Avaliação do cumprimento do PRC (2022) 93
Tabela 81 – Cumprimento Princípio UTE 94
Tabela 82 – Informação divulgada no SEE (31-12-2022) 96
Tabela 83 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2022) 97

Gráfico 1 – TTSL - Distribuição do número de supressões ano de 2022 27
Gráfico 2 – Evolução do número de veículos transportados (2018 - 2022) 28
Gráfico 3 - Evolução da estrutura de passageiros transportados por tipo de título TTSL (2021-2022) 29
Gráfico 4 – Receitas Tarifárias por tipo de título TTSL (2021-2022) 30
Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título TTSL (2021-2022) 30
Gráfico 6 – Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários TTSL (2021-2022) 34
Gráfico 7 – Evolução do n.º de efetivo médio da TTSL (2018-2022) 48
Gráfico 8 – Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31-12-2022 49
Gráfico 9 – Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31-12-2022 49
Gráfico 10 - Distribuição de efetivos da TTSL, por regime de horário de trabalho a 31-12-2022 53
Gráfico 11 - Causas do absentismo TTSL – 2022 53
Gráfico 12 - Evolução dos Juros Suportados 2012-2022 59
Gráfico 13 - Evolução e estrutura do Investimento (2022) 62
Gráfico 14 – Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2022) 65
Gráfico 15 - Estrutura de Rendimentos (2022) 66
Gráfico 16 - Estrutura de Gastos (2012 - 2022) 66
Gráfico 17 - Estrutura de Gastos (2021 - 2022) 67
Gráfico 18 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2012-2022) 68
Gráfico 19 - Estrutura de FSE (2022) 69
Gráfico 20 – Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2015-2022) 76
Gráfico 21 - Estrutura de Gastos (2022) 77

Ilustração 1 – Diagrama da rede TTSL 8
Ilustração 2 – Diagrama de participações da Transtejo, em 31-12-2022 9
Ilustração 3 – Estrutura Organizacional em vigor a 31-12-2022 21
Ilustração 4 - Frota da Transtejo, em 31-12-2022 39
Ilustração 5 - Frota da Soflusa, em 31-12-2022 40
Ilustração 6 – Navio Elétrico 60
Ilustração 7 – Entrada Frontal Terminal Seixal - remodelada 61

(documento assinado digitalmente na última página)

Nota de Abertura

O Conselho de Administração eleito para o mandato 2020-2022 – que acompanhou a atividade da empresa durante o exercício económico de 2022, cessou funções em 12-04-2023, deixando uma nota de agradecimento e reconhecimento, dirigida a todos os que colaboraram na superação de tantos desafios.

Através de Deliberações Social Unânime por Escrito de 13-04-2023 e de 21.07.2023, foram eleitos os membros do novo Conselho de Administração, para o mandato 2023-2025, que assegurará o cumprimento dos deveres de prestação de contas do exercício em apreço, e procederá à assinatura do respetivo processo documental, incluindo o presente Relatório.

(documento assinado digitalmente na última página)

1. Introdução

Apresenta-se neste documento o Relatório de Gestão e Contas, referente ao ano de 2022, da empresa Transtejo Transportes Tejo, S.A. (**Transtejo ou TT**).

> *A Transtejo – Transportes Tejo, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pelo Estado Português, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 723 770, que tem por objeto*[1] *"a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização".*

O processo de elaboração do presente Relatório teve a participação de toda a macroestrutura de gestão.

O Relatório que agora se apresenta, foi elaborado observando as orientações e legislação seguintes:

- Código das Sociedades Comerciais (na sua versão atualizada), nomeadamente o Capítulo VI relativo à apreciação anual da situação da Sociedade;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, referente ao Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), nomeadamente na alínea h) do nº 1 do seu Artigo 44.º o qual estabelece que as empresas públicas estão obrigadas a divulgar os documentos anuais de prestação de contas;
- As Instruções sobre o processo de prestação de contas, referentes ao exercício de 2022, transmitidas através do Ofício n.º 631, de 10 de fevereiro de 2023 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), em cumprimento do nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de outubro, em virtude de ser uma Entidade Pública Reclassificada (EPR).

O presente documento é objeto de aprovação por parte do Conselho de Administração, e apreciado, em conformidade com as disposições legais e estatuárias estabelecidas, pelos órgãos de fiscalização[2] (Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas) que em cumprimento dos artigos 420.º, 451.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 16.º dos estatutos da Transtejo, emitem os seus Relatórios e Pareceres, bem como a Certificação Legal de Contas.

Este Relatório de Gestão referente ao exercício findo em 31.12.2022, engloba a informação relativa à atividade do Grupo Transtejo, bem como, informação sobre as contas individuais e consolidadas, em cumprimento das obrigações legais. Engloba também a divulgação de informação de caráter não financeiro, visando enquadrar a evolução dos principais indicadores de performance e analisar o modelo de gestão da atividade do Grupo. Relativamente à informação não financeira, refira-se que a estrutura da Transtejo, não excedeu o número médio de 500 trabalhadores durante o exercício em apreço, pelo que não se aplica a obrigatoriedade de apresentação do anexo "Demonstração não Financeira ou Relatório de Sustentabilidade" [3], conforme definido no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, revisto pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.

No ano de 2022, o paradigma da mobilidade urbana foi novamente colocado em grande plano e o grande projeto de otimizar o uso de recursos energéticos promovendo a utilização dos transportes públicos, tornou-se essencial para

[1] Vide Artigo 3.º dos Estatutos da Entidade, pulicados no site institucional https://ttsl.pt/empresa/governo-societario/
[2] A fiscalização da Transtejo adota o modelo previsto na alínea b) do n.º1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).
[3] Vide o nº1 do *Artigo. 66.º-B relativo à Demonstração não financeira do CSC: "As grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data de encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira, nos termos do presente artigo.*

reduzir a dependência energética da Europa, com alguns países europeus já a promover a gratuitidade nos transportes. À data do presente documento permanece a incerteza económica, o crescimento da inflação e o aumento generalizado de preços, bem como a escassez de materiais, mas também se espera por um futuro melhor com o fim da guerra na Ucrânia e a retoma da economia.

1.1. Síntese histórica da empresa

A Transtejo, foi constituída em 17 de dezembro de 1975[4], sob a forma de empresa pública, na sequência da nacionalização de cinco operadores privados de transporte fluvial no rio Tejo[5], como medida de reestruturação e coordenação da atividade dos operadores fluviais do Tejo, assegurando o seu regular funcionamento.

Em 1977 desencadeou-se o primeiro processo de modernização da frota de navios, através da encomenda de construção de 12 cacilheiros e de um conjunto de obras de expansão e melhoramento das infraestruturas dos portos e terminais, designadamente, a construção do terminal do Terreiro do Paço, para as ligações ao Montijo e ao Seixal, e a construção de um terminal em Cacilhas.

Em 21 de julho de 1992, na sequência do Decreto-Lei n.º 150/92, a Transtejo foi transformada em Sociedade Anónima, mantendo o capital integralmente detido pelo Estado.

Em 1992 foi constituída a Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (**Soflusa ou SL**), a partir do setor fluvial da CP-Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., tendo iniciado a sua atividade de transporte fluvial em junho de 1993, no âmbito da intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro, integrada na rede ferroviária a Norte e a Sul do estuário do Tejo. Em 31 de dezembro 2001, a Transtejo adquiriu a totalidade do capital social da Soflusa.

Conforme representado no diagrama seguinte, a Transtejo assegura o serviço de transporte de passageiros e veículos no rio Tejo, nas travessias fluviais Montijo – Cais do Sodré; Seixal - Cais do Sodré; Cacilhas – Cais do Sodré e Trafaria – Porto Brandão – Belém, com recurso a navios de passageiros e mistos (passageiros e veículos), tipo catamarã ou convencional, utilizando para o efeito, 4 terminais e 3 estações fluviais. Assegura ainda, em regime de subcontratação à participada Soflusa, a travessia fluvial Barreiro – Terreiro do Paço.

Diagrama de rede do serviço prestado pela Transtejo e da sua participada Soflusa

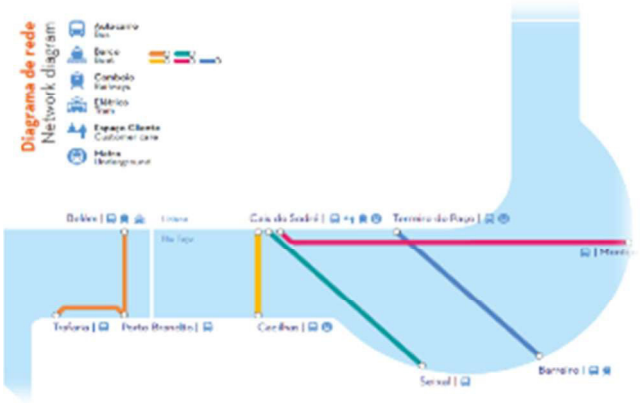


Ilustração 1 – Diagrama da rede TTSL

[4] Através do Decreto-Lei n.º 701-D/75, de 17 de dezembro.
[5] Sociedade Marítima de Transportes, Lda. / Empresa de Transportes Tejo, Lda. / Sociedade de Motonaves, Lda. / Jerónimo Rodrigues Durão, Herd., Lda. / Damásio, Vasquez & Santos, Lda.

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros e veículos, a Transtejo desenvolve um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para a exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e parques de estacionamento, entre outros), procurando oferecer aos seus clientes, serviços complementares ao transporte.

1.2. Contrato de Serviço Público

No dia 7 de outubro de 2020, foi celebrado, entre o Estado Português e a Transtejo, um Contrato de Serviço Publico (CSP), pelo período de 5 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2021.

O CSP prevê as obrigações de prestação de serviços (níveis de oferta), bem como, as compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas, em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI), tendo subjacente um compromisso plurianual enquadrado pela RCM nº 83/2020 de 09 de outubro, a qual autoriza a despesa relativa à compensação financeira a atribuir pelo Estado à Transtejo - Transportes Tejo, S. A., no âmbito das obrigações de serviço público, durante o período da sua vigência.

Conforme previsto no CSP foi, ainda, celebrado em 14-07-2021, entre a Transtejo e a Soflusa, o contrato de subcontratação de Serviço Público de Transporte Fluvial, referente à exploração da ligação fluvial [Lisboa (Terreiro do Paço) – Barreiro], o qual obteve visto prévio do Tribunal de Contas em 20-08-2021. Por se tratar de um compromisso plurianual (vigência de 5 anos) encontra-se suportado pela Portaria de Extensão de Encargos n.º 203-A/2021, publicada a 15-07-2021, a qual autoriza a Transtejo - Transportes Tejo, S. A., a proceder à repartição dos encargos financeiros associados a esta prestação de serviços.

Durante o ano de 2022, foi assegurada a monitorização do referido contrato, dando cumprimento ao disposto na cláusula 30.ª (Deveres especiais de informação), nomeadamente, através do reporte obrigatórios ao Estado (IMT) e à Entidade Reguladora (AMT), previstos no Contrato de Serviço Publico em vigor, bem como, o envio de todos os esclarecimentos solicitados por estas Entidades, no âmbito dos elementos de reporte produzidos.

Em 2022, o valor da compensação financeira foi atualizado, em conformidade com o disposto nas cláusulas n.º 24.º - compensação pela disponibilização de infraestruturas (DI) e n.º 25.º compensação pelo cumprimento de obrigações de serviço público (OSP). Após análise aos indicadores e calculadas as penalizações previstas[6], o valor global da compensação ascendeu a 14.780.000€ (valor sem IVA), apresentando uma variação positiva de +152 mil € face ao ano de 2021.

1.3. Empresas participadas pela Transtejo

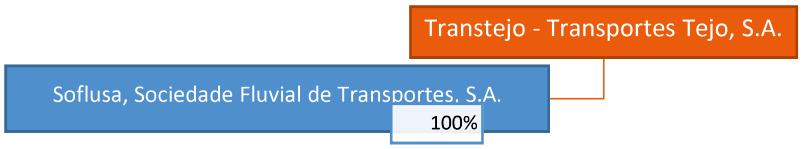


Ilustração 2 – Diagrama de participações da Transtejo, em 31-12-2022

Em 31 de dezembro de 2022, a Transtejo detinha a participação de 100% no capital social da Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

[6] Vide Anexo V do Contrato de Serviço Público 2021-2025

2. Factos relevantes ocorridos em 2022

Foi num contexto marcado pelas consequências da invasão russa da Ucrânia, com níveis históricos de inflação e aumento dos preços de bens e serviços, em especial dos recursos energéticos e matérias-primas, que, em 2022, a Transtejo procurou cumprir a sua Missão, assegurando a oferta do serviço de transporte fluvial nas travessias com ligação a Lisboa e com origem na margem sul do Tejo - no Montijo, Seixal, Cacilhas, Trafaria e Porto Brandão.

Destacam-se, em seguida, os principais factos ocorridos e diretamente relacionados com o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022:

- O **Plano de Atividades e Orçamento referente a 2022**, incluindo o plano plurianual de investimentos e respetivas fontes de financiamento para o período de 2022-2024, foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração de 23.09.2021, tendo, a última versão, sido carregada em SIRIEF a 24.11.2022. Na sequência da submissão e do Relatório de análise n.º 235/2022 de 4 de outubro da UTAM, o mesmo foi aprovado através de despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (n.º 428/2022 de 01.12.2022), e do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana (comunicado através de correio eletrónico da SEMU de 02/12/2022). Posteriormente, o Estado (Acionista Único da Transtejo) aprovou o mesmo, por Deliberação Social Unânime por Escrito de 20.12.2022.

- Em 24.10.2021, a Transtejo, formalizou junto da Tutela o **pedido de exceção do cumprimento aos limites financeiros** das normas constantes no despacho nº 682/2021 – SET – Limites financeiros de referência para o triénio 2022 – 2024 (PAO2022).

- A Transtejo apresentou pedido de dispensa de cumprimento do **Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)** relativo aos anos de **2022 e 2023** a 05.08.2022, tendo o mesmo sido autorizado a 30.11.2022, pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP)[7] através de ofício n.º 745/2022.

- No primeiro semestre do ano, a atividade da empresa, ficou condicionada ao **regime transitório de execução orçamental,** aprovado através do Decreto-Lei n.º 126-C/2021, de 31 de dezembro, obedecendo ao regime duodecimal com a fixação mensal dos fundos disponíveis (previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) com base no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas nas suas redações atuais e dando cumprimento às instruções aplicáveis à execução orçamental do orçamento transitório de 2022, Circular série A n.º 1405, aprovadas pela Senhora Secretária de Estado do Orçamento, em 04.01.2022.

- Ao longo do ano de 2022 houve ainda a necessidade de efetuar diversos **pedidos de alteração orçamental**, destacando-se:
    - Proposta, de 19.01.2022, para ratificação da aplicação de Saldo de Gerência 2020, na sequência da análise sobre a execução orçamental da Transtejo, reportada ao mês de dezembro de 2021. Constatou-se que, embora o total da Receita Cobrada Líquida (= €35.961.715) superasse o total da Despesa (= €34.645.770), para permitir assegurar o equilíbrio orçamental, foi necessário proceder à utilização do montante de €559.003 incluído no Saldo de Gerência transitado de 2020 (FF 522). Para o efeito foi remetido processo à SGMAAC.
    - Proposta, de 14-07-2022, para descativação de verbas no montante de €5.690.918, valor destinado à manutenção da frota e à aquisição de gasóleo, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, bem como a aplicação de Saldo de Gerência no montante de €2.339.728 para complementar as necessidades para contratar gasóleo e renovar contratos de prestação de serviços essenciais

[7] A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. abreviadamente designado por IGCP, E.P.E., é a nova designação do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

ao serviço público, a qual foi autorizada por despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, através de informação n.º 20335, de 26.07.2022 comunicada através do ofício n.º 6008 de 27.07.2023, tendo posteriormente, sido autorizada por despacho n.º 261 de 28.07.2022 pela Senhora Secretária de Estado do Orçamento, a descativação do valor de €5.860.139, dos quais €3.336.548 para assegurar a aquisição de gasóleo e €2.018.300 destinados à manutenção da frota.

- Proposta, de 14.07.2022, para a aplicação de Saldo de Gerência 2021 no montante de €1.375.968, respeitantes a subsídios ao investimento designadamente ao projeto de renovação da frota no valor de €1.002.154 e investimentos no âmbito da promoção da Mobilidade Sustentável, enquadrados no programa PEES no valor de €373.814, a qual foi autorizada por despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, através de informação n.º 20341, de 20-07-2022, comunicada através do ofício n.º 6018 de 27-07-2022. Este pedido não obteve despacho da Senhora Secretária de Estado do Orçamento.

Foram ainda efetuados os seguintes pedidos, relativos ao modelo de Financiamento:

- Diferimento do serviço da dívida contratada junto do IGCP - Nos termos do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 254/2022 SET, de 8 de março e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças n.º 105/2022/MEF de 24 de março, foi autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos, concedidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) à TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A. (TT), vencido em 30 de novembro de 2021, para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais (sem cobrança de juros), bem como, o diferimento do vencimento do suprimento, concedido à Transtejo através de contrato celebrado em 8 de maio de 2020, ao abrigo do despacho do Senhor Secretário de Estado e do Tesouro n.º 159/2020-SET de 7 de maio, no montante de €639.029, (cujo desembolso se encontrava previsto para 31 de dezembro 2021), igualmente para 31 de maio de 2022.
- Em 28 de abril de 2022 foi solicitado à DGTF o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos, concedidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) à TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A. (TT), com vencimento previsto para em 31 de maio de 2022, para 30 de novembro de 2022, sem custos adicionais, bem como, o diferimento do vencimento do suprimento, concedido à Transtejo através de contrato celebrado em 8 de maio de 2020, ao abrigo do despacho do Senhor Secretário de Estado e do Tesouro n.º159/2020-SET de 7 de maio, no montante de €639.029, (cujo desembolso se encontrava previsto para 31 de dezembro 2021), igualmente para 30 de novembro de 2022.
- Em 15 de dezembro de 2022, foi solicitado novo pedido de diferimento do pagamento do serviço da dívida para 31 de maio de 2023, dos empréstimos vencidos em 30 de novembro, bem como do suprimento supra referido concedido à Transtejo.
- Posteriormente, ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, foram autorizados os diferimentos do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos com vencimento em 31 de maio e 30 de novembro de 2022, para até 31 de maio de 2023, sem custos adicionais, ou seja, sem cobrança de juros, bem como a prorrogação do vencimento do suprimento, no montante de 639.029 euros, concedido pelo Estado à Transtejo, em 8 de maio de 2020, de 31 de maio de 2022, para até 31 de maio de 2023.

- **Reforço do quadro de pessoal**

Não foi realizado qualquer pedido adicional durante o ano. Para os processos de recrutamento e seleção para substituição de trabalhadores com contrato sem termo que o cessaram a título definitivo, a contratação é realizada ao abrigo da autorização constante do PAO 2021-2023 (Despacho n.º 594/2021 – SET de 07.07.2021), bem como, Artigo 142.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2022.

Na sequência da aprovação da Deliberação Social Unânime por Escrito de 20.12.2022, foi autorizada a contratação de 11 trabalhadores marítimos, até ao limite dos gastos com pessoal aprovados no OE2022.

Relevam-se, ainda, os seguintes acontecimentos:

- **Projeto de Renovação da Frota**

  O Plano de Renovação da Frota da Transtejo, encontra-se alinhado com a estratégia nacional de descarbonização das cadeias de mobilidade, com foco na promoção de um transporte público de qualidade, com prioridade às pessoas e com vista a reduzir o uso do transporte individual.

  Em seguida, destacam-se os principais desenvolvimentos com impacto ao nível financeiro:

  Protocolo Fundo Ambiental (FA) – Plano de Renovação da Frota

  Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2019 de 18 de janeiro, foi autorizada a despesa relativa ao Plano de Renovação da Frota da Transtejo, com o objetivo governamental de dar uma resposta estrutural e melhorar significativamente as condições de operacionalidade e níveis de disponibilidade da frota da Transtejo, S. A., a longo prazo.

  A referida resolução autorizou a realização de despesa plurianual, até ao montante global de €57.000.000, para até 2024 concretizar a aquisição de 10 navios[8], destacando-se a cobertura financeira parcial deste investimento, pelo Fundo Ambiental, até ao montante de €40.130.000.

  Tendo em vista regular os termos e condições de natureza técnica e operacional e a respetiva cobertura financeira associada à execução do "Plano de Renovação da Frota da Transtejo, S.A.", foi estabelecido entre a Transtejo e o Fundo Ambiental, um "Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira", tendo o mesmo sido assinado em 03 de março de 2021.

  Considerando:

  (i) o atraso do projeto, condicionado pelas vicissitudes que marcaram o ano de 2020 e a clarificação de alguns pressupostos, após adjudicação, pelo preço global de €52.440.000, da construção e fornecimento de 10 navios elétricos, através do Contrato nº 03/2021-TT celebrado entre a Transtejo, S.A. e Astilleros Gondán, S.A.;

  (ii) que através de deliberação de 30 de outubro de 2020, foi aprovada, pela Comissão Diretiva do POSEUR, a candidatura do Projeto de Renovação da Frota da Transtejo, no âmbito do Aviso-Convite POSEUR-07-2020-02;

  Em 28 de abril de 2021, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 45-A/2021, foi autorizado o reescalonamento dos encargos plurianuais da despesa relativa ao "Plano de Renovação da Frota da Transtejo, S.A.", reformulando os termos da anterior RCM nº 11/2019 de 18 de janeiro.

  Nesta sequência, foi atualizando (i) para €61.145.497 o valor global do investimento (aquisição de 10 navios e aquisição e construção dos postos de carregamento), e (ii) para €28.800.505 a componente manutenção dos navios e postos de carregamento, para o período 2022 a 2036.

A RCM nº 45-A/2021 veio alterar as transferências orçamentais provenientes do Fundo Ambiental, implicando a reprogramação financeira do programa de apoio, conforme se evidencia na tabela seguinte, tendo, em consequência, sido celebrado o "1º Aditamento ao Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira", assinado em 07 de maio de 2021.

[8] A RCM em apreço contempla ainda a autorização para realização de despesa, até ao montante de € 32.946.000, para assegurar a manutenção integral da nova frota, até 2035.

Porém, no seguimento dos procedimentos concursais desenvolvidos pela Transtejo em 2021, para assegurar a aquisição dos referidos postos de carregamento, não foi possível obter candidaturas com valor enquadrável no limite estabelecido para preço base, facto atribuível à especificidade e caráter inovador do projeto e ainda aos efeitos decorrentes da pandemia provocada pelo COVID-19, que impactaram nas condições de fornecimento de matérias-primas e nos respetivos preços de mercado.

Face ao referido contexto e revelando-se urgente dar seguimento ao lançamento de novo concurso para aquisição e construção dos postos de carregamento, por forma a não comprometer o prazo final de conclusão do Plano de Renovação da Frota da Transtejo, foi efetuada nova revisão do modelo de financiamento, contemplando um aumento das transferências do Fundo Ambiental (elevando para €55.954.856 o montante deste financiamento), tendo esta alteração e reprogramação da autorização de despesa, sido autorizada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2022 de 25 de março.

Na sequência da publicação da RCM supra referida, a alteração da cobertura financeira pelo Fundo Ambiental e respetiva reprogramação plurianual, motivou a celebração do "2º Aditamento ao Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira", assinado em 21 de junho de 2022.

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) - reformulação

Com a publicação do Aviso-Convite n.º POSEUR-07-2020-02, a 13.03.2020, relativo à apresentação de candidatura destinada à "Promoção da eficiência energética nos transportes fluviais públicos coletivos de passageiros incumbidos de missões de serviço público", do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), cujo o objetivo é apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores, **a Transtejo preparou e submeteu, a 10.07.2020, a candidatura do Projeto de Renovação da Frota da Transtejo**.

A supramencionada candidatura contemplava o financiamento parcial do Projeto de Renovação da Frota da Transtejo, isto é, 8 das 10 novas embarcações movidas a energia elétrica. Incluía ainda o financiamento da aquisição/instalação de 5 postos de carregamento para as estações do Cais do Sodré, Cacilhas, Montijo e Seixal (estações que correspondem às 3 ligações de transporte de passageiros em modo fluvial em que a Transtejo operará com as 8 embarcações limpas com a conclusão da operação).

A 30.10.2020, o projeto foi aprovado nos termos da Deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), sendo que o montante elegível inicial ascendia a 11.437.483,56 € (financiamento de 85% = €9.721.861)

Com base na autorização para assunção de um compromisso plurianual no montante de € 10.000.000, obtida através da Portaria de Extensão de Encargos nº 49/2022 de 14 de janeiro, foram iniciados os procedimentos concursais para aquisição de baterias marítimas a instalar nos novos navios, tendo em vista dar cumprimento à responsabilidade contratual da Transtejo, de disponibilizar estes equipamentos ao estaleiro construtor, para permitir a sua instalação nos navios, durante o ano 2022 e 2023.

Em sequência, a Transtejo, apresentou a 24.06.2022, a **2ª reformulação da candidatura**, sendo que essa mesma reprogramação financeira mereceu a decisão favorável do PO SEUR a 28.06.2022, passando o montante elegível a ser de **€ 22.246.014** (financiamento de 85% = € 18.909.112)[9], repartido pelas seguintes componentes:

a. Estudos, Pareceres e Consultoria = 151.650€
b. Publicidade e Divulgação = 460.095,40 €
c. Construções diversas (5 postos de carregamento) = 10.911.200,00€
d. Equipamento de Transporte (8 navios + 8 baterias) = 10.723.068,76€

[9] Inclui correção financeira de 5% sobre o contrato de construção de navios.

Posteriormente à publicação da Portaria referida supra, face ao inesperado agravamento dos preços de materiais e equipamentos indispensáveis à construção das baterias, a Transtejo foi confrontada com dificuldades de mercado, constatando que o montante autorizado não era suficiente para assegurar a aquisição das baterias marítimas em apreço.

Face ao exposto, em 29 de novembro de 2022, foi publicada a Portaria de Extensão de Encargos n.º 856/2022, através da qual foi revista e atualizada a autorização conferida à Transtejo para proceder à repartição dos encargos plurianuais relativos à aquisição de baterias marítimas a instalar na nova frota de navios, até ao montante global de € 16.000.000 – mantendo-se a cobertura financeira parcial, assegurada pelo POSEUR, no montante mínimo de € 6.800.000

Considerando a aproximação do final do período de elegibilidade das despesas a financiar pelo POSEUR (31.12.2023), e analisando o desenvolvimento do projeto, nomeadamente a previsão do progresso de construção dos navios e dos 5 postos de carregamento[10], bem como constatando os constrangimentos relativos processo aquisitivo dos kits de baterias, foi suscitado pelo POSEUR a reprogramação financeira da candidatura, por forma a minimizar o risco de não absorção da dotação global de Fundo de Coesão do Programa, direcionando fundos para o financiamento de projetos com despesas já realizadas e a realizar a curto prazo.

Esta **3ª reformulação da candidatura,** apresentada em dezembro 2022, contemplou a reprogramação financeira e temporal do projeto. A alteração efetuada contemplou a suspensão do financiamento de 4 dos 8 navios aprovados anteriormente, considerando o cenário de apenas ser possível concluir 4 unidades (receção e faturação) até ao final de 2023. Foi também redirecionado o financiamento anteriormente previsto para aquisição das baterias, afetando-o à cobertura financeira dos postos de carregamento. Esta reformulação obteve despacho em 14.12.2022, passando o **montante elegível a ser de 17.503.227 €,** com uma taxa de cofinanciamento de 85% do Fundo de Coesão e um montante elegível não comparticipado de €2.654.045 (valor financiado no montante de 12.621.803,37), repartido pelas seguintes componentes:

Estudos, Pareceres e Consultoria = +€181.943
Publicidade e Divulgação = €230.635
Construções diversas (5 postos de carregamento) = € 11.051.922
Equipamento de Transporte (4 navios) = € 1.157.304

Em conclusão, no ano de 2022, e apesar de muitos constrangimentos, a Transtejo com o apoio de financiamento tanto do **Fundo Ambiental,** como do **POSEUR**, deu continuidade ao Projeto de Renovação da Frota, destacando-se a construção dos navios com o assentamento da quilha do 4, 5 e 6º navio, a conclusão da superestrutura do 1º, 2 e 3º navio, no valor global de €6.292.800, bem como a assinatura do contrato de construção de 5 postos de carregamento (despesa realizada, referente a adiantamento no montante de €4.334.087), sendo que o montante de outras despesas, considerando estudos, consultorias e assessorias relacionadas com o projeto foi de €223.689.

Esta matéria será também abordada no capítulo deste Relatório referente a Investimentos.

[10] Em 15 de setembro de 2022, foi adjudicada ao agrupamento CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A. / Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., proposta vencedora do Concurso Público Internacional, a empreitada de conceção/construção e fornecimento de postos de carregamento, pelo valor de Euros 14.446.956,73, O Contrato n.º36/2022 foi posteriormente celebrado a 4 de outubro e a 7 de outubro registado o processo de fiscalização no Tribunal de Contas para a obtenção de Visto.

- **Protocolo Fundo Ambiental – PEES– Mobilidade Sustentável**

  Através do protocolo de colaboração técnica e financeira celebrado entre a Transtejo e o Fundo Ambiental, em 23.09.2020, o qual visou regular os termos e condições de financiamento das medidas previstas no PEES[11] no âmbito do financiamento até ao montante €2.596.850, foi dada continuidade em 2022 aos diversos projetos de investimento, enquadrados no âmbito da Mobilidade Sustentável.

  Face ao contexto macroeconómico e constrangimentos, nomeadamente dificuldades ao nível da cabimentação de projetos de investimento PEES desde o início do ano, bem como às dificuldades de obtenção de materiais necessários para o desenvolvimento dos projetos derivado do aumento dos preços e do contexto atual de incerteza devido à guerra no leste da Europa e evolução do contexto Pandémico, o referido protocolo foi alvo do 3º Aditamento celebrado a 30-11-2022, estabelecendo a prorrogação do prazo por mais um ano.

  Apesar dos constrangimentos sentidos, destaca-se, em 2022, a conclusão da obra de substituição da cobertura do terminal do Seixal e o desenvolvimento do projeto de requalificação do terminal de Cacilhas e instalações de apoio, estando prevista a sua conclusão em 2023.

  A execução financeira destes projetos é apresentada no capítulo deste Relatório referente a Investimentos.

- **Apoios - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (PART) e compensações tarifárias**
  Em 2022, os efeitos da pandemia ainda se fizeram sentir na retoma da procura do transporte público fluvial, e nos restantes transportes coletivos. No sentido de assegurar a continuidade do apoio ao normal funcionamento dos serviços de transporte público coletivo de passageiros, o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, veio proceder à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual, prorrogando o prazo de vigência do mecanismo de apoio e compensação pela redução da procura, até 31.12.2022. Por outro lado, prorrogou também o mecanismo para pagamento de indemnizações compensatórias tarifárias dos títulos (4_18@escola.tp, do passe sub23@superior.tp e do passe Social+,) no ano de 2022, tendo estas sido pagas aos operadores de transporte com base no histórico de compensações dos meses homólogos de 2019.

Relativamente ao **desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público** e níveis de desempenho, apresentam-se no Painel de Indicadores, os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2022 nas dimensões **Oferta**, **Procura**, **Qualidade do Serviço**, **Frota**, **Recursos Humanos** e **Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente aos anos 2019, 2021 e 2022.

Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

[11] Vide Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 4 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 110-A, de 6 de junho de 2020, o qual aprovou o Programa de Estabilização Económica e Social, bem como previa, em conformidade com o ponto 2.5.4.2 do anexo I da referida Resolução, a execução de diversas intervenções dirigidas à operação da Soflusa, por via do financiamento do Fundo Ambiental, durante o biénio 2020 -2021.

Principais destaques na evolução 2021-2022 -Transtejo (contas individuais):

- Aumento da Procura em +51,47%;
- Aumento da Oferta em +24% (aferido pelo n.º de Lugares. Km oferecidos – LKO);
- Redução do número de efetivos a 31 de dezembro -2 (15 entradas e 17 saídas);
- Aumento da Massa Salarial com variação de 4,87%, não tendo sido despendidas quaisquer verbas com Indemnizações por rescisão;
- Total de Investimento efetuado de 11.906 mil € (ótica económica);
- Passivo Remunerado = 102.811 mil € (sem variação no período);
- PMP = 25 dias (aumento (+4) face ao período anterior);
- EBITDA negativo= -1.187 mil € (agravamento em -3.739 mil €);
- Rendimentos Operacionais = 26.025 mil € (aumento de +6,03%, + 1.480 mil €).

Principais destaques na evolução 2021-2022 - Soflusa:

- Aumento da Procura em +45%;
- Aumento da Oferta em +26%, valor aferido pelo n.º de Lugares. Km Oferecidos (LKO);
- Diminuição do número de efetivos a 31 de dezembro -1 trabalhador (4 entradas e 5 saídas);
- Diminuição da Massa Salarial com variação de -2,15%;
- Total de Investimento efetuado = 654 mil € (ótica capitalização);
- Passivo Remunerado = 7.244 mil €;
- PMP = 27 dias (aumento face ao período anterior);
- EBITDA negativo = -1.359 mil € (variação de -160,8%);
- Rendimentos Operacionais = 15.798 mil € (variação de +6,84%, +1.012 mil €).

2.1. Painel de Indicadores

TRANSTEJO

Painel de Indicadores Atividade		Var.2022/2021		Var.2022/2019		2022	2021	2019
Procura								
PT (Passageiros Transportados)	Un.	51,47%	2 528 605	-27,15%	-2 772 919	7 440 976	4 912 371	10 213 895
PKT (Passageiros x Km)	Un.	50,63%	10 851 223	-28,27%	-12 723 541	32 284 660	21 433 437	45 008 202
N.º Veículos Transportados	Un.	34,12%	6 649	-14,69%	-4 499	26 135	19 486	30 634
Oferta				0,00%	0			
Navios.km (CSP)	Un.	-2,43%	-11 051	-7,16%	-34 301	444 546	455 597	478 847
Viagens Realizadas	Un.	-0,27%	-223	-8,28%	-7 523	83 378	83 601	90 901
LKO (Lugares x Km)	Un.	24,09%	37 644 963	-15,78%	-36 325 375	193 937 907	156 292 944	230 263 282
Qualidade de Serviço								
Taxa de Regularidade	%	-0,01 pp		-0,08 pp		90,74%	90,76%	99,07%
Taxa de Ocupação	%	2,93 pp		-0,15 pp		16,65%	13,71%	19,55%
Recursos Humanos								
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	-0,68%	-2	-2,01%	-6	292	294	298
Número médio de efetivos	Un.	1,44%	4	-2,82%	-9	293	289	302
Massa Salarial	Milhares€	4,87%	348	7,53%	525	7 496	7 147	6 971
Indemnizações por Rescisões	Milhares€	0,00%	0	0,00%	0	0	0	0
Estrutura Acionista								
Total do Capital Social	Milhares€	0,00%	0	0,00%	0	208 025	208 025	208 025
Cap. Social detido pelo Estado	%	0,00%	0	0,00%	0	100	100	100
Situação Patrimonial							Reexpresso	
Ativo não corrente	Milhares€	-9,44%	-6 374	39,25%	17 241	61 166	67 540	43 925
Ativo corrente	Milhares€	22,48%	9 889	742,28%	47 482	53 878	43 989	6 397
Total Ativo	**Milhares€**	**3,15%**	**3 515**	**128,62%**	**64 723**	**115 045**	**111 529**	**50 322**
Património Líquido	Milhares€	11,35%	-6 751	10,81%	-6 460	(66 226)	(59 475)	(59 765)
Passivo	Milhares€	6,00%	10 266	64,66%	71 184	181 270	171 004	110 087
Total Capital Próprio e Passivo	**Milhares€**	3,15%	3 515	128,62%	64 723	**115 045**	**111 529**	**50 322**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS								
EBITDA[1]	Milhares€	-146,52%	-3 739	-80,85%	5 012	(1 187)	2 552	(6 199)
RESULTADO OPERACIONAL[2]	Milhares€	5372,63%	-3 706	-55,25%	4 660	(3 775)	(69)	(8 435)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	1366,32%	-3 596	-59,61%	5 695	(3 859)	(263)	(9 554)
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	1355,73%	-3 617	-59,35%	5 672	(3 884)	(267)	(9 556)
INVESTIMENTOS								
Aquisição NOVA FROTA de NAVIOS / Pontões	Milhares€	26,31%	2 252	5000,99%	10 599	10 811	8 559	212
Frota - Navios e Pontões (Material Circulante)	Milhares€	-99,52%	-383	-99,80%	-932	2	385	934
Infraestruturas (ILD's)	Milhares€	-1,96%	-19	958,07%	840	928	946	88
Outros Investimentos Correntes	Milhares€	-47,27%	-148	-64,79%	-304	165	314	470
Total INVESTIMENTO	**Milhares€**	**16,68%**	**1 702**	**599,09%**	**10 203**	**11 906**	**10 204**	**1 703**
INDICADORES DE ESTRUTURA								
Passivo Remunerado	Milhares€	0,00%	0	0,63%	639	102 811	102 811	102 172
Autonomia Financeira %	%	0,08 pp		-0,52 pp		-58%	-53%	-119%
Solvabilidade %	%	0,05 pp		-0,33 pp		-37%	-35%	-54%
INDICADORES FINANCEIROS								
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	21,36%	4	-1,56%	0	25	21	26
Volume de Negócios	Milhares€	12,91%	1 009	4,62%	390	8 830	7 820	8 440
EBITDA *(ajustado)*	Milhares€	-145,22%	-3 592	-82,15%	5 146	(1 118)	2 473	(6 264)
Margem do EBITDA *(ajustado)*	%	0,00 pp		-0,83 pp		-13%	32%	-74%
Rendimentos Operacionais	Milhares€	6,03%	1 480	93,87%	12 601	26 025	24 545	13 424
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*	Milhares€	21,07%	5 186	36,33%	7 941	29 800	24 614	21 859
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	-20,07%	-1	87,13%	2	4,00	5,01	2,14
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	-0,12 pp		0,42 pp		87,33%	99,72%	61,41%

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos

(documento assinado digitalmente na última página)

SOFLUSA

Painel de Indicadores Atividade		Var.2022/2021		Var.2022/2019		2022	2021	2019
Procura								
PT (Passageiros Transportados)	Un.	44,80%	2 586 932	-8,26%	-752 736	8 361 784	5 774 852	9 114 520
PKT (Passageiros x Km)	Un.	44,80%	24 117 967	-8,23%	-6 990 414	77 956 912	53 838 945	84 947 326
Oferta					0			
Navios.km (CSP)	Un.	1,42%	5 436	-1,66%	-6 545	388 471	383 035	395 016
Viagens Realizadas	Un.	1,42%	583	-1,66%	-702	41 668	41 085	42 370
LKO (Lugares x Km)	Un.	26,24%	48 592 893	-1,32%	-3 138 752	233 794 288	185 201 395	236 933 040
Qualidade de Serviço					0			
Taxa de Regularidade	%	1,64 pp		-5,96 pp	o	92,49%	90,85%	98,45%
Taxa de Ocupação	%	4,27 pp		-2,51 pp	o	33,34%	29,07%	35,85%
Recursos Humanos								
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	-0,72%	-1	-0,72%	-1	137	138	138
Número médio de efetivos	Un.	-0,79%	-1	0,67%	1	137	138	136
Massa Salarial	Milhares€	-2,15%	-74	7,42%	232	3 358	3 432	3 126
Indemnizações por Rescisões	Milhares€	0,00%	0	-100,00%	-4	0	0	4
Estrutura Acionista								
Total do Capital Social	Milhares€	0,00%	0	0,00%	0	59 500	59 500	59 500
Cap. Social detido pelo Estado	%	0,00%	0	0,00%	0	100	100	100
Situação Patrimonial								
Ativo não corrente	Milhares€	-21,74%	-2 549	-33,27%	-4 574	9 176	11 725	13 751
Ativo corrente	Milhares€	-31,87%	-2 822	-5,22%	-332	6 033	8 855	6 365
Total Ativo	**Milhares€**	**-26,10%**	**-5 371**	**-24,39%**	**-4 907**	**15 209**	**20 580**	**20 116**
Património Líquido	Milhares€	-49,63%	-6 007	-49,32%	-5 933	6 096	12 102	12 029
Passivo	Milhares€	7,50%	636	12,69%	1 027	9 114	8 478	8 087
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	**-26,10%**	**-5 371**	**-24,39%**	**-4 907**	**15 209**	**20 580**	**20 116**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS								
EBITDA[1]	Milhares€	-144,50%	-2 897	-186,85%	-1 919	(892)	2 005	1 027
RESULTADO OPERACIONAL[2]	Milhares€	303,63%	-3 082	153,07%	-2 478	(4 097)	(1 015)	(1 619)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	291,42%	-3 082	149,63%	-2 481	(4 139)	(1 057)	(1 658)
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	290,93%	-3 081	149,53%	-2 481	(4 141)	(1 059)	(1 659)
INVESTIMENTOS								
Frota - Navios e Pontões (Material Circulante)	Milhares€	13,52%	52	-66,51%	-867	437	385	1 304
Infraestruturas (ILD's)	Milhares€	-81,97%	-776	20,49%	29	171	946	142
Outros Investimentos Correntes	Milhares€	-85,09%	-267	-80,52%	-193	47	314	240
Total INVESTIMENTO	Milhares€	-60,22%	-991	-61,20%	-1 032	654	1 645	1 686
INDICADORES DE ESTRUTURA								
Passivo Remunerado	Milhares€	0,58%	42	18,22%	1 117	7 244	7 202	6 128
Autonomia Financeira %	%	-18,73 pp		-19,72 pp		40%	59%	60%
Solvabilidade %	%	-75,87 pp		-81,86 pp		67%	143%	149%
INDICADORES FINANCEIROS								
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	64,70%	11	82,15%	12	27	17	15
Volume de Negócios	Milhares€	10,59%	968	0,79%	79	10 107	9 139	10 028
EBITDA *(ajustado)*	Milhares€	-160,83%	-3 593	-246,82%	-2 285	(1 359)	2 234	926
Margem do EBITDA *(ajustado)*	%	-37,89 pp		-22,68 pp		-13%	24%	9%
Rendimentos Operacionais	Milhares€	6,84%	1 012	21,65%	2 812	15 798	14 787	12 987
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*	Milhares€	25,91%	4 094	36,26%	5 294	19 895	15 802	14 601
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	-13,05%	-0,36	48,52%	0,78	2,38	2,74	1,60
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	-14,17 pp		-9,53 pp		79,41%	93,58%	88,94%

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos

(documento assinado digitalmente na última página)

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

2.2. Impacto decorrentes de fatores excecionais (pandemia Covid-19 e crise geopolítica)

Os anos 2020 e 2021, foram marcados pela Pandemia COVID e pelas fortes restrições nacionais e europeias na circulação, levando a que muitas empresas não tenham conseguido adaptar-se, e consequente redução da capacidade das cadeias económicas, nomeadamente do abastecimento. Em 2022, com a guerra na Ucrânia, surgiu a crise energética na Europa face à dependência existente desses recursos fornecidos pela Rússia. A conjugação destes eventos levou a União Europeia a agir, tendo-se registado a taxa de Euribor mais alta nos últimos 13 anos. Esta escalada da inflação e com o aumento generalizado de preços, em especial dos recursos energéticos, bem como o agravamento na obtenção dos materiais provindos do leste da Europa ou até mesmo da Ásia, levou o Grupo Transtejo a sofrer atrasos dos projetos de Investimento, e a fortes constrangimentos orçamentais para as despesas correntes.

O aumento de gastos decorrente do impacto da crise geopolítica, associado ao gasto em gasóleo foi de + 2.193 mil € na Transtejo e de +2.781 mil € na Soflusa, tendo sido calculado com base no preço médio de referência indexado ao ano de 2021.

Refira-se também que, o serviço de transporte público prestado pela Transtejo e Soflusa, em 2022 e apesar da retoma da procura, continuou a sofrer efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, refletindo-se na alteração dos níveis de mobilidade dos clientes, pelo que se verificou uma redução da procura em -27,15% na Transtejo e em -8,26% na Soflusa, face a 2019, com consequente constrangimento na tesouraria da empresa.

A perda de receita decorrente do impacto da pandemia foi de 711.515 € na Transtejo e de 1.201.181 € na Soflusa. Por outro lado, ainda que de forma mais atenuada, verificou-se a necessidade da persistência de algumas medidas de prevenção e mitigação da propagação do vírus SARS-CoV2, suportando gastos no montante de 33.852€ na Transtejo e de 28.328€ na Soflusa, (valores sem IVA).

Informação adicional no Anexo às Demonstrações Orçamentais.

2.3. Proposta de Renegociação do CSP

Durante o último semestre do ano de 2022, verificando-se o agravamento generalizado das condições económicas (designadamente aumento de inflação, escassez de materiais e aumento do preços dos combustíveis), foi suscitada a necessidade de rever algumas das condições do Contrato de Prestação de Serviço Público, tendo sido enviada carta, datada de 12-08-2022, às tutelas Sectorial (SEMU) e Financeira (SET), na qual se solicitou a celebração de uma adenda, motivada pela necessidade de rever o modelo de financiamento, de modo a acautelar a reposição do equilibro económico-financeiro, mediante:

- A cobertura financeira dos investimentos correntes, permitindo que os ativos da empresa possam gerar benefícios económicos;
- A adequação das compensações, salvaguardando situações de défices operacionais causados por variações de mercado imprevisíveis, exógenas à empresa e muito limitativas da normal prossecução da atividade de serviço público.

Embora tal proposta não tenha merecido Despacho favorável, este tema é sensível e mantém-se nas preocupações da Gestão, considerando, por um lado, a criticidade da cobertura financeira do plano de investimento corrente - que não se encontra assegurada - e por outro, a sujeição do equilíbrio financeiro da empresa à evolução e instabilidade e variáveis exógenas, como é o caso do custo dos combustíveis.

3. O Modelo de Gestão

3.1. Estrutura Acionista e de Capital

Em 31 de dezembro de 2022, o **Capital Social da Transtejo**, no montante de **€ 208.025.085,00** (duzentos e oito milhões, vinte cinco mil e oitenta e cinco euros), encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 41.605.017 (quarenta e um milhões, seiscentas e cinco mil e dezassete) ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), detidas integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Sendo uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, a atividade da empresa é ainda desenvolvida em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

3.2. Conselho de Administração

Em 2022, o Conselho de Administração da Transtejo era constituído por três membros, apresentando a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2020-2022)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	01.06.2020
(2020-2022)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	01.06.2020
(2020-2022)	Vogal	José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	DUE	01.06.2020

Tabela 1 - Conselho de Administração (2020-2022)

O Conselho de Administração atual da Transtejo, apresenta a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2023-2025)	Presidente	Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho	DUE	13.04.2023
(2023-2025)	Vogal	Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	DUE	13.04.2023
(2023-2025)	Vogal	José Manuel Santinho Faísca	DUE	21.07.2023

Tabela 2 - Conselho de Administração (2023-2025)

3.3. Estrutura organizacional da Empresa

No final de 2022 a estrutura organizacional, comum à Transtejo e à Soflusa, encontrava-se sintetizada no organograma que seguinte:

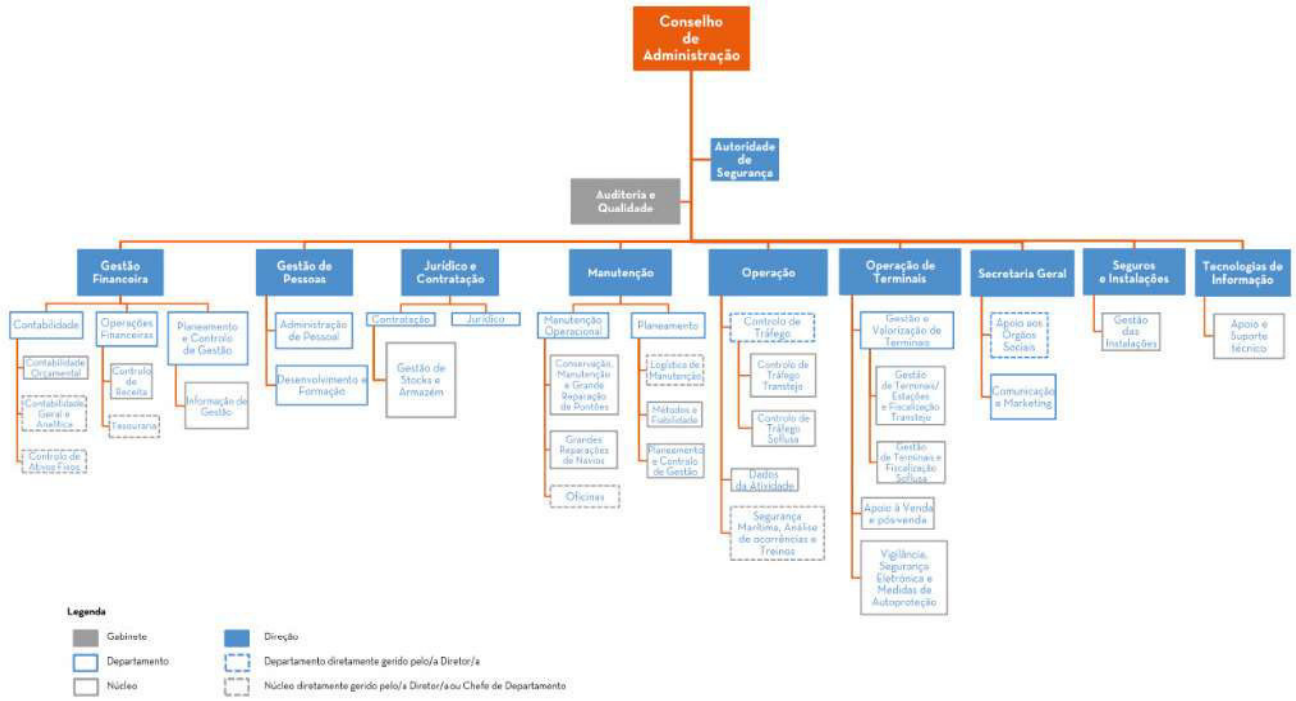


Ilustração 3 – Estrutura Organizacional em vigor a 31-12-2022

3.4. Identidade Corporativa

Considerando a participação total da Transtejo no Capital Social da Soflusa e que se mantém o projeto de gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, é inevitável destacar o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores e culturas organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão (O que fazemos?)

Prestar um serviço público de transporte fluvial de passageiros e veículos entre as duas margens do rio Tejo, promovendo a mobilidade sustentável no quadro de uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa.

Visão (Que tipo de Organização queremos ser?)

Reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de regularidade, segurança, economia de tempo e qualidade do serviço orientada para a satisfação das necessidades de mobilidade das pessoas, com impacto no desenvolvimento das pessoas e da economia, suportado num modelo de gestão evoluído e em energias limpas.

Valores (Quais os nossos princípios fundamentais?)

Excelência - Porque estamos comprometidos em cumprir uma missão pública consistente com elevados padrões de qualidade de serviço.

Accountability - Porque valorizamos a responsabilização com ética, transparência, rigor e eficiência nas práticas de governação dos fundos públicos.

Confiança - Porque queremos construir uma base de confiança com todos os nossos *stakeholders* através de uma comunicação aberta, uma postura flexível e adaptativa.

Responsabilidade ambiental e social - Porque nos preocupamos com o desenvolvimento sustentável, adotamos comportamentos éticos e responsáveis pela satisfação de necessidades de mobilidade da comunidade, favorecendo o bem-estar social, criando emprego e facilitando o dia a dia dos nossos passageiros.

Código de Ética

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação da Empresa e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no **Código de Ética,** atualmente em vigor, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência.

Nos termos previstos no artigo 47.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Código de Ética da Empresa encontra-se disponível para consulta no site institucional[12].

Política de Gestão de (Qualidade, Ambiente e Gestão de Energia)

Documento que define os princípios de ação a implementar na Organização em matéria de qualidade, ambiente e gestão.

Conhecendo a importância crescente dos Transportes Públicos em geral e a do Transporte Fluvial, em particular, na articulação de um Sistema de Mobilidade Sustentável, na área Metropolitana de Lisboa, e reconhecendo que as atividades inerentes à Operação podem ter impactes ambientais menos positivos, a Empresa compromete-se a adotar princípios de ação que traduzem a sua Política de Gestão[13], em vigor, vertida em documento publicado em 2017.

1. A satisfação do cliente como objetivo central;
2. Uma liderança empenhada e comprometida;
3. Responsabilidades partilhadas e claramente definidas;
4. O envolvimento e qualificação dos trabalhadores;
5. A Gestão da Empresa como um sistema composto por processos interrelacionados;
6. A melhoria contínua do desempenho;
7. A tomada de decisões de forma sustentada;
8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores;
9. A gestão dos impactes ambientais;
10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis;
11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado.

[12] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/01/codigo_etica_min.pdf
[13] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/11/Politica-de-Gestao_junho-2017_TTSL_2018_VF.pdf

Regulamento relativo às Condições Gerais Transporte Fluvial da Transtejo

Documento[14] que define as Condições Gerais da prestação de serviço de transporte público fluvial de passageiros, volumes portáteis, animais de companhia e bicicletas, caraterísticas do serviço público de transporte.

Além das caraterísticas do serviço público de transporte fluvial, o regulamento no seu artigo 4.º refere os Deveres dos seus Clientes e no seu artigo 5.º os Deveres da Empresa, dos quais se destacam:

a) Garantir a oferta adequada dos serviços de transporte;
b) Praticar preços controlados administrativamente, nos termos da legislação aplicável;
c) Garantir adequadas condições de operacionalidade, disponibilidade, permanência, qualidade, comodidade, acessibilidade, rapidez e segurança da exploração do serviço;
d) Realizar a exploração do serviço público de transporte, respeitando os princípios de equilíbrio, eficiência, transparência e rigor na questão dos recursos públicos, por forma a assegurar a sua sustentabilidade económico-financeira;
e) Manter a frota de navios e os restantes meios de exploração em bom estado de funcionamento e conservação e em condições adequadas à prestação de serviço público, por forma a garantir a sua operacionalidade, a segurança do tráfego e os níveis de qualidade compatíveis com uma exploração eficiente;
f) Disponibilizar aos clientes toda a informação necessária a uma fácil utilização e acesso ao serviço do Operador, desmobilizando os locais adequados, os meios de informação visual e/ou sonoros adequados a assegurar o respeito dos direitos dos passageiros;
g) Assegurar a acessibilidade dos passageiros com mobilidade condicionada, nos termos da Lei;
h) Cumprir as disposições legais aplicáveis ao exercício da sua atividade.

[14] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/01/TTSL_Contrato-Transporte-_Transtejo_1-agosto-2018_VF.pdf

4. Evolução do negócio

Desenvolvimentos do Ano

Ao longo do exercício de 2022, a Transtejo, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados, mantendo como desafio permanente, ser uma alternativa de valor ao transporte individual, diferenciando-se pela crescente qualidade do serviço prestado e pela melhoria do seu desempenho ambiental.

No que diz respeito ao serviço prestado ao Cliente, o ano 2022, foi positivamente marcado pela recuperação face aos efeitos da crise pandémica COVID-19, mas também pela manutenção dos preços dos títulos navegantes, possibilitando dessa forma a promoção da utilização do transporte publico fluvial versus alternativa em transporte individual.

Em 2022, a empresa continuou a receber dotações através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), instituído com o objetivo de compensar as empresas pela perda de receita com a adoção do novo tarifário +simplificado e +acessível instituído na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Em destaque, no ano de 2022, os principais factos, com impacto nos Clientes da Transtejo e da Soflusa, foram:

a. Recuperação da procura face a 2021;
b. Taxa de Atualização Tarifária para 2022 de 0,57%, sem efeito nos títulos mensais de maior procura o Navegante Municipal e o Navegante Metropolitano e Passe Navegante Família;
c. Fim dos títulos combinados em julho 2022, na sequência do início da atividade da Carris Metropolitana;

Mas, também:

d. Ajuste na Oferta, entre o dia 10 e o dia 21 de janeiro, na ligação fluvial de Cacilhas, com a redução de 3 para 2 navios a operar, motivado pela falta de recursos humanos, e entre os dias 26 e 27 de fevereiro, a suspensão da ligação do Montijo, por motivo de obra com a substituição do pontão de embarque/desembarque;
e. Ajuste de Oferta com horários especiais no dia de Carnaval (1 de março);
f. Aumento elevado do preço médio do Gasóleo, consequência da situação do choque geopolítico na Europa, sendo que o mesmo apresenta grande volatilidade face às incertezas da evolução do contexto económico;
g. Redução das taxas mensais cobradas aos concessionários (medida adotada no 1º trimestre de 2022) em 20%;
h. Tarifário especial Rock in Rio 2022 | 18, 19, 25 e 26 de junho;
i. Tarifário especial NOS Alive22. – Protocolo CP;
j. Realização da Greve/plenário nos dias 18, 19, 20, 21, e 22 de julho, e nos dias 8, 9, 10, 11, 12,16, 17, 18 e 19 e 30 de agosto e 22 de setembro – com paralisação do serviço;
k. Ajuste de Oferta na SL, com a redução de 18 ligações diárias, motivado pela falta de recursos humanos;
l. Realização da Greve/plenário da SL nos dias 19, 20, e 21 de julho e 29 de agosto com paralisação de atividade;

Em seguida, será efetuada análise mais aprofundada sobre a evolução do negócio da empresa.

4.1. Atividade Transporte

4.1.1. Oferta

O plano de oferta da Transtejo encontra-se definido no Contrato de Serviço Publico (2021-2025), sendo que, por forma a assegurar o cumprimento da prestação do serviço de transporte fluvial nas 5 ligações é necessária a disponibilidade permanente de 8 navios operacionais em dia útil no caso da Transtejo e de 6 navios no caso da Soflusa.

Empresa	Ligações Fluviais	Distância entre cais (Km)	Plano de Oferta a 31-12-2022	Necessidade de n.º de navios DU
TT	**Montijo** - Cais do Sodré	14,952	DU 43; SAB 22; DOM 16.	2
	Seixal - Cais do Sodré	8,496	DU 53; SAB 22; DOM 18.	2
	Cacilhas - Cais do Sodré	2,150	DU 166; SAB 104; DOM 104.	3
	Trafaria - Porto Brandão - Belém	4,419	DU 28; SAB 26; DOM 24.	1
SL	**Barreiro** – Terreiro do Paço	9,323	DU 151; SAB 66; DOM 60.	6

Tabela 3 – Caracterização da Oferta (2022)

Em 2022, registou-se a estabilização no número de viagens realizadas, mas também se observou um aumento do número de lugares, derivado do facto de que parte do ano de 2021, ter permanecido a medida de mitigação da pandemia que limitou a 2/3, os lugares da lotação dos navios[15], registando este indicador uma variação de +25% face ao ano de 2021.

Releve-se, ainda, o facto de que as ligações com maior distância entre cais [Seixal (-6%), a triangulação Trafaria-Porto Brandão-Belém (-4%) e Montijo (-3%)], registaram uma redução no número de viagens, derivado das supressões por indisponibilidade de frota, bem como, por greves e plenários e ajustes programados ocorridos.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021		2022	2021
TT	Montijo - Cais do Sodré	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	-2,61%	-4 859	181 577	186 436
		N.º Viagens Realizadas	-2,61%	-325	12 144	12 469
		Horas de Serviço	-2,84%	-220	7 504	7 724
		LKO - Lugares Km oferecidos	22,84%	16 307 353	87 706 413	71 399 060
TT	Seixal - Cais do Sodré	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	-5,84%	-7 383	119 114	126 497
		N.º Viagens Realizadas	-5,84%	-869	14 020	14 889
		Horas de Serviço	-5,24%	-421	7 629	8 050
		LKO - Lugares Km oferecidos	23,85%	9 438 138	49 014 503	39 576 365
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	2,93%	2 937	103 258	100 321
		N.º Viagens Realizadas	2,93%	1 366	48 027	46 661
		Horas de Serviço	-3,34%	-467	13 528	13 995
		LKO - Lugares Km oferecidos	28,64%	9 463 114	42 499 304	33 036 191
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	-4,12%	-1 746	40 597	42 343
		N.º Viagens Realizadas	-4,12%	-395	9 187	9 582
		Horas de Serviço	-3,49%	-191	5 268	5 459
		LKO - Lugares Km oferecidos	19,84%	2 436 358	14 717 687	12 281 329
	Total TRANSTEJO	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	-2,43%	-11 051	**444 546**	**455 597**
		N.º Viagens Realizadas	-0,27%	-223	**83 378**	**83 601**
		Horas de Serviço	-3,69%	-1 299	**33 929**	**35 228**
		LKO - Lugares Km oferecidos	24,09%	37 644 963	**193 937 907**	**156 292 944**
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	1,42%	5 436	388 471	383 035
		N.º Viagens Realizadas	1,42%	583	41 668	41 085
		Horas de Serviço	1,69%	375	22 487	22 113
		LKO - Lugares Km oferecidos	26,24%	48 592 893	233 794 288	185 201 395
	Total TTSL	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	-0,67%	-5 616	**833 017**	**838 633**
		N.º Viagens Realizadas	0,29%	360	**125 046**	**124 686**
		Horas de Serviço	-1,61%	-924	**56 416**	**57 340**
		LKO - Lugares Km oferecidos	25,25%	86 237 856	**427 732 195**	**341 494 339**

Tabela 4 – Indicadores de Oferta (2021-2022)

[15] Vide n.º 1 do artigo 25º relativo a lotação máxima nos transportes, da Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2021.

4.1.1.1. Taxa de ocupação

Motivado pelo aumento da procura, mas, também, pelo efeito das alterações de lotação de passageiros, no caso da Transtejo, pelo aumento de lotação para bicicletas em detrimento de lugares de passageiros, nomeadamente na classe Cacilheiro (de 475 para 408), e Catamaran da Transtejo (496 para 487), a Taxa de Ocupação chegou a 25,77%, no ano de 2022, superando o valor registado no ano de 2021 e evidenciando-se a retoma aos valores pré-pandemia.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021	2022	2021
TT	Montijo - Cais do Sodré	Taxa de Ocupação da Frota (PKT/LKO)	2,92 pp	14,75%	11,83%
TT	Seixal - Cais do Sodré		1,71 pp	12,22%	10,52%
TT	Cacilhas - Cais do Sodré		4,47 pp	28,06%	23,58%
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém		1,34 pp	9,76%	8,42%
	Total TRANSTEJO		**2,93 pp**	**16,65%**	**13,71%**
SL	Barreiro - Terreiro do Paço		4,27 pp	33,34%	29,07%
	Total TTSL		**3,73 pp**	**25,77%**	**22,04%**

Tabela 5 – Taxa de Ocupação (2021-2022)

4.1.1.2. Taxa de regularidade

A taxa de regularidade, no ano de 2022, foi de 91,32%, uma melhoria de 0,53 pp face ao ano anterior. Contudo, no caso da Transtejo, releva-se o agravamento da taxa de regularidade das ligações de maior distância, causado pelos constrangimentos operacionais que levaram ao aumento do número de supressões. No caso da Soflusa observa-se uma melhoria de 1,64 pp da taxa de regularidade, face ao ano anterior.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021		2022	2021
TT	Montijo - Terreiro do Paço	Número de Viagens Realizadas	-2,61%	-325	12 144	12 469
		Número de Viagens Planeadas	-0,32%	-42	12 929	12 971
		Taxa de Regularidade	-2,2 pp		93,93%	96,13%
TT	Seixal - Cais do Sodré	Número de Viagens Realizadas	-5,84%	-869	14 020	14 889
		Número de Viagens Planeadas	-0,40%	-62	15 563	15 625
		Taxa de Regularidade	-5,2 pp		90,09%	95,29%
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	Número de Viagens Realizadas	2,93%	1 366	48 027	46 661
		Número de Viagens Planeadas	-0,23%	-124	53 522	53 646
		Taxa de Regularidade	2,75 pp		89,73%	86,98%
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém	Número de Viagens Realizadas	-4,12%	-395	9 187	9 582
		Número de Viagens Planeadas	-0,04%	-4	9 868	9 872
		Taxa de Regularidade	-3,96 pp		93,10%	97,06%
	Total TRANSTEJO	Número de Viagens Realizadas	-0,27%	-223	83 378	83 601
		Número de Viagens Planeadas	-0,25%	-232	91 882	92 114
		Taxa de Regularidade	-0,01 pp		90,74%	90,76%
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Número de Viagens Realizadas	1,42%	583	41 668	41 085
		Número de Viagens Planeadas	-0,38%	-170	45 053	45 223
		Taxa de Regularidade	1,64 pp		92,49%	90,85%
	Total TTSL	Número de Viagens Realizadas	0,29%	360	125 046	124 686
		Número de Viagens Planeadas [16]	-0,29%	-402	136 935	137 337
		Taxa de Regularidade	0,53 pp		91,32%	90,79%

Tabela 6 – Taxa de Regularidade (2021-2022)

Durante o ano de 2022, foram suprimidas na Transtejo 8.528 viagens programadas e na Soflusa um total de 3.389 viagens programadas, o que representa uma redução de supressões de (-5,85% face a 2021), uma melhoria justificada,

[16] Número de Viagens Planeadas revista

essencialmente, pelo menor número de supressões associadas a ajustes programados (-4.316 supressões) face a 2021, sendo que os "ajustes programados", representam 29% da estrutura.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021		2022	2021
TT	Montijo - Terreiro do Paço	Ajustes programados	104,76%	44	86	42
		Total Supressões	56,37%	283	**785**	**502**
TT	Seixal - Cais do Sodré	Ajustes programados	103,45%	60	118	58
		Total Supressões	109,65%	807	**1 543**	**736**
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	Ajustes programados	-88,38%	-3 864	508	4 372
		Total Supressões	-21,03%	-1 469	**5 516**	**6 985**
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém	Ajustes programados	150,00%	6	10	4
		Total Supressões	135,86%	394	**684**	**290**
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Ajustes programados	-17,21%	-562	2 704	3 266
		Total Supressões	-18,22%	-755	**3 389**	**4 144**
	Total **TTSL**	Assistência passageiro	33,33%	3	12	9
		Indisponibilidade de Frota - Avaria/Manutenção	232,35%	2 909	4 161	1 252
		Condições climatéricas	-100,00%	-1	0	1
		Passageiros - distúrbios	-100,00%	-7	0	7
		Plenário /greve com paralisação	47,21%	1 312	4 091	2 779
		Falta de Pessoal operacional	-75,07%	-530	176	706
		Outros motivos (inclui acidente)	-84,34%	-70	13	83
		Interrupção/suspensão temporária	-51,28%	-40	38	78
		Ajustes programados	-55,75%	-4 316	3 426	7 742
		Total Supressões	-5,85%	-740	**11 917**	**12 657**

Tabela 7 – Supressões por motivo (evolução 2021-2022)

Os ajustes programados ocorrem habitualmente durante períodos de férias, nomeadamente no verão, justificado pela adequação da oferta à procura. Contudo, observou-se, ao longo do ano, a necessidade de efetuar alguns ajustes à oferta, nomeadamente na Soflusa, por forma a garantir a manutenção dos navios da frota, bem como, para colmatar a falta de recursos humanos operacionais.

Viagens Suprimidas 2022

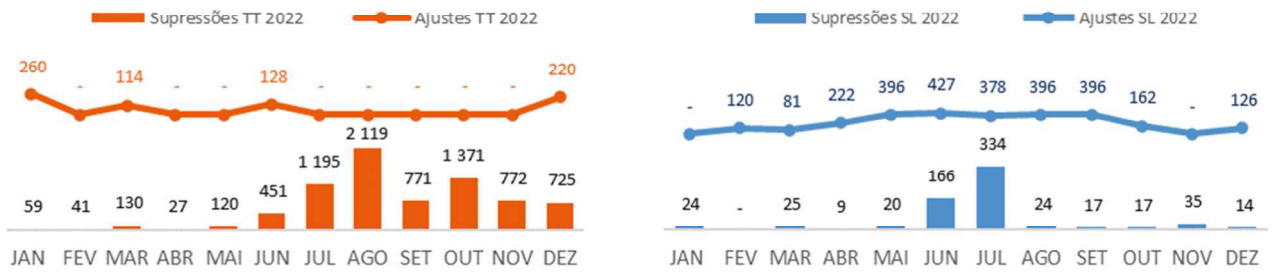


Gráfico 1 – TTSL - Distribuição do número de supressões ano de 2022

No gráfico anterior, observa-se também, um aumento muito significativo de supressões no último semestre do ano, nomeadamente na Transtejo. Estas são na sua grande maioria causadas pelo aumento do número de avarias, numa frota já muito envelhecida, mas também pelas paralisações motivadas por greve ou plenário.

4.1.1.3. Pontualidade

A TTSL não dispõe de mecanismos que permitam a aferição do indicador de pontualidade no destino, contudo, através do sistema de bilhética e com o fecho da sala de embarque para a partida da viagem respetiva é possível analisar de forma global se as partidas estão a ser realizadas dentro do intervalo aceitável e recuperável em viagem.

O resultado obtido dessa avaliação é o que se apresenta em seguida.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021	2022	2021
TT	Montijo - Terreiro do Paço	Taxa de Pontualidade	-0,44 pp	98,39%	98,84%
TT	Seixal - Cais do Sodré		-3,32 pp	96,23%	99,54%
TT	Cacilhas - Cais do Sodré		0,02 pp	99,85%	99,83%
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém		-1,18 pp	96,95%	98,13%
	Total TRANSTEJO		-0,73 pp	**98,71%**	**99,44%**
SL	Barreiro - Terreiro do Paço		-0,02 pp	99,84%	99,86%
	Total TTSL		-0,49 pp	**99,08%**	**99,58%**

Tabela 8 – Taxa de Pontualidade (2021-2022)

Os registos evidenciam que os fechos das salas de embarque foram realizados dentro do horário estipulado em 99,08% das viagens realizadas e que existiu um agravamento face aos níveis registados em 2021, devido ao aumento do número de avarias das embarcações já mencionado.

4.1.2. Procura

No ano em análise, a procura (número de passageiros transportados) nas ligações servidas pela Transtejo registou um acréscimo de +51,47% (+2.528 mil passageiros) e a Soflusa de +44,8% (+2.586 mil passageiros), relativamente ao ano anterior. Esta variação reflete, essencialmente, a retoma da mobilidade urbana face ao período pré-pandémico[17].

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador da Procura	Var.2022/2021		2022	2021
TT	Montijo - Cais do Sodré	(PT)	53,12%	300 075	865 027	564 952
		(PKT)	53,12%	4 486 721	12 933 884	8 447 162
TT	Seixal - Cais do Sodré	(PT)	43,95%	215 316	705 174	489 858
		(PKT)	43,95%	1 829 325	5 991 158	4 161 834
TT	Cacilhas - Cais do Sodré	(PKT)	53,04%	1 922 087	5 545 763	3 623 676
		(PT)	53,04%	4 132 487	11 923 390	7 790 903
TT	Trafaria - Porto Brandão - Belém	(PT)	38,96%	91 127	325 012	233 885
		(PKT)	38,96%	402 690	1 436 228	1 033 538
	Total TRANSTEJO	Passageiro Transportado (PT)	51,47%	2 528 605	7 440 976	4 912 371
		Passageiro.km Transportado (PKT)	50,63%	10 851 223	32 284 660	21 433 437
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	(PT)	44,80%	2 586 932	8 361 784	5 774 852
		(PKT)	44,80%	24 117 967	77 956 912	53 838 945
	Total TTSL	Passageiro Transportado (PT)	47,87%	5 115 537	15 802 760	10 687 223
		Passageiro.km Transportado (PKT)	46,46%	34 969 190	110 241 573	75 272 382

Tabela 9 - Indicadores de Procura (2021-2022)

4.1.2.1. Transporte de veículos

O serviço de transporte de veículos com motor foi realizado entre as estações da Trafaria e Belém. O transporte de veículos do ano de 2022, seguiu a tendência da restante procura da Transtejo, tendo registado uma recuperação de +34%.



Gráfico 2 – Evolução do número de veículos transportados (2018 - 2022)

[17] No ano de 2018 a Soflusa registou uma procura de 8.420 mil passageiros, e no ano seguinte, com a introdução dos títulos Passe Navegante (abril 2019) a procura alcançou os 9.115 mil passageiros, atendendo ao peço reduzido destes passes, enquadrados pelo PART.

4.1.2.2. Procura por tipo de título

Em 2022, verificou-se na TTSL, um aumento do número de passageiros com títulos regulares de +45,5%, e um aumento do número de passageiros ocasionais (Bilhetes e Zapping) de +60 %, face ao ano anterior.

Estes dados decorrem da análise da estrutura de procura por tarifário, apresentada na tabela seguinte:

Ligação Fluvial	Indicador da Procura	Var.2022/2021		2022	2021
Total **TTSL**	**TÍTULOS**	**47,87%**	**5 115 537**	**15 802 760**	**10 687 223**
	Títulos Próprios	**56,60%**	**1 040 878**	**2 879 918**	**1 839 040**
	Bilhetes	64,75%	623 651	1 586 749	963 098
	Bilhetes *(Zapping)*	53,97%	406 570	1 159 852	753 282
	Passes	8,69%	10 657	133 317	122 660
	Combinados	**23,59%**	**130**	**681**	**551**
	Navegante	**46,43%**	**4 029 207**	**12 707 324**	**8 678 117**
	Outros (1)	26,74%	45 322	214 837	169 515

(1) Inclui validações de apoio ao cliente e gratuitos

Tabela 10 – Procura por tipo de título de transporte (2021-2022)

Em 2022, foi mantida a estrutura de procura (passageiros transportados) por título, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

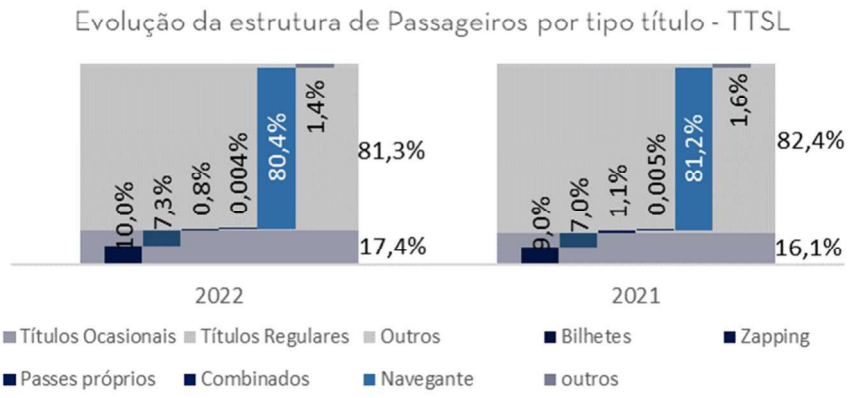


Gráfico 3 - Evolução da estrutura de passageiros transportados por tipo de título TTSL (2021-2022)

Releva-se, na análise à evolução da estrutura da procura por título, o decréscimo da quota de passageiros que recorreram aos títulos regulares, que passou, em 2022, a ser de 81,3%, destacando-se neste grupo a utilização preferencial do título Navegante com 80,4%, o fim dos Passes Combinados "TT/TST" nas ligações de Cacilhas e Trafaria[18] com efeitos no 2º semestre de 2022 e a perda de relevância dos Passes Próprios, principalmente nas ligações do Montijo e do Seixal, em contrapartida do aumento da relevância dos títulos ocasionais com destaque para o grupo de Bilhetes que passou a ser de 10%, resultado da maior utilização do transporte público em contexto pessoal, social e de lazer.

[18] Em julho de 2022, iniciou a atividade da **Carris Metropolitana,** uma marca criada pela Transportes Metropolitanos de Lisboa -TML, sob a qual operam grande parte dos transportes públicos rodoviários municipais e intermunicipais na área metropolitana de Lisboa, dando fim aos serviços prestados sobre a marca do operador TST, assim como aos títulos combinados que permaneciam em vigor TST / TT – AB e TST / TT – A2B, a 30.06.2022.
A TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. foi constituída a 17 de fevereiro 2021, pela AML – Área Metropolitana de Lisboa, seu acionista único, ao abrigo do decreto-lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, tendo como competência a gestão de sistemas de informação, bilhética e tarifários no âmbito dos serviços públicos de transporte de passageiros, bem como lhe foi delegado competência relativa a organização, planeamento, desenvolvimento e articulação de redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, dos equipamentos e infraestruturas.

4.1.2.3. Receitas tarifárias

A receita tarifária global apresentou um incremento de 47% em resultado do aumento da procura de passageiros. Conforme ilustra o gráfico seguinte, face a 2021, verifica-se em todas as naturezas de títulos uma subida, destacando-se o passe Navegante (+42%).

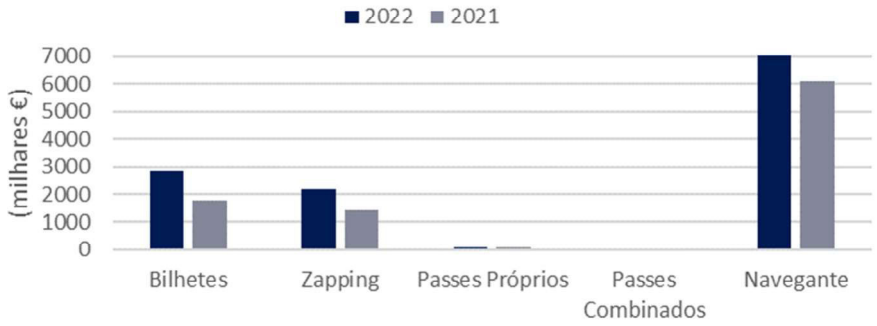


Gráfico 4 – Receitas Tarifárias por tipo de título TTSL (2021-2022)

A estrutura de receitas por título, em 2022, manteve-se idêntica ao ano anterior, observando-se, contudo, o efeito de atualização tarifária aplicada em exclusivo aos títulos próprios, que em conjunto com o aumento da procura originou o aumento da relevância dos Títulos Ocasionais. Destaca-se a recuperação do Zapping[19] título mais acessível do que o título "Bilhete simples", passando a ter uma importância de 16,1% na receita da atividade e o aumento do Título "Viva GO"[20] (incluído no grupo "Bilhetes"), em especial nas ligações do Seixal e Montijo, em que o passageiro efetua a travessia sem necessidade de custo adicional para a aquisição de cartão de suporte "VIVA viagem".

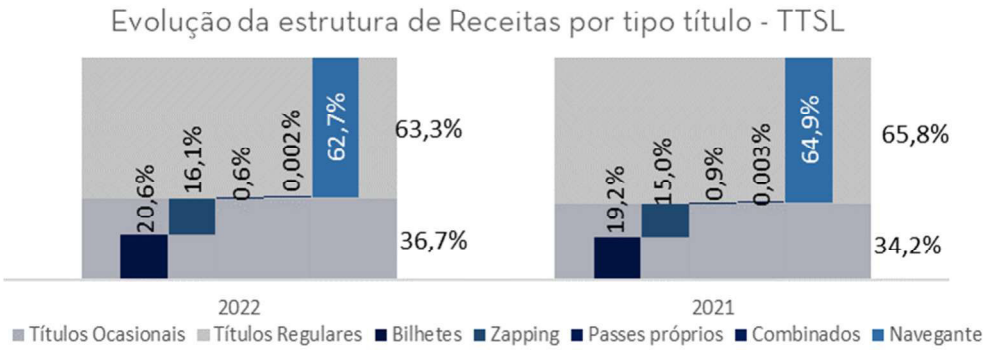


Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título TTSL (2021-2022)

[19] O título Zapping, foi criado em 2008, e teve os seus efeitos nas empresas do grupo desde essa data. Trata-se de um sistema de unidades intermodais de transporte que visa os utilizadores ocasionais e que evolui no sentido de abranger todos os operadores e redes, para uma maior simplificação tarifária. Vide Despacho n.º 1297/2011, de 14 de novembro.

[20] O VIVA Go, modalidade de pagamento de transporte público, válida nos operadores de transporte, pensada para quem viaja ocasionalmente implementada na TTSL desde 2019, é uma solução inovadora que permite a um titular de cartão Lisboa VIVA viajar em pós-pago, debitando o valor da viagem, que corresponde ao preço do bilhete simples, diretamente na conta bancária do titular.

4.1.3. Relacionamento com o Cliente

Em 2022, a TTSL manteve o funcionamento da bilheteira presencial e disponibilizou o acesso a equipamentos de venda automática e informações aos passageiros sobre tarifário e sobre as facilidades existentes nos respetivos interfaces. Sobre os serviços prestados, releva-se a igualdade na acessibilidade do transporte fluvial a todos os clientes, com a adoção de Design Universal dos Terminais e Estações da empresa, bem como, o desenvolvimento dos meios de comunicação oferecidos ao cliente.

4.1.3.1. Inovação e desenvolvimento da informação digital

Em 2022 foi dada continuidade à estratégia de comunicação digital iniciada em 2018, nomeadamente através da dinâmica nas plataformas de redes sociais Facebook (www.facebook.com/ttsltranstejosoflusa/) e Instagram, (www.instagram.com/ttsltranstejosoflusa/) da Empresa.

Em março de 2022, a TTSL criou a sua conta de LinkedIn, assumindo presença oficial nesta plataforma/rede profissional, de negócios e emprego tendo sido efetuadas 111 publicações, nas quais se incluem, além das divulgações habitualmente efetuadas nas plataformas das redes sociais, a divulgação de ações de recrutamento externo.

Ainda, neste âmbito, refira-se que no ano de 2022, foram efetuadas um total de 99 publicações, no Facebook e no Instagram TTSL, sendo estas divididas por três categorias – Engagement (52%), Comercial (30%) e Informação (18%), e abrangendo diversos temas, com vista à promoção da utilização do transporte publico e em particular do transporte fluvial e divulgação de campanhas de sustentabilidade ambiental, a mobilidade sustentável.

4.1.3.2. Campanhas e comunicações dirigidas ao passageiro

Além das comunicações relativas ao desenvolvimento da informação digital, destacam-se, ainda, no ano de 2022, as seguintes comunicações dirigidas ao passageiro:

Janeiro, 2022 - **TTSL disponibiliza testagem COVID-19 gratuita** - A TTSL – Transtejo Soflusa, cumprindo com a sua missão alargada de serviço público, disponibilizou, entre 20 de janeiro e 28 de fevereiro, aos seus utilizadores e público em geral, um serviço de testagem gratuito no terminal fluvial do Cais do Sodré.

Fevereiro, 2022 - **Novos hangares de estacionamento para bicicletas** - A TTSL- Transtejo Soflusa disponibiliza, aos seus utilizadores, seis hangares de estacionamento para bicicletas nos Terminais fluviais do Barreiro (2), Montijo (1) e Seixal (2), e na Estação fluvial da Trafaria (1), contribuindo para uma mobilidade mais sustentável. Esta solução de estacionamento de longa duração, que vai ao encontro da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030, representou um investimento financiado pelo Fundo Ambiental, ao abrigo do Programa de Estabilização Económica e Social.

Abril 2022 – **Através do seu olhar** – A TTSL lançou uma nova iniciativa - "Através do seu Olhar" - que consiste numa exposição digital fotográfica, presente em todo o sistema digital de informação. Os utilizadores/as do transporte público fluvial são convidados/as a partilhar, via formulário específico, fotografias inspiradas nas travessias diárias realizadas. Semanalmente, são selecionadas e publicadas 3 fotografias, de 3 autores/as diferentes.

Book Crossing - Para assinalar o Dia Mundial do Livro 2022, a TTSL lançou o "BookCrossing". Definida como "a prática de deixar um livro num lugar público para ser levado e lido por outras pessoas, que fazem o mesmo", esta iniciativa visa promover os hábitos de leitura e o intercâmbio de livros, junto dos/as passageiros/as, uma vez que o transporte fluvial é ideal à leitura.

Lançada como "teste piloto", envolvendo os terminais fluviais de Cacilhas, Cais do Sodré, Montijo e Seixal, prevê-se a definição do caráter permanente da iniciativa e a extensão da mesma às restantes estações fluviais, no próximo ano.

Junho, 2022 - **Rock in Rio 2022 | 18, 19, 25 e 26 de junho** - Para esta edição do Rock in Rio Lisboa, a TTSL – Transtejo Soflusa preparou uma oferta especial de Viagem "ida e volta" por, apenas, 2 euros. A TTSL esteve, ainda, representada no Stand de Mobilidade, existente no interior recinto, a par do Metropolitano de Lisboa e da Fertagus, prestando informação sobre a oferta do transporte fluvial bem como sobre a intermodalidade.

Julho 2022 - **Campanhas NOS ALIVE 2022 | 6, 7, 8 e 9 de julho** A TTSL renovou a parceria com a organização do NOS Alive, com a CP – Comboios de Portugal e associou-se à edição 2022 deste festival desenvolvendo e promovendo, nas suas várias plataformas (sistema digital de informação - terminais e estações fluviais e navio Almadense -, site oficial, redes sociais e rede profissional), algumas ofertas especiais, nomeadamente: bilhete combinado TTSL + CP por apenas 4€; carreiras extra nas madrugadas de dia 7, 8, 9 e 10 de julho, na ligação fluvial Cacilhas – Cais do Sodré; e desconto especial na viagem de ida e volta, na ligação fluvial Belém – Porto Brandão – Trafaria, por apenas 2,20€.

Agosto 2022 – Concurso público de concessão para instalação de espaços comerciais no Terminal fluvial do Seixal.

Setembro, 2022 - **Meo Kalorama 2022 | 1, 2 e 3 de setembro** - A TTSL apoiou a divulgação, no site oficial e no sistema digital de informação (terminais e estações fluviais e navio Almadense), da primeira edição "Meo Kalorama", festival de música que reúne bandas de referência, arte urbana e sustentabilidade, no Parque da Bela Vista, em Lisboa.

- **Combina e Move-te!** - A 21ª edição da Semana Europeia da Mobilidade e a 23ª edição do Dia Europeu sem Carros, de 16 a 22 de setembro.

O Futuro é Coletivo | Use os Transportes Públicos - A TTSL associou-se à campanha do IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes "O futuro é Coletivo", a qual visou promover o uso do transporte público coletivo.



A campanha teve uma exposição de mais de um mês, na Intranet, nas assinaturas de email, no sistema digital de informação (terminais e estações fluviais e navio Almadense), site oficial (com destaque na homepage), nas redes sociais e profissional.

27 Dezembro, 2022 - **Ano Novo, 100 lugares novos**! - Atenta à procura registada nesta ligação fluvial a TTSL desenvolveu e implementou o projeto que, previamente aprovado pela DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, contempla 100 novos assentos e duas jangadas salva-vidas adicionais (com capacidade para 50 pessoas cada), em cada navio.



4.1.3.3. Reclamações

A TTSL, mantém disponível, para o seu cliente, a possibilidade de efetuar reclamações acerca do serviço prestado, através do Livro de reclamações eletrónico, formulário no site institucional, correio eletrónico, livro de reclamações disponível nos terminais, bem como através de carta.

No ano de 2022 houve um aumento de 40% no número total de reclamações recebidas relativamente a 2021. Na Transtejo registou-se um aumento de +29% na Transtejo, e na Soflusa (+87%).

Apresenta-se em seguida, o número de reclamações, classificadas pelo motivo que as originou:

Empresa	N.º de Reclamações por motivo	Var.2022/2021		2022	2021	2020
TTSL	Atendimento	126%	92	165	73	54
	Equipamentos	24%	6	31	25	26
	Instalações - Terminais & Estações	29%	13	58	45	58
	Embarcações	-14%	-12	75	87	126
	Horários	56%	235	655	420	133
	Suportes Lisboa Viva	40%	4	14	10	17
	Suportes Viva Viagem	-40%	-2	3	5	2
	Acidentes/Conflitos	17%	1	7	6	18
	Diversos / Outros	-9%	-12	128	140	97
	Total de Reclamações	**40%**	**325**	**1 136**	**811**	**531**

Tabela 11 - Reclamações por motivos (2020-2022)

As reclamações recebidas durante o ano de 2022 refletiram, acima de tudo, o impacto negativo das persistentes perturbações de serviço, em especial aos dias úteis, na mobilidade e qualidade de vida dos passageiros/as do transporte público fluvial. Tais perturbações de serviço decorreram dos fortes constrangimentos de operação quer de recursos humanos operacionais quer da frota, levando a um aumento de (+56% | +235) reclamações por motivo de horário (TT= +92 e SL = +143).

4.1.3.4. Serviço de apoio ao Cliente/ Centro de atendimento

A TTSL mantém disponível para o cliente um Centro de Atendimento que integra vários serviços num único número de telefone e endereço de e-mail (apoio.cliente@transtejo.pt), onde se podem obter diversas informações sobre serviços prestados, nomeadamente esclarecimentos sobre títulos de transporte e tarifas mais adequadas, dúvidas relativas à emissão de faturas, percursos, horários de funcionamento dos vários serviços da empresa, informação sobre objetos perdidos e achados, entre outros.

Disponibiliza, ainda aos dias úteis entre as 8h30 e as 12h30 no Terminal Fluvial do Cais do Sodré um "**Ponto de navegante Urgente**" onde o passageiro se pode dirigir para obter a produção do seu cartão personalizado com entrega em 24h.

4.1.3.5. Serviço de apoio a Grupos

A política de apoio a grupos de escolas e instituições de cariz social, consubstanciada no desconto de 50% nas viagens de ida e volta, registou em 2022 um crescimento de n.º de passageiros face ao ano de 2021, de cerca de 187%.

Ao longo de 2022, foram registados um total de 522 passageiros em viagens de grupo (viagens de ida e volta, com desconto de 50%), com destaque para as ligações de Trafaria – Porto Brandão - Belém (32%), Cacilhas – Cais Sodré (24%) e Barreiro (23%).

De referir, ainda, que a procura de passageiros foi superior no 2.º trimestre do ano e que estes grupos são na sua maioria pertencentes a escolas públicas (ensino) e a instituições de cariz social, com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos.

4.1.3.6. Fiscalização e sensibilização do passageiro do transporte fluvial

Em 2022, manteve-se a incidência da fiscalização e da sensibilização sobre o momento da validação de títulos (embarque), e cumprimento da necessidade de utilização de máscara dentro do transporte[21], até agosto de 2022, conforme orientações e medidas de mitigação da Pandemia COVID19.

[21] Vide Decreto-Lei n.º 57-A/2022, de 26 de agosto, relativo às medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19, através do qual se procede à eliminação da obrigatoriedade do uso de máscaras ou viseiras na utilização de transportes coletivos de passageiros.

4.2. Atividades Complementares

A TTSL, além da atividade principal de prestação de serviço de transporte público, desenvolveu outras atividades geradoras de receita e potenciadoras da atratividade das *interfaces* que dispõe. Estas atividades são entre outras, a concessão de espaços comerciais (bares, lojas), ao abrigo de respetivos contratos, a concessão do parque de estacionamento do Seixal e do Barreiro, ao abrigo de contratos com a Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A., bem como, o Protocolo de colaboração entre a Transtejo e a Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. A TTSL promoveu igualmente, apoios e patrocínio a iniciativas de âmbito educacional, social, desportivo, artístico e cultural.

4.2.1. Receitas Não Tarifárias

A referida exploração de atividades não transporte, proporcionando aos clientes um conjunto de serviços e comodidades complementares, permitiu obter rendimentos suplementares, conforme se detalha na tabela seguinte:

Empresa	Atividades Acessórias *(milhares de €)*	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	Espaços Comerciais	42,28%	102	345	242	326
	Espaços para Publicidade	21,40%	10	54	45	49
Total TTSL	Parques de Estacionamento	16,38%	12	88	76	59
	Protocolo Carristur	99,01%	82	166	83	92
	Total	46,39%	207	**653**	**446**	**526**

Tabela 12 - Rendimentos (consolidados) de Atividades Acessórias (2020-2022)

A taxa de ocupação dos 42 espaços comerciais TTSL era no final do ano de 2022, de 85,71%, uma evolução negativa, face a 2021, em grande parte pela redução do número de espaços concessionados na Transtejo, nomeadamente a desocupação de 2 quiosques exteriores no terminal fluvial do Seixal.

Assinala-se um aumento do rendimento global, motivado essencialmente, pelo aumento de receita da concessão de espaços comerciais, mas também, pelo aumento da receita dos parques de estacionamento do Barreiro, e do Seixal, da receita associada ao Protocolo Carristur – cruzeiros no Tejo, principalmente derivado do facto de terem sido levantadas as restrições à circulação impostas pela pandemia do Covid 19.

Apresenta-se, em seguida, a estrutura dos rendimentos não tarifários:

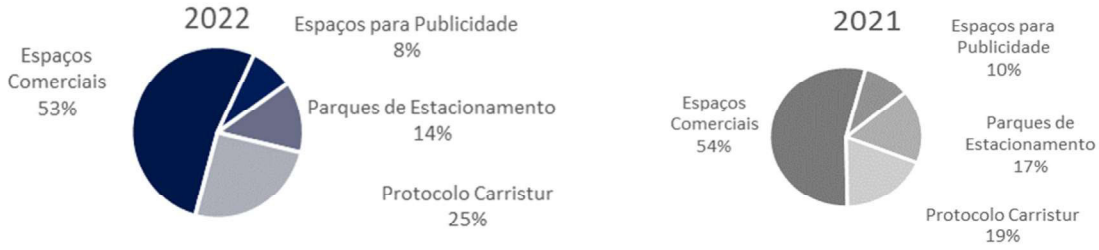


Gráfico 6 – Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários TTSL (2021-2022)

5. Gestão Corporativa

5.1. Segurança e Vigilância

5.1.1. Autoridade de Segurança da Exploração

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança da Exploração, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e a promoção de ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração. Neste sentido, devem ser desenvolvidos os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações e à circulação de pessoas e bens dentro da Organização.

Enumeram-se, seguidamente, as principais ações e medidas preventivas, levadas a cabo em 2022, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

a) Acompanhamento das vistorias e inspeções, para certificação e classificação dos navios e pontões;
b) Acompanhamento das ações de manutenção, teste e inspeção anual, realizadas por entidade externa certificada, aos equipamentos e meios de combate a incêndio de todas as embarcações e instalações da Empresa;
c) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de combate a incêndio de todas as instalações e embarcações da Soflusa;
d) Vistorias e testes aos equipamentos de deteção de incendio de todas as instalações;
e) Acompanhamento das ações de manutenção preventiva, teste e inspeção bianual, realizadas por entidade externa certificada, aos desfibrilhadores automáticos externos (DAE) nos terminais;
f) Implementação de medidas de autoproteção em todas as instalações da Empresa, bem como a atualização do Manual de Segurança e Proteção do Ambiente e do Plano de Emergência Interno.

Em 2022, em cumprimento com o supramencionado Despacho do MEPAT, foi elaborado o Programa Anual de Segurança para o ano de 2023, bem como, os relatórios semestrais de acompanhamento do Programa do 2º semestre 2021 e do 1º semestre 2022, documentos reportados ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT).

5.1.2. Vigilância e Segurança Humana (*security*[22])

Em 2022, manteve-se, o modelo de gestão desta atividade, dando continuidade ao processo em curso nos anos anteriores, designadamente:

a) Gestão do contrato e do serviço de Vigilância e Segurança Humana, procedendo a correções pontuais ou definitivas de forma a acomodar as necessidades de serviço;
b) Acompanhamento da prestação de serviços gratificados contratados com as forças policiais (Polícia Marítima e PSP);

[22] *Security*- Segurança relacionada nomeadamente com o património, segurança pessoal. Segurança para proteger terceiros de atos intencionais (ex. videovigilância).

c) Planeamento e reforço operacional em situações de greve, plenário, falha de navios e outros eventos de massas que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos;

Foram ainda realizadas visitas trimestrais aos postos de vigilância existentes em todos os edifícios da empresa, a fim de aferir o cumprimento das obrigações contratuais do prestador de serviços.

Destaca-se o acompanhamento da manutenção dos equipamentos do sistema automático de deteção de intrusão e roubo (SADIR), de deteção de incêndio (SADI), de combate a incêndio (carretéis e extintores), de CCTV (videovigilância) e, ainda, dos Desfibrilhadores Automáticos Externos (DAE), no intuito de aferir o seu estado de funcionamento e de corrigir eventuais problemas. Os equipamentos dos sistemas referenciados, bem como a respetiva sinalética nos edifícios e embarcações, foram objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima trimestral, sendo que a respetiva manutenção anual foi assegurada por empresas externas certificadas.

Foram, também, realizados testes trimestrais aos equipamentos do SADIR e do SADI existentes em todos os edifícios da empresa, e instalados novos equipamentos no armazém do Barreiro (SADIR e Iluminação de emergência) e nos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro (UPS para o CCTV), investimento efetuado com apoio do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), no montante global de 29 mil €. Foram ainda instalados equipamentos no terminal de Cacilhas (acréscimo de detetores e substituição da central de incêndio do SADI) e na estação de Belém (substituída a central do SADIR).

5.1.3. Higiene e Segurança no Trabalho (*safety*[23])

No ano de 2022, foram realizadas 16 visitas técnicas aos postos de trabalho no âmbito da segurança e saúde no trabalho, tendo a Soflusa contado com a prestação de serviço externo por parte da Ecosaúde, S.A.

No decorrer das visitas técnicas foram realizadas ações de sensibilização sobre a utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) atribuídos a cada trabalhador. Manteve-se de igual forma a sensibilização para os comportamentos defensivos e de higiene a adotar para prevenção da infeção por SARS-COV-19, e foi distribuído equipamento de proteção para o mesmo efeito.

Durante o ano de 2022 foi feita uma análise de risco à categoria profissional Maquinista bem como uma sensibilização sobre o risco de exposição ao ruído funcional, a qual foi acompanhada pela distribuição de novos atenuadores de ruído a estes trabalhadores.

Em 2022, a sinistralidade laboral registou 38 acidentes, uma ligeira melhoria face ao ano de 2021.

Empresa	Indicadores Segurança no Trabalho	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	Sinistralidade no trabalho					
	N.º Acidentes de trabalho	-7,32%	-3	38	41	30
TTSL	N.º Contraturas musculares e contusões dos membros superiores	23,08%	3	16	13	12
	Consequências dos acidentes de trabalho					
	Dias de trabalho perdidos devido a acidentes	32,93%	544	2196	1652	999

Tabela 13 – Indicadores de Segurança no trabalho (2020-2022)

[23] *Safety* - Segurança relacionada nomeadamente com a saúde, integridade física, proteção de perigos. Segurança para prevenção de atos não intencionais (ex. segurança de equipamentos de trabalho).

5.1.4. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, encontram-se estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências visando determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.

Empresa	Indicadores de Sinistralidade	Var.2022/2021		2022	2021	2020
TTSL	**I. Total de Acidentes (AT+ E + AP + AV)**	**25,8%**	**16**	**78**	**62**	**62**
	Acidentes de Trabalho (AT)	-7,3%	-3	38	41	30
	Emergências (E)	300,0%	3	4	1	0
	Acidentes com Passageiros e nos Terminais (AP)	94,4%	17	35	18	31
	Acidentes em viaturas transportadas (AV)	-50,0%	-1	1	2	1
	II. Incidentes Criminais	**34,0%**	**17**	**67**	**50**	**58**
	III. Outros	**73,0%**	**27**	**64**	**37**	**50**
	Embates e avarias com passageiros a bordo	0,0%	0	2	2	1
	Doença súbita a bordo de passageiro	36,8%	7	26	19	20
	Doença súbita em terminal fluvial	91,7%	11	23	12	5
	Outras Ocorrências	225,0%	9	13	4	24
	Total (I)+(II)+(III)	**40,3%**	**60**	**209**	**149**	**170**

Tabela 14 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2020-2022)

Em 2022, registaram-se duas ocorrências na Transtejo e duas ocorrências na Soflusa enquadradas nas **Emergências de [Grau 1],** isto é, ocorrências em que foi possível resolver as situações/sinistros pelos próprios meios da empresa. No caso da Transtejo, tratou-se de duas colisões, ambas causadas por avaria no navio, uma no navio Aroeira que resultou num embate contra um pontão e outra do navio São Julião num embate contra a muralha. Já no caso da Soflusa tratou-se de uma colisão entre os navios Miguel Torga e Algés (navio da frota da Transtejo), sendo que esta foi apenas contabilizada na Soflusa e de um princípio de incêndio na casa da máquina do navio Fernando Pessoa. Não se registaram ocorrências enquadradas em Emergências de [Grau 2, 3].

Relativamente às restantes tipologias de ocorrências, verificou-se um aumento generalizado da sinistralidade (+ 38,9%), com exceção de acidentes em viaturas transportadas, devido ao aumento verificado no número de passageiros, uma vez que as restrições à circulação impostas pela pandemia de Covid 19 foram levantadas.

5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, destacam-se as atividades desenvolvidas, com maior relevância:

a) Acompanhamento do Plano de Racionalização do Consumo de Energia para o triénio 2020-2022;
b) Sensibilização para a utilização racional e eficiente dos consumos de água e energia através da intranet e do sítio da internet da TTSL;
c) Monitorização das medidas impostas na RCM n.º 141/2018 com vista à redução do consumo de plástico e outros consumíveis e à promoção da economia circular;
d) Preparação para a Elaboração dos Planos de Eficiência Energética ECO.AP.2030[24].

5.2.1. Principais indicadores Ambientais

O combustível (Gasóleo) foi, em 2022, o principal recurso energético consumido na exploração da atividade de transporte de passageiros. Este ano registou-se uma redução do consumo de energia e consequente redução das emissões de GEE tanto na Transtejo como na Soflusa em consequência da diminuição da oferta.

Empresa	Indicadores Ambientais	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	Consumo energético					
	Gasóleo das embarcações (L)	-2,28%	-263 920	11 306 783	11 570 703	11 230 286
	Consumo total de energia elétrica (kWh)	-3,79%	-53 899	1 546 692	1 422 609	1 513 836
TTSL	Energia elétrica para tração (kWh)		0	0	0	0
	Energia elétrica com exceção da tração (kWh)	-3,79%	-53 899	1 546 692	1 422 609	1 513 836
	Emissões GEEs					
	Emissões CO2 (eq.)* (10^3 Ton)	-2,28%	-1	28	29	28

* Emissões diretas. Fator de emissão do fornecedor

Tabela 15 – Principais indicadores ambientais (2020-2022)

[24] O Barómetro de Eficiência de Recursos na Administração Pública (Barómetro ECO.AP) é uma ferramenta que tem como objetivo caraterizar, comparar e divulgar os consumos e emissões da Administração Pública, conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro vide https://www.barometroecoap.pt/.

5.3. Gestão de Recursos

5.3.1. Recursos Materiais

5.3.1.1. Caracterização da Frota de navios

A exploração da atividade da Transtejo foi realizada por uma frota constituída por 7 catamarans (classe Algés/S. Julião) e 8 monocascos (classe Cacilhense + S. Jorge e Alemã (S. Paulus)) para transporte de passageiros e 2 Ferrys catamarans de passageiros e veículos (estes últimos mais recentes). Todas as embarcações são a motor com combustão a Gasóleo.

Os catamarans da classe Algés/S. Julião estão designados para a operação nas ligações do Montijo e do Seixal em conjunto com os dois catamarans da classe Austal afretados à Soflusa. O navio S. Jorge e as embarcações da classe Cacilhense operam geralmente na ligação de Cacilhas e os navios mistos de passageiros e viaturas, da classe Ferry, servem a ligação da Trafaria – Porto Brandão – Belém. O navio S. Paulus está vocacionado para o serviço de turismo no rio Tejo, encontrando-se ao serviço da Carristur, no âmbito de Protocolo em vigor, referente à atividade marítimo-turística – "Cruzeiros no Tejo"[25].

Os 8 navios da classe *Damen* operaram exclusivamente na Soflusa. (Ligação do Barreiro), com a capacidade de transporte de 600[26] passageiros e idade média de 18 anos.

No final de 2022, a frota global da Transtejo era composta por 17 navios, com idade média de 33,5 anos e com a seguinte tipologia:



Classe Algés/S. Julião– 7 navios
Catamaran com capacidade
para 487 passageiros*
Idade média: 26 anos



Classe S. Jorge – 1 navio
Monocasco com capacidade
para 996 passageiros
Idade média: 30 anos



Classe Cacilhense – 5 navios
Monocasco com capacidade
para 408 passageiros*
Idade média: 41 anos



Classe alemã – 1 navio
Monocasco com capacidade
para 280 passageiros
Idade média: 63 anos



Ferry catamaran – 2 navios
Ferry com capacidade
para 360 passageiros e 29 veículos
Idade média: 12 anos



Ferry convencional - 1 navio
Ferry Monocasco com capacidade
para 346 passageiros e 24 veículos
Idade média: 68 anos

*Redução face ao ano anterior, por efeito da conclusão do projeto de aumento de lotação para bicicletas abordo dos navios, com efeitos durante todo o ano 2022.

Ilustração 4 - Frota da Transtejo, em 31-12-2022

[25] Durante o ano de 2022, os navios S. Jorge, Chiado, Madragoa, Dafundo, Pedro Nunes, Castelo, Fantasia, Lisbonense e Eborense não operaram por falta de certificado de navegabilidade

[26] No final de 2022 encontrava-se em fase de conclusão o projeto de aumento de lotação dos navios da classe Dámen de 600 para 700 lugares (concluído, entretanto, em janeiro de 2023), projeto com cobertura financeira assegurada pelo Fundo Ambiental.

No final de 2022, a frota global da Soflusa era composta por 11 catamarans, com idade média de 19 anos e com a seguinte tipologia:



Classe Dámen – 8 navios
Catamaran com capacidade
para 700 passageiros**
Idade média: 18 anos



Classe Austal – 2 navios
Catamaran com capacidade
para 320 passageiros
Idade média: 20 anos



Navio Fantasia
Catamaran com capacidade
para 146 passageiros
Idade média: 23 anos

**Conclusão do projeto de aumento de lotação da frota de 600 para 700 lugares, com efeitos a 01.01.2023.

Ilustração 5 - Frota da Soflusa, em 31-12-2022

5.3.1.2. Gestão e Manutenção da Frota

A Manutenção da Frota (navios e pontões) de cada uma das empresas é da responsabilidade interna da Direção de Manutenção (DMN), embora com modelos de Gestão diferenciados:

- O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Transtejo é assegurado internamente, compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, a obtenção de certificação estatutária e de classe. A realização de grandes intervenções em motores e docagem de navios e pontões, de obrigatoriedade periódica, é efetuada por entidade externa, com recurso a concursos públicos (consideradas no Plano de Investimentos e no Orçamento de Exploração).
- O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Soflusa é assegurado por uma entidade externa. A Soflusa tem vindo a recorrer à subcontratação do serviço de gestão técnica, tendo em 26.04.2021 celebrado um contrato plurianual de Manutenção Global com o consórcio composto pela S&C-Gestão de Navios e Tripulações, Lda. e pela Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. com termino a 31-12-2022. Este contrato contempla serviços de manutenção global de 8 navios da classe Damen e 2 navios da classe Austal da frota da Soflusa, nos quais se incluem, entre outras, as manutenções preventivas, as corretivas, e as grandes intervenções. Cabe a este consórcio coordenar as atividades de manutenção, tendo em vista a obtenção de certificação estatutária e de classe da frota e a realização de grandes intervenções em motores, de obrigatoriedade periódica (consideradas no Plano de Investimentos).

Os Planos de Manutenção têm vindo a contemplar o objetivo estratégico de recuperar o atraso nas intervenções indispensáveis para manter as condições de operacionalidade da frota de navios e pontões, assegurando que estes equipamentos se encontram em perfeitas condições técnicas, de segurança, fiabilidade e detentores de Certificados de Navegabilidade devidamente validados pelas autoridades marítimas.

Este ano houve um aumento do n.º de horas de manutenção da frota (+7,4%), face ao ano de 2021, maioritariamente relacionado com ações de manutenção corretiva em navios, sendo de referir que este indicador é em grande parte influenciado pelo n.º de docagens, grandes intervenções, assim como pela quantidade de sinistros registados. Em 2022, destaca-se o aumento de horas de manutenção (+223%) do navio Sé, essencialmente pelo facto de no ano de 2021 ter estado inoperacional, devido a intervenção de remotorização. No que respeita aos pontões, registou-se uma redução de (-38,5%) no número de horas de manutenção.

Durante o ano de 2022 foram registadas 16 participações de sinistro, sendo 5 pela Transtejo, referentes a ocorrências nos navios Aroeira (2), Algés, Sintrense e S. Julião e 11 pela Soflusa referentes a ocorrências nos navios Jorge de Sena (2), Gil Vicente (2), Miguel torga (1) Damião de Goes (1), Fernando Namora (1), Fernando pessoa (1), Cesário Verde (2) e Almeida Garret (1), totalizando assim mais 3 participações face ao ano anterior.

5.3.1.2.1. Transtejo

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, foram realizadas intervenções que envolveram gastos de aproximadamente 1,7 milhões de Euros, com a seguinte distribuição:

euros

REAL 2022	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS				Total GASTOS
Grandes Rubricas	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais	
Campolide	0	0	18 373	5 584	23 957
Dafundo	0	0	6 714	4 216	10 930
Eborense	0	0	0	4 595	4 595
Seixalense	0	6 617	1 910	10 792	19 320
Sintrense	0	0	65 597	6 338	71 935
Algés	0	90 004	12 134	78 900	181 038
Castelo	0	0	17 844	14 498	32 342
São Julião	0	2 765	18 099	90 716	111 580
Aroeira	0	307 415	67 919	67 665	442 999
Carnide	0	0	6 369	120 049	126 418
Sé	0	86 685	43 088	19 088	148 861
Lisbonense	0	0	0	1 757	1 757
Almadense	0	11 377	20 447	37 254	69 078
Comuns à Frota	0	0	350	31 743	32 093
TOTAL	**0**	**504 863**	**278 844**	**493 194**	**1 276 902**

Tabela 16 – Gastos de Manutenção por navio da Transtejo (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 477.465€ com a manutenção dos pontões (infraestruturas flutuantes para atracação das embarcações) e outros gastos comuns de manutenção, perfazendo 1.754.367€, registados em Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

Destacam-se, em 2022, a execução entre outras intervenções o início das docagens do navio Aroeira, e do pontão Santo Condestável (199 mil €), com conclusão em 2023, a remotorização do navio Algés e a beneficiação dos passadiços do pontão Seixalinho (165 mil €).

5.3.1.2.2. Soflusa

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, foram realizadas intervenções que envolveram gastos de aproximadamente 3,7 milhões de Euros, com a seguinte distribuição:

euros

REAL 2022 Grandes Rubricas	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS				Total GASTOS
	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais	
Damião de Goes	591 441	0	0	0	591 441
Miguel Torga	192 191	0	0	23	192 213
Fernando Namora	192 191	0	0	0	192 191
Gil Vicente	589 409	0	35 098	0	624 507
Jorge de Sena	192 191	0	0	23	192 213
Almeida Garrett	564 909	0	0	23	564 931
Fernando Pessoa	192 191	0	0	0	192 191
Antero de Quental	192 191	230 092	25 694	16	447 992
Cesário Verde	483 224	0	1 708	0	484 932
Pedro Nunes	192 191	0	0	0	192 191
Fantasia	0	0	0	0	0
Comuns	- €	- €	- €	2346	2 346
TOTAL	**3 382 127**	**230 092**	**62 500**	**2 429**	**3 677 148**

Tabela 17 - Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 11.500€ referente a manutenção dos pontões (infraestruturas de atracação das embarcações), perfazendo o total de 3.688.648€ – Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

Destacam-se, em 2022, a conclusão das docagens dos navios: Gil Vicente e Antero de Quental, ambas iniciadas em 2021, bem como as docagens dos navios Damião de Goes, Almeida Garrett e Cesário Verde (esta última encontrando-se em curso).

5.3.1.3. Gestão das Infraestruturas (ILD)

A Manutenção das Infraestruturas de Longa Duração (ILD) ao serviço da TTSL, interfaces essenciais à operacionalização do Serviço de Transporte Público Fluvial, compreende a realização de intervenções corretivas e preventivas, no sentido de garantir a segurança tanto de passageiros como de trabalhadores.

Em 2022 deu-se continuidade ao contrato, iniciado em finais de 2020, de conservação de edifícios e manutenção de instalações técnicas da Transtejo. Tendo por objeto a conservação dos edifícios, a manutenção de instalações técnicas, sistemas/equipamentos de AVAC e elevadores, foi possível diagnosticar e realizar intervenções prioritárias, visando corrigir situações de maior risco e urgência e planear a realização de intervenções mais profundas.

Da análise efetuada aos edifícios da Empresa verificou-se que as patologias incidiam em infiltrações e irregularidades nas coberturas, tornando premente a sua reabilitação e impermeabilização. Com o apoio do subsídio ao investimento obtido através do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), iniciado em 2020, foi possível o desenvolvimento das seguintes intervenções:

Transtejo:

- Concluída, em 2022, a empreitada de "Substituição da cobertura do Terminal Fluvial do Seixal" com a remoção das placas de fibrocimento com asbestos, visando a melhoria das condições de segurança e conforto;
- Dada continuidade à empreitada, iniciada em 2021, de "Construção das instalações de apoio à manutenção na Doca 13;

Soflusa:

- Remodelação da Bilheteira e Sala de Controlo do Terminal Fluvial do Barreiro;
- Construção de nova Sala de Controlo do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço;
- Vedação do Parque de Combustíveis do Terminal Fluvial do Barreiro.

Dando continuidade à política da melhoria das condições de conforto, bem como da segurança das instalações foram efetuadas diversas beneficiações nos terminais/estações e edifícios da Transtejo, dando ênfase a:

a) Continuação dos trabalhos de beneficiação das não conformidades detetadas pelo Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas;
b) Aquisição de bens e consumíveis diversos para garantir a manutenção dos espaços e equipamentos (geradores, sistema AVAC, elevadores, entre outros);
c) Reparação/substituição e beneficiações diversas em portas e portões de embarque/desembarque (p. ex. TF Seixalinho, TF Cacilhas, EF Belém e TF Cais do Sodré);
d) Reparação/substituição de equipamentos AVAC (p. ex. EF Trafaria, EF Belém, TF Cais do Sodré);
e) Substituição de vidros (p. ex. EF Belém e TF Cais do Sodré);
f) Beneficiação nas redes de água e esgotos (incluindo unidades de aquecimento de águas (p. ex.TF Seixal) - manutenção/limpeza de poço de bombagem de águas residuais do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e substituição do ramal de água potável de abastecimento aos navios na Doca 13;
g) Substituição do termoacumulador do TF do Seixal;
h) Intervenção no PT do Terminal Fluvial do Seixal com resolução da avaria;
i) Substituição de estores no Terminal Fluvial do Cais do Sodré;

j) Beneficiação/reparação nas instalações sanitárias públicas e privadas de todos os terminais e estações fluviais;
k) Beneficiação/reparação em salas de embarque/desembarque (p. ex. TF Seixal - pintura e colocação de vedante nos vidros), TF Cais do Sodré (pintura) entre outros;
l) Instalação de diversas vedações de segurança destacando-se a vedação da muralha jusante do TF Cais do Sodré, na EF de Belém e EF da Trafaria;
m) Pinturas de conservação em vários locais (p. Ex. pavimento da cozinha da EF da Trafaria, bilheteira e corredor da EF Porto Brandão, estruturas metálicas interiores/exteriores no TF Cais do Sodré, entre outros);
n) Aquisição e colocação de diversa sinalética de segurança (p. ex. Trafaria, Belém e Cacilhas);
o) Beneficiação/reparação de spots de iluminação nos diversos terminais, estações e edifícios da Transtejo;
p) Início da monitorização das correntes marítimas na zona de Cacilhas II;

E na Soflusa a:

a) Aquisição de bens e consumíveis diversos para garantir a manutenção dos espaços e equipamentos (p. ex. gerador, sistema AVAC -aquecimento, ventilação e ar condicionado, entre outros);
b) Conclusão da remodelação da bilheteira e sala de controlo do Terminal Fluvial do Barreiro;
c) Colocação de película nos vidros interiores da sala de controlo do Terminal Fluvial do Barreiro;
d) Conclusão da construção de vedação do parque de combustíveis do Terminal Fluvial do Barreiro;
e) Conclusão da empreitada de construção da nova sala de controlo do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço;
f) Reparação/substituição de equipamentos de AVAC (p. ex. TF Barreiro);
g) Beneficiação/reparação na rede de água e esgotos em ambos os terminais;
h) Beneficiações diversas em portões/portas de embarque em ambos os terminais;
i) Beneficiação/reparação de spots de iluminação em ambos os terminais;
j) Início da reparação do grupo gerador do Terminal Terreiro do Paço;
k) Aquisição e colocação de sinalética de segurança no TF Terreiro do Paço.

Em termos de eficiência energética, deu-se continuidade ao processo de substituição de diversas luminárias por LED, prevendo-se continuar com esta boa prática nos próximos anos, adquirindo luminárias mais eficientes.

5.3.2. Recursos Tecnológicos

5.3.2.1. Gestão e manutenção de equipamentos de bilhética

A manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema de bilhética da Transtejo/Soflusa, foi, em 2022, assegurada por um prestador de serviço externo.

5.3.2.2. Informação ao passageiro em tempo real

Dando seguimento ao projeto de melhoria das condições de Informação ao Público, iniciado em 2018 – designadamente, proporcionando informação em tempo real sobre o serviço, com recurso a painéis eletrónicos instalados nos terminais, foram em 2022, melhorados conteúdos e canais de difusão, promovendo a permanente atualização de informação, disponibilizada em várias plataformas digitais, nomeadamente no Site e APP institucionais, no *Google Maps* e na plataforma Transporlis.pt.

5.3.2.3. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas na TTSL, ao longo de 2022, foram desenvolvidas melhorias com a evolução dos seguintes projetos:

a) Aquisição do software de gestão de escalas Gist 3 e início da sua implementação;
b) Continuação da renovação de equipamentos informáticos para postos de trabalho com a aquisição de computadores portáteis;
c) Upgrade da central telefónica do Cais do Sodré para integração via VoIP dos telefones de Cacilhas e Terminais/Estações da Transtejo;
d) Substituição dos relógios de ponto, por modelos mais recentes e mais fiáveis;
e) Implementação de MFA (Multi Factor Authentication) para ligações VPN à empresa;
f) Implementação de um Endpoint de Proteção, Defesa, e Resposta para aumentar a segurança dos sistemas de informação da empresa.

5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna

Em dezembro de 2022, realizou-se a auditoria de conformidade legal, aos âmbitos Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo sido identificadas na Transtejo 1 -"Oportunidade de Melhoria", 36 -"Não conformidades" e 27 -"Observações", e na Soflusa, 1 - "Oportunidade de Melhoria", 34 - "Não conformidades" e 19 – "Observações", matérias que serão acompanhadas no ano 2023 com vista à sua resolução.

No âmbito da Gestão de Risco, foi realizado, em 2022, o **Relatório de execução do PPRCIC - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021**, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023 e carregado no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 1 de março de 2023.

O Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, respeitante ao exercício de 2022, encontra-se em fase de elaboração.

5.5. Gestão da Marca

A Gestão da Marca engloba a comunicação com o Cliente, a promoção da comunicação interna e o estabelecimento e gestão de acordos e parcerias com diversas entidades institucionais, foi mantido o modelo de gestão dos anos anteriores. Destacam-se, os seguintes eventos:

Live Talks APDC

Em maio de 2022 a convite do prestador de serviços Inetum, a TTSL, participou nas Live Talks do 31.º Digital Business Congresso da APDC, associação representativa das TIC e Media em Portugal, partilhando a sua experiência de digitalização da informação ao passageiro/a, a qual contribui para o alcance dos seus objetivos de diminuição da pegada carbónica da atividade e de acrescentar valor ao serviço prestado diariamente.



Conferência "ONmobility"

No dia 20 de setembro, a Presidente do Conselho de Administração da TTSL - Transtejo Soflusa, Dra Marina Lopes Ferreira, foi uma das convidadas do debate "Mobilidade Integrada: Sustentabilidade e Futuro ", integrado na Conferência "ONmobility", organizada pela Câmara Municipal da Amadora, no âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade 2022.

No painel, onde estiveram representados os vários modos de transporte e players do ecossistema de mobilidade da Grande Lisboa, foram analisadas e debatidas medidas e soluções a adotar para uma eficaz integração intermodal, que permita a evolução para uma mobilidade mais racional e sustentável e para cidades mais inclusivas e mais ecológicas.

Oportunidade para dar a conhecer o projeto de renovação da frota Transtejo, enquanto exemplo de uma mudança de paradigma única e totalmente inovadora, promotora de maior eficiência e sustentabilidade.

Adjudicação da construção e fornecimento das estações de carregamento da nova frota elétrica Transtejo

No dia 16 de setembro, foi adjudicada ao agrupamento CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A. / SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., com referência à proposta vencedora do Concurso Público Internacional, a empreitada de conceção/construção e fornecimento de estações de carregamento, pelo valor de Euros 14.446.956,73.

Este projeto visa dotar os terminais fluviais do Cais do Sodré, Cacilhas, Seixal e Montijo de estações de carregamento de energia de terra para a nova frota de navios elétricos da Transtejo.

Nova frota elétrica | Navio Leader _ 1.º teste de navegação

Em setembro, o navio Leader "Cegonha – branca" realizou com sucesso, o seu primeiro teste de navegação, ao qual se seguiu a sua prova de mar.

Nova frota elétrica | Navio Leader _ Viagem inaugural

No dia 18 de novembro, o rio Eo - Astúrias, Espanha - foi o cenário da viagem inaugural do navio Leader "Cegonha - branca".

O Conselho de Administração da Transtejo marcou presença neste importante momento da história da empresa e do transporte público fluvial.

Presentes estiveram, também, as equipas técnicas responsáveis pela execução e acompanhamento da construção faseada dos dez navios de propulsão elétrica.

Na visita técnica aos Astilleros Gondán, oportunidade, ainda, para conhecer o segundo navio da nova frota - "Garça – vermelha" -, o qual havia sido lançado à água dias antes.

5.5.1. Apoios e parcerias institucionais

A TTSL em 2022 apoiou:

- A campanha **"Testar é fundamental".** No âmbito da sua responsabilidade social, a TTSL divulgou, ao longo do mês, várias peças de informação e sensibilização sobre a testagem COVID-19, no sistema digital de informação (terminais e estações fluviais e navio Almadense) e nas redes sociais e profissional.
- A campanha de recrutamento da **Força Aérea** relativa ao concurso em Regime de Contrato nas categorias de Oficiais e Praças.
- A campanha ao **Voto Antecipado a 23 de janeiro.** A TTSL divulgou a campanha relativa às Eleições Legislativas, nas suas várias plataformas digitais.
- Campanha para **Dádiva de sangue.** A TTSL, no âmbito da sua responsabilidade social, associou-se ao apelo do Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) e divulgou, nas suas redes sociais, a necessidade de dádiva urgente de sangue.
- A campanha das Águas de Portugal "**Poupe água hoje para ter amanhã**" não gaste mais do que precisa, com o objetivo de sensibilizar a população para uma utilização mais racional da água, no dia a dia, quer junto do seu público externo quer junto do público interno.
- **Vídeos promocionais dos municípios** - A TTSL promoveu a cultura e turismo dos 5 municípios que serve – Almada, Barreiro, Lisboa, Montijo e Seixal – através da publicação dos vídeos promocionais oficiais, no sistema digital de informação
- **Comemoração do Dia 25 de abril.** A TTSL, cumprindo com a sua responsabilidade social, apoiou a divulgação das iniciativas da Comissão 50 anos 25 de abril, no âmbito do arranque das comemorações dos 50 anos da Revolução, da liberdade e da democracia em Portugal, a assinalar em 2024. A campanha foi divulgada no sistema digital de informação
- **Dia da Europa 2022** ação promovida pela União Europeia e o Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) - que contemplou uma exposição itinerante na qual estão retratadas algumas iniciativas do setor da mobilidade apoiadas pelo Eixo Prioritário I: Apoiar a transição para a economia com baixas emissões de carbono em todos os setores. Nesta exposição, patente no Terminal fluvial do Cais do Sodré, foram apresentados projetos de relevo - incluindo o Plano de renovação da frota Transtejo.
- A campanha da APA – Agência Portuguesa do Ambiente "**Época Balnear 2022-** Para desfrutar em Segurança", incentivando à utilização da App "Info Praia" e informando sobre os cuidados a ter, antes, durante e depois da utilização da praia.
- **Jornadas Europeias do Património 2022** - A TTSL apoiou a divulgação das Jornadas Europeias do Património (JEP),

organizadas pela Assembleia da República, sob o tema "Património Sustentável". O programa da iniciativa visou proporcionar o contacto com o património parlamentar, por parte de visitantes com interesses diversificados e de diferentes faixas etárias.

- **Combina e Move-te! –** A TTSL divulgou, através do site oficial e das redes sociais e profissional, as iniciativas de comemoração da Semana Europeia da Mobilidade 2022, promovidas pelos municípios servidos pelas cinco ligações fluviais. Sob o tema "Melhores ligações", a 23.ª edição pretendeu incentivar a reflexão sobre estas questões e promover hábitos de mobilidade urbana mais eficientes, mais sustentáveis e mais saudáveis.



- A TTSL apoiou a divulgação da iniciativa de comemoração da **Revolução de 5 de outubro** de 1910, desenvolvida pela Assembleia da República, na qual o Palácio de São Bento esteve aberto público, oferecendo visitas livres, exposições e um concerto.
- A TTSL apoiou a divulgação da Campanha **Pirilampo Mágico 2022**, sob o lema "A verdadeira magia é o que fazemos!
- A TTSL apoiou a divulgação da exposição organizada pela Assembleia da República, no âmbito das comemorações da **Primeira Constituição** portuguesa.
- A TTSL apoiou a divulgação da iniciativa da DGPM – Direção-Geral de Política do Mar que assinalou o **Dia Nacional do Mar** com um convite à descoberta dos compromissos assumidos por Portugal, na COP27 – 27.ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, para a descarbonização do setor marítimo
- **Corrida Sempre Mulher 2022** - TTSL apoiou a iniciativa através da divulgação da mesma em todas as plataformas de comunicação externa (sistema digital de informação - terminais e estações fluviais e navio Almadense - site oficial (com destaque na homepage), redes sociais e rede profissional), e da oferta de 50% do valor do bilhete simples, em todas as ligações fluviais, mediante apresentação do n.º do dorsal comprovativo de participação no evento.
- A TTSL apoiou a divulgação da campanha da ANSR- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária "**O melhor presente é estar presente**", a qual visou sensibilizar os/as condutores/as para os perigos associados a comportamentos de risco ao volante. Esta campanha, de duas fases – Natal e Ano Novo – esteve disponível sistema digital de informação.

5.5.2. Comunicação interna e ações de *endomarketing*

Em comunicação interna destaca-se:

- **Atualização Carta Naútica 2022 -** A TTSL atualizou, ao longo do ano, a Carta Naútica – um boletim mensal do centro de documentação e informação -, que inclui documentos mensais de informações relevantes à área de trabalho do Porto de Lisboa.
- **Atualização CEEP News 2022-** A TTSL atualizou, ao longo de mais um ano, a SGI europe Newflash – uma newsletter mensal com informações relevantes à atividade de empresas e trabalhadores de Serviços de Interesse Geral.
- **Comemoração do Dia internacional da Mulher.** Para assinalar esta efeméride, a TTSL produziu um vídeo protagonizado por parte das suas trabalhadoras, em cenário fluvial, no qual a Presidente do Conselho de Administração, na sua mensagem, enviou uma saudação especial às mulheres ucranianas (menos de duas semanas após o início da guerra).
- **Meia Maratona de Lisboa 2022** com possibilidade de 40 inscrições de trabalhadores
- **Comemoração do Dia do Trabalhador** "Para nós trabalhar na TTSL é" No Dia do Trabalhador, a TTSL publicou uma reportagem vídeo, na qual alguns/algumas dos/das seus/suas trabalhadores/as elegeram uma palavra que caracteriza o sentimento de pertença aos quadros da empresa.
- A TTSL – Transtejo Soflusa foi parceiro oficial do **Splash Seixal 2022** e todos/as os/as trabalhadores/as da TTSL puderam usufruir de um desconto de 25% nos bilhetes, bastando, para tal, a identificação com o cartão de trabalhador/a na bilheteira do parque
- 14.11.2022 - Campanha de Vacinação contra a Gripe Sazonal 2022.
- 19.12.2022 - Campanha do Projeto-piloto Via Verde Transportes | 19 de dezembro de 2022 a 19 de março de 2023.

Destacam-se, ainda, ao longo do ano diversas **campanhas de recrutamento** para trabalhadores das áreas operacionais, nomeadamente, bilheteiros, eletromecânicos, marinheiros e maquinistas.

5.6. Relações Internacionais

A Transtejo, assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na Associação SGI Portugal e na UITP.

(documento assinado digitalmente na última página)

6. Gestão de Recursos Humanos

6.1. Gestão do Efetivo

Ao longo do ano de 2022, foi necessário, com vista à prossecução da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e no âmbito do processo de autonomização das empresas, continuar o processo de recomposição da estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Em 2022, persistiu a necessidade de dar seguimento ao processo de otimização da estrutura organizacional da empresa e recomposição do quadro de efetivos, para permitir colmatar a ausência de recursos decorrente do anterior processo de gestão conjunta das empresas de transportes, que vigorou entre 2015 e 2017.

Contudo, ainda não foi possível concretizar todas as contratações necessárias, destacando-se o permanente foco nesse objetivo e o esforço e empenho dos recursos humanos disponíveis para superar dificuldades associadas à escassez de valências técnicas.

Empresas	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021
TT	Efetivo médio	1,4%	4	293	289
	Nº efetivos a 31.DEZ	-0,7%	-2	292	294
SL	Efetivo médio	-0,8%	-1	137	138
	N.º efetivos - 31.DEZ	-0,7%	-1	137	138
TTSL	Efetivo médio	-0,4%	-2	430	432
	N.º efetivos - 31.DEZ	-0,7%	-3	429	432

Tabela 18 - Gestão do Efetivo (2021-2022)

O gráfico seguinte apresenta a evolução do total do efetivo médio nas duas empresas ao longo dos anos:

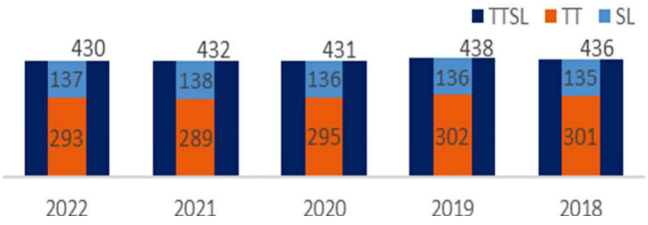


Gráfico 7 – Evolução do n.º de efetivo médio da TTSL (2018-2022)

Quanto à movimentação de pessoas, verificaram-se na Transtejo **15 entradas,** com contratos de trabalho por tempo indeterminado e **17 saídas**, sendo **6-** por iniciativa do trabalhador, **9-** por motivo de reforma, e **2-** por outro motivo. Na Soflusa verificaram-se **4 entradas,** com contratos de trabalho por tempo indeterminado e **5 saídas**, sendo **1** - por rescisão por mútuo acordo, **3** - por motivo de reforma e **1** - por falecimento.

Empresas	Indicadores de Recursos Humanos	2022/2021	2021/2020	2020/2019
TT	Variação do nº efetivos a 31.DEZ	-2	3	-7
SL	Variação do nº efetivos a 31.DEZ	-1	3	-3
TTSL	Variação do nº efetivos a 31.DEZ	-3	6	-10

Tabela 19 - Variação do número de efetivos (2019-2022)

Os quadros seguintes apresentam a caracterização do efetivo, em 31 de dezembro de 2022, por faixa etária, género e área de atividade.

Grupo Etário	Homens	Mulheres
< 30 anos	1,6%	0,2%
≥ 30 anos < 49 anos	28,9%	6,1%
≥ 49 anos < 60 anos	43,4%	5,4%
≥ 60 anos	11,9%	2,6%
Área da Atividade	**Homens**	**Mulheres**
Tripulantes	55,7%	0,9%
Comercial	12,6%	3,7%
Manutenção	3,5%	0,0%
Administrativos	3,3%	4,0%
Técnicos e Chefias	7,0%	5,6%
Outros	3,7%	0,0%
Empresa	**Homens**	**Mulheres**
TT	84,7%	15,3%
SL	88,4%	11,6%
TTSL	85,9%	14,1%

Gráfico 8 – Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31-12-2022

Grupo Etário	Homens	Mulheres
Tripulantes	55,71%	0,93%
< 30 anos	1,40%	0,00%
≥ 30 anos < 49 anos	19,81%	0,93%
≥ 49 anos < 60 anos	27,97%	0,00%
≥ 60 anos	6,53%	0,00%
Comercial	12,59%	3,73%
< 30 anos	0,23%	0,23%
≥ 30 anos < 49 anos	3,73%	2,10%
≥ 49 anos < 60 anos	7,46%	0,93%
≥ 60 anos	1,17%	0,47%
Manutenção	3,50%	0,00%
< 30 anos	0,00%	0,00%
≥ 30 anos < 49 anos	1,63%	0,00%
≥ 49 anos < 60 anos	1,40%	0,00%
≥ 60 anos	0,47%	0,00%
Administrativos	3,26%	3,96%
< 30 anos	0,00%	0,00%
≥ 30 anos < 49 anos	0,93%	0,00%
≥ 49 anos < 60 anos	1,40%	2,33%
≥ 60 anos	0,93%	1,63%
Técnicos e Chefias	6,99%	5,59%
< 30 anos	0,00%	0,00%
≥ 30 anos < 49 anos	1,86%	3,03%
≥ 49 anos < 60 anos	3,96%	2,10%
≥ 60 anos	1,17%	0,47%
Outros	3,73%	0,00%
< 30 anos	0,00%	0,00%
≥ 30 anos < 49 anos	0,93%	0,00%
≥ 49 anos < 60 anos	1,17%	0,00%
≥ 60 anos	1,63%	0,00%

Gráfico 9 – Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31-12-2022

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

a) 76,5% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (Tripulantes (56,6%), Comerciais (16,3%) e Manutenção (3,5%));
b) 63,2% dos trabalhadores têm mais de 48 anos de idade, sendo que 48,7% dos trabalhadores se encontram na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;

c) Apenas 14% dos trabalhadores da TTSL são do género feminino, estando estes, maioritariamente, afetos às áreas Comercial (16), Administrativa (17) e Técnicos e Chefias (24).

6.1.1. Princípio de Igualdade do Género

Falar de Igualdade de Género é reconhecer um direito fundamental para todos os homens e mulheres. Significa igualdade de direitos e de oportunidades, reconhecimento, valorização, poder e participação de mulheres e homens, em todas as esferas da sociedade, laboral, pessoal e familiar.

Considerando o desenvolvimento organizacional e as políticas de gestão de pessoas baseadas na valorização do capital humano, das competências e da qualidade, reconhece-se cada vez maior importância às questões relacionadas com a igualdade de género. A conceção e implementação de planos que promovam a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, que contribuam para diminuir situações de discriminação e que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, torna-se premente na promoção das políticas de Responsabilidade Social e nos princípios de Bom Governo das empresas nacionais, sobretudo no sector público.

Assim, a Transtejo/Soflusa elaborou em 2022 um '**Plano de Ação para a Igualdade de Género'**[27], considerando que importa desenvolver ações que promovam uma atitude diária e natural de igualdade entre mulheres e homens (IMH), que seja exercida em todos os domínios da vida individual e coletiva. Efetivamente trabalhar políticas que visam a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação, é um imperativo ético a que a TTSL está vinculada.

Cumprindo o dever de comunicação[28] a Transtejo/Soflusa remeteu o documento a 29-11-2022, no Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) e efetuou a divulgação no sítio da Empresa.

Caracterização do universo laboral

A TTSL, de acordo com dados de dezembro de 2022, conta com **429 trabalhadores** no ativo, sendo 14% mulheres e 86% homens, verificando-se que é uma Empresa com um quadro de pessoal maioritariamente masculino, por desenvolver uma atividade ligada a profissões tradicionalmente masculinas, sobretudo nas áreas operacionais, marítima, de manutenção e comercial, que se justifica pela especificidade das funções, pela dispersão geográfica no estuário do Tejo e pelos horários de funcionamento (24h diárias nas ligações de maior fluxo de passageiros).

Verifica-se ainda, que a maioria dos profissionais se encontra na faixa etária dos 49 aos 60 anos, o que evidencia um efetivo envelhecido, relacionado com a antiguidade na Empresa e com o número reduzido de novas admissões, nos últimos 10 anos, o que tem impedido o rejuvenescimento dos quadros.

Relativamente à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, em particular no que respeita à parentalidade e assistência à família, verifica-se que estes direitos dos trabalhadores têm sido gozados por ambos os géneros. Ainda neste âmbito, a Empresa tem vindo a percorrer um caminho no sentido de proporcionar aos seus trabalhadores condições para esta conciliação, sendo, contudo, o sexo feminino que maioritariamente goza destes direitos.

Considerando a antiguidade e a especificidade dos Recursos Humanos, especialmente no que diz respeito às funções operacionais marítimas, tendo em conta a marcada exigência física, esta atividade da Empresa tem sido, maioritariamente e tradicionalmente, desempenhada por pessoas do sexo masculino.

Consciente desta realidade, mas adotando o lema "Ninguém pode ficar para trás"[29], a Empresa tem vindo a implementar algumas medidas, ao nível da Formação, Recrutamento e Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, pretendendo, contudo, intensificar e desenvolver esta prática.

[27] Vide link https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2022/11/TTSL-Plano-Igualdade-Genero-2023.pdf
[28] Vide artigo 3º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.
[29] Lema instituído no âmbito da igualdade do género.

Assim, a proposta tem sido por um lado reforçar as medidas já praticadas, e por outro lado desenvolver outras medidas, sendo as áreas de intervenção as seguintes:

- Promoção das condições da Igualdade de Género nos processos de Recrutamento e Seleção, com a adoção de práticas não discriminatórias nestes processos, especialmente no que respeita às profissões marítimas (tradicionalmente masculinas);
- Promoção das condições da Igualdade de Género na Formação contínua, com ações diversificadas nas várias áreas de atividade da Empresa;
- Promoção da utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho;
- Adoção de medidas de apoio ao trabalhador que facilitem a Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
- Desenvolvimento de um sistema de gestão que promova a valorização do trabalhador e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, com aplicação transversal a toda a Empresa;
- Adoção da linguagem inclusiva em todos os meios da Comunicação Interna e Externa;
- Divulgação do Plano de Ação para a Igualdade de Género quer na intranet, quer no site institucional, com o objetivo de tornar publico as intensões da Empresa;
- Assinalar algumas efemérides, designadamente o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

Com a implementação e intensificação das referidas ações, pretende-se integrar na Empresa, de forma transversal, a prática de Igualdade de Género, identificando para cada uma das ações propostas, os temas e as áreas da Empresa que deverão intervir para que seja alcançado o resultado definido.

Pretende-se ainda, contribuir para que todos os trabalhadores percecionem a preocupação da Empresa para as questões da Igualdade de Género e da Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, tendo em vista favorecer a satisfação, motivação e produtividade.

De acordo com o n.º 2, da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações de mulheres e de homens, apresenta-se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, distribuídos por género, nas duas Empresas.

	Indicadores de Recursos Humanos	**2022**		
Empresa	Remunerações	H	M	Total
TT	Remunerações Órgãos Sociais	144 357	123 110	**267 467**
	Remunerações do Pessoal	5 851 803	1 489 241	**7 341 044**
	Indemnizações	39 054	544	**39 598**
	Encargos sobre remunerações	1 376 862	332 773	**1 709 635**
	Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)*	402 458	64 579	**467 037**
	Total Remunerações	**7 814 534**	**2 010 247**	**9 824 781**
SL	Remunerações Órgãos Sociais	648	648	**1 297**
	Remunerações do Pessoal	2 879 989	370 899	**3 250 887**
	Indemnizações	53 136	0	**53 136**
	Encargos sobre remunerações	661 823	76 528	**738 351**
	Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)*	238 884	19 806	**258 690**
	Total Remunerações	**3 834 480**	**467 880**	**4 302 361**

Tabela 20 - Remunerações por género, em 2022

6.1.2. Política Salarial

Ao setor público empresarial aplicou-se, em 2022, nos termos do n.º 6 do artigo 151.º do DLEO-2019 e, desde dia 13 de agosto de 2022, nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do DLEO-2022, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.

Este ano verificou-se na Transtejo um aumento total de gastos com pessoal de 5% e a estabilização do valor na Soflusa.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021	2020
TT	Gastos com Pessoal	4,9%	457	9 825	9 367	9 330
	Massa Salarial	4,9%	348	7 496	7 147	7 098
SL	Gastos com Pessoal	0,0%	1	4 302	4 301	3 988
	Massa Salarial	-2,2%	-74	3 358	3 432	3 140

Tabela 21 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2020-2022)

Estas variações refletem o impacto da aplicação do Acordo de Empresa revisto em 2022, designadamente no que se refere a matéria de diuturnidades e Regulamento de Carreiras.
Adicionalmente, decorreu um processo de revisão salarial para 2022, que resultou no Ato de Gestão do Conselho de Administração da Transtejo e Soflusa, de 27-10-2022, relativo à atualização de 0,9% na remuneração base mensal com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

6.2. Desenvolvimento de competências e formação

Ultrapassado o desafio dos anos da pandemia, 2022 foi um ano de retoma gradual à normalidade, o que possibilitou o regresso à formação profissional e das práticas de aprendizagens, não só de formação à distância, mas também o regresso à formação presencial.

Com efeito, na Transtejo, o volume de formação em 2022 teve um acréscimo de 221%, com 3.171 horas de formação e um total de 23 ações, mais 13 face ao ano de 2021.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021	2020
TT	Horas de Formação	221%	2182	3171	989	969
	Ações de Formação	130%	13	23	10	9
	Participantes em Formação	167%	97	155	58	30

Tabela 22 – Formação (Horas, ações e participações) na TT (2020-2022)

Relativamente à Soflusa, o volume de formação em 2022, teve um acréscimo de 327%, com 521 horas de formação, e um total de 18 ações, mais 10 face ao ano de 2021.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021	2020
SL	Horas de Formação	327%	399	521	122	55
	Ações de Formação	125%	10	18	8	4
	Participantes em Formação	92%	33	69	36	10

Tabela 23 – Formação (Horas, ações e participações) na SL (2020-2022)

Destaca-se, este ano, na Transtejo, o início das ações de formação no âmbito da nova frota de navios elétricos, nomeadamente a formação em "Eletricidade e Eletrónica" e em "Laminação em Fibra de Vidro" esta última com a duração de 24 horas, abrangeu 4 trabalhadores da área da Manutenção, encontra-se inserida no Projeto de Renovação da Frota financiado pelo Fundo Ambiental[30], e na Soflusa a conclusão formação, iniciada em 2021, a todos os tripulantes em "Uso e Manobra em Jangadas Pneumáticas" inserida no Projeto financiado pelo Fundo Ambiental para o aumento de lotação dos navios da Soflusa, tendo sido efetuadas o total de 12 ações (118 horas), a 59 trabalhadores.

[30] Vide RCM n.º 33/2022, de 25 de março, assim como capítulo 2 – Factos relevantes ocorridos em 2022 do presente relatório.

6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.3.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, a grande maioria está afeta a horário por turnos (77%), devido à natureza da atividade, sendo que os restantes trabalhadores estão afetos a horário flexível ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho (IHT).

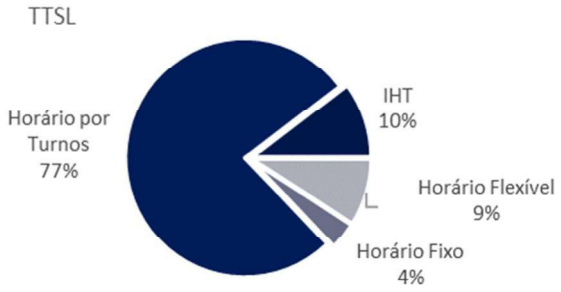


Gráfico 10 - Distribuição de efetivos da TTSL, por regime de horário de trabalho a 31-12-2022

6.3.2. Taxa de Absentismo

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021	2022	2021	2020
TT	Taxa de Absentismo	1,92 pp	11,6%	9,6%	7,8%
SL	Taxa de Absentismo	2,75 pp	16,3%	13,6%	13,9%
TTSL	**Taxa de Absentismo**	**2,33 pp**	**14,2%**	**11,8%**	**9,8%**

Tabela 24 - Evolução da Taxa de Absentismo (2020-2022)

A taxa de absentismo registou uma variação de +1,92 pp na Transtejo, e de +2,75pp na Soflusa face ao ano anterior, o que totalizou na TTSL um incremento de 2,33pp, explicado pelo aumento do absentismo de longa duração, nomeadamente, pelo aumento por doença (+ 14%| 63% estrutura), por acidente de trabalho (+31% | 12% estrutura) e por outros motivos (+18%| 17% Estrutura), conforme evidenciado no gráfico seguinte:

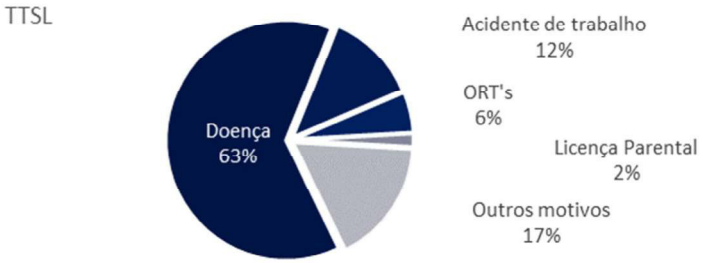


Gráfico 11 - Causas do absentismo TTSL – 2022

6.3.3. Horas Trabalhadas

O número de horas trabalhadas encontra-se associado, entre outras variáveis, ao absentismo. No ano de 2022 registou-se uma redução de 0,54% face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021	2020
TT	Horas Trabalhadas	-1,07%	-5264	486 826	492 090	510 637
SL	Horas Trabalhadas	0,60%	1384	232 801	231 417	232 926
TTSL	**Horas Trabalhadas**	**-0,54%**	**-3880**	**719 627**	**723 507**	**743 563**

Tabela 25 - Horas Trabalhadas (2020-2022)

7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira

7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas

O baixo grau de autonomia financeira e a insuficiência de meios financeiros próprios, gerados pela atividade (aferido pelo Rácio de Mercantilidade) determinou que em abril de 2013, com base nos dados de 2012, o Instituto Nacional de Estatística (INE) incluísse a Transtejo e a Soflusa na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (Entidades Públicas Reclassificadas equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos). Desta condição, decorrem impactos relevantes para estas empresas em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação especifica aplicável desde o ano de 2013, com destaque para a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso[31] , Lei de enquadramento Orçamental[32], e a Lei do Orçamento de Estado[33] e de Execução Orçamental[34] estes últimos, publicados anualmente.

No exercício de 2022, foi dada continuidade ao cumprimento das obrigações acima referidas, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte à Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, isto é, à Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (SG MAAC) e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

7.2. Adoção do SNC-AP

A Transtejo e a Soflusa, em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de outubro, utilizam, desde 2018, o referencial contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

O SNC-AP constitui uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística em vigor nas empresas privadas, com as necessárias adaptações ao Setor Público, contemplando 3 subsistemas da contabilidade pública:

Contabilidade Orçamental

- Ótica da Despesa / Receita (Registo de todas as fases, ex: Cabimento / Compromisso / Obrigação / Pagamento)
- Destaque para a NCP 26 – Que inclui requisitos para a consolidação orçamental;
- Apresentação de uma classe de contas própria (classe 0) e Classificadores Orçamentais da Despesa / Receita

Contabilidade Financeira

- Contabilidade patrimonial (Ativos, Passivos, Gastos e Rendimentos) / Adotando plano de contas nacionais, semelhante ao utilizado no setor privado (SNC / IFRS);

[31] *Vide* Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual, a qual aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
[32] Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, na sua redação atual), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:
1- Em 2022: No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2023, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO - Série A n.º 1407, de 01.08.2022 (Instruções de preparação do OE2023);
2- No âmbito da execução do OE (de 2022: reportes, previstos nomeadamente no artigo 107º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, na sua versão atual).
[33] *Vide* para o ano de 2022 a Lei n.º 12/2022 de 27 de junho, na sua redação atual, LOE 2022.
[34] *Vide* para o ano de 2022 o Decreto-Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto – que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

Contabilidade de Gestão

- Integra os modelos de Contabilidade Analítica e Investimentos (projetos);
- Destaca-se a NCP 27;
- Possibilidade de integração com o modelo de orçamentação por programas (Sistema ABC).

A adoção do SNC-AP na Transtejo e Soflusa, implicou a coexistência dos 3 subsistemas de contabilidade (Orçamental, Financeira e de Gestão) num mesmo sistema de informação, suportando toda a informação necessária para assegurar os reportes de execução orçamental, a par do apuramento de resultados e contabilização de Ativos e Passivos.

7.3. Análise sobre as Contas Individuais

7.3.1. Fluxos Financeiros

Resultados (Contas Individuais) Unidade : Euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Total de Rendimentos Operacionais	**3,4**	**856 097**	**26 084 581**	**25 228 484**	**22 773 347**
Prestação de Serviços	12,9	1 009 337	8 829 730	7 820 393	6 231 380
Subsídios à Exploração	1,0	146 454	14 970 868	14 824 414	14 246 194
Reversões	2 912,3	124 041	128 300	4 259	27 485
Outros Rendimentos e Ganhos	(16,4)	(423 735)	2 155 684	2 579 418	2 268 288
Total de Gastos Operacionais	**18,3**	**4 634 867**	**29 932 327**	**25 297 460**	**22 137 028**
Custo Matérias Consumidas	60,3	2 048 584	5 447 963	3 399 379	2 433 851
Fornecimentos e Serviços Externos	(10,7)	(930 714)	7 788 941	8 719 654	7 780 084
Gastos com o Pessoal	4,9	457 379	9 824 781	9 367 402	9 329 624
Gastos de Depreciação e de Amortização	(1,3)	(33 637)	2 587 612	2 621 248	2 447 249
Perdas por Imparidade	-	-	-	-	-
Provisões do Período	(28,4)	(23 566)	59 484	83 050	28 380
Outros Gastos e Perdas	281,6	3 116 820	4 223 547	1 106 727	117 840
Prejuízo da SOFLUSA (Eq. Patrimonial)	290,9	3 081 432	4 140 614	1 059 183	-
Outros Gastos e Perdas - Residual	74,4	35 389	82 933	47 544	117 840
Dividendos ou distribuições similares	**-**	**72 919**	**72 919**		
Resultado Operacional	**5 372,6**	**(3 705 851)**	**(3 774 828)**	**(68 976)**	**636 319**
EBITDA	(146,5)	(3 739 488)	(1 187 216)	2 552 272	3 083 569
Resultado Financeiro	**(56,7)**	**110 023**	**(84 177)**	**(194 200)**	**(592 955)**
Resultado Líquido	**1 355,7**	**(3 617 328)**	**(3 884 145)**	**(266 817)**	**38 373**

Tabela 26 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2020-2022)

O desempenho económico e financeiro da Transtejo, no ano de 2022, face a 2021, caracterizou-se essencialmente pelo seguinte:

a) Globalmente, verifica-se um acréscimo de 3,4% (+856 mil €) dos **Rendimentos Operacionais**, devido ao aumento de +12,9% (1.009 mil €) na rubrica de **Prestação de Serviços**, nos **Subsídios à Exploração** de 1% (+146 mil €) e em Reversões com 2912% (+124 mil €). Em sentido inverso encontra-se a rubrica **Outros Rendimentos e Ganhos** – 16% (-424 mil €) apesar do aumento das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística), o resultado desta rubrica decorre essencialmente da variação homologa da aplicação do método da equivalência patrimonial da OTLIS, ACE, entidade extinta em 2021.

b) Os **Gastos Operacionais** registam um acréscimo de +18% (+4.635 mil €), consequência do aumento de +60% (+2.049 mil €) em **Custo das Matérias Consumidas** (devido, essencialmente, ao aumento do preço do

Gasóleo), de +4,9% (+457 mil €) em **Gastos com Pessoal**[35] e de +281,5% (+3.116 mil €) em **Outros Gastos e Perdas.** Para esta variação contribuiu, essencialmente, o prejuízo do exercício referente à participada Soflusa, refletido pelo método de equivalência patrimonial (4.141 mil €), em sentido inverso regista-se em decréscimo de **Fornecimentos e Serviços Externos** -10,7% (-930 mil €) resultado obtido essencialmente pela diminuição de gastos em serviços de conservação e reparação da frota de navios e pontões face a 2021.

c) Assinala-se, também, em "Dividendos ou distribuições similares" o montante de 73 mil € relativo à distribuição do resultado, do exercício de 2020, da Otlis, ACE.

d) Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado pelo apoio do Estado, através de empréstimo a Médio/Longo Prazo para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimentos (através do PEES), assegurando também o apoio financeiro à participada Soflusa.

Em 2022, os *Cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público (Atividades Operacionais) foram os que se apresentam no quadro seguinte:

Demonstração dos Fluxos Caixa (Contas individuais) unidade:euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.			
Fluxo Atividades Operacionais	614,77%	2 546 960	2 961 257	414 297	2 218 170
Fluxo das Atividades de Investimento	1077,31%	12 955 450	14 158 027	1 202 577	(361 022)
Fluxo das Atividades de Financiamento	0,00%	-	-	-	(360 971)
Variação de caixa e seus equivalentes	**958,79%**	**15 502 409**	**17 119 284**	**1 616 874**	**1 496 177**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**28,09%**	**1 616 874**	**7 372 653**	**5 755 779**	**4 259 602**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**232,20%**	**17 119 284**	**24 491 937**	**7 372 653**	**5 755 779**

Tabela 27 - Variação de caixa e seus equivalentes (2020-2022)

7.3.2. Modelo de Financiamento

Na sequência da reclassificação das sociedades Transtejo e Soflusa no perímetro das Administrações Públicas, foi necessário alterar o modelo de financiamento, promovendo a sua concentração no apoio financeiro do Estado. Foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português à Transtejo (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido nesse ano, a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas em financiamento de M/L Prazo, contratados junto do IGCP.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

O modelo de financiamento em vigor é caracterizado pela concentração de novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo, celebrados com o Estado (através da DGFT), destacando-se as seguintes operações:

[35] Este aumento, deve-se em parte à atualização de 0,9% na remuneração mensal, mas também ao aumento, face ao ano anterior, de trabalho extraordinário (+214 mil €), para colmatar a falta de pessoal para a operação, e ao aumento em indemnizações (+37 mil€), bem como de fardamento (+65 mil €) na sequência da implementação da nova imagem da empresa.

MAPA RESUMO - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CELEBRADOS COM O ESTADO (DGTF)					
DATA CONTRATO		DOCUMENTO DE SUPORTE	MONTANTE Contratado	MONTANTE Utilizado	FINALIDADE
2013					
28/08/2013		Despacho nº 169/13/MEF de 23 de agosto e nº182/13/MEF de 27 de agosto	11 496 000,00	5 748 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	81 050 000,00	40 524 999,98	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	20 579 000,00	10 289 499,98	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	2 500 000,00	1 250 000,02	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
11/09/2013	a)	Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro	3 000 000,00	1 500 000,00	Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial)
			118 625 000,00	**59 312 499,98**	
2014					
26/02/2014	b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 500 000,00	1 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	707 188,00	471 458,68	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	2 000 000,00	1 333 333,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	2 268 413,00	1 512 275,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
26/02/2014	b)	Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro	1 507 577,00	1 005 051,32	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
			7 983 178,00	**5 322 118,64**	
2015					
12/02/2015		Despacho nº 142/15-SET de 04 de fevereiro	4 423 741,00	3 686 450,84	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015	c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	1 179 020,00	982 516,66	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015	c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	3 094 939,00	2 579 115,84	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
27/04/2015	c)	Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril	3 000 000,00	2 500 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
			11 697 700,00	**9 748 083,34**	
2016					
13/07/2016	d)	Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 267 721,00	2 267 721,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
13/07/2016	d)	Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho	2 000 000,00	2 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
			4 267 721,00	**4 267 721,00**	
2017					
27/12/2017		Despacho nº 557/19-SET de 28 de junho	2 500 000,00	2 500 001,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
			2 500 000,00	**2 500 001,00**	
2018					
04/07/2018		Despacho nº 518/18-SET de 3 de julho	6 000 000,00	6 000 000,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
07/11/2018		Despacho nº 837/18-SET de 29 de outubro	5 470 780,00	5 470 780,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
			11 470 780,00	**11 470 780,00**	
2019					
24/04/2019		Despacho nº 303/19-SET de 23 de Abril	4 553 215,00	4 553 215,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
22/07/2019	e)	Despachos nº 562/19-SET de 28 de junho e nº 618/19-SET de 4 de julho	5 491 672,00	2 991 672,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
30/12/2019		Despacho nº 303/19-SET de 23 de Abril	2 005 650,00	2 005 650,00	Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público
			12 050 537,00	**9 550 537,00**	
2020					
08/05/2020	f)	Despacho nº 159/20-SET de 7 de Maio	639 029,00	639 029,00	Contrato de Suprimentos / Mitigação efeito pandemia Covid-19
			639 029,00	**639 029,00**	
2021					
n.a.					
2022					
n.a.					
		Capital em dívida / 31-12-2022		**102 810 769,96**	

a) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 107.129.000 € disponibilizado por 4 tranches (montante integralmente utilizado)
b) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 7.983.178 € disponibilizado por 5 tranches (montante integralmente utilizado)
c) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 11.242.162 € disponibilizado por 3 tranches (montante efetivamente utilizado = 7.273.959 €)
d) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 16.911.381 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 4.267.721 €)
e) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 5.491.672 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 2.991.672 €)
f) Contrato Suprimentos de 639.029 € finalidade de atenuar os efeitos da pandemia Covid-19 (Reembolso em 31-12-2021 - não são devidos juros)

Tabela 28- Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGTF) até 31-12-2022

7.3.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro

A Transtejo, como empresa pública de transporte integrada na Área Metropolitana de Lisboa, encontra-se condicionada pela legislação ao nível tarifário, não conseguindo gerar receita suficiente que permita cobrir a sua estrutura de custos operacionais, pelo que, o Modelo de Financiamento seguido desde 2013, é suportado em apoio

do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento dos planos de investimento.

Na sequência desse modelo de financiamento, a Transtejo tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013, considerando que os contratos de financiamento celebrados com o IGCP, através da DGTF, são remunerados ao custo do financiamento da República.

Importa referir que o cumprimento do serviço da dívida associado a estes financiamentos tem sido assegurado também com o apoio do Acionista Estado, através da conversão desses créditos (referentes a juros e reembolsos) em aumento de Capital em espécie.

No final de 2022, o montante em dívida ao IGCP ascendia a 102.811 mil €. Em 2022, foi solicitado à DGTF diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados de médio e longo prazo e do contrato de suprimentos (Apoio de tesouraria no âmbito da pandemia Covid-19)[36].

Conforme se demonstra na tabela publicada, referente ao Capital em dívida, a dezembro dos anos 2018 a 2022 verifica-se que no final de 2022, não foi possível concretizar, por parte da DGTF, a operação de conversão de créditos, permanecendo pendentes os seguintes montantes (sem vencimento de juros):

Serviço da Dívida		JUROS	AMORTIZAÇÕES	TOTAL (euros)
2018				25 407 524,48 €
30/11/2017	31/05/2018	887 898,72 €	11 881 133,25 €	12 769 031,97 €
31/05/2018	30/11/2018	757 359,27 €	11 881 133,25 €	12 638 492,52 €
	Conversão de créditos em Capital | 2018			**- €**
2019				25 393 557,64 €
30/11/2018	31/05/2019	684 670,70 €	12 089 466,58 €	12 774 137,28 €
31/05/2019	30/11/2019	529 953,78 €	12 089 466,58 €	12 619 420,36 €
	Conversão de créditos em Capital | 2019			**- €**
2020				26 771 772,01 €
30/11/2019	31/05/2020	415 851,72 €	13 045 364,92 €	13 461 216,64 €
31/05/2020	30/11/2020	265 190,45 €	13 045 364,92 €	13 310 555,37 €
	Conversão de créditos em Capital | 2020			**- €**
2021				8 134 447,03 €
30/11/2020	31/05/2021	123 581,80 €	3 955 826,33 €	4 079 408,13 €
31/05/2021	30/11/2021	99 212,57 €	3 955 826,33 €	4 055 038,90 €
	Conversão de créditos em Capital | 2021			**- €**
2022				**6 712 854,98 €**
30/11/2021	31/05/2022	73 759,05 €	3 290 561,50 €	3 364 320,55 €
31/05/2022	30/11/2022	57 972,93 €	3 290 561,50 €	3 348 534,43 €
	Conversão de créditos em Capital | 2022			**- €**

Tabela 29 - Serviço da Dívida até 31-12-2022

[36] Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 254/2022-SET, de 8 de março, foi aprovado o novo diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos, concedidos pela DGTF à Transtejo, de 30 novembro para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais, bem como, aprovada a prorrogação do vencimento do suprimento, no montante de 639.029 €, concedido pelo Estado à Transtejo em 2020, de 31 de dezembro para 31 de maio de 2022. Posteriormente, a Transtejo apresentou, a 28 de abril 2022, novo pedido de diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos, concedidos pela DGTF à Transtejo, de 31 maio para 30 de novembro de 2022, seguindo-se, ainda, no início de dezembro, de um novo pedido de análise com vista à regularização ou diferimento do serviço desta dívida para 31 de maio 2023, posteriormente, foi concedido o diferimento da dívida através de Despacho 174_2023 do SET de 9 de maio 2023.

Como se pode verificar na tabela e gráfico seguinte, foi possível reduzir significativamente os encargos financeiros associados ao financiamento obtido.

Stock da Dívida (milhares de euros)	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.			
Taxa de Juro Efetiva	-	-	1,82%	1,82%	1,82%
Juros Suportados (milhares €)	**(46,4)**	**(109)**	126	235	629
Stock da Dívida (10^3 €uros)	-	-	102 811	102 811	102 811

Tabela 30- Stock da Dívida



*A taxa de juro retificada

Gráfico 12 - Evolução dos Juros Suportados 2012-2022

7.3.4. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2021, constituiu o ano inicial da vigência do novo Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CSP) celebrado entre o Estado e a Transtejo no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2021-2025. Este contrato, enquadrou a possibilidade de subcontratação, entre a Transtejo e a Soflusa, da exploração do serviço público de transporte de passageiros na ligação do Barreiro a Lisboa, assegurando os níveis de oferta e respeitando as condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes ao contrato que vigorou no período entre 2012-2014 (em modelo de contratação direta entre a Soflusa e o Estado), bem como nos anos posteriores.

O montante da compensação previsto no CSP pelo cumprimento das obrigações de serviço público, no ano de 2022, ascendeu 14.780.000€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), tendo sido autorizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2020, de 9 de outubro. Deste montante, a transferência para a Soflusa ascendeu a 2.916.997,72€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), conforme previsto no contrato plurianual de subcontratação do serviço, encontrando-se este encargo da Transtejo autorizado através da Portaria de Extensão de Encargos n.º 230-A/2021, de 15 de junho.

Na tabela seguinte apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio à Transtejo durante os exercícios de 2020 a 2022:

RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (Contas Individuais) (euros)	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.			
Indemnizações Compensatórias	-	-	0	0	14 075 755
Compensação Tarifária 4_18 e Sub-23	-4,73%	(5 453)	109 926	115 379	98 522
Compensação Tarifária Passe Social +	-0,12%	(93)	80 942	81 035	71 916
Compensação CSP - DI	2,24%	62 727	2 862 727	2 800 000	0

Compensação CSP - OSP	0,75%	89 273	11 917 273	11 828 000	0
TOTAL	0,99%	146 454	**14 970 868**	**14 824 414**	**14 246 194**

Tabela 31 – Transtejo- Rendimentos de Subsídios à Exploração (2020-2022)

Salienta-se que as compensações atribuídas em 2020 (Indemnização Compensatória) e nos anos 2021 e 2022 (Compensação CSP), incluem os montantes respeitantes à Soflusa, transferidos pela Transtejo através de reconhecimento como prestação de subcontrato (2.828.157 € em 2020, 2.887.000€ em 2021 e 2.916.998€ em 2022).

O montante máximo de compensações tarifárias aos títulos subsidiados, atribuído em 2022 à Transtejo, foi determinado através da Resolução do Conselho de Ministros Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2022, de 23 de novembro, que fixou essa compensação no montante de até 231.347,38 € (IVA incluído).

7.3.5. Investimento

No ano de 2022, o valor do investimento realizado pela Transtejo totalizou 11.906 mil€ (Ótica económica) registando um acréscimo de + 1.702 mil € quando comprando com o ano anterior. Em seguida apresenta-se quadro resumo dos Investimentos realizados nos últimos 3 anos, em grandes rubricas:

INVESTIMENTO | Ótica Económica (Contas Individuais) (euros)	2022	2021	2020
Aquisição/NOVA Frota	10 810 936	8 558 814	31 600
Aquisição/Construção de Pontões	-	-	-
Beneficiações de Infraestruturas	927 941	946 477	51 554
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	1 853	384 807	1 297 968
Segurança	-	-	9 777
Investimentos Correntes	165 411	313 714	320 614
Total	**11 906 140**	**10 203 811**	**1 711 513**

Tabela 32 –Investimentos - Ótica económica (2020-2022)

Os principais projetos desenvolvidos com apoio financeiro foram:

- **Plano de Renovação da Frota [10.811 mil | FA (10.279 mil) € e POSEUR (500 mil €)]**

  O Plano de Renovação de Frota da Transtejo, um projeto inovador de transporte fluvial, encontra-se em desenvolvimento desde 2019, prevendo-se a conclusão da componente de investimento até 2025, e visa a substituição progressiva da frota de navios, tendo subjacente a construção de 10 novos navios elétricos, procurando por um lado, resolver a questão operacional decorrente do estado de degradação da frota atual, com níveis de operacionalidade que não permitem assegurar o cumprimento do serviço público em termos de oferta, regularidade, qualidade e segurança, implicando elevados custos de manutenção. Simultaneamente, este projeto visa promover uma solução de transporte público alinhada com a Política Governamental, articulada com a estratégia nacional de descarbonização das cadeias de mobilidade, para cumprimento dos compromissos de redução da pegada de carbono e de combate ao aquecimento global, decorrentes do acordo de Paris.

  No ano de 2022, foi dada continuidade ao projeto de conceção, **construção e fornecimento dos 10 navios** de passageiros, de acordo com as especificações técnicas constantes do contrato celebrado entre a Transtejo e Astilleros Gondán, S.A. sendo que a construção se encontra em curso, nas instalações de construção de navios de fibra dos Astilleros Gondán, localizados na Doca SUR de Vegadeo, município de Castropol, Astúrias - Espanha. **(6.293 mil € | 52,8% do Investimento).**



Ilustração 6 – Navio Elétrico

Releve-se este ano, a conclusão da superestrutura dos navios "Cegonha Branca – 1º Navio Leader", "Garça Vermelha – 2º" e do "Flamingo Rosa - 3º", bem como o assentamento da quilha dos navios "Ibis- Preto - 4º", "Tarambola-Dourada - 5º" e "Milhafre Preto - 6º".

A entrega do navio Leader, projetada para o final do 1º trimestre de 2023, possibilitará a realização de testes e formação no estuário do Tejo. Contudo, a entrega dos restantes navios, encontra-se ainda pendente de resolução do enquadramento contratual referente á **aquisição de baterias marítimas**, esperando-se que a mesma ocorra com a maior celeridade por forma a não condicionar o desenvolvimento do projeto.

Ainda durante o ano de 2022, foi celebrado[37] o contrato da empreitada de conceção / construção e fornecimento de **5 estações de carregamento** de energia de terra para a nova frota de navios elétricos, pelo preço global de 14.446.956,73€, tendo o consorcio adjudicatário, CME/SETH, requerido o adiantamento de 30% do valor contratual **(4.334 mil €)** por forma a assegurar a encomenda e entrega de equipamento específico e essencial para a obra[38]. Prevê-se a conclusão desta componente do projeto em 2023.

Por fim, destaca-se o montante de outras despesas relacionadas com o projeto, **(184.049€)**, o qual inclui serviços de Fiscalização da construção dos navios, no montante de 78.000€, diversos estudos, consultorias e assessorias para apoio às várias componentes do projeto no montante 56.067€, a consultoria de Marketing / Design 8.600€, deslocações ao estaleiro (extra contrato) no montante de 2.431€, a Formação em Laminação de Fibra de Vidro 9.680€ e o estudo monitorização de correntes fluviais, no montante de 29.270€.

- **Mobilidade Sustentável no âmbito do PEES - Programa de Estabilização Económica e Social (792,6 mil €|)**
  Após prorrogação[39] do protocolo Fundo Ambiental - PEES[40] foi possível dar continuidade aos projetos em curso, destacando-se o investimento realizado nos Terminais[41], nomeadamente a conclusão da substituição da cobertura do Terminal Fluvial do Seixal (34,8 mil €) e a continuação da empreitada, de construção das instalações de apoio aos Serviços de Manutenção na Doca 13, em Cacilhas, com conclusão prevista para 2023 (757.7 mil €).
  De referir, ainda, que a empreita em apreço, inclui ainda o aditamento correspondente à revisão de preços do projeto (73 mil €), na sequência do aumento dos preços de bens e serviços, em especial das matérias-primas, e materiais e equipamentos necessários para a realização da obra, totalizando este projeto, em 2022, o montante de (891,7 mil €).



Ilustração 7 – Entrada Frontal Terminal Seixal - remodelada

Apresenta-se em seguida a evolução anual do Investimento realizado (ótica económica), bem como, a estrutura em 2022

[37] Vide ponto 2 – factos relevantes. Desenvolvimento do projeto foi possível na sequência da publicação da RCM n.º 33/2022, de 25 de março, e teve efeitos após o visto do tribunal de contas a 11/11/2022, n.º 40420/2022.
[38] O posto de carregamento inclui equipamentos como a Torre de Carga Telescópica, que são essenciais para o desenvolvimento da sua construção.
[39] Face a diversos constrangimentos, nomeadamente circunstâncias totalmente excecionais que decorreram da situação de pandemia por COVID-19, obrigando a ajustamentos permanentes no âmbito das ações necessárias à boa prossecução dos objetivos dos projetos, daí resultando atrasos não imputáveis à Transtejo, S.A, foi assinado, em dezembro de 2021, o 2.º aditamento ao protocolo n.º 23 de colaboração técnica e financeira, no âmbito do financiamento das medidas previstas no PEES com o Fundo Ambiental, o qual implicou novo aditamento já no final do ano de 2022, tendo sido prorrogado por mais um ano. Vide ponto 2. do presente relatório.
[40] Vide capítulo 9.1.c) - Investimento
[41] *Vide* ponto 5.3.1.3 - Gestão das Infraestruturas (ILD)

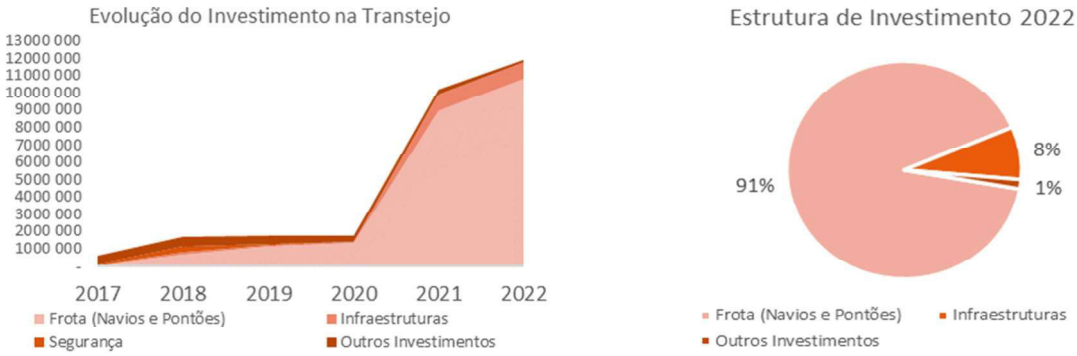


Gráfico 13 - Evolução e estrutura do Investimento (2022)

Como se pode observar, a estrutura é caracterizada pelo forte investimento na frota.

O nível alcançado deve-se, essencialmente, ao efeito do Projeto de Renovação da Frota, supramencionado, não evidenciando os fortes constrangimentos orçamentais decorrentes da sujeição ao regime de duodécimos e orçamento transitório, que vigorou na empresa durante o 1º semestre de 2022, e pela não obtenção atempada dos reforços orçamentais solicitados (descativações e aplicação de saldo de gerência). A estes fatores, acresceu o efeito da conjuntura económica internacional.

No capítulo 9.1.c) encontra-se quadro de análise ao Plano de Investimentos em comparação com o que se encontrava previsto para 2022.

7.3.6. Estrutura Patrimonial

SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Individuais) (euros)	Var.2022/2021		2022	2021	2021
	%	Abs.		Reexpresso*	
Ativo	**3,15**	**3 515 286**	**115 044 641**	**111 529 355**	**111 529 355**
Ativo não Corrente	-9,44	(6 373 808)	61 166 160	67 539 968	51 392 242
Ativo Corrente	22,48	9 889 094	53 878 481	43 989 387	60 137 113
Património Líquido e Passivo	**3,15**	**3 515 286**	**115 044 641**	**111 529 355**	**111 529 355**
Património Líquido	11,35	(6 750 906)	(66 225 578)	(59 474 671)	(59 474 671)
Passivo não Corrente	-48,35	(14 500 288)	15 492 743	29 993 031	13 845 305
Passivo Corrente	17,56	24 766 480	165 777 476	141 010 996	157 158 722

Tabela 33 – Evolução da situação Patrimonial (2021-2022)

a) **Ativo não Corrente.** O decréscimo -9,44% (-6.374 mil €) decorre, essencialmente, da variação da rubrica de outras contas a receber (-9.798 mil €) (face ao montante reexpresso em 2021) montantes associados a subsídios do Fundo Ambiental para o projeto de Renovação da Frota, bem como do efeito líquido da depreciação e amortização acumulada no montante de -2.588 mil € e contrapartida do aumento em investimentos efetuados no exercício de +1.702 mil €, conforme mencionado no capítulo anterior, bem como a reclassificação de ativos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de 65 mil € em Investimento em curso. Decorre ainda do aumento do valor em dívida de +42 mil€, referente ao financiamento concedido à participada Soflusa, registado em **Acionistas/Sócios**, e da redução de -6.007 mil € na rubrica **Investimentos Financeiros,** refletindo o impacto do prejuízo da participada Soflusa (-4.140.614,47 €) e de ajustes dos subsídios ao investimento (-1.866.110,10 €), pelo método de equivalência patrimonial.

b) **Ativo Corrente.** O acréscimo de 9.889 mil € reflete, essencialmente, o efeito do aumento da rubrica Caixa e Depósitos Bancários (+17.119 mil €) associado recebimento do montante de 25.567.678€ do Fundo Ambiental para o financiamento projeto da Nova Frota e da redução das rubricas "**Devedores por transferência e Subsídios não reembolsáveis**" de -6.459 mil €, de **Inventários** de -141 mil €, outras contas a receber de -463 mil €, no quais se incluem valores relativos a seguros e de **Estado e Outros Entes Públicos** de -140 mil € relativo ao valor dos reembolsos de IVA.

c) **Património Líquido.** No final de 2022, a Transtejo apresentava Património Líquido negativo, no montante de -66.225 mil €, representando um agravamento no montante de -6.751 mil € no período.

Esta variação reflete, essencialmente, o impacto do **Resultado Líquido do período** negativo -3.884 mil €, a redução da rubrica de **Ajustamentos em ativos financeiros** (-2.157 mil€), sendo o montante de (-1.866 mil €) relativo aos subsídios ao investimento da participada Soflusa, S.A, e a redução na rubrica de **Outras variações no património líquido** de -1.001 mil €, correspondente ao valor da imputação de subsídios e transferências para investimentos em outros rendimentos do ano, isto é, reflete a amortização dos subsídios ao investimento efetuada no período e o reconhecimento, no exercício, de subsídios a receber nomeadamente: - do Fundo Ambiental no montante de 2.424 mil €, no âmbito dos protocolos celebrados com a Transtejo, destinados à cobertura financeira dos projetos de investimento (i) adaptação de navios para transporte de bicicletas (65 mil €) e (ii) de projetos ao abrigo do Programa de Estabilização Económica e Social PEES para a Promoção da Mobilidade Sustentável (2.359 mil €); bem como a ajustamentos de transição no montante de (1.905 mil €). Destaca-se, ainda, o decréscimo dos **Resultados Transitados** negativo resultante da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2021 no montante de (-266.817€).

Nos termos do n.º 3, do artigo 35º, do RJSPE[42], nos casos em que as empresas públicas apresentem capital próprio (Património Líquido) negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos, como é o caso da Transtejo, o órgão de administração deve alertar o titular o Acionista[43], para que sejam tomadas medidas concretas destinadas a superar a situação deficitária da Empresa. Conforme nota colocada no anexo às contas deste exercício, esta medida será remetida para a Assembleia Geral de Aprovação de Contas.

d) **Passivo não Corrente.** Esta rubrica ascendeu a 15.493 mil € refletindo um decréscimo líquido no período montante de -14.500 mil €, destacando-se (i) a rubrica de **Diferimentos** com 6.350.260€ (-9.797 mil €), respeitantes a subsídios ao investimento do Fundo Ambiental para o projeto de renovação da frota de navios. (ii) o montante de **Provisões**, na qual se inclui montantes para fazer face aos riscos decorrentes de processos judiciais em curso, a mesma apresenta uma redução de -71 mil €, rubrica que em 2022 foi reforçada na Transtejo pelo montante de global de 59 mil € refletindo o risco assumido no âmbito de processos judiciais instaurados por trabalhadores - associados ao pagamento de remunerações variáveis, e a rubrica de **Financiamentos Obtidos**, em que se salienta a transferência do montante de -4.631,5 mil € para o Passivo Corrente, correspondente ao financiamento com vencimento a curto prazo (12 meses).

e) **Passivo Corrente.** O aumento nesta rubrica de + 8.619 mil € resulta, maioritariamente, (i) do aumento de **Financiamentos Obtidos** no montante de +4.631,5 mil € refletindo o montante de juros em dívida à DGTF referentes aos financiamentos contratados, vencidos em maio e novembro de 2022, (ii) do aumento em diferimentos +3.551 mil €, associados a subsídios ao investimento do Fundo Ambiental e do POSEUR relativos ao projeto de renovação da frota da Transtejo (iii) do **saldo de Outras Contas a Pagar**, no montante de +385 mil €,

[42] Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro
[43] Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março

o qual inclui (+536 mil €), relativo a outros gastos por liquidar junto da participada Soflusa sendo 300 mil € pelo Afretamento de Navios e o restante respeitantes a receitas das atividades complementares.

7.3.7. Resultados Globais (Contas individuais)

7.3.7.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2022, a Transtejo apresenta um Resultado Líquido negativo de – 3.884 mil €, o que representa um agravamento do prejuízo em (-3.617 mil € |-1.356%), face ao período homólogo.
Este agravamento resultou do aumento dos Gastos Operacionais + 4.635 mil € (+18,3%) face de 2021, refletindo o impacto do aumento dos preços dos combustíveis e da generalidade dos bens e serviços, não obstante um aumento de Rendimentos Operacionais em + 856 mil € (+3,4%), conforme se explica nos pontos seguintes deste documento.

Resultados (Contas Individuais)	Unidade : Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Resultado Operacional		**5 372,6**	**(3 705 851)**	**(3 774 828)**	**(68 976)**	**636 319**
EBITDA		(146,5)	(3 739 488)	(1 187 216)	2 552 272	3 083 569
Resultado Financeiro		**(56,7)**	**110 023**	**(84 177)**	**(194 200)**	**(592 955)**
Resultado Líquido		**1 355,7**	**(3 617 328)**	**(3 884 145)**	**(266 817)**	**38 373**

Tabela 34 – Resultados (2020-2022)

7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Na análise do Rendimento Operacional, observa-se, em 2022, o aumento de rendimentos operacionais e a recuperação do nível de rendimentos do ano de 2019 (ano em que se verificava uma tendência positiva de receitas da atividade, associada à maior retenção de clientes no transporte público). Este aumento considera o efeito conjugado da compensação atribuída no âmbito do Contrato de Serviço Público (CSP)[44], das compensações tarifárias[45] dos passes 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Social+, bem como, a continuação do recebimento de verbas ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) e o aumento dos rendimentos diretos da atividade de serviço de transporte de passageiros.

Salienta-se que o ano de 2022, foi um ano de significativa recuperação de receitas diretas da atividade, após o impacto decorrente da redução do número de passageiros devido ao contexto económico e social da situação de pandemia, que marcou os anos de 2020 e 2021.

Por último, evidencia-se na série histórica, o impacto da redução das indemnizações compensatórias logo após 2014 (último ano de vigência do contrato de prestação do serviço público, celebrado com o Estado para o período 2012-2014), e um novo ciclo, assinalado pelo recebimento de compensações em 2020, ano do início do cenário pandémico caracterizado por dificuldades de tesouraria, que suscitaram medidas de apoio urgente à empresa, tendo por base o modelo de financiamento do CSP que se encontrava em fase de negociação (apoio enquadrado pela RCM nº 41-A/2020 de 09 de junho). Evidencia-se também o efeito das compensações atribuídas em 2021 e 2022, já enquadradas no âmbito do novo CSP, celebrado para o período 2021 - 2025.

[44] Sobre o Contrato de Serviço Publico, celebrado entre a Transtejo e o Estado, para o período 2021 - 2025, vide ponto 1.2. do presente relatório.
[45] Vide Passe 4_18@escola.tp, criado pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro, na sua redação atual; Passe sub23@superior.tp, criado pelo Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual e Passe Social+, regulado pela Portaria n.º 272/2011, de 23 de setembro.

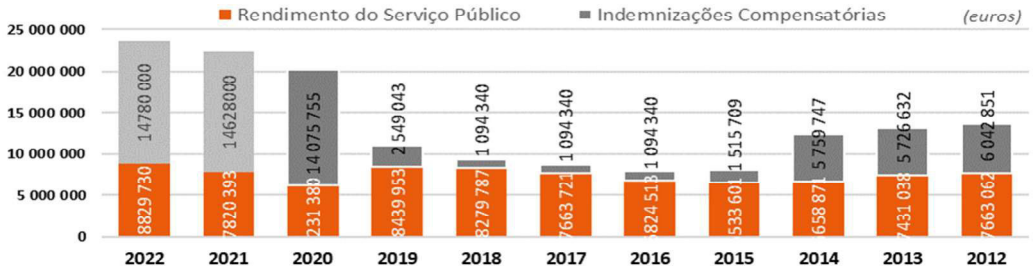


Gráfico 14 – Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2022)

Na análise comparativa sobre os **Rendimentos Operacionais (+856 mil€ | +3,4%)**, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se:

- Aumento do **Rendimento do Serviço Público** (+1.009 mil € | +12,9%) - Apesar da diminuição da compensação ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)[46] (-1.321 mil € |-34,3%), a recuperação de passageiros possibilitou o aumento em receitas diretas da atividade (+2.331 mil €| +58,8%), face a 2021.
- Diminuição, em 2022, dos níveis de **Compensações Tarifárias**[47], referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (Passe Social +, 4_18 e Sub-23), de 2021 (-5,5 mil € | -2,8%).
- Aumento global da **Compensação CSP** (+152 mil € | +1%), repartida nas 2 componentes previstas no contrato: Disponibilidade de Infraestruturas (2.863 mil €| +63 mil €| +2,2%) e Cumprimento da Obrigação de Serviço Público (11.917 mil €| +89 mil € | +0,8%).
- Aumento dos rendimentos de **Alugueres, vendas de cartões passe e Atividade Turística** (+332 mil € | +71,4%) justificado pela recuperação da procura e respetivo acréscimo de receita com a venda de cartões para passes e comparticipação na venda (+188 mil €), mas também com o aumento das receitas das concessões relativas a alugueres de espaços comerciais (+47,5 mil €), espaço para publicidade (+11 mil €), e da atividade turística (protocolo celebrado com a Carristur) (+ 82 mil €).
- Aumento de **Ganhos em investimentos não financeiros** (+87 mil €), justificado pela venda/alienação dos seguintes pontões "Samora", "Mira Sintra" "Alfragide" e "Cova da Piedade", cujo primeiro pagamento (+83,5 mil €), corresponde a 40% do preço dos equipamentos, e ainda pelo recebimento de indemnizações de sinistros (+3.8 mil €).

Rendimentos Operacionais (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	**12,9**	**1 009 337**	**8 829 730**	**7 820 393**	**6 231 380**
Subsídios à Exploração	**1,0**	**146 454**	**14 970 868**	**14 824 414**	**14 246 194**
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	14 075 755
Compensações Tarifárias	(2,8)	(5 546)	190 868	196 414	170 438
Compensação CSP - DI	2,2	62 727	2 862 727	2 800 000	-
Compensação CSP - OSP	0,8	89 273	11 917 273	11 828 000	-
Outros Rendimentos e Ganhos	**(16,4)**	**(423 735)**	**2 155 684**	**2 579 418**	**2 268 288**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	71,4	331 959	797 155	465 196	473 608
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas (...)	(100,0)	(679 113)	-	679 113	939 100
Ganhos em investimentos não financeiros	40 382,1	87 137	87 352	216	-
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	(6,5)	(64 608)	930 934	995 542	805 518
Outros	(22,6)	(99 109)	340 243	439 352	50 062
Reversões	**2 912,3**	**124 041**	**128 300**	**4 259**	**27 485**
TOTAL	**3,4**	**856 097**	**26 084 581**	**25 228 484**	**22 773 347**

[46] De acordo com o regime jurídico subjacente ao PART, publicado no Decreto-Lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, foram estabelecidas medidas de compensação a assegurar pelas Autoridades de Transporte, no pressuposto que a adoção do PART não pode agravar o défice operacional das empresas públicas.

[47] Vide ponto 7.3.4 Esforço financeiro do Estado, do presente relatório.

Tabela 35 – Rendimentos Operacionais (2020-2022)

Em 2022, os rendimentos provenientes da **prestação de serviços** representaram 34% da estrutura total de rendimentos, assinalando-se um aumento (+2,75%) da sua relevância na estrutura face ao ano de 2021, em contrapartida da diminuição da relevância dos Subsídios à Exploração (-1,5%) e de Outros Rendimentos (-1,98%).

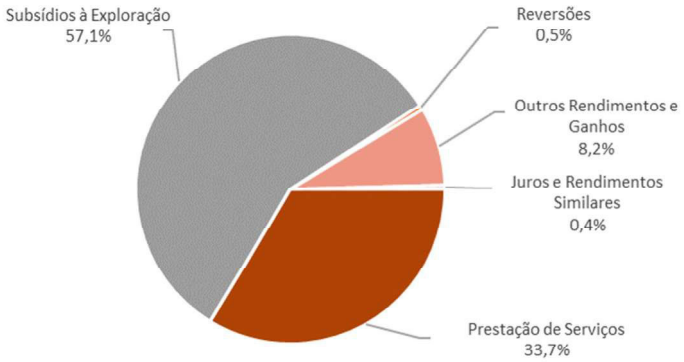


Gráfico 15 - Estrutura de Rendimentos (2022)

7.3.7.3. Evolução dos Gastos

Na análise gráfica aos Gastos, observa-se, em 2022, um aumento muito significativo (+4.525 mil € | + 18%). Este aumento encontra-se essencialmente, associado ao contexto económico (aumento generalizado dos preços dos bens e serviços), destacando-se o acréscimo dos gastos com aquisição de gasóleo (+1.977 mil€ | +70,8%), decorrente do súbito aumento do preço dos combustíveis. Por outro lado, regista-se em "outros gastos e perdas" o efeito do prejuízo da participada Soflusa, (+3.081 mil € | +291%).

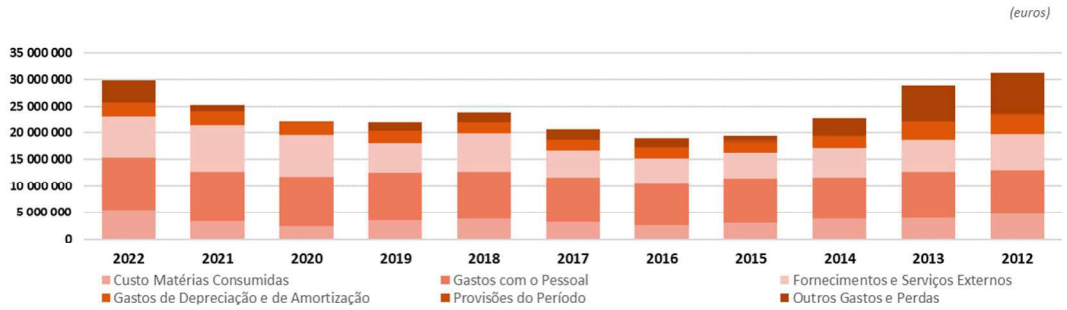


Gráfico 16 - Estrutura de Gastos (2012 - 2022)

Em 2022, a estrutura de gastos carateriza-se pelo aumento da relevância do peso do Custo das Matérias Consumidas (18%) e de outros Gastos e Perdas (14%), em contrapartida dos restantes gastos. Releve-se ainda, o facto de que o Custo das Matérias Consumidas, os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal representam em conjunto 77 % do total de Gastos.

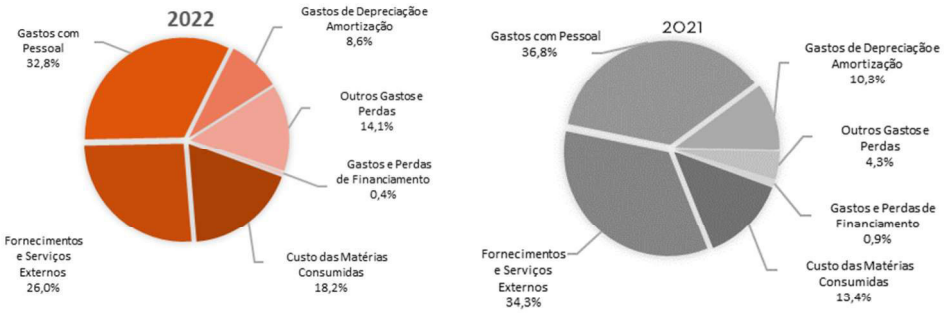


Gráfico 17 - Estrutura de Gastos (2021 - 2022)

A evolução dos Gastos totais por natureza nos anos de 2020 a 2022, detalha-se no quadro seguinte.

GASTOS (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Custo das Matérias Consumidas	60,3	2 048 584	5 447 963	3 399 379	2 433 851
Fornecimentos e Serviços Externos	(10,7)	(930 714)	7 788 941	8 719 654	7 780 084
Gastos com Pessoal	4,9	457 379	9 824 781	9 367 402	9 329 624
Gastos de Depreciação e Amortização	(1,3)	(33 637)	2 587 612	2 621 248	2 447 249
Perdas por Imparidade	-	-	-	-	-
Provisões	(28,4)	(23 566)	59 484	83 050	28 380
Outros Gastos e Perdas	281,6	3 116 820	4 223 547	1 106 727	117 840
Prejuízo da **SOFLUSA** (Equivalência Patrimonial)	290,9	3 081 432	4 140 614	1 059 183	-
Outros Gastos e Perdas - ***Residual***	74,4	35 389	82 933	47 544	117 840
Gastos Financeiros	(46,5)	(109 710)	126 248	235 959	629 129
TOTAL	**17,7**	**4 525 157**	**30 058 576**	**25 533 419**	**22 766 157**

Tabela 36 – Síntese de Gastos (2020-2022)

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

a) **Custo das Matérias Consumidas** (+2.048 mil € | +60,3%) – relativamente ao período homólogo, regista-se um acréscimo nos gastos com combustível para as embarcações (+1.977 mil € | +70,8%). Destaca-se também, pela sua variação face ao período homologo, o aumento do Material de Escritório e Papel de Fotocópia (+ 4 mil € | +141,8 %), efeito do retorno ao trabalho presencial, e do aumento do preço do papel, assim como o aumento dos Bilhetes (32 mil € |+134%) derivado do aumento da procura.

CMCMV *(Contas Individuais)* Unidade: Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Consumo de Gasóleo	70,8	1 977 392	4 771 856	2 794 464	1 845 732
Consumo de Lubrificantes	0,0	11	71 183	71 171	56 351
Consumo Material de Consumo Diverso	32,3	7 749	31 703	23 955	27 363
Consumo Material de Escritório e Papel de Fotocopia	141,8	3 865	6 592	2 727	2 137
Consumo de Bilhetes	134,0	31 747	55 437	23 690	25 653
Consumo de Sobressalentes	15,9	58 717	428 818	370 101	357 406
Consumo Material de Reparações	(27,5)	(31 204)	82 067	113 271	119 210
Outros	-	305	305	-	-
TOTAL	**60,3**	**2 048 584**	**5 447 963**	**3 399 379**	**2 433 851**

Tabela 37 – Detalhe CMVMC (2020-2022)

A variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, forte condicionante dos objetivos de redução de gastos operacionais. Como se demonstra no gráfico seguinte, os últimos dez anos foram marcados pela irregularidade e em 2022 o custo médio por litro teve um aumento histórico.



Gráfico 18 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2012-2022)

No ano em análise, registou-se um aumento do preço médio por litro (+0,46€/L) face ao ano anterior, o que conduziu a um acréscimo deste gasto (+1.977 mil €), apesar de se ter verificado uma ligeira redução da quantidade de combustível consumida (-399 mil L).

GASÓLEO	Var.2022/2021		2022	2021
Gasto do consumo na operação TT (euros)	70,76%	1 977 392	4 771 856	2 794 464
Quantidades consumidas (litros)	-7,72%	-398 868	4 766 746	5 165 614
Custo médio por litro	85,05%	0,46	**1,00 €\L**	**0,54 €\L**

Tabela 38 – Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2021-2022)

b) **Fornecimentos e Serviços Externos** (-931 mil€ | -10,7%) – comparativamente ao período homólogo, destaca-se um decréscimo nos gastos com conservação e reparação frota (-1.198 mil €, -48,5%).

FSE *(Contas Individuais)* Unidade: Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Subcontrato - Soflusa	1,0	29 998	2 916 998	2 887 000	2 828 157
Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)*	(48,5)	(1 197 974)	1 270 983	2 468 956	1 307 793
Conservação e reparação *(outra)*	(13,1)	(16 981)	112 454	129 435	157 129
Trabalhos Especializados	1,0	10 055	968 485	958 430	1 025 020
Seguros	3,5	7 950	237 138	229 189	237 313
Vigilância e Segurança	7,9	51 930	707 414	655 484	642 623
Combustíveis	54,3	6 757	19 196	12 439	10 260
Limpeza, Higiene e Conforto	18,8	50 350	318 113	267 763	330 291
Rendas e Alugueres	25,0	56 243	281 664	225 421	287 938
Comunicação	(45,0)	(21 102)	25 762	46 864	54 346
Publicidade	261,8	75 456	104 273	28 817	14 197
Eletricidade + Água	57,9	85 514	233 292	147 778	149 137
Honorários	-	-	-	-	2 675
Afretamento de Navios (SL)	(30,5)	(131 700)	300 300	432 000	402 600
Outros Afretamentos	(82,3)	(24 013)	5 150	29 163	13 622
(Outros)	43,2	86 804	287 718	200 914	316 984
TOTAL	**(10,7)**	**(930 714)**	**7 788 941**	**8 719 654**	**7 780 084**

Tabela 39 – Detalhe de FSE (2020-2022)

Apresenta-se em seguida a estrutura das rubricas de FSE, do ano de 2022:

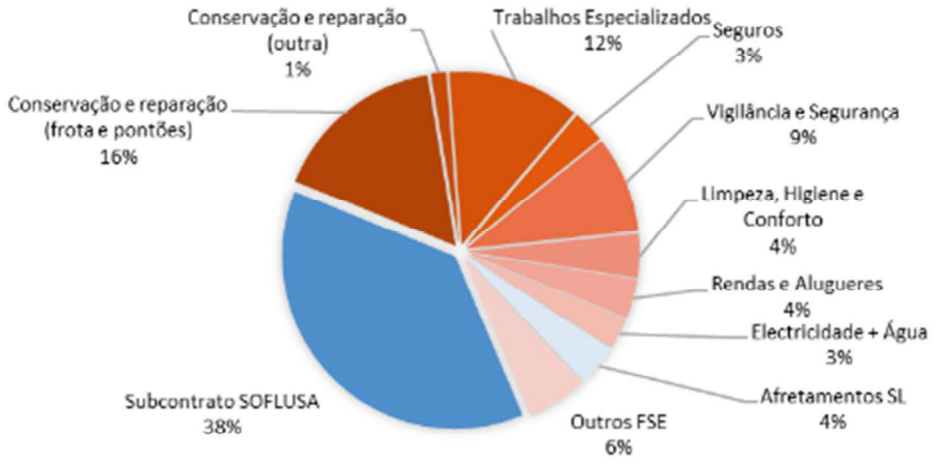


Gráfico 19 - Estrutura de FSE (2022)

Merecem destaque as seguintes rúbricas, que se apresentam com indicação da variação face ao período homólogo:

i. **Conservação e Reparação (frota)** (- 1.198mil € | -48,5% | 16% Estrutura) - A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenções na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).
Merece referência o estado de envelhecimento da frota, que importa manter operacional, até ao desenvolvimento do projeto de investimento em aquisição de novas unidades, que permitirão a sua substituição.

ii. **Trabalhos Especializados** (+ 10 mil € | +1% | 12% Estrutura) – Esta rubrica contempla diversos contratos de prestação de serviços externos, visando colmatar a insuficiência de recursos e competências internas para assegurar intervenções e trabalhos de elevada complexidade e *Know-how* específicos, designadamente, consultorias jurídicas, contabilista certificado, consultorias no âmbito do RGPD, monitorização do CSP, serviços de tratamento de resíduos e inspeções subaquáticas. Esta rubrica contempla ainda o serviço externo de amarração prestado nas operações de atracação das embarcações (387 mil €).

iii. **Seguros** (+ 8 mil € | +3,5% | 3% Estrutura) - Prémios de seguros de diversos ramos, com destaque para o ramo marítimo cascos, referente aos 19 navios que compõem a frota da Transtejo.

iv. **Limpeza, Higiene e Conforto** (+ 50 mil € | +18,8% | 4% Estrutura) – Gastos decorrentes dos serviços de limpeza da frota e instalações, refletindo ainda o reforço das medidas de saúde pública no âmbito da prevenção do Covid-19, para segurança dos clientes e trabalhadores. O aumento registado deve-se, essencialmente, ao facto de ter existido um menor poder de negociação para a aquisição destes serviços com prazos de vigência menores, mas também à relevância nesses contratos da componente de mão de obra, também esta sujeita ao RMMG.

v. **Vigilância e Segurança** (+ 52 mil € | +7,9% | 9% Estrutura) - Gastos decorrentes dos serviços de vigilância e segurança humana e policiamento gratificado prestado nos Terminais Fluviais da empresa e gastos dos serviços

de recolha e transporte de valores. Assinala-se um aumento face aos valores de 2021, originado, nomeadamente, pelo aumento do Rendimento Mínimo Mensal Garantido (RMMG)[48].

vi. **Afretamento** de Navios (à SL) (- 132 mil € | -30,5% | 4% Estrutura) – Operação intra-grupo, associada à utilização dos navios Pedro Nunes e Cesário Verde da Soflusa, por parte da Transtejo, no âmbito de contrato de Afretamento celebrando entre as empresas. Assinala-se em 2022 uma redução, em consequência da inoperacionalidade do navio Pedro Nunes desde 2019 e do navio Cesário Verde desde o último trimestre do ano.

vii. **Rendas e Alugueres** (+ 56 mil € | +25% | 4% Estrutura) – Encargos decorrentes do arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13) e taxa referente à utilização de bens de domínio público marítimo, que implica pagamento de licença à Administração do Porto de Lisboa[49]. Inclui ainda o aluguer de equipamentos e de veículos (frota automóvel)

a) **Gastos com Pessoal** (+ 457 mil € | +4,9%) – Aumento face a 2021, destacando-se as variações ocorridas na rubrica de indemnizações (+39,6 mil € | +1.637.8%), estas na sua maioria associadas a processos judiciais[50], e ao aumento de trabalho extraordinário (+214 mil€ | 56%), por forma a colmatar a falta de pessoal operacional[51] necessário à atividade da empresa.

Gastos com Pessoal (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Remunerações dos Órgãos Sociais	6,5	16 303	267 467	251 163	237 892
Vencimentos e Outras Remunerações	1,4	81 430	6 009 128	5 927 698	5 803 911
Subsídio Férias e Natal	1,9	14 052	735 636	721 584	775 587
Trabalho Extraordinário	56,0	214 045	596 280	382 236	400 464
Encargos sobre Remunerações	3,7	60 212	1 709 635	1 649 423	1 626 695
Indemnizações	1 637,8	37 320	39 598	2 279	675
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	1,5	4 476	309 882	305 405	378 712
Gastos extra processamento [1]	23,2	29 542	157 155	127 613	105 688
TOTAL	**4,9**	**457 379**	**9 824 781**	**9 367 402**	**9 329 624**

Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 40 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2020-2022)

c) **Provisões do Período** (-23,5 mil € | -28%) – decréscimo face a 2021. Este montante reflete o impacto extraordinário associado ao reconhecimento do risco de condenação da Transtejo ao pagamento de indemnizações a trabalhadores no âmbito de processos judiciais relacionados com a componente remuneratória.

[48] Vide Decreto-Lei 109-A/2020, de 31 de dezembro (€ 665) e Decreto-Lei 109-B/2021, de 7 de dezembro (€ 705).
[49] O contrato de concessão de uso privativo celebrado, entre a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. e a Transtejo, cujo objeto é o uso privativo dos bens de domínio público hídrico e do seu domínio privado indisponível, exclusivamente afetos à exploração dos transportes fluviais no tejo, nomeadamente bens imóveis terraplenos e leitos do rio os quais incluem edifícios e infraestruturas, equipamentos e obras marítimas, como cais- acostáveis e pontes-cais.
[50] Processos judiciais relacionados com a reposição de abonos variáveis a trabalhadores (situação que se mantém em desenvolvimento).
[51] Conforme identificado no ponto 4.1.1.2 – taxa de regularidade, a falta de pessoal originou 176 supressões na TTSL, sendo 49 respeitantes à Transtejo e 127 à Soflusa.

d) **Gastos de Depreciação e Amortização** (-34 mil € | -1,3%) – decréscimo face ao período homólogo. Esta variação está associada às amortizações dos novos investimentos – porém, salienta-se que o investimento mais relevante corresponde ao Plano de Renovação da Frota em curso, não se encontrando capitalizado (vide 7.3.5. do presente relatório).

e) **Outros Gastos e Perdas** (+3.116 mil €| +282%) – acréscimo em relação ao ano transato. Para esta variação contribui essencialmente a rubrica de "Gastos e Perdas em Subsidiárias - Equivalência Patrimonial (SL)" que apresenta um agravamento de (+3.081 mil €) face ao período homologo, que corresponde ao aumento do prejuízo da Soflusa (o valor apurado no ano 2022 ascendeu a 4.140.614 €).

f) **Gastos e Perdas de Financiamento** (- 110 mil €| - 46,5%) – decréscimo em relação ao período homólogo. Esta rubrica apresenta em 2022, os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pelo IGCP, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

Gastos de Financiamento (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Juros de Financiamentos Obtidos	(46,4)	(109 111)	126 246	235 358	629 129
Outros Juros	-	2	1,9	-	-
Outros Gastos de Financiamento	(100,0)	(601)	(0)	601	-
TOTAL	**(46,5)**	**(109 710)**	**126 248**	**235 959**	**629 129**

Tabela 41 – Gastos de Financiamento (2020-2022)

7.4. Análise sobre as Contas Consolidadas

7.4.1. Fluxos financeiros

Resultados (Contas Consolidadas) Unidade: Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022	2021
Total de Rendimentos Operacionais	**5,0**	**1 849 269**	**38 861 403**	**37 012 134**
Prestação de Serviços	11,7	1 976 934	18 936 642	16 959 707
Subsídios à Exploração	1,0	146 415	15 252 652	15 106 238
Reversões	1,1	3 612	324 021	320 408
Outros Rendimentos e Ganhos	(6,0)	(277 692)	4 348 088	4 625 780
Total de Gastos Operacionais	**15,2**	**5 628 501**	**42 665 429**	**37 036 928**
Custo Matérias Consumidas	68,3	4 758 184	11 726 225	6 968 040
Fornecimentos e Serviços Externos	(4,6)	(484 636)	10 026 401	10 511 037
Gastos com o Pessoal	3,4	458 801	14 127 142	13 668 340
Gastos de Depreciação e de Amortização	2,7	151 386	5 792 372	5 640 986
Perdas por Imparidade	-	-	-	-
Provisões do Período	325,4	552 351	722 108	169 757
Outros Gastos e Perdas	244,3	192 414	271 181	78 767
Dividendos ou distribuições similares	**-**	**72 919**	**72 919**	**-**
Resultado Operacional	**14 948,1**	**(3 706 313)**	**(3 731 107)**	**(24 795)**
EBITDA	(63,3)	(3 554 926)	2 061 265	5 616 191
Resultado Financeiro	**(46,6)**	**110 184**	**(126 511)**	**(236 695)**
Resultado Líquido	**1 355,7**	**(3 617 328)**	**(3 884 145)**	**(266 817)**

Tabela 42 – Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2021-2022)

O desempenho económico e financeiro da Transtejo, na perspetiva consolidada, no ano de 2022, face a 2021, caracterizou-se fundamentalmente pelo seguinte:

a) Globalmente, verifica-se um acréscimo de +5% (+1.849 mil €) dos **Rendimentos Operacionais**, devido ao aumento de +11,7% (1.977 mil €) na rubrica de **Prestação de Serviços**, nos **Subsídios à Exploração** de 1% (+146 mil €) e em **Reversões** com 1,1% (+3,6 mil €). Em sentido inverso encontra-se a rubrica das **Outros Rendimentos e Ganhos** -6% (-278 mil €) apesar do aumento das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística), o resultado desta rubrica decorre, essencialmente, da variação homologa da aplicação do método da equivalência patrimonial da OTLIS, ACE. entidade extinta em 2021.

b) Os **Gastos Operacionais** registam um acréscimo de +15,2% (+ 5.629 mil €), em consequência do aumento de +68% (+4.758 mil €) em **Custo das Matérias Consumidas** (devido, essencialmente, ao aumento do preço do Gasóleo), de +3,4% (+459 mil €) em **Gastos com Pessoal**[52] e de +325% (+552mil €) em **Provisões.** Em sentido inverso regista-se um decréscimo de **Fornecimentos e Serviços Externos** -4,6% (-485 mil €) em resultado da diminuição de gastos em serviços de conservação e reparação da frota de navios e pontões, face a 2021.

c) Assinala-se, também, em "Dividendos ou distribuições similares" o montante de 73 mil € relativo à distribuição do resultado, do exercício de 2020, da Otlis, ACE.

[52] Este aumento, deve-se em parte à atualização de 0,9% na remuneração mensal, mas também ao aumento, face ao ano anterior, de trabalho extraordinário (+214 mil €), para colmatar a falta de pessoal para a operação, e ao aumento em indeminizações (+40 mil€), bem como de fardamento (+65 mil €) na sequência da implementação da nova imagem da empresa.

7.4.2. Modelo de Financiamento

Desde 2013 que as empresas Transtejo e Soflusa integram o perímetro das Administrações Públicas, como EPR - Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos. Na sequência desta reclassificação, por força do novo modelo de financiamento e cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, a Transtejo e a Soflusa, deixaram de recorrer a financiamentos junto da Banca Comercial, passando essas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos da DGTF, contratados junto do IGCP, em conformidade com o estipulado na legislação em vigor.

Relativamente aos principais fluxos financeiros, realizados em conformidade com as operações de Despesa e Receita reportados na execução orçamental, apresenta-se a seguinte síntese, conforme a Demonstração dos Fluxos Caixa:

Demonstração dos Fluxos Caixa (Contas Consolidadas) unidade: euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.			
Fluxo Atividades Operacionais	437,03%	2 479 559	1 912 197	(567 362)	3 464 043
Fluxo das Atividades de Investimento	681,51%	11 649 375	13 358 727	1 709 352	(1 218 136)
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-	-	639 029
Variação de caixa e seus equivalentes	**1237,22%**	**14 128 934**	**15 270 924**	**1 141 990**	**2 884 936**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**9,39%**	**1 141 990**	**13 300 372**	**12 158 382**	**9 273 446**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**114,82%**	**15 270 924**	**28 571 297**	**13 300 372**	**12 158 382**

Tabela 43 – Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2020-2022)

7.4.3. Investimento

A despesa de investimento realizada ascendeu, no conjunto das empresas Transtejo e Soflusa, em 2022, a 12.560 mil €, destacando-se na Transtejo o Projeto de Renovação da Frota, na Soflusa o projeto de Aumento de Lotação da classe de navios Damen, e em ambas os projetos previstos no âmbito do programa PEES – medidas de promoção de mobilidade sustentável. A tabela seguinte apresenta um resumo dos investimentos realizados nos últimos 3 anos pela Transtejo[53] e pela Soflusa[54].

(valores em Euros)	Contas Individuais				
INVESTIMENTO | Ótica Económica	**TT 2022**	**SL 2022**	**2022**	**2021**	**2020**
Aquisição/NOVA Frota	10 810 936	-	10 810 936	8 558 814	31 600
Aquisição/Construção de Pontões	-	-	-	-	-
Beneficiações de Infraestruturas	927 941	170 690	1 098 631	2 212 470	266 662
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	1 853	436 831	438 683	1 592 065	2 272 962
Segurança	-	15 208	15 208	-	9 777
Investimentos Correntes	165 411	31 576	196 987	368 459	422 119
Total	**11 906 140**	**654 304**	**12 560 445**	**12 731 808**	**3 003 120**

Tabela 44 – Contas Consolidadas – Investimentos – ótica económica (2020-2022)

[53] Vide capítulo 7.3.5 do presente relatório.
[54] Vide capítulo 7.3.5 do relatório de Gestão da Soflusa 2022.

7.4.4. Estrutura Patrimonial

SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Consolidadas) Unidade: Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022	2021 Reepexresso	2021
Ativo	**3,33**	**3 745 078**	**116 374 218**	**112 629 140**	**112 629 140**
Ativo não Corrente	-4,93	(2 957 720)	57 002 461	59 960 180	43 812 454
Ativo Corrente	12,73	6 702 798	59 371 758	52 668 960	68 816 686
Património Líquido e Passivo	**3,33**	**3 745 078**	**116 374 218**	**112 629 140**	**112 629 140**
Património Líquido	11,35	(6 750 906)	(66 225 578)	(59 474 671)	(59 474 671)
Passivo não Corrente	-46,35	(14 033 385)	16 244 667	30 278 052	14 130 326
Passivo Corrente	17,30	24 529 370	166 355 129	141 825 760	157 973 486

Tabela 45 – Contas Consolidadas - Variação do Património (2021-2022)

No decorrer do ano de 2022 a posição financeira consolidada apresenta as seguintes variações:

a) **Ativo não Corrente.** Regista-se um decréscimo (+4,93% | -2.958 mil €) que decorre, essencialmente, da variação da rubrica de outras contas a receber (-9.798 mil €) (face ao montante reexpresso em 2021) montantes associados a subsídios do Fundo Ambiental para o projeto de Renovação da Frota, bem como do efeito líquido das Amortizações acumuladas (incrementadas pelos **Gastos de Depreciação e de Amortização** do exercício no montante de 5.792 mil €) e o total das capitalizações, associadas aos **novos Investimentos** efetuados no exercício de 12.560 mil €, identificados no ponto anterior, bem como a reclassificação de ativos fixos tangíveis (€ 14.925,03) e intangíveis (€ 50.316,68) na Transtejo, no montante de global de 65 mil € em Investimento em curso provenientes de reversão de amortização/depreciação.

b) **Ativo Corrente.** O acréscimo obtido no exercício (+12,73% | +6.703 mil €), nesta rubrica, decorre essencialmente, da redução do saldo das rubricas de "**Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis"** no montante global de -6.459 mil € e de **Outros contas a receber** de -1.861 mil € nos quais se destacam os seguros a liquidar, e do aumento da rubrica de "**Caixa e depósitos bancários**" +15.271 mil €, conforme já referido, associado, essencialmente ao recebimento do montante de 25.567.678€ do Fundo Ambiental para o financiamento projeto da Nova Frota.

c) **Património Líquido** (Capital Próprio). No final de 2022, a TTSL apresentava Património Líquido negativo, no montante de -66.226 mil €, representando um agravamento no montante de -6.751 mil € no período.
Esta variação reflete, essencialmente, o impacto do **Resultado Líquido do período** negativo -3.884 mil €, a redução na rubrica **de Outras variações no património líquido** de -2.867 mil €, correspondente à amortização dos subsídios ao investimento efetuada no período e ao reconhecimento, no exercício, de subsídios a receber nomeadamente: - do Fundo Ambiental no montante de 6.451 mil €, no âmbito dos protocolos celebrados com a Transtejo e a Soflusa, destinados à cobertura financeira dos projetos de investimento (i) adaptação de navios para transporte de bicicletas (84 mil €) e (ii) de projetos financiados pelo Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) para a Promoção da Mobilidade Sustentável (5.726 mil €); iii) aumento de lotação dos navios da classe Damen (641 mil €), bem como a ajustamentos de transição no montante de (-1.905 mil €). Destaca-se, ainda, o decréscimo dos **Resultados Transitados** resultante da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2021 no montante de (-266.817€).

d) **Passivo não Corrente** (-46,35% | -14.033 mil €). Esta rubrica ascendeu a 16.245 mil €, refletindo um decréscimo líquido no período montante de -14.033 mil €, destacando-se a rubrica de Diferimentos com 6.350.260€ (-9.797 mil €), respeitantes a subsídios ao investimento do Fundo Ambiental para o projeto de renovação da frota de navios da Transtejo, da transferência para passivo corrente dos montantes de

endividamento com vencimento no período inferior a 12 meses (-4.632 mil €) e do aumento em provisões (+396 mil €) na qual se inclui montantes para fazer face aos riscos decorrentes de processos judiciais em curso, rubrica que em 2022 foi reforçada pelo montante de global de 722 mil € (59 mil € na Transtejo e 663 mil € na Soflusa) refletindo o risco assumido pelas mesmas no âmbito de processos judiciais instaurados por trabalhadores - associados ao pagamento de remunerações variáveis. Refira-se, ainda, que em 2022 não existiram novos Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo.

e) **Passivo Corrente**. (+17,30% | +24.529 mil €) O aumento nesta rubrica de resulta, maioritariamente, do aumento em diferimentos +19.777 mil €, associados a subsídios ao investimento do Fundo Ambiental e do POSEUR relativos ao projeto de renovação da frota da Transtejo e do acréscimo de **Financiamentos Obtidos** no valor de (+4.632 mil €) refletindo o montante de juros em dívida à DGTF referentes aos financiamentos contratados, vencidos em maio e novembro de 2022. Aguarda-se desenvolvimento da operação de conversão de créditos em Capital, não tendo sido possível a sua realização em 2022.

7.4.5. Resultados Globais (Contas consolidadas)

7.4.5.1. Evolução de Resultados

O **Resultado Líquido Consolidado**, apurado em 2022, é negativo no montante de -3.884 mil €, o que representa um agravamento do prejuízo (+1356% |+3.617 mil €), face ao ano 2021.

Este agravamento resultou da impossibilidade de acomodar o aumento dos Gastos Operacionais (+15% |+ 5.628 mil €) face de 2021, refletindo o impacto do aumento dos preços dos combustíveis e da generalidade dos bens e serviços, que afetou de igual modo ambas as empresas do Grupo, não obstante um aumento de Rendimentos Operacionais (+5% |+ 1.849 mil €), conforme se explica nos pontos seguintes deste documento.

(valores em Euros)

Resultados (Contas Consolidadas)	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP
EBITA *(Cash-flow Operacional)*	(63,3)	(3 554 926)	2 061 265	5 616 191
EBIT *(Resultado Operacional)*	14 948,1	(3 706 313)	(3 731 107)	(24 795)
RESULTADO LÍQUIDO	1 355,7	(3 617 328)	(3 884 145)	(266 817)

Tabela 46 – Contas Consolidadas - Resultados (2021-2022)

7.4.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Na análise gráfica do Rendimento Operacional, observa-se, em 2022, o aumento decorrente da significativa recuperação de receitas diretas da atividade (para níveis próximos do verificado em 2019). É também evidenciado, o aumento do valor das compensações em pela entrada em vigor do novo Contrato de Serviço Público (CSP) no início de 2021.



Gráfico 20 – Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2015-2022)

Na análise comparativa sobre os Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se o aumento do **Rendimento do Serviço Público** (+11,7%| + 1977 mil €). Apesar da redução de (-2.303 mil €) do PART, verificou-se um aumento da receita da atividade, em linha com a recuperação da procura, (+4.280 mil €), assim como dos **Subsídios à Exploração** (+ 1%| +146 mil€), e dos "Alugueres, vendas de cartões passe e Atividade Turística" (+64,2% | +415 mil €) nas quais se destaca o aumento da venda de cartões (+208 mil€), diretamente associado ao aumento da procura do serviço prestado.

Rendimentos Operacionais *(Contas Consolidadas)* *Unidade: Euro*	**Var.2022/2021** %	**Var.2022/2021** Abs.	**2022** SNC-AP	**2021** SNC-AP
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	**11,7**	**1 976 934**	**18 936 642**	**16 959 707**
Subsídios à Exploração	**1,0**	**146 415**	**15 252 652**	**15 106 238**
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-
Compensações Tarifárias	(1,2)	(5 585)	472 652	478 238
Compensação CSP - DI	2,2	62 727	2 862 727	2 800 000
Compensação CSP - OSP	**0,8**	89 273	11 917 273	**11 828 000**
Outros Rendimentos e Ganhos	**(6,0)**	**(277 692)**	**4 348 088**	**4 625 780**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	64,2	415 220	1 061 969	646 749
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas (...)	(100,0)	(679 113)	-	679 113
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	4,9	131 323	2 797 044	2 665 721
Outros	(22,9)	(145 122)	489 076	634 197
Reversões	**1,1**	**3 612**	**324 021**	**320 408**
TOTAL	**5,0**	**1 849 269**	**38 861 403**	**37 012 134**

Tabela 47 – Contas Consolidadas - Rendimentos (2021-2022)

7.4.5.3. Evolução dos Gastos

O total dos gastos, apresentou um aumento de (+14,9 %| +5.560 mil €) face ao período homólogo. Este aumento, encontra-se, essencialmente, associado ao contexto económico (aumento generalizado dos preços dos bens e serviços), destacando-se o acréscimo dos gastos com aquisição de gasóleo (+74,6% | +4.692 mil€) decorrente do súbito aumento do preço dos combustíveis. Destaca-se ainda o aumento das Provisões do período, associadas aos Processos judiciais em curso (+325% | +552 mil €).

GASTOS *(Contas Consolidadas)* *Unidade: Euro*	**Var.2022/2021** %	**Var.2022/2021** Abs.	**2022** SNC-AP	**2021** SNC-AP
Custo das Matérias Consumidas	68,3	4 758 184	11 726 225	6 968 040
Fornecimentos e Serviços Externos	(4,6)	(484 636)	10 026 401	10 511 037
Gastos com Pessoal	3,4	458 801	14 127 142	13 668 340
Gastos de Depreciação e Amortização	2,7	151 386	5 792 372	5 640 986

Perdas por Imparidade	-	-	-	-
Provisões	325,4	552 351	722 108	169 757
Outros Gastos e Perdas	244,3	192 414	271 181	78 767
Gastos Financeiros	(35,1)	(68 425)	126 511	194 936
TOTAL	**14,9**	**5 560 076**	**42 791 940**	**37 231 864**

Tabela 48 – Contas Consolidadas - Gastos (2021-2022)

Em 2022, a estrutura de gastos é a que se apresenta, em seguida:

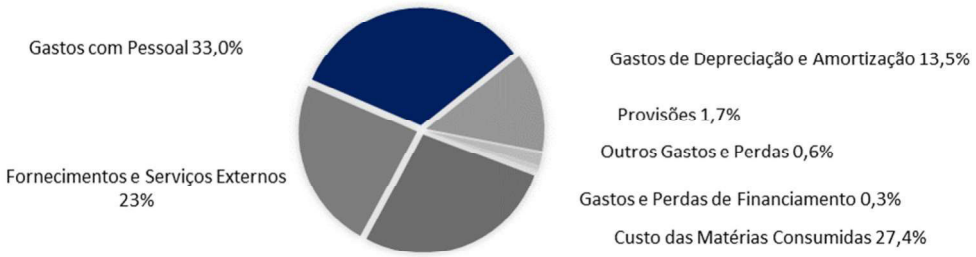


Gráfico 21 - Estrutura de Gastos (2022)

a) **Custo das Matérias Consumidas** (+68,3%| +4.758 mil €). Para este aumento contribuíram as variações registadas nas rubricas Consumo de Gasóleo (+4.692 mil€), Lubrificantes (+3,6 mil €), Sobressalentes (+58 mil €) e Bilhetes (+22 mil €), este último justificado pelo aumento da procura.

CMCMV *(Contas Consolidadas) Unidade: Euro*	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP
Consumo de Gasóleo	74,6	4 692 256	10 979 716	6 287 460
Consumo de Lubrificantes	2,8	3 695	135 596	131 901
Consumo Material de Consumo Diverso	32,3	7 749	31 703	23 955
Consumo Material Fotocópia	141,8	3 865	6 592	2 727
Consumo de Bilhetes	59,0	22 800	61 426	38 626
Consumo de Sobressalentes	15,9	58 717	428 818	370 101
Consumo Material de Reparações	(27,5)	(31 204)	82 067	113 271
Outros	-	305	305	-
TOTAL	**68,3**	**4 758 184**	**11 726 225**	**6 968 040**

Tabela 49 – Contas Consolidadas - CMVMC (2021-2022)

Importa referir que a variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, forte condicionante dos objetivos de redução de gastos operacionais e que o ano de 2022 foi marcado pelo aumento histórico dos preços.[55]

[55] Os níveis de oferta da TTSL foram mantidos face ao ano anterior, pelo que o aumento do gasto traduz principalmente o aumento do preço médio dos consumos da TTSL (que no ano de 2021 foi de 0,54 €\L passando a ser em 2022 de 0,99 €\L).

b) **Fornecimentos e Serviços Externos** (-4,6%| -485 mil €). Destaca-se a diminuição dos gastos de Conservação e Reparação da Frota (navios e pontões) (-13,7% | -785 mil € | 49% dos FSE), consequência dos constrangimentos orçamentais já mencionados.

FSE *(Contas Consolidadas) Unidade: Euro*	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP
Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)*	(13,7)	(785 425)	4 959 631	5 745 055
Conservação e reparação *(outra)*	(30,3)	(65 846)	151 769	217 615
Trabalhos Especializados	(5,2)	(75 885)	1 373 243	1 449 128
Seguros	2,5	14 032	570 159	556 127
Vigilância e Segurança	5,7	56 467	1 048 958	992 491
Combustíveis	47,7	7 860	24 335	16 474
Limpeza, Higiene e Conforto	17,4	82 502	557 228	474 726
Rendas e Alugueres	15,4	57 939	434 146	376 207
Comunicação	(48,8)	(32 914)	34 596	67 511
Publicidade	82,7	58 204	128 547	70 343
Eletricidade + Água	54,3	116 018	329 819	213 801
Honorários	(100,0)	(347)	-	347
Outros Afretamentos	(53,3)	(21 188)	18 601	39 789
(Outros)	35,7	103 947	395 371	291 423
TOTAL	**(4,6)**	**(484 636)**	**10 026 401**	**10 511 037**

Tabela 50 – Contas Consolidadas - FSE (2021-2022)

Da análise comparativa dos FSE destacam-se as principais variações, face a 2021:

i. **Conservação e Reparação da Frota** (-13,7% | - 785 mil € | 49% dos FSE). Engloba gastos referentes a estaleiros, oficinas e diversos e apoio técnico especializado à frota de navios. Esta rubrica contempla os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas). Releve-se o facto de que em 2022, existiu aumento do número de supressões por avarias (+232,35% | +2.909 Supressões) na TTSL, não tendo sido possível evitar ou minimizar as mesmas face aos constrangimentos orçamentais, e conjuntura económica e financeira vivida no ano.
Merece referência o estado de envelhecimento da frota da Transtejo (idade média de 32,5 anos), que importa manter operacional, durante o desenvolvimento do plano de renovação da frota, (aquisição de 10 novas unidades, que permitirão a sua substituição).

ii. A rubrica **Conservação e Reparação (outra)** (-30,3% | -66 mil € | 2% dos FSE). Esta rubrica contempla os gastos de manutenção de instalações (infraestruturas), registando-se tanto na Transtejo como na Soflusa uma redução destes gastos, em resultado das beneficiações ocorridas em ILD no âmbito do PEES, que foram relevadas em Investimento

iii. **Trabalhos especializados** (- 5,2% | -76 mil € | 14% dos FSE). Contempla essencialmente contratos de prestação de serviços (assistência e avenças) destacando-se os serviços externos de amarração de navios e os serviços de auditoria financeira, avenças e consultorias técnicas no âmbito de diversos processos em desenvolvimento nas empresas. Face à atual situação de insuficiência de recursos internos especializados, tem sido necessário recorrer à subcontratação de serviços externos para assegurar trabalhos e estudos de maior complexidade.

iv. **Rendas e Alugueres** (+15,4% | +58 mil € | 4% dos FSE). Reflete os gastos com o arrendamento de uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo (taxas APL) por ocupação e utilização da estação de Belém, Terminais Cais do Sodré e de Cacilhas. Reflete ainda a renda de Infraestruturas (Terminal Fluvial do Barreiro e Doca 13) assim como o aluguer de frota automóvel

v. **Seguros** (+2,5% | +14 mil €| 6% dos FSE). Destacam-se pelo maior valor envolvido, os prémios de cobertura de riscos referentes ao ramo marítimo-cascos e os seguros de responsabilidade civil (passageiros).

c) **Gastos com Pessoal** (+3,4% | +459 mil €). Destaca-se o aumento do Trabalho Extraordinário (68% | +384 mil €) por forma a colmatar a falta de pessoal operacional necessário à atividade da empresa.

Gastos com Pessoal *(Contas Consolidadas) Unidade: Euro*	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP
Remunerações dos Órgãos Sociais	7,0	17 600	268 764	251 163
Vencimentos e Outras Remunerações	0,5	46 169	8 575 565	8 529 397
Subsídios de Férias e Natal	0,8	8 099	1 065 712	1 057 613
Trabalho Extraordinário	67,8	384 133	950 655	566 522
Encargos sobre Remunerações	2,3	55 961	2 447 985	2 392 024
Indemnizações	(64,1)	(165 622)	92 734	258 356
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	4,5	20 070	466 592	446 522
Gastos extra processamento [1]	55,4	92 392	259 135	166 743
TOTAL	**3,4**	**458 801**	**14 127 142**	**13 668 340**

Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 51 – Contas Consolidadas – Gastos com Pessoal (2021-2022)

d) **Provisões do Período** (+325 % | +552 mil €) Este montante reflete o impacto extraordinário associado ao reconhecimento do risco associado à condenação da Transtejo e Soflusa ao pagamento de indemnizações a trabalhadores no âmbito de processos judiciais relacionados com a componente remuneratória.

e) **Gastos de Depreciação e Amortização** (+2,7 % | +151 mil €) – decréscimo face ao período homólogo. Esta variação está associada às amortizações dos novos investimentos (vide 7.5.3. do presente relatório).

f) **Gastos e Perdas de Financiamento** (-35,1% | -68 mil €). Esta rubrica reflete os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pela DGTF, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

Salienta-se ainda que no final de 2022 se venceram alguns financiamentos, com impacto na redução de encargos financeiros.

Gastos de Financiamento (Contas Consolidadas) Unidade: Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022	2021
Juros de Financiamentos Obtidos	(34,8)	(67 353)	126 246	193 599
Outros Juros	-	7	7	0
Outros Gastos de Financiamento	(80,8)	(1 080)	257	1 337
TOTAL	**(35,1)**	**(68 425)**	**126 511**	**194 936**

Tabela 52 – Contas Consolidadas – Gastos de Financiamento (2021-2022)

8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, a Transtejo, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do diploma supra identificado, bem como às orientações sobre o processo de prestação de contas de 2022, transmitidas através do ofício n.º 631/2023, de 10.02.2023, elaborará um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2022, que se publicará em documento autónomo.

Relatório do Governo Societário		Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	√		√	
II.	**Missão, Objetivos e Políticas**	√		√	
III.	**Estrutura de Capital**	√		√	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	√		√	
V.	**Órgãos Sociais e Comissões**	√		√	
A.	Modelo de Governo	√		√	
B.	Assembleia Geral	√		√	
C.	Administração e Supervisão	√		√	
D.	Fiscalização	√		√	
E.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
F.	Conselho Consultivo (caso aplicável)		√		√
G.	Auditor Externo (caso aplicável)	√		√	
VI.	**Organização Interna**	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especiais de informação	√		√	
E.	Sítio na internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Órgãos Sociais**	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e outras**	√		√	
IX.	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**	√		√	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	√		√	
XI.	**Anexos do Relatório**	√		√	

Tabela 53 – Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o Governo da Sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Transtejo disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - https://ttsl.pt/- bem como no sítio eletrónico do Setor Empresarial do Estado - http://www.dgtf.gov.pt - mantendo-a periodicamente atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022", de 10.02.2023, apresenta-se detalhe da informação solicitada, que segue o esquema do respetivo Anexo I:

Objetivos de gestão (artigo 38.º de RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

O Conselho de Administração deu cumprimento, em 2022, às orientações recebidas do Acionista e ao cumprimento dos regulamentos e normativos legais a que a empresa se encontra sujeita, designadamente, a Lei do Orçamento de Estado para 2022 e o Despacho n.º 682/2021 de 29.07.2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, relativo às "Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2022", apesar de não terem sido celebrados os Contratos de Gestão.

Procurou ainda, em toda a sua atuação, seguir a estratégia definida pelo Governo, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável e descarbonização da economia, tendo em julho de 2021, aprovado o Plano Estratégico para 2021-2022 [56].

Apresenta-se, em seguida, resumo dos objetivos a alcançar e respetivas estratégias definidas no Plano Estratégico:



[56] Vide documento em "documentos oficiais" no website www.ttsl.pt.

(documento assinado digitalmente na última página)

Em seguida apresenta-se Painel de Indicadores do plano estratégico com as Metas e Resultados obtidos no ano de 2022.

PAINEL DE INDICADORES (Plano Estratégico 2022)

OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR - CHAVE (KPI)		Unid.	PESO	META 2022	REAL 2022
OE - 1	**ASSEGURAR OFERTA FLUVIAL**	KPI 1.1	Taxa de Cobertura Financeira do CSP - TTSL	%	30%	**90%**	**80%**
		KPI 1.2	Taxa de Cumprimento da Oferta Contratada - TTSL	%	30%	**99%**	**91,32%**
		KPI 1.3	Encargos com Penalizações - TTSL	€	20%	**0 €**	**0 €**
		KPI 1.4	Taxa de Disponibilidade de Frota de navios - TTSL	%	20%	**95%**	**52%**
OE - 2	**MELHORAR A EXPERIÊNCIA DOS PASSAGEIROS**	KPI 2.1	Índice de satisfação do Passageiro [1 a 5]	n.º	20%	**3,5**	**3,62**
		KPI 2.2	Taxa de redução do nº de reclamações por 10^3 PT - TTSL	%	60%	**20%**	**-5%**
		KPI 2.3[57]	Nº de passageiros transportados -TT	n.º	20%	**8 686 152**	**7 440 976**
		KPI 2.3	Nº de passageiros transportados - SL	n.º	20%	**9 686 151**	**8 361 784**
OE - 3	**INVESTIR NA RESILIÊNCIA DOS ATIVOS**	KPI 3.1	Grau de execução do Plano de Manutenção - TTSL	%	25%	**100%**	**60%**
		KPI 3.2	Grau de execução do Plano de Investimentos - TTSL	%	25%	**100%**	**35%**
		KPI 3.3	Grau de execução do Plano de Formação - TTSL	%	20%	**60%**	**28%**
		KPI 3.4	Índice de satisfação do Pessoal - TTSL [1 a 5]	n.º	15%	**3,5**	**3,00**
		KPI 3.5	Taxa de absentismo - TTSL	%	15%	**8%**	**14%**
OE - 4	**AUMENTAR EFICIÊNCIA ESTRUTURAL**	KPI 4.1	Resultado Operacional EBIT - TT	€	25%	**(1 583 901)**	**(3 774 828)**
		KPI 4.1	Resultado Operacional EBIT - SL	€	25%	**1 777 863**	**(4 096 894)**
		KPI 4.2	Eficiência Operacional (GO/VN) - TT	%	30%	**108%**	**112%**
		KPI 4.2	Eficiência Operacional (GO/VN) - SL	%	30%	**102%**	**115%**
		KPI 4.3	Limite de endividamento - TT	%	25%	**3,00%**	**-3,48%**
		KPI 4.4	Taxa anual de crescimento dos rendimentos da atividade não transporte - TTSL	%	20%	**10%**	**53%**
OE - 5	**GERAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**	KPI 5.1	Número de novos Navios	n.º	30%	**3**	**0**
		KPI 5.2	Taxa de execução das medidas de eficiência (comportamentos ecológicos)	%	70%	**100%**	**n.d.**



Objetivo de corresponder com eficácia ao estabelecido no Contrato.

Em 2022, destaca-se a baixa taxa de disponibilidade da frota, derivado da sua antiguidade, e os efeitos das supressões na taxa de cumprimento face à oferta planeada.

Objetivo de corresponder às expetativas dos clientes.

Releva-se o facto de o Índice de Satisfação do Passageiro ter sido superado face à meta estabelecida no Plano Estratégico (2021-2022), bem com a evolução do número de reclamações por mil Passageiros ter reduzido, face ao ano anterior.

Objetivo de desenvolver operacionalidade: RH, Frota e Infraestrutura.

Em 2022, face aos constrangimentos existentes, não foi possível a concretização do investimento nem o número de docagens de todos os navios planeadas. Releve-se o facto do Índice de Satisfação de Pessoal e a taxa de absentismo, também terem ficado aquém do esperado.

Objetivo de consolidar um modelo de funcionamento interno assente na eficiência.

Regista-se um aumento significativo dos rendimentos de atividades não transporte, mas também Resultados Operacionais mais negativos em ambas as empresas.

Objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável de descarbonização.

Em 2022, não foi rececionado nenhum navio elétrico. Pelo que não existem indicadores a reportar.

[57] A Previsão do indicador "N.º de Passageiros Transportados" foi recalculado para efeitos de elaboração do Plano de Atividades e Orçamento 2022, sendo a previsão de 7.392.315 passageiros para a TT e de 8.396.174 passageiros para a SL.

(documento assinado digitalmente na última página)

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Apresenta-se, ainda, neste contexto, um conjunto de indicadores de monitorização, destinados a acompanhar o cumprimento dos objetivos operacionais da Transtejo:

	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO (Perspetiva: Contas Individuais)		Orçamento 2022	REAL 2022	Variação	Grau de Execução
1	**Rendimentos do Serviço Público**	10^3 €				
	Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros + PART		**5 642**	**8 830**	**3 188**	**157%**
2	**Margem do EBITDA**	(%)				
	EBITDA (€) / Volume de Negócios (Prestação de Serviços + PART)		**-79,6%**	**-13,4%**	**-66,13 pp**	**-66,13 pp**
3	**Prazo Médio Pagamentos (PMP)**	Dias				
	Prazo Médio Pagamentos (PMP)		**30**	**25**	**-5**	**85%**
4	**Consumo de combustível por LKO**	Litros				
	Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos		**0,025 L**	**0,025 L**	**0,000 L**	**100%**
5	**Gastos de Manutenção por LKO**	(€)				
	Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos		**0,023 €**	**0,009 €**	**-0,014 €**	**39%**
6	**Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**	(%)				
	Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais		**20,4%**	**92,0%**	**71,60 pp**	**71,60 pp**
7	**Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**	(€)				
	Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados		**4,10 €**	**3,67 €**	**-0,43 €**	**90%**
8	**Taxa de Absentismo**	(%)				
	Taxa de Absentismo			**11,6%**		
9	**Grau cumprimento Plano de Investimentos**	(%)				
	Grau cumprimento Plano de Investimentos			**34,4%**		**34%**
10	**Índice Qualidade da Oferta *(a aferir após desempenho)***					
a)	**Nº Reclamações por mil PT**			**0,11**		**11%**
b)	**Regularidade**			**90,7%**		**90,7%**
c)	**Nº acidentes com passageiros por mil PT**			**0,2%**		**0,2%**

Tabela 54 – Indicadores de Gestão (2022)

De acordo com o quadro anterior, é possível fazer as seguintes considerações, relativamente indicadores de acompanhamento:

Prestar um serviço público de qualidade (Indicador 10) – Apesar de não ter sido definido objetivo para 2022 nas várias componentes deste indicador, é, contudo, possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi de 90,7%[58];

Promover o consumo eficiente de recursos (Indicadores 4, 5 e 6) – Foram mantidos os níveis previstos de consumo de combustível por LKO. Registou-se, porém, um acréscimo de gastos de manutenção por LKO face ao previsto, devido, essencialmente, ao aumento de preços dos bens e serviços. Relativamente aos gastos operacionais por passageiro transportado, verifica-se uma ligeira melhoria, traduzindo a recuperação da procura registada.

Criar valor para o Acionista (Indicadores 2 e 6) – a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais apresenta uma variação positiva, motivada pelo aumento dos rendimentos da atividade, por outro lado verifica-se uma variação negativa da margem do EBITDA, face ao previsto.

[58] Vide informação adicional nos pontos 4.1.1.2 – Regularidade, 4.1.3.3 – reclamações e 5.1.4 – sinistralidade, do presente relatório;

1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2022 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

INDICADORES (Perspetiva: Contas Individuais) unidade: euro	PAO 2022	REAL 2022	Desvio	
			Abs.	%
Resultado Líquido	**(6 935 060)**	**(3 884 145)**	**3 050 915**	**-78,5%**
EBITDA	**(1 939 208)**	**(1 187 216)**	**751 992**	**-63,3%**
Resultado Operacional (líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor)	**(6 838 103)**	**(3 843 644)**	**2 994 460**	**-77,9%**
Volume de negócios	**25 854 707**	**25 025 348**	**(829 359)**	**-3,3%**
Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros	4 290 640 €	6 295 700 €	2 005 060	31,8%
PART	1 351 019 €	2 534 030 €	1 183 011	46,7%
Compensações Tarifárias (4_18, Sub23, Social+)	171 290 €	190 868 €	19 577	10,3%
Compensação Contrato Serviço Publico (DI+OSP)	16 263 164 €	14 780 000 €	(1 483 164)	-10,0%
Compensação Adicional (conjuntura COVID-19)	3 232 733 €	0 €	(3 232 733)	
Atividades Acessórias	507 700 €	797 155 €	289 455	36,3%
Outros rendimentos	38 160 €	427 595 €	389 435	91,1%
Endividamento				
Financiamento Remunerado (Curto e M/L Prazo)	24 176 860 €	102 810 769 €	78 633 909	76,5%
Divida financeira Líquida / EBITDA	**(10)**	**(66)**	**(56)**	**85,2%**
Valor do Endividamento reduzido das disponibilidades	18 919 282 €	78 395 893 €	59 476 611	75,9%
Gasóleo - Custo Total	**2 850 000**	**4 771 856**	**1 921 856**	**40,3%**
Consumo *(litros)*	5 277 778 L	4 766 746 L	-511 032 L	-10,7%
Preço médio / litro	0,54	1,00	0,46	46,1%
Plano de Investimentos	**34 624 998**	**11 906 140**	**-22 718 857**	**-190,8%**
Aquisição NOVA FROTA	31 350 998	10 810 936	(20 540 062)	-190,0%
Aquisição/Construção de Pontões	-	-	-	-
Frota - Navios e Pontões	962 000	1 853	(960 147)	-51826,7%
Infraestruturas (ILD's)	1 500 000	927 941	(572 059)	-61,6%
Investimentos Correntes				
- Segurança	130 500	-	(130 500)	--
- Sistemas e Tecnologias de Informação	20 000	118 629	98 629	83,1%
- Informação ao Público	43 000	-	(43 000)	--
- Equipamentos Sociais e Administrativos	1 500	6 751	5 251	77,8%
- Bilhética e controlo de Acessos	450 000	18 510	(431 490)	-2331,2%
- Outros	167 000	21 522	(145 478)	-676,0%
Quadro de Pessoal				
Nº Médio de Efetivos	343	293	-50	-17,0%
Nº de trabalhadores a 31.dez	321	292	-29	-10,0%

Tabela 55 – Indicadores de Execução PAO (2022)

(documento assinado digitalmente na última página)

1.c) Investimento

Em seguida, apresenta-se quadro do Plano de Investimento 2022, com respetiva execução:

Plano de Investimento	PAO 2022	Executado 2022							Desvio (PAO vs Executado)	(Observações/ medidas)
		Total	Fontes de Financiamento							
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	OE	Endivid.	Fundos Comunitários	PRR	Outras*		
Aquisição/Construção de Navios e Pontões	**31 350 998**	**10 810 936**	**31 610**	**0**	**0**	**500 064**	**0**	**10 279 262**	**-20 540 062**	**FF: FA e POSEUR e RP**
Navios (10 un) [Projeto Plurianual 2019-2024 | Total Investimento = 57.000.000 €]	27 067 250	6 292 800	0			360 436		5 932 364	-20 774 450	FF: FA e POSEUR
Postos Carregamento (Nova Frota)	3 000 000	4 334 087	0			0		4 334 087	1 334 087	FF: FA
Pontões (2 un) [1=2021| 1=2022]	583 748	0	0			0		0	-583 748	
Outras despesas relacionadas com o projeto	700 000	184 049	31 610	0	0	139 628		12 811	-515 951	FF: FA e POSEUR e RP
Beneficiações da Frota	**500 000**	**170**	**170**	0	0	0	0	0	**-499 830**	
Outros Investimentos (Frota)	**462 000**	**1 682**	**1 682**	0	0	0	0	0	**-460 318**	
Beneficiações de Infraestruturas	**1 500 000**	**927 941**	**927 941**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-572 059**	
Estação BELÉM	0	1 425	1 425						1 425	FF: Receita Própria
Estação TRAFARIA	40 000	0							-40 000	
Terminal CACILHAS I + Edifício Manutenção	1 200 000	746 836	746 836						-453 164	FF: PEES
Terminal CAIS DO SODRÉ	60 000	0							-60 000	
Terminal MONTIJO	50 000	**0**							**-50 000**	
Terminal SEIXAL	150 000	34 810	34 810						-115 190	FF: PEES
Doca 13 (Recuperação infraestruturas marítimas)	0	142 850	142 850						142 850	FF: PEES e Receita Própria
Outros Investimentos em ILD	0	2 020	2 020						2 020	FF: Receita Própria
Segurança	**130 500**	**0**	**0**	0	0	0	0	0	**-130 500**	
Sistemas e Tecnologias de Informação	**20 000**	**118 629**	**118 629**	0	0	0	0	0	**98 629**	**FF: Receita Própria**
Bilhética e Controlo de Acessos	**450 000**	**18 510**	**18 510**	0	0	0	0	0	**-431 490**	**FF: Receita Própria**
Informação ao Público	**43 000**	**0**	**0**	0	0	0	0	0	**-43 000**	
Equipamentos Sociais e Administrativos	**1 500**	**6 751**	**6 751**	0	0	0	0	0	**5 251**	**FF: Receita Própria**
Outros Investimentos	**167 000**	**21 522**	**21 522**	0	0	0	0	0	**-145 478**	**FF: Receita Própria**
Total	**34 624 998**	**11 906 140**	**1 126 814**	**0**	**0**	**500 064**	**0**	**10 279 262**	**-22 718 857**	

Nota: * em outras encontram-se projetos com protocolos do Fundo de Ambiental. No caso de projetos iniciados no âmbito do programa PEES (identificados no quadro, a sua cobertura financeira foi suportada por receita própria por não ter ocorrido em tempo útil a autorização para a utilização do Saldo de Gerência.

Tabela 56 – Plano de Investimentos – ótica económica (execução 2022)

Os investimentos foram na sua grande maioria financiados ao abrigo de protocolos com o Fundo Ambiental (86%), PO SEUR (4%), conforme já evidenciado neste relatório, tendo o restante investimento (1.127 mil €) sido financiado através de receita própria, nomeadamente, projetos previstos no âmbito do PEES nomeadamente o projeto de recuperação da Doca13, assim como investimentos com a conclusão da implementação dos softwares: - Gestão Documental (FileDoc); - Gestão dos Recursos Humanos; - Gestão de Manutenção e Armazém (ValueKeep), Gestão de escalas (GIST 3) bem como a aquisição de programas que reforçam a segurança da rede, nomeadamente (WatchGuard), a substituição de equipamentos informáticos e a aquisição de hardware e mobiliário, necessários à continuidade da operação de serviço público.

1.d)Grau de Execução do Orçamento

Esta análise está desenvolvida no capítulo das Demonstrações Orçamentais.

2 Gestão do risco financeiro

A evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados dos últimos 5 anos, encontra-se no quadro abaixo:

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	**126 246**	**235 358**	**629 129**	**629 129**	**1 629 215**
Taxa Média de Financiamento (%)	**1,82%**	**1,82%**	**1,82%**	**1,82%**	**2,00%**

Tabela 57 – Evolução Gastos de Financiamento - execução orçamental (2018-2022)

(documento assinado digitalmente na última página)

3 Limite de crescimento do endividamento

Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento do Estado para 2022), e em conformidade com a fórmula apresentada no n.º 4 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022 - normas de execução do Orçamento de Estado para 2022):

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR – Financiamento Remunerado
Capital – Capital Social ou Capital Estatutário realizado

Nos termos do n.º 2 do artigo 145.º do DLEO 2022, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10 000 000 ou a 10 % do orçamento anual da empresa.

Aplicação da fórmula do "**limite máximo de crescimento do endividamento**":

Variação do Endividamento (execução)	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	102 810 769	102 810 769
Capital Social / Capital Estatutário	208 025 085	208 025 085
Novos investimentos no ano 2022 (com expressão material)	10 810 936	-
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	**-3,48%**	

Tabela 58 – Variação do Envidamento - execução (2021-2022)

Nos termos do n.º 1, do artigo 53º da Lei do OE2022, a Transtejo contribui positivamente para o cumprimento do limite máximo de crescimento, estabelecido para o sector, isto é, para o objetivo de não agravamento superior a 2% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A evolução do **Prazo Médio de Pagamentos** (PMP) a Fornecedores, em conformidade com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2022	2021	Var. 2022/2021	
			Valor	%
Prazo (dias)	25	21	4	21,4%

(*) Eliminação de saldos com operadores de transportes

Tabela 59 – PMP (2021-2022)

No ano em análise foram adotadas medidas criteriosas para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento, sendo fixado o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 60 dias nas datas de vencimento acordadas com a generalidade dos fornecedores.

O quadro seguinte divulga a posição em 31-12-2022 das contas a pagar, com evidência das **dívidas não vencidas** e do valor das **dívidas vencidas** *("arrears")*, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio[59].

TT 2022	Dívidas não vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas Vencidas de acordo com o art.º 1º DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	80 930,99	6 454,06	0,00	0	0	0
Aquisições de Capital						
Saldo em dívida	80 930,99	6 454,06	0,00	0	0	0

Tabela 60 – Atrasos nos Pagamentos (31 de dezembro 2022)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[60], aplicável às sociedades Transtejo e Soflusa a desde janeiro de 2014, em consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos. Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

5 Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo Acionista, a Transtejo procura reportar atempadamente toda a informação e prestar os esclarecimentos solicitados.

6 Remunerações (*Apêndice 1*)

6.a) Órgãos Sociais

1- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura	500	0
2015-2017	Vice-Presidente	Dra. Tânia Rodrigues do Nascimento	425	0
2015-2017	Secretário	Dr. André Bernardo de Lemos Alves	350	0
				0

Tabela 61 – Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

Não ocorreu o pagamento de senhas de presença, em virtude de não ter sido realizada Assembleia Geral em 2022.

2- Conselho de Administração

Destaca-se que em 13.04.2023, foi nomeado o novo Conselho de Administração[61] para o mandato (2023-2025). Para enquadramento da informação apresentada nos quadros seguintes, importa ainda referir que o Conselho de

[59] *Vide* Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual desenvolve e reforça deveres de prestação de informação financeira necessários ao controlo da execução orçamental e define no artigo 1.º o conceito de atraso no pagamento.
[60] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.
[61] Sobre o Conselho de Administração, em funções, vide nota de abertura e ponto 3.2. do presente relatório.

Administração da Transtejo, nomeado em 01.06.2020 em regime de acumulação de funções, não auferiu qualquer remuneração especifica suportada pela Soflusa, sendo os seus encargos remuneratórios assumidos integralmente pela Transtejo.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	N.º de Mandatos
(2020-2022)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	01/06/2020	n/a	n/a	n/a	n/a	2
(2020-2022)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	01/06/2020	n/a	n/a	n/a	n/a	2
(2020-2022)	Vogal	José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	DUE	01/06/2020	n/a	n/a	n/a	n/a	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Tabela 62 – Identificação dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Função	Entidade	Regime
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Presidente	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Vogal	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	Vogal	Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Público

Tabela 63 – Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€) *	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	S	C	4 619,40 €	1 847,76 €
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	S	C	3 695,52 €	1 478,21 €
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	S	C	3 695,52 €	1 478,21 €

*Nota: Atualização de 0,9% na Remuneração Base Mensal com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Tabela 64 – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) +(2)	Reduções (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	86 813,04 €	- €	86 813,04 €	4 310,47 €	82 502,57 €
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	69 450,39 €	- €	69 450,39 €	3 448,43 €	66 001,96 €
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	69 450,39 €	- €	69 450,39 €	3 448,43 €	66 001,96 €
			225 713,82 €	11 207,33 €	214 506,49 €

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+ despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Tabela 65 – Remunerações do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	**9,13**	2.290,00	**Segurança Social**	19.678,49	386,00	-	-	-
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	**9,13**	2.290,00	**Segurança Social**	15.759,59	386,00	-	-	-
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	**9,13**	2.290,00	**Segurança Social**	15.759,59	386,00	-	-	-
	-	**6.870,00**	-	**51.197,67**	**1.158,00**	-	-	-

Tabela 66 – Benefícios Sociais do Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas - 2022								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Grupo Alugado_L	n.a.	n.a.	Aluguer Mensal	01/01/2022	11/04/2022	647,14	3 065,58	n.a.
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Grupo Alugado_L	n.a.	n.a.	Aluguer Mensal	01/01/2022	31/12/2022	647,14	6 361,23	n.a.
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	Grupo Alugado_L	n.a.	n.a.	Aluguer Mensal	01/01/2022	31/12/2022	647,14	7 663,93	n.a.

Tabela 67 – Encargos com Viaturas

(documento assinado digitalmente na última página)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	0	0	0	n.a.	-	0
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	0	0	0	n.a.	-	0
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	0	0	0	n.a.	-	0
						0

Tabela 68 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço

3 – Fiscalização – Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2015-2017	Presidente	Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	DUE	08/07/2015	1 293,43 €	2
2015-2017	Vogal Efetiva	Ana Paula Fernandes dos Santos	DUE	30/12/2016	970,07 €	1
2015-2017	Vogal Suplente	André Bernardo de Lemos Alves	DUE	30/12/2016	n.a.	1

Tabela 69 – Identificação e Estatuto remuneratório dos membros do Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	18.108,02	0,00	18.108,02
Ana Paula Fernandes dos Santos	13.580,98	0,00	13.580,98
André Bernardo de Lemos Alves	n.a.	0,00	0,00
			31.689,00

Nota: corresponde ao pagamento de 14 prestações fixas mensais.

Tabela 70 – Remuneração dos membros do Conselho Fiscal

4 – Fiscalização – Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2008-...	Efetivo	Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda., representada por:	100	20161423	DUE	29/08/2008	n/a	13	n/a
2015-2017	Efetivo	Dr. Vítor Manuel do Carmo Martins	456	20160148			n/a		
2015-2017	Suplente	Dr. Issuf Ahmad	779	20160412			n/a		

Tabela 71 – Identificação do Revisor Oficial de Contas

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda.	32 841	0	32 841	n/a	n/a	n/a	n/a

Nota: Em conformidade com o disposto no artigo 58.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de julho (OE2022), e tendo em consideração que o PAO 2022 foi submetido na plataforma do SIRIEF, o Conselho de Administração da Transtejo aprovou, na sua deliberação n.º TT-I03871, de 24.11.2022, com efeitos a partir de 2022, a não aplicação da redução de 10%, prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2011, de 31 de dezembro (LOE2011), aos honorários do ROC.

Tabela 72 – Remuneração do Revisor Oficial de Contas

(documento assinado digitalmente na última página)

6.b) Auditor Externo

Apresenta-se, em seguida, o Auditor Externo que, durante o ano de 2022, acompanhou o processo de prestação de contas do exercício de 2021:

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
PKF & Associados, SROC	152	20161462	08/05/2020*	3	0	0

Tabela 73 – Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021)

Nota: * O valor global da prestação de serviços de auditoria contratada de 49.890 € (valor sem IVA), engloba os serviços de auditoria da Transtejo (contas individuais e consolidadas) e da Soflusa (contas individuais) para os exercícios 2019, 2020 e 2021. Os encargos respeitantes exclusivamente à Transtejo (contas individuais e consolidadas) ascendem a 33.600€ (valor sem IVA), sendo o valor anual de 11.200€.

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PKF & Associados, SROC	11.200	0	11.200	n/a	0	0	0

Tabela 74 – Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2021)

O Auditor Externo que acompanhará o exercício de 2022, é o que se identifica em seguida:

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	29	20161384	08/02/2023*	3	0	0

Tabela 75 – Identificação do Auditor Externo (exercícios 2022, 2023 e 2024)

Nota: * O valor global da prestação de serviços de auditoria contratada de 51.150 € (valor sem IVA), engloba os serviços de auditoria da Transtejo (contas individuais e consolidadas) e da Soflusa (contas individuais) para os exercícios 2022, 2023 e 2024. Os encargos respeitantes exclusivamente à Transtejo (contas individuais e consolidadas) ascendem a 34.200€ (valor sem IVA), sendo o valor anual de 11.400€.

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	11.400	0	11.400	n/a	0	0	0

Tabela 76 – Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2022)

7 Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

7.a) Não utilização de cartões de crédito

Nada a reportar

7.b) Não reembolso de despesas de representação pessoal

Nada a reportar

7.c) Despesas associadas a comunicações

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€) -2022		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	80,00	0,00	DSUE_01/06/2020
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	80,00	356,73	DSUE_01/06/2020
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	80,00	263,90	DSUE_01/06/2020
		620,63	

Tabela 77 – Gastos com Comunicações

(documento assinado digitalmente na última página)

7.d) Despesas associadas a viaturas de serviço

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€) -2022			
		Combustível	Portagens	Total	Observações*
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	**461,94**	969,30	209,04	1 178,34	Valor mensal calculado com base na DSUE_01/06/2020
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	**369,55**	2 509,07	1 137,37	3 646,44	Valor mensal calculado com base na DSUE_01/06/2020
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	**369,55**	1 725,54	725,28	2 450,82	Valor mensal calculado com base na DSUE_01/06/2020
				7 275,60	

Nota: Plafond mensal máximo fixado é 25% do valor de Despesas Representação.

Tabela 78 – Gastos com Viaturas

8 Despesas não documentadas ou confidenciais

A Transtejo cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e o disposto no artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o novo Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado despesas não documentadas.

9 Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O n.º 2, da RCM n. º18/2014, de 5 de março, determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.1.1. – Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

Destaca-se ainda, sobre este tema, o Plano de Ação para a Igualdade Género 2022, aprovado por Deliberação do Conselho de Administração a 02.12.2021.

10 Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

O Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2022, encontra-se em fase de produção.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2022.

Contratação Pública

No âmbito da Contratação Pública, a Empresa aplica, o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação[62], a toda a contratação que está sujeita a esse regime jurídico.

A estrutura organizacional contempla uma área de contratação, que tem como competência a instrução e o acompanhamento de todos os procedimentos aquisitivos necessários à empresa, garantindo o cumprimento de todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente:

- Garante os pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.
- Efetua a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, por impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios, em cumprimento do disposto no artigo 50.º do DLEO2022 e após ás entidades cuja consulta seja obrigatória por lei, designadamente o CEGER, em matéria de certificação eletrónica, a Agência de Modernização Administrativa - AMA, I. P., em matéria de modernização e simplificação administrativa e administração eletrónica, bem como o JurisAPP, em matéria de serviços jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 49.º do DLEO2022.

Em 2022, a Transtejo submeteu a fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, o contrato de empreitada de conceção/construção e fornecimento das estações de armazenamento de energia de terra para a nova frota de navios elétricos - Consórcio CME - Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A. / SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. com o valor contratual de 14.446.956,73€, o qual adquiriu o visto n.º 40420/2022 do Tribunal de Contas em 11-11-2022.

Por outro lado, a Soflusa, não procedeu em 2022 a qualquer ato ou contrato celebrado com valor superior a €5.000.000, pelo que não houve lugar a sujeição a Visto Prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Nesta matéria, desde 2010 que a Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Despacho n.º 682/2021-SET, de 29 de julho 2021, referente às "Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, anual e plurianual das empresas públicas não financeiras do SEE", no qual são apresentados os princípios financeiros de referência, em conformidade com o estabelecido no artigo 144º do DLEO 2022:

[62] Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022,
de 7 de novembro.

	Indicadores relevantes	Principais referências para 2022
Eficiência Operacional	GO/VN = [Gastos CMVMC + FSE + Pessoal (sem indemnizações)] / Volume de Negócios	Garantir que, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, seja igual ou inferior, ao verificado para 2019 ou 2021. *O volume de Negócios integra, quando existam, além da rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, as indemnizações compensatórias, nos termos dos respetivos contratos de serviço público.* No Rácio GO/VN poderão ser excluídas as receitas e despesas, isto é, afetadas por fatores excecionais, nomeadamente a pandemia COVID-19.
PRC	**(a)** Gastos com Pessoal, com exceção relativa aos Corpos Sociais e descontado o efeito do absentismo; **(b.I)** Gastos com Deslocações , Ajudas de Custo e Alojamento; **(b.II)** Gastos com Frota Automóvel; **(c)** Gastos com contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria.	Manutenção ou redução (face ao valor mais alto entre os montantes de 2021 (estimados) ou de 2019 (executado) dos seguintes gastos operacionais: *a) Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;* *b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.*

Tabela 79 – Princípios Financeiros de referência

Ao longo de 2022, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas. O desempenho da Transtejo, foi o seguinte:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2022 Exec.	2022 Orc.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022 /2021		2022 /2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	1 187 216	1 939 208	2 552 272	3 083 569	(6 199 341)	(1 365 056)	-115,0%	7 386 557	622,2%
(1) CMVMC	5 447 963	3 762 782	3 399 379	2 433 851	3 566 052	2 048 584	37,6%	1 881 911	34,5%
(2) FSE	7 788 941	11 894 375	8 719 654	7 780 084	5 483 333	(930 714)	-11,9%	2 305 608	29,6%
(3) Gastos com o pessoal	9 824 781	11 603 859	9 367 402	9 329 624	9 052 124	457 379	4,7%	772 657	7,9%
(3.i) Relativos aos órgãos sociais	267 467	260 393	251 163	237 892	225 787	16 303	6,1%	41 680	15,6%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-	-	-	-	-	-		-	
(3.iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	48 245	55 627	43 063	137 132	244 447	5 181	10,7%	(196 202)	-406,7%
(3.iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposição legais	-	-	-	-	-	-		-	
(3.v) Indemnizações extraordinárias	49 003	866 250	2 820	835	827	46 183	94,2%	48 175	98,3%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii, iv e V	9 460 067	10 421 589	9 070 355	8 953 765	8 581 063	389 712	4,1%	879 004	9,3%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais [a]	**2 227 021**	**159 867**	**65 909**	**172 574**	**-**	2 161 112	97,0%	2 227 021	100,0%
(5.i) Impactos nos gastos decorrentes da pandemia por COVID-19	33 852	159 867	65 909	172 574	-	(32 057)	-94,7%	33 852	100,0%
(5.ii) Impactos nos gastos decorrentes da crise geopolítica	2 193 169	-	-	-	-	2 193 169	100,0%	2 193 169	100,0%
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(4)-(5)	20 469 949	25 918 879	21 123 480	18 995 126	17 630 448	(653 531)	-3,2%	2 839 501	13,9%
(7) Volume de negócios (VN)	25 025 348	22 621 974	24 228 683	21 940 344	13 008 112	796 665	3,2%	12 017 235	48,0%
(7.i) Subsídios à exploração (CSP e compensações tarifárias)	14 970 868	16 434 455	14 824 414	170 438	187 612	146 454	1,0%	14 783 255	98,7%
(7.ii) Indemnizações Compensatórias	-	-	-	14 075 755	2 549 043	-		(2 549 043)	
(7.iii) Prestação de serviços + PART + atividades acessórias	9 626 885	6 149 359	8 285 588	6 704 988	8 913 561	1 341 297	13,9%	713 324	7,4%
(8) Perda Receita decorrente de fatores excecionais a)	**711 515**	**3 232 733**	**2 993 995**	**3 119 567**	**-**	(2 282 480)	-320,8%	711 515	100,0%
(8.i.) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19	711 515	3 232 733	2 993 995	3 119 567	-	(2 282 480)	-320,8%	711 515	100,0%
(8.ii.) Perda de receita decorrente crise geopolítica	-	-	-	-	-	-		-	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	25 736 863	25 854 707	27 222 678	25 059 911	13 008 112	(1 485 815)	-5,8%	12 728 750	49,5%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	80%	100%	78%	76%	136%		2,4%	(1)	-70,4%
11.i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	115	17 800	10	120	288	105	91,6%	(174)	-151,6%
11.ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	4 174	-	85	1 169	20	4 089	98,0%	4 154	99,5%
11.iii. Gastos associados à frota automóvel [c]	53 465	85 987	58 486	49 640	53 270	(5 021)	-9,4%	194	0,4%
11.iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	89 170	58 430	87 406	56 932	66 261	1 763	2,0%	22 909	25,7%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	146 922	162 217	145 986	107 860	119 840	936	0,6%	27 083	18,4%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	301	349	302	299	306	(1)	-0,3%	(5)	-1,7%
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	8	8	8	1	11,1%	1	11,1%
N.º Cargos de Direção (CD)	9	9	9	9	9	-	0,0%	-	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	283	331	285	282	289	(2)	-0,7%	(6)	-2,1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	31	37	32	31	32	()	-0,7%	(1)	-2,1%
N.º de viaturas	12	12	12	12	11	-	0,0%	1	8,3%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.
b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.
c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.
((7) O Volume de Negócios - conforme o n.º 2 do artigo 144.º do DLEO 2022 integra, os rendimentos da atividade (Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos excluindo os Subsídios ao Investimento), bem como os Subsídios à exploração e Indemnizações Compensatórias (incluindo Compensações Tarifárias e Compensações do Contrato de Serviço Público). Para efeitos de comparabilidade, os valores dos períodos anteriores foram reexpressos."

Tabela 80 – Avaliação do cumprimento do PRC (2022)

(documento assinado digitalmente na última página)

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Os impactos decorrentes de fatores excecionais nos gastos operacionais (5.) são relativos a impactos da crise geopolítica, decorrente da variação do preço do gasóleo, mas também da pandemia Covid-19 nomeadamente, a aquisição de produtos de desinfestação e de material de proteção (luvas, máscaras, viseira, etc.), bem como a desinfestação de espaços passíveis de contaminação de COVID-19/ desinfestação da Frota.

O Volume de Negócios (7.), engloba os rendimentos da atividade de transporte e atividades acessórias, e os valores do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, bem como, compensações financeiras (CSP) e tarifárias.[63]

Relativamente ao número de trabalhadores, releva-se, o facto de o Quadro de Efetivos ter ficado aquém do previsto e necessário à operação.

Em relação à frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, contudo salienta-se a sua elevada antiguidade.

14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho[64], a Transtejo dispõe de conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (doravante IGCP)[65], no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 136.º relativo ao Princípio da Unidade de Tesouraria da LOE[66] e no artigo 102.º relativo à Unidade de Tesouraria do DLEO de 2022[67], a Transtejo procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

IGCP	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
Disponibilidades	6 993 707	31 579 573	29 804 320	24 352 781
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	6 993 707	31 579 573	29 804 320	24 352 781

Banca Comercial*	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
IGCP, E.P.E.	6 993 707	31 579 573	29 804 320	24 352 781
BANCO BPI, S.A.	169 049	176 734	207 717	62 095
Total	7 162 756	31 756 307	30 012 037	24 414 876
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.
** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

Tabela 81 – Cumprimento Princípio UTE

Não obstante a Transtejo dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente, a emissão e gestão de garantias bancárias, que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e serviço de recolha de valores e abastecimento de trocos.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função Acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF

[63] Vide n.º 2 do artigo 144.º do Decreto-Lei n.º 53 /2022, de 12 de Agosto - DLEO2022.
[64] *Vide* n.º 1, do Artigo 63º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho - Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).
[65] Anteriormente designada como Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.)
[66] *Vide* artigo 136.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de Junho - Lei do Orçamento do Estado para 2022
[67] *Vide* artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLEO 2022

e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada, do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE).

Através de ofício de 05.08.2022, a Transtejo solicitou ao IGCP, o reforço de dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2022 e extensão para o ano de 2023. Por ofício n.º 745 de 30.11.2022, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2022 e 2023.

15 Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS. Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

16 Plano para a Igualdade

Cumprindo o dever de comunicação a Transtejo informou a 03.12.2021, através de correio eletrónico[68] ao SIOE, a divulgação no sítio da Empresa ttsl.pt, do **Plano para a Igualdade 2022**, elaborado tendo em consideração o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Este Plano foi partilhado junto da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), nos termos do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

17 Divulgação da Demonstração não financeira

A Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2022 com informação referente ao desempenho e evolução da Sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (conforme artigo 66.º-B do CSC) não é a aplicável à Transtejo pelo facto de à data do encerramento do seu Balanço, o número médio de trabalhadores ser inferior a 500 conforme determina o n.º 1 do referido artigo.

Para maior detalhe consultar o Relatório de Governo Societário referente exercício de 2022, que se publicará em documento autónomo. [69]

[68] Correio eletrónico SIOE@dgaep.gov.pt (do Sistema de Informação da Organização do Estado)
[69] No Relatório de Governo Societário do exercício de 2022, e conforme as instruções da UTAM para a sua elaboração, a empresa inclui toda a informação e cumpre todas as formalidades exigidas pela lei, nesta matéria.

18 Informação divulgada no site do SEE (portal DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Caracterização da Empresa	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Função de Tutela e Acionista	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Esforço Financeiro Público	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Ficha Síntese	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Informação Financeira histórica e atual	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Princípios de Bom Governo	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Outras transações	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Económico	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Social	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Ambiental	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Código de ética	S	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa

Tabela 82 – Informação divulgada no SEE (31-12-2022)

(documento assinado digitalmente na última página)

18 Cumprimento das Orientações legais – quadro síntese (*Apêndice 2*)

Apêndice 2 **EPNF SA - 2022**

Cumprimento das Orientações legais - 2022	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2022	S		9-1.a)
Metas a atingir constantes no PAO 2022	S		9-1.b) e 9-1.c)
Investimento	S	Cumprimento - Grau de execução 34,39%	9-1.c)
Nível de endividamento	S		9-1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 96,6% | Despesa =63,6%	9-1.d)
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento 1,82%	9-2.
Limites de Crescimento do Endividamento (Justificar se superior a 2%)	S	Var. Endividamento -3,48%	9-3.
Evolução do PMP a fornecedores	S	-5 dias relativamente ano anterior	9-4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de 'Arrears' em 31 de dezembro (em euros) 6.454,06€	9-4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas *(Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 29 de maio de 2023 - aprovação de contas do exercício de 2019 e 2020)*	S		9-5.
Reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas (CLC)			
Reserva ...	N.A.		
Remunerações /honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		9-6.a)
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		9-7.a)
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		9-7.b)
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		9-7.c)
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		9-7.d)
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/	9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		9-11.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	N.º de Contratos: 1, Valor: 14.446.956,73 €	9.11.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		9-12.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Quadro "medidas de redução dos gastos operacionais"	9-13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		9-14.
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,75% disponibilidades e aplicações no IGCP em 31-12-2022	9-14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Ofício IGCP n.º 745/2022 de 30 de novembro - Dispensa do cumprimento 2022	9-14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		9-14.
Auditorias do Tribunal de Contas [(b)]			
Recomendações	S	2010 | Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS	9-15.
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	Plano de Ação para a Igualdade de Género 2022	9-9. e 9-16.
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		9.17

Tabela 83 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2022)

(documento assinado digitalmente na última página)

TTSL TRANSTEJO SOFLUSA

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Transtejo, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de -3.884.144,82 (três milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro Euros e oitenta e dois cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

10.3. Eventos Subsequentes

A preparação destes documentos de prestação de contas, reportados ao ano 2022, decorre, ainda, num contexto de grande incerteza, face ao contexto geopolítico na União Europeia, persistindo a situação de guerra no Leste da Europa, com grande impacto ao nível social e económico.

Embora se encontrem significativamente atenuados os efeitos decorrentes do surto de Covid-19, mantém-se a expectativa da sustentabilidade desta situação e aguarda-se a efetiva recuperação dos níveis de atividade económica e restabelecimento da confiança numa retoma da normalidade da vida das empresas e dos cidadãos.

Relativamente aos recentes desenvolvimentos do Plano de Renovação da Frota – projeto inovador enquadrado na política de ambiente e modernização da frota de navios da Transtejo, ocorreu em 09 de junho de 2023, o lançamento do Concurso Público Internacional para aquisição dos 9 pack de baterias, com um valor base de 16 M€, autorizado pela Portaria nº 258-A/2023 de 07 de junho (que procedeu à atualização do modelo de financiamento enquadrado pelas Portarias – nº 49/2022 de 14 de janeiro e nº 856/2022 de 29 de novembro). As referidas baterias destinam-se a ser disponibilizadas ao estaleiro construtor dos navios, para serem instaladas nos 9 navios em construção – considerando que o navio leader, entregue em junho de 2023, já se encontra equipado com uma bateria.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandra Carvalho

Assinado de forma digital por Alexandra Carvalho
Dados: 2023.07.31 11:05:21 +01'00'

Dra. Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho

(Presidente)

Assinado por: **Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos**
Num. de Identificação: 09519723
Data: 2023.07.27 17:28:14+01'00'
CHAVE MÓVEL

Dr. Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos

(Vogal)

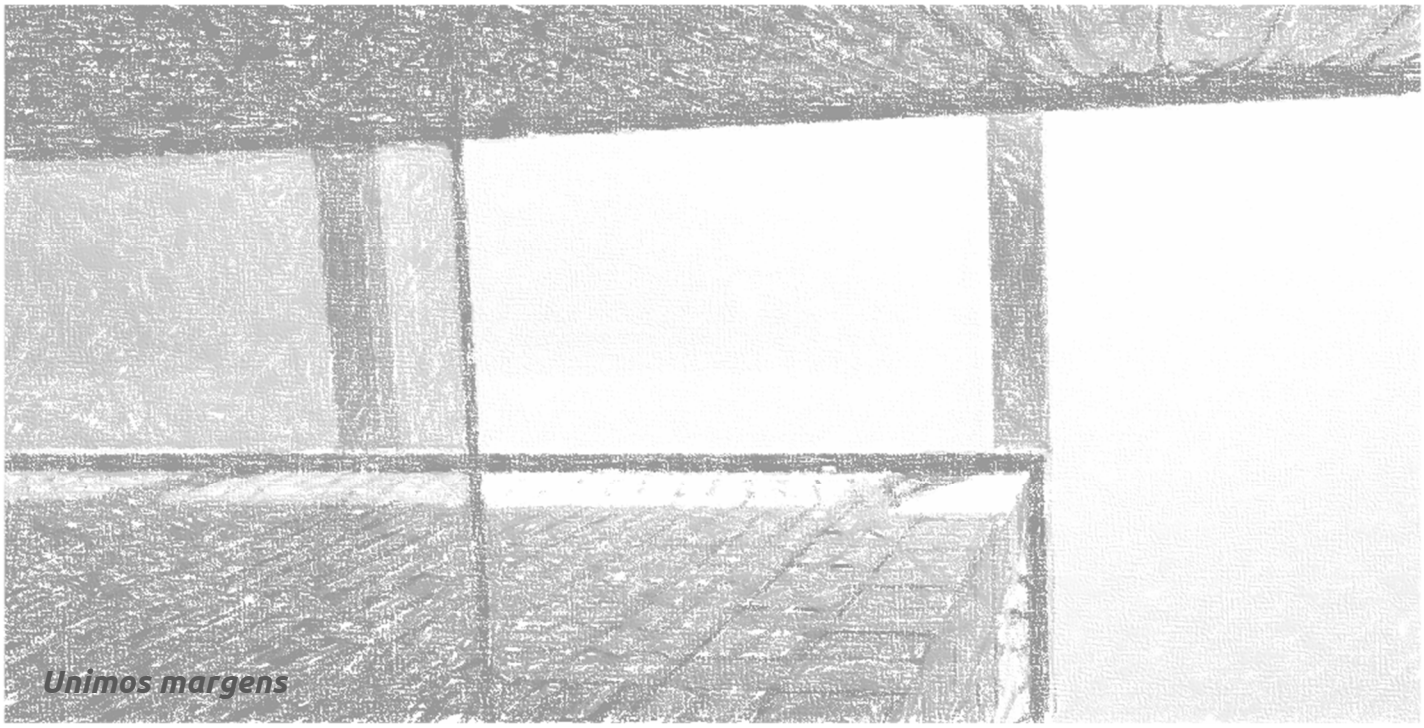
Assinado por: **JOSÉ MANUEL SANTINHO FAÍSCA**
Num. de Identificação: 06234659
Data: 2023.07.27 17:49:17+01'00'
CARTÃO DE CIDADÃO

Eng.º José Manuel Santinho Faísca

(Vogal)

(documento assinado digitalmente na última página)

(documento assinado digitalmente na última página)



TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2022- Contas Individuais

Demonstrações Financeiras & Anexo às Demonstrações Financeiras

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Documento assinado digitalmente

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	40 678 458,36	31 489 744,40
Ativos intangíveis	3	784 789,51	589 733,10
Investimentos Financeiros	23.2	6 095 693,10	12 102 417,67
Accionistas/sócios/associados	18.2.g)	7 244 432,51	7 202 369,35
Outros ativos financeiros		12 526,30	7 977,72
Outras contas a receber	18.2.h)	6 350 260,00	16 147 726,00
Total Ativo Não Corrente		**61 166 159,78**	**67 539 968,24**
Ativo Corrente			
Inventários	10	1 252 958,01	1 393 921,89
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2.h)	26 583 696,59	33 042 744,82
Clientes, contribuintes e utentes	18.2.a)	23 468,01	24 294,05
Estado e outros ente públicos	18.2.f)	414 492,81	554 736,00
Outras contas a receber	18.2.b)	1 091 179,55	1 554 220,42
Diferimentos	18.2.e)	20 749,20	46 816,61
Caixa e depósitos	1.2.e)	24 491 937,10	7 372 653,40
Total Ativo Corrente		**53 878 481,27**	**43 989 387,19**
Total do ATIVO		**115 044 641,05**	**111 529 355,43**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados	18.18	(276 013 076,10)	(276 036 780,38)
Ajustamentos em ativos financeiros	18.18	(3 790 885,46)	(1 634 253,85)
Outras variações no património líquido	18.18	9 437 443,75	10 438 095,04
Resultado líquido do período		(3 884 144,82)	(266 817,23)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		**(66 225 577,63)**	**(59 474 671,42)**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	126 954,32	198 270,24
Financiamentos obtidos	7/18.9	9 015 528,50	13 647 034,82
Diferimentos		6 350 260,00	16 147 726,00
Total Passivo Não Corrente		**15 492 742,82**	**29 993 031,06**
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	18.2.c)	96 422,85	46 225,59
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	285 426,50	301 838,00
Financiamentos obtidos	7/18.9	93 795 240,49	89 163 734,17
Fornecedores de investimentos		17 169,51	-
Outras contas a pagar	18.2.d)	9 174 185,21	8 788 686,48
Diferimentos	18.2.e)	62 409 031,30	42 710 511,55
Total Passivo Corrente		**165 777 475,86**	**141 010 995,79**
TOTAL DO PASSIVO		**181 270 218,68**	**171 004 026,85**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**115 044 641,05**	**111 529 355,43**

Documento assinado digitalmente

Demonstração dos Resultados por Natureza Individual período findo em 31 de dezembro de 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2022	31.12.2021
Prestações de serviços e concessões	13	8 829 729,98	7 820 392,53
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	14 970 867,76	14 824 413,83
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13.b)/23.2	(4 067 695,90)	(380 069,94)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.b)	(5 447 962,89)	(3 399 379,26)
Fornecimentos e serviços externos	23.3	(7 788 940,57)	(8 719 654,24)
Gastos com pessoal	23.4	(9 824 781,03)	(9 367 401,57)
Provisões (aumentos/reduções)	15	68 815,92	(78 790,73)
Outros Rendimentos e Ganhos	13/14	2 155 683,51	1 900 305,47
Outros Gastos e Perdas	23.5	(82 932,85)	(47 544,35)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**(1 187 216,07)**	**2 552 271,74**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(2 587 611,60)	(2 621 248,23)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**(3 774 827,67)**	**(68 976,49)**
Juros e rendimentos similares obtidos	23.6	42 071,44	41 758,64
Juros e gastos similares suportados	7	(126 248,26)	(235 958,72)
Resultado antes de imposto		**(3 859 004,49)**	**(263 176,57)**
Imposto sobre o rendimento	18.2.f)	(25 140,33)	(3 640,66)
Resultado líquido do Período		**(3 884 144,82)**	**(266 817,23)**

Documento assinado digitalmente

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Notas	Património Líquido atribuido aos detentores do Património liquido da entidade-mãe					
		Capital/Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período (1)		**208 025 085,00**	**(276 036 780,38)**	**(1 634 253,85)**	**10 438 095,04**	**(266 817,23)**	**(59 474 671,42)**
Alterações no Perído							-
Transferências e subsídios de capital	14.1				(1 000 651,29)		(1 000 651,29)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.18		23 704,28	(2 156 631,61)		266 817,23	(1 866 110,10)
(2)		-	**23 704,28**	**(2 156 631,61)**	**(1 000 651,29)**	**266 817,23**	**(2 866 761,39)**
Resultado Líquido do Periodo (3)						**(3 884 144,82)**	**(3 884 144,82)**
Resultado integral (4)=(2)+(3)		-	**23 704,28**	**(2 156 631,61)**	**(1 000 651,29)**	**(3 617 327,59)**	**(6 750 906,21)**
Operações com detentores de Capital no Período							-
Outras operações							-
(5)		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**208 025 085,00**	**(276 013 076,10)**	**(3 790 885,46)**	**9 437 443,75**	**(3 884 144,82)**	**(66 225 577,63)**

Documento assinado digitalmente

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Período	
		2022	2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		11 710 449,79	8 465 507,33
Recebimentos de transferências e subsídos correntes		16 226 499,18	16 079 747,59
Pagamentos a fornecedores		(12 849 973,26)	(11 785 837,67)
Pagamentos ao pessoal		(9 363 684,97)	(8 976 614,99)
Pagamentos de transferências e subsídios		(3 212 003,36)	(3 591 580,00)
Caixa Gerada de Operações		**2 511 287,38**	**191 222,26**
Pagamento/ recebimento do imposot sobre o rendimento		-	-
Outros recebimento/pagamentos		**449 969,38**	**223 074,96**
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		**2 961 256,76**	**414 297,22**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos tangíveis			-
Investimentos Financeiros		88 798,29	1 021 349,08
Subsídios ao investimento		26 067 741,60	10 683 906,48
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos tangíveis		(11 889 827,39)	(10 177 281,44)
Ativos Intangíveis		(108 685,56)	(325 397,07)
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**14 158 026,94**	**1 202 577,05**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras Operações de Financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**-**	**-**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**17 119 283,70**	**1 616 874,27**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2.e)	7 372 653,40	5 755 779,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.e)	24 491 937,10	7 372 653,40
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**7 372 653,40**	**5 755 779,13**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		7 372 653,40	5 755 779,13
De execução orçamental			
De operações de tesouraria		(73 545,44)	11 087,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**24 491 937,10**	**7 372 653,40**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		24 491 937,10	7 372 653,40
De execução orçamental		24 578 956,07	7 446 198,84
De operações de tesouraria		(87 018,97)	(73 545,44)

Documento assinado digitalmente

Anexo às demonstrações financeiras individuais 2022

1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação a entidade e período de relato

A Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Concelho de Lisboa, Freguesia de Misericórdia, foi constituída em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública, tendo sido transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A principal atividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar quaisquer outras atividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou atividades que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, designadamente atividades marítimo – turísticas.

A Empresa presta serviços de transporte fluvial de passageiros, nos quais se incluem quatro ligações fluviais (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal – Cais do Sodré, Montijo – Cais do Sodré e Belém – Porto Brandão - Trafaria), sendo a ligação fluvial Lisboa – Barreiro assegurada pela subsidiária Soflusa – Sociedade Fluvial de Transporte, S.A. (Soflusa). A Transtejo exerce ainda atividades acessórias de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do setor público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas e por disposições do Governo Central relacionadas com o setor dos transportes públicos.

A Transtejo é uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparada a Serviço e Fundo Autónomo (SFA) desde 2013. O código da classificação orgânica é o 5871 e está sob a tutela operacional do Ministério do Ambiente.

Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 12-2022, de 27 de junho - Lei do Orçamento de Estado de 2022), que no ano 2022 foi precedido do Regime Transitório (DL 126-C/2021, 31 de dezembro);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto e novamente alterada pela Lei nº10-B/2022, de 28 de abril), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2022, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2023, foi aplicada a Circular Série A nº 1407 de 01 de agosto de 2022);
d) No âmbito da execução do OE2022: reportes, previstos no artigo 107.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 53/2022, de 12 de agosto);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

Participação financeira da Transtejo na Soflusa (subsidiária)

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa – Barreiro.

Em 2021, através da celebração de Contrato de prestação de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado Português, foi concedida à Transtejo a exploração das 5 ligações fluviais de serviço público de transporte de passageiros no rio Tejo, incluindo a ligação fluvial Lisboa – Barreiro. Nessa sequência, foi concessionada a exploração dessa ligação fluvial, pela Transtejo à Soflusa, através de subcontrato de serviço público (com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021).

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com as do exercício anterior.

c) Reclassificação itens nas demonstrações financeiras

No exercício de 2022 não se verificaram reclassificações nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Documento assinado digitalmente

Conta PCM	Natureza	31.dez.2022	31.dez.2021
111	Caixa/Máquinas Automáticas	76 898,58	64 485,44
118	Caixa Pequena	162,50	162,50
121	Depósitos à ordem no Tesouro	24 352 780,55	7 166 043,54
1221	Banco BPI, S.A.	62 095,47	141 961,92
Total		**24 491 937,10**	**7 372 653,40**

2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os leitores destas Demostrações Financeiras.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Documento assinado digitalmente

Continuidade
Com base na informação disponível e nas expetativas futuras, a Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

ii) Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma atividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa atividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinados com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

Documento assinado digitalmente

iii) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Transtejo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2022	2021
USD	1,0666	1,1326
GBP	0,8869	0,8403

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021

iv) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), a Transtejo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Documento assinado digitalmente

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento básico - Outros	Entre 3 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

v) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 – Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Documento assinado digitalmente

A Transtejo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos e a projetos de desenvolvimento (no âmbito da renovação da frota).

vi) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

vii) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

Documento assinado digitalmente

d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

A Empresa reavalia esta classificação a cada data de relato.

viii) Inventários

Os inventários na Transtejo são tratados de acordo com o disposto na *NCP 10 - Inventários*. São reconhecidos como inventários os materiais de consumo (peças, sobressalentes e consumíveis) a utilizar na manutenção dos ativos fixos tangíveis e o inventário de combustíveis e lubrificantes, principal matéria-prima de exploração.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados subsequentemente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

ix) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

x) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Transtejo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

xi) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

xii) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Documento assinado digitalmente

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xiii) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

xiv) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

xv) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades,

Documento assinado digitalmente

e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xvi) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xvii) Subsídios e apoios do Governo

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 – Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos

depreciáveis" no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados por natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xviii) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Transtejo não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

xix) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

Documento assinado digitalmente

xx) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xxi) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela Transtejo resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Transtejo;
iii) venda dos passes introduzidos através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART, implementado através do Regulamento nº 278-A/2019 de 27 de março) – Passe Navegante Metropolitano e Municipal, na modalidade individual ou família.

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte;
iii) O rédito da venda dos passes do PART – Passes Navegante, observa o disposto no Decreto-lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, sendo reconhecido no mês em que ocorre a venda e contempla medidas de compensação adicionais, no pressuposto de não agravamento do défice operacional das empresas publicas.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xxii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCP1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;

Documento assinado digitalmente

(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos ao pessoal;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e

Documento assinado digitalmente

(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxiii) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se materiais.

xxiv) Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os rendimentos e gastos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.
  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.
  A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.
- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza de cada exercício.
  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

Documento assinado digitalmente

- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Transtejo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Na Transtejo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou que possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i) *Fatores do risco financeiro*

As atividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Transtejo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que a Transtejo está sujeita, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos

Documento assinado digitalmente

regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pela Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado:

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem potencial impacto nas contas da Transtejo no que respeita ao custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.
  O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

Risco de crédito:

O risco de crédito da Transtejo é reduzido, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes Navegante, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo, existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português, seu acionista.

ii) *Gestão do risco de capital*

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

Documento assinado digitalmente

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento	256 411,10	65 830,87		190 580,23	187 761,10	58 220,67		129 540,43
Programas de computador e sistemas de informação	2 305 452,48	2 098 557,70		206 894,78	2 427 080,81	2 197 037,13		230 043,68
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangiveis em curso	192 258,09			192 258,09	425 205,40			425 205,40
Total	**2 754 121,67**	**2 164 388,57**	-	**589 733,10**	**3 040 047,31**	**2 255 257,80**	-	**784 789,51**

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento	190 580,23	-	(68 650,00)				(42 706,48)		50 316,68	129 540,43
Programas de computador e sistemas de informação	206 894,78	5 994,00	115 634,33				(98 479,43)			230 043,68
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	192 258,09	279 931,64	(46 984,33)							425 205,40
Total	**589 733,10**	**285 925,64**	-	-	-	-	**(141 185,91)**	-	**50 316,68**	**784 789,51**

i) Ativos Intangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento	124 250,00	-							(192 900,00)	(68 650,00)
Programas de computador e sistemas de informação	115 634,33	5 994,00								121 628,33
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	(239 884,33)	279 931,64							192 900,00	232 947,31
Total	-	**285 925,64**	-	-	-	-	-	-	-	**285 925,64**

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 285.925,64€ respeita, essencialmente, à aquisição de projeto para remodelação das instalações de apoio à manutenção e armazéns em Cacilhas - Doca 13 (109.350€) e de substituição da cobertura do Terminal Fluvial do Seixal (14.900€), implementação do módulo de recursos humanos da Primavera Software (47.152,08€), implementação de software de Gestão Documental Filedoc da Primavera Software (23.410,00€), aquisição do alojamento do site e réplica backup (15.469,68€), aquisição de licenças de software (8.763,37€) e aquisição de concentradores de estação (bilhética e controlo de acessos) implicando o respetivo upgrade de programação de Software (20.839,20€).

O valor registado em ativos intangíveis em curso, corresponde aos estudos relacionados com o Plano de Renovação da Frota – Navios, baterias e estações de carregamento.

ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram diminuições nos Ativos Intangíveis.

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

A Transtejo, em 31 de dezembro de 2022, não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentassem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Transtejo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2022 a Transtejo não detinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 2022 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 116.862,60€.

Em 2021 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 304.166,20€, correspondendo a aquisições de software, destacando-se a aquisição de licenças de software PowerBI e software de gestão de escalas.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

No exercício de 2022 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

3.5. Outras divulgações

a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso:

A 31 de dezembro de 2022 a Transtejo detinha ativos intangíveis totalmente depreciados, ainda em uso, no valor de 2.044.605,92€, que correspondem, na sua totalidade, a Programas de Computador e Sistemas de Informação (Software).

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	44 996,79		-	44 996,79	44 996,79		-	44 996,79
Edifícios e outras construções	16 653 322,79	9 020 330,56	-	7 632 992,23	16 663 240,79	9 345 452,30	-	7 317 788,49
Equipamento básico	74 928 124,64	62 090 649,84	-	12 837 474,80	74 784 886,20	63 980 578,96	-	10 804 307,24
Equipamento de transporte	157 377,40	157 377,40	-	-	157 377,40	157 377,40	-	-
Equipamento Administrativo	1 914 288,18	1 472 659,73	-	441 628,45	1 969 588,15	1 610 590,53	-	358 997,62
Equipamentos biológicos			-	-			-	-
Outros	1 126 251,42	848 330,11	-	277 921,31	1 147 486,29	913 395,39	-	234 090,90
Ativos fixos tangiveis em curso	10 254 730,82	-	-	10 254 730,82	21 918 277,32	-	-	21 918 277,32
	105 079 092,04	73 589 347,64	-	31 489 744,40	116 685 852,94	76 007 394,58	-	40 678 458,36
Total	**105 079 092,04**	**73 589 347,64**	**-**	**31 489 744,40**	**116 685 852,94**	**76 007 394,58**	**-**	**40 678 458,36**

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada (final)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	-	-	-	-	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	7 632 992,23	-	9 918,00	-	-	-	(325 121,74)	-	-	7 317 788,49
Equipamento básico	12 837 474,80		740,84	-	-	-	(1 908 753,19)	-	(125 155,21)	10 804 307,24
Equipamento de transporte	-			-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	441 628,45	16 851,68	47 822,90	-	-	-	(147 305,41)	-	-	358 997,62
Equipamentos biológicos	-			-	-	-		-	-	-
Outros	277 921,31	2 025,00	19 389,94	-	-	-	(65 245,35)	-	-	234 090,90
Ativos fixos tangíveis em curso	10 254 730,82	11 601 337,94	(77 871,68)	-	-	-	-	-	140 080,24	21 918 277,32
	31 489 744,40	11 620 214,62	-	-	-	-	(2 446 425,69)	-	14 925,03	40 678 458,36
Total	**31 489 744,40**	**11 620 214,62**	-	-	-	-	**(2 446 425,69)**	-	**14 925,03**	**40 678 458,36**

i) Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	-								-	-
Edifícios e outras construções	9 918,00	-								-	9 918,00
Equipamento básico	740,84	-								(125 155,21)	(124 414,37)
Equipamento de transporte	-	-								-	-
Equipamento Administrativo	47 822,90	16 851,68								-	64 674,58
Equipamentos biológicos	-	-								-	-
Outros	19 389,94	2 025,00								-	21 414,94
Ativos fixos tangíveis em curso	(77 871,68)	11 601 337,94								140 080,24	11 663 546,50
	-	11 620 214,62	-	-	-	-	-	-	-	14 925,03	11 635 139,65
Total	-	**11 620 214,62**	-	-	-	-	-	-	-	**14 925,03**	**11 635 139,65**

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis no exercício de 2022, no montante de 11.620.214,62€, resultou, parcialmente, da capitalização de ativos que se encontravam em curso (77.871,68€), tais como diversas obras nos terminais e cais de desembarque (9.918,00€), aquisição de diverso material e ferramentas (740,84€), aquisição de material informático (47.822,90€) e aquisição de outros materiais (19.389,94€)

Destaca-se o valor correspondente ao contrato de construção de 10 novos navios elétricos, no âmbito do Plano de Renovação da Frota, no montante de 6.292.800€, com a seguinte distribuição e cobertura financeira:

		FINANCIAMENTO	
Descrição / Fase do Pagamento:	VALOR	FUNDO AMBIENTAL	POSEUR
2022			
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 4º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) montagem supere4strutura do 1º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) montagem supere4strutura do 2º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 5º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) montagem supere4strutura do 3º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 6º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
	6 292 800 €	**5 945 610 €**	**347 190 €**

		FINANCIAMENTO	
Descrição / Fase do Pagamento:	VALOR	FUNDO AMBIENTAL	POSEUR
2021			
10% do preço global após notificação emissão visto do Contrato / Tribunal de Contas	5 244 000 €	5 012 539 €	231 461 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 1º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 2º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 3º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
	8 390 400 €	**7 985 344 €**	**405 056 €**

Este contrato plurianual celebrado entre a Transtejo e o estaleiro asturiano "Astilleros Gondán" tem previsto o montante global de 52.440.000 € e conclusão prevista para 2024.

Está, também, incluído em ativos fixos tangíveis em curso o montante de 4.334.087,02€ referente ao adiantamento de 30% sobre preço contratual do contrato misto de empreitada de conceção / construção e fornecimento das estações de carregamento de energia de terra para a nova frota de navios elétricos.

ii) Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, não ocorreram diminuições nos Ativos Fixos Tangíveis.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2022 foram assumidos compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 12.073.279,79€.

Em 2021 foram assumidos compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 11.052.488,52€.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Edíficios e outras construções	325 121,74	-
Equipamento básico	1 908 753,19	-
Equipamento Administrativo	147 305,41	-
Outros	65 245,35	-
Total	**2 446 425,69**	**-**

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e de 2021.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2022 a Transtejo detinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

Descrição	
Edifícios	702 645,05
Estações Fluviais e Cais Embarque	2 399 950,38
Pontões, Passadiços e Flutuadores	6 700 589,73
Embarcações	38 664 509,36
Acessórios Utensílios de Navegação	228 616,08
Máquinas e Acessórios	2 872 522,96
Ferramentas e Utensílios	179 296,46
Veículos	157 377,40
Equipamento informático e de telecomunicações	945 285,85
Equipamento de escritório e de reprografia	69 485,87
Mobiliário de escritório e de arquivo	218 862,79
Equipamento do Servico Medicina do Trabalho	13 655,20
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	812 886,93
	53 965 684,06

Documento assinado digitalmente

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

No ano de 2022, foram abatidos diversos equipamentos informáticos que se encontravam obsoletos, num total de 10.743,88€, e mobiliário que se encontrava degradado e que foi substituído com a reabilitação dos escritórios de Cacilhas (Doca 13), no montante de 2.709,84€.

Foram, ainda, colocados para alienação os pontões "Alfragide", "Cova da Piedade", "Mira Sintra" e "Samora", originando um rendimento de 83.552,28€, correspondente a 40% do valor de venda estimado e recebido com a assinatura do contrato. Este processo ficou concluído em maio de 2023.

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo, para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2022 foram os seguintes:

Entidade	Início do Empréstimo	Data do visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos		Saldo em 1 de janeiro	Saldo a 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros		
Direção Geral de Tesouro e Finanças	28/08/2013	n/a	7 anos	11 496 000,00	5 748 000,00	2,37%	2,37%	5 748 000,00	1 003 984,80	6 751 984,80	-	-	-	5 748 000,00	241 740,92	5 748 000,00	5 748 000,00
	13/09/2013	n/a	7 anos	81 050 000,00	40 525 000,00	2,39%	2,39%	40 525 000,00	7 052 012,28	47 577 012,28	-	-	-	40 525 000,00	1 718 723,41	40 525 000,00	40 525 000,00
	08/10/2013	n/a	7 anos	20 579 000,00	10 289 500,00	2,18%	2,18%	10 289 500,00	1 602 058,95	11 891 558,95	-	-	-	10 289 500,00	398 048,34	10 289 500,00	10 289 500,00
	18/11/2013	n/a	7 anos	2 500 000,00	1 250 000,00	1,87%	1,87%	1 250 000,00	161 622,97	1 411 622,97	-	-	-	1 250 000,00	41 479,80	1 250 000,00	1 250 000,00
	19/12/2013	n/a	7 anos	3 000 000,00	1 500 000,00	1,89%	1,89%	1 500 000,00	191 139,38	1 691 139,38	-	-	-	1 500 000,00	50 308,13	1 500 000,00	1 500 000,00
	27/01/2014	n/a	7 anos	1 500 000,00	1 000 000,00	3,19%	3,19%	500 000,00	174 342,36	674 342,36	-	-	-	1 000 000,00	72 794,04	1 000 000,00	1 000 000,00
	28/02/2014	n/a	7 anos	707 188,00	471 458,67	2,89%	2,89%	235 729,33	72 648,57	308 377,90	-	-	-	471 458,67	31 091,86	471 458,67	471 458,67
	15/04/2014	n/a	7 anos	2 000 000,00	1 333 333,33	2,59%	2,59%	666 666,67	177 510,93	844 177,60	-	-	-	1 333 333,33	78 803,15	1 333 333,33	1 333 333,33
	15/07/2014	n/a	7 anos	2 268 413,00	1 512 275,33	2,78%	2,78%	756 137,67	200 163,08	956 300,75	-	-	-	1 512 275,33	95 935,81	1 512 275,33	1 512 275,33
	15/10/2014	n/a	7 anos	1 507 577,00	1 005 051,33	1,72%	1,72%	502 525,67	75 678,13	578 203,80	-	-	-	1 005 051,33	39 447,71	1 005 051,33	1 005 051,33
	19/02/2015	n/a	7 anos	4 423 741,00	3 686 450,83	1,43%	1,43%	737 290,17	175 676,89	912 967,06	-	8 009,94	8 009,94	3 686 450,83	147 034,39	3 686 450,83	3 686 450,83
	19/05/2015	n/a	7 anos	1 179 020,00	982 516,67	1,17%	1,17%	196 503,33	34 898,26	231 401,59	-	1 746,67	1 746,67	982 516,67	32 062,72	982 516,67	982 516,67
	15/09/2015	n/a	7 anos	3 094 939,00	2 579 115,83	1,40%	1,40%	515 823,17	95 498,23	611 321,40	-	5 498,11	5 498,11	2 579 115,83	100 925,99	2 579 115,83	2 579 115,83
	17/11/2015	n/a	7 anos	3 000 000,00	2 500 000,00	1,41%	1,41%	500 000,00	85 506,67	585 506,67	-	5 348,44	5 348,44	2 500 000,00	98 178,66	2 500 000,00	2 500 000,00
	15/07/2016	n/a	7 anos	2 267 721,00	2 267 721,00	2,00%	2,00%	-	63 338,52	63 338,52	-	13 400,15	13 400,15	1 889 767,50	143 686,93	2 267 721,00	2 267 721,00
	23/09/2016	n/a	7 anos	2 000 000,00	2 000 000,00	2,17%	2,17%	-	52 296,78	52 296,78	-	12 852,77	12 852,77	1 666 666,67	137 817,51	2 000 000,00	2 000 000,00
	28/12/2017	n/a	7 anos	2 500 000,00	2 500 000,00	0,55%	0,55%	-	-	-	-	6 411,25	6 411,25	1 666 666,67	52 586,94	2 500 000,00	2 500 000,00
	06/07/2018	n/a	7 anos	6 000 000,00	6 000 000,00	0,76%	0,76%	-	-	-	-	28 700,49	28 700,49	3 000 000,00	173 618,55	6 000 000,00	6 000 000,00
	08/11/2018	n/a	7 anos	5 470 780,00	5 470 780,00	0,83%	0,83%	-	-	-	-	28 848,30	28 848,30	2 735 390,00	158 702,53	5 470 780,00	5 470 780,00
	30/04/2019	n/a	7 anos	4 553 215,00	4 553 215,00	0,30%	0,30%	-	-	-	-	10 889,41	10 889,41	1 517 738,33	45 932,15	4 553 215,00	4 553 215,00
	23/07/2019	n/a	7 anos	1 491 672,00	1 491 672,00	0,25%	0,25%	-	-	-	-	2 992,84	2 992,84	497 224,00	11 753,82	1 491 672,00	1 491 672,00
	19/09/2019	n/a	7 anos	1 500 000,00	1 500 000,00	0,25%	0,25%	-	-	-	-	3 009,54	3 009,54	500 000,00	11 215,27	1 500 000,00	1 500 000,00
	31/12/2019	n/a	7 anos	2 005 650,00	2 005 650,00	0,25%	0,25%	-	-	-	-	4 024,07	4 024,07	668 550,00	13 561,35	2 005 650,00	2 005 650,00
	08/05/2020	n/a		639 029,00	639 029,00									639 029,00		639 029,00	639 029,00
				166 733 945,00	102 810 768,99			63 923 176,00	11 218 376,80	75 141 552,80	-	131 731,98	131 731,98	89 163 734,16	3 895 449,98	102 810 769,00	102 810 768,99

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Documento assinado digitalmente

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

Em 2018, através dos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro nº 518/19-SET de 03 de julho e nº 837/18-SET de 29 de outubro, foram autorizadas contratações de dois empréstimos de médio e longo prazo, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ e 5.470.780€, respetivamente.

Em 24 de abril de 2019 foi contratado junto do IGCP um empréstimo no valor de 4.553.215€, pelo prazo de 7 anos, enquadrado pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 303/19 – SET, de 23 de abril.

Em 22 de julho de 2019 foi contratado junto do IGCP um empréstimo no valor de até 5.491.672€, tendo havido desembolsos no montante de 2.991.672€, pelo prazo de 7 anos, enquadrado pelos Despachos do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 – SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 30 de dezembro de 2019 foi contratado junto do IGCP um empréstimo no valor de 2.005.650,00€, pelo prazo de 7 anos, enquadrado pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 1513/19 – SET, de 27 de dezembro.

Em 08 de maio de 2020, ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 159/2020-SET, de 7 de maio, foi celebrado contrato de suprimentos entre Estado (na qualidade de acionista, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças), e a TRANSTEJO, destinando-se o financiamento obtido, no montante de 639.029 € a mitigar os efeitos da pandemia do COVID-19.

Através do Despacho nº 1555/19-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2019, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 381/20-SET de 26 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2020, sem custos adicionais;

Documento assinado digitalmente

Através do Despacho nº 962/20-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2021, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 680/21-SET de 28 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais.

Através do Despacho nº 254/22-SET de 08 de março, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais.

Em 28 de abril de 2022, considerando que se aproximava a data de vencimento dos referidos empréstimos, o Conselho de Administração da Transtejo solicitou o respetivo diferimento do serviço da dívida, de 31 de maio para 30 de novembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, considerando a ausência de desenvolvimentos e tendo ocorrido novo vencimento, o Conselho de Administração da Transtejo reforçou o pedido referido supra e solicitou o diferimento do serviço da dívida dos empréstimos vencidos em 30 de novembro de para 31 de maio de 2023, pedido que em 31 de dezembro de 2022 se encontra pendente de resposta.

À data da preparação destes documentos de prestação de contas, foi conhecido novo desenvolvimento deste processo: Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, foi autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos vencidos em 31 de maio e 30 de novembro de 2022, para até 31 de maio de 2023, sem custos adicionais, ou seja, sem cobrança de juros, bem como a prorrogação do vencimento do suprimento, no montante de 639.029 euros, concedido pelo Estado à Transtejo, em 8 de maio de 2020, de 31 de maio de 2022, para até 31 de maio de 2023.

Face a todas estas situações, importa relatar que no final de 2022, o montante em dívida ao Estado ascendia a 102.810.769€.

Os juros efetivamente registados respeitam aos montantes vencidos nos períodos referidos e são apurados com base nas condições de financiamento obtidas:

	2022	2021
Gastos financeiros		
Juros e gastos similares	126 248,26	235 958,72
	126 248,26	**235 958,72**

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

Documento assinado digitalmente

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	114 357,34	90 889,33	23 468,01		Fluxos de Caixa
TOTAL		114 357,34	90 889,33	23 468,01		

O montante de 90.889,33€ diz respeito, essencialmente, às entidades:

	Saldo 31/12/2021	Reforços	Reversões	Saldo 31/12/2022
Turisbuilding, Act Maritimo-Turísticas, S.A.	30 302,16	-	-	30 302,16
João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A.	24 197,60	-	-	24 197,60
Bússola Perfeita, Unipessoal Lda	11 936,15	-	-	11 936,15
Outros	24 453,42	-	-	24 453,42
	90 889,33	**-**	**-**	**90 889,33**

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda, gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Transtejo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2022 os inventários da Empresa detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 393 921,89	5 995 582,88	5 447 962,89	582 674,82	-	105 909,05	-	1 252 958,01
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	**1 393 921,89**	**5 995 582,88**	**5 447 962,89**	**582 674,82**	**-**	**105 909,05**	**-**	**1 252 958,01**

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, apresenta a seguinte decomposição:

	2022	2021
Gasóleo	141 334,26	127 347,80
Lubrificantes	25 559,84	23 328,81
Materiais de consumo	29 977,58	37 067,80
Fardamentos	24 600,20	24 600,20
Bilhetes	-	16 081,87
Papel de fotocópia	323,73	313,58
Material de escritório	607,35	1 266,79
Outros - economatos	163,21	163,21
Sobressalentes	1 426 648,63	1 545 643,84
Materiais para reparações	186 115,67	200 527,06
Alimentação géneros para confecionar	302,36	255,75
Subtotal	**1 835 632,83**	**1 976 596,71**
Imparidades de inventários	(582 674,82)	(582 674,82)
Total inventários	**1 252 958,01**	**1 393 921,89**

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2022, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 5.447.962,89€ (em 2021: 3.399.379,26€), dos quais 4.771.856,33€ correspondem a consumos de gasóleo (2021: 2.794.464,17€).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2022	2021
Consumo de Gasóleo	4 771 856,33	2 794 464,17
Consumo de lubrificantes	71 182,84	71 171,42
Materiais de consumo	31 703,34	23 954,62
Consumo de sobressalentes	428 818,33	370 101,08
Consumo mat. Reparações	82 067,21	113 270,89
Consumo de bilhetes	55 437,37	23 690,30
Papel de fotocópia	1 963,85	159,10
Material de escritório	4 628,23	2 567,68
Alimentação géneros para conf	305,39	-
Total	**5 447 962,89**	**3 399 379,26**

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de gasóleo realizado pelas embarcações na atividade de exploração.

Documento assinado digitalmente

O custo do gasóleo consumido em 2022, 4.771.856,33€ apresenta um acréscimo relevante relativamente aos gastos de 2021 (que ascenderam a 2.794.464,17€), refletindo o efeito do significativo aumento do preço dos combustíveis, decorrente da situação de guerra no leste da Europa / choque geopolítico. O agravamento em apreço refletiu-se a partir do mês de abril, elevando para mais do dobro o preço por litro.

Note-se que os níveis de atividade verificados em 2022 (oferta: 83.378 viagens para disponibilizar 193.937.907 LKO), foram até, ligeiramente inferiores aos registados no ano anterior (83.601 viagens para disponibilizar 156.292.944 LKO).

O principal aspeto que justifica o assinalado aumento de gastos com gasóleo em 2022, decorre da variação do preço médio por litro: em 2022 ascendeu a 1,00 €, refletindo 9 meses de sujeição a uma escalada de preços de mercado. Em 2021 o preço médio por litro ascendeu a 0,55 €.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2022 e 2021 foi determinado como segue:

	2022	2021
Existências iniciais	1 393 921,89	1 173 977,46
Compras de materiais diversos	5 995 582,88	4 201 998,51
Regularização de existências	(688 583,87)	(582 674,82)
Existências finais	(1 252 958,01)	(1 393 921,89)
Gastos do exercício	**5 447 962,89**	**3 399 379,26**

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo Produtos acabados e intermédios Produtos e trabalhos em curso	582 674,82	-	-	-	582 674,82
Total	**582 674,82**	**-**	**-**	**-**	**582 674,82**

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)".

Documento assinado digitalmente

Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram movimentos de reversão de ajustamento de inventários.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte decomposição:

Documento assinado digitalmente

Rendimento	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de Serviços	8 829 729,98	7 820 392,53
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos	1 224 749,92	904 763,59
Juros	42 071,44	41 758,64
Dividendos ou distribuições similares	72 918,57	-
Total	**10 169 469,91**	**8 766 914,76**

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição		2022	2021
Tráfego de passageiros			
Apoio PART	i)	2 534 030,30	3 855 512,20
Bilhetes	ii)	1 574 343,63	905 234,22
Passes próprios	iii)	62 250,59	59 786,06
Combinados	iv)	216,59	260,70
Zapping	v)	1 219 552,71	747 174,68
Bilhete 24h	Vi)	131 052,05	39 643,06
Bilhetes Concertos		1 064,15	-
Navegante Metropolitano	i)	3 180 931,72	2 127 725,64
Navegante Municipal	i)	57 500,77	42 127,61
Tráfego de veículos	vii)	57 889,02	41 279,14
Aluguer de embarcações	viii)	10 000,00	1 000,00
Outros		898,45	649,22
Total prestações de serviços		**8 829 729,98**	**7 820 392,53**

i) **Apoio PART/Navegante Metropolitano/Navegante Municipal:** Através do Regulamento nº 278 – A/2019, de 27 de março – Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a implementação do sistema tarifário na área Metropolitana de Lisboa, entrou em vigor o novo passe Navegante (Metropolitano e Municipal) substituindo todos os passes multimodais com valor superior a 40€. No âmbito deste programa (PART), que entrou em vigor em abril de 2018, foi estabelecido um modelo de compensação financeira, visando assegurar o nível de receitas reais dos meses de abril a dezembro de 2018.

ii) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).

iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.

iv) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte. Estes títulos também foram substituídos, a partir de abril de 2019, com a entrada em vigor do PART.

v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Carris e Metro de Lisboa mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.

vi) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia, para um número ilimitado de viagens.

Documento assinado digitalmente

vii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.

viii) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos		
Aluguer de espaços e outros	240 864,38	182 182,47
Cedências	48 430,44	40 032,98
Concessão/protocolo	165 568,88	83 196,17
Cartões para passes e outros	330 456,88	146 995,85
Ganhos em alienações	83 552,28	-
Outros	355 877,06	452 356,12
	1 224 749,92	**904 763,59**

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e à concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

O montante reconhecido em "Dividendos ou distribuições similares" diz respeito à distribuição de resultados de 2020 da OTLIS, ACE., operação ocorrida em 2022 já após a dissolução do ACE.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte decomposição, na Demonstração de Resultados por Naturezas:

Rendimentos	31.12.2022	31.12.2021
Subsídios obtidos	**14 970 867,76**	**14 824 413,83**
Indemnizações Compensatórias		
Compensação 4/18 e Sub 23	109 926,20	115 379,00
Compensação Passe Social +	80 941,56	81 034,83
Compensação CPSP - Dispon. Infraestruturas	2 862 727,05	2 800 000,00
Compensação CPSP - Cumprim. Obriga.	11 917 272,95	11 828 000,00
Outros Rendimentos	**930 933,59**	**995 541,88**

Em 2020, no seguimento das necessidades financeiras decorrentes da redução do nível de receitas provocado pela situação de pandemia, considerando que se encontrava em fase de aprovação o contrato de prestação do serviço público, foi atribuído à Transtejo o montante de Indemnizações Compensatórias, correspondente ao nível de serviço praticado e em coerência com o modelo de financiamento subjacente ao CSP. O referido montante, encontrava-se inscrito no Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e teve subjacente a Resolução do Conselho de Ministros nº 41-A/2020 de 09 de junho, que enquadrava a atribuição de Indemnizações Compensatórias à Transtejo, referentes à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público em 2020, no montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), responsabilizando a Transtejo, pela transferência para a Soflusa, do montante de 2.843.000 € + IVA (= 3.013.580 €), incluído na referida Indemnização Compensatória;

Em 2021 destaca-se a celebração do contrato de serviço público entre a Transtejo e o Estado português, tendo o mesmo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021.

Nesta sequência, foi celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, em 14 de julho de 2021, um subcontrato de prestação do serviço público referente à concessão da exploração da ligação fluvial "Lisboa – Barreiro", tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Encontrando-se reunidas todas as condições para a produção de efeitos financeiros, foram recebidas pela Transtejo as compensações financeiras previstas no CSP (Disponibilização de Infraestruturas = 2.862.727,05€ + IVA (2.800.000€ + IVA em 2021), Obrigações de Serviço Público = 11.917.272,95€ + IVA (11.828.000€ + IVA em 2021) e efetuado o pagamento à Soflusa, das compensações financeiras referentes ao referido subcontrato (nos montantes referentes às duas componentes: Disponibilização de Infraestruturas = 1.128.018,28€ + IVA, Obrigações de Serviço Público = 1.788.979,44€ + IVA).

O valor na rubrica de "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2022			Período de 2021		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	SGMAMB - Subsídios a Imputar				259 336,94	259 336,94	-
		DGTT Novo Interface Seixal	79 807,68	79 807,68	1 915 383,90	79 807,68	79 807,68	1 995 191,58
		Feder - PIDDAC - C. Seixalinho	96 927,24	96 927,24	2 899 738,51	96 927,24	96 927,24	2 996 665,75
		PIDDAC - Ferries Novos	398 818,92	398 818,92	3 190 551,92	398 818,92	398 818,92	3 589 370,84
		SGMAMB - Remot. Campolide	22 953,00	22 953,00	127 285,64	(5 869,64)	(5 869,64)	150 238,64
		SGMAMB - Remot. Sé	43 718,75	43 718,75	252 041,60	(11 588,47)	(11 588,47)	295 760,35
		SGMAMB - Implement. WI-FI	42 529,62	42 529,62	52 800,36	28 714,75	28 714,75	95 329,98
		FA - Transporte Bicicletas	7 803,09	7 803,09	64 740,48	7 803,08	7 803,08	72 543,57
		SGMAMB - Renovação MAVB	19 240,66	19 240,66	107 495,78	6 344,83	6 344,83	126 736,44
		SGMAMB - Rep. Pontão Ribeira	25 675,56	25 675,56	117 679,66	25 675,56	25 675,56	143 355,22
		SGMAMB - Aplicação Telemóvel	15 736,11	15 736,11	3 619,30	13 547,36	13 547,36	19 355,41
		SGMAMB - MPPs Navio Lisboonense	34 933,33	34 933,33	212 132,65	(11 266,00)	(11 266,00)	247 065,98
		SGMAMB - Caixas Redutoras Lisboonense	8 267,73	8 267,73	40 008,94	(737,22)	(737,22)	48 276,67
		FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável	132 021,94	132 021,94	2 341 811,11	95 341,22	95 341,22	2 473 833,05
		FA - PEES - Estacionamento Bicicletas	2 499,96	2 499,96	17 291,71	208,33	208,33	19 791,67
		POSEUR - Renovação da Frota	-	-	-	12 477,30	12 477,30	69 717,70
Total			**930 933,59**	**930 933,59**	**11 342 581,56**	**995 541,88**	**995 541,88**	**12 343 232,85**

O saldo por utilizar em 31 de dezembro de 2022 dos subsídios ao investimento é de 11.342.581,56€ (12.343.232,85€ em 2021), os quais são reconhecidos em rendimentos, à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados.

Em setembro de 2020 foi celebrado um protocolo de colaboração técnica e financeira, entre a Transtejo e o Fundo Ambiental, referente à atribuição de financiamento, no âmbito do PEES – Programa de Estabilização Económica e Social, para cobertura financeira de investimento no âmbito de projetos a desenvolver em 2020 e 2021, visando intervenções diversas em navios e infraestruturas para promoção de uma mobilidade mais sustentável, designadamente:
- Remoção de coberturas de fibrocimento nos Terminais;
- Recuperação de infraestruturas marítimas;
- Dinamização da informação ao público;
- Reforço do sistema de bilhética e controlo de acessos;
- Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Reabilitação de infraestruturas de apoio;
- Instalação de equipamento de estacionamento de bicicletas em interfaces da Transtejo.

O referido programa contemplou um subsídio de 2.596.850,00 €, sendo que o montante de 2.576.850,00€ se destinou a financiar as medidas de promoção de mobilidade sustentável, e 20.000,00€ ao projeto de instalação de infraestruturas para estacionamento de bicicletas.

Do montante supra referido, 1.496.000 € foram recebidos em 2020 conforme previsto no Protocolo. Em 2021 foi recebido o montante de 1.100.850 €, para afetar a projetos a desenvolver nesse ano, tendo a sua conclusão sido limitada, na sequência de constrangimentos face ao contexto de pandemia COVID-19, que causou dificuldades na obtenção dos materiais necessários para o desenvolvimento de alguns projetos financiados. Com base nessa exposição foi solicitada e autorizada pelo Fundo Ambiental, entidade gestora do PEES, a prorrogação do prazo de execução dos projetos, até 31-12-2022.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte decomposição no balanço:

Documento assinado digitalmente

Balanço	Ano 2022	Ano 2021
Activos Sujeitos a restrições Contas a Receber de transações sem contraprestação Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação	7 706,14	-
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos Passivos perdoados		

O valor indicado corresponde ao montante a receber de subsídios à exploração referente a compensações de 4_18 e sub23 e Social+ que se encontravam por regularizar, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

No ano de 2022, o valor mais significativo registado nesta rubrica ascendeu a 14.780.000,00€ (14.628.000,00€ em 2021) e corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida pelo cumprimento das obrigações do serviço público, conforme já referido anteriormente.

Em 2021, enquadrado pelo Contrato de Serviço Público já referido, foi transferido pelo Estado Português para a Transtejo o montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), valor que se encontrava previsto no Orçamento de Estado de 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2022, de 23 de novembro, foi aprovada atribuição referente a 2022, de compensações tarifárias, referentes aos passes subsidiados (4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+), num total de 218.252,25€ + IVA (=231.347,38€) (2021: 261.973,75€).

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos se revele necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Processos judiciais em curso	195 270,24	59 484,02	(128 299,94)	(2 500,00)	123 954,32
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-				-
Matérias ambientais	3 000,00	-	-	-	3 000,00
Outras Provisões					
Total	**198 270,24**	**59 484,02**	**(128 299,94)**	**(2 500,00)**	**126 954,32**

Em 2022 as provisões foram reforçadas em 59.484,02€ e dizem respeito a diversos processos judiciais interpostos por trabalhadores ao serviço da Empresa (33.337,37€) e a um processo interposto pela empresa Silopor – Empresa de Silos Portuários, S.A., na sequência de uma colisão entre um navio propriedade da Transtejo e o batelão "Silopor" (26.146,65€).

Existiram, ainda, reversões no montante de 128.299,94€, correspondentes a provisões que estavam constituídas para processos judiciais em curso respeitantes a diversos processos de trabalhadores (36.079,70€) e a um processo interposto por uma passageira, com quem a Empresa chegou a acordo, tendo a passageira desistido do processo (90.000€).

Houve ainda uma utilização no valor de 2.500€ referentes a processos judiciais interpostos por trabalhadores em que fomos condenados ao seu pagamento.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 a Transtejo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Transtejo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

Documento assinado digitalmente

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A Transtejo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 27 de julho de 2023 pelo Conselho de Administração.

No ano 2022 iniciou-se um novo ciclo com a nomeação do XXIII Governo Constitucional, sendo expectável que se mantenha a estratégia governamental que enquadra os principais vetores da atividade da empresa.

Foi um ano ainda marcado pela persistência da pandemia de Covid-19, embora com sinais de uma retoma mais firme à normalidade, um gradual abrandamento das medidas de mitigação e eliminação das restrições que caracterizaram os anos anteriores. Em 2023, assiste-se já a uma consolidação desta normalidade. Porém, revela-se imprescindível manter o foco no equilíbrio e sustentabilidade da economia, que caracterizam a estratégia do mais recente Programa de Estabilidade 2023-2027 anunciado pelo Governo.

Persiste um contexto de elevada incerteza quanto à recuperação económica, condicionada pela instabilidade decorrente do conflito gerado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, situação de prossegue à data da preparação deste documento. Este contexto geopolítico, que marcou a economia e a vida das empresas em 2022, não parece ter fim à vista. As implicações decorrentes do aumento dos preços dos bens e serviços continuam a marcar o custo de vida e a afetar o normal desenvolvimento das atividades económicas.

No caso concreto da Transtejo, salienta-se o impacto do aumento do preço dos recursos energéticos na estrutura económica e financeira, elevando significativamente os custos de exploração, sendo o gasóleo o principal recurso consumido na atividade de transporte fluvial.

Ainda no período após a data de relato, importa destacar um acontecimento que pelo seu impacto na gestão da empresa, merece referência neste documento, não obstante a ausência de impactos financeiros ou implicações nas contas do exercício em apreço:

Documento assinado digitalmente

Reportando-nos ao Plano de Renovação da Frota de navios (Projeto de investimento estruturante em curso), a Transtejo procurou, através de procedimentos desenvolvidos ao longo do exercício 2022, assegurar a aquisição de 9 packs de baterias marítimas a instalar nos navios (considerando que um pack, destinado à realização de provas nos diversos navios, seria fornecido pelo estaleiro construtor, no âmbito do contrato em vigor). Visando dar cumprimento à obrigação de disponibilizar ao estaleiro construtor os pack de baterias essenciais ao seguimento do processo construtivo e certificação dos navios, a Transtejo procurou, através de duas tentativas, realizar a aquisição dos referidos sistemas de armazenamento de energia, devidamente especificados e observando os requisitos essenciais à sua compatibilidade com o projeto. Deparando-se com sucessivos procedimentos desertos, e com vista a encontrar solução para o impasse no desenvolvimento do projeto, a Transtejo e Astilleros Gondán celebraram 2º aditamento ao contrato, alterando o objeto contratual passando o mesmo a integrar o fornecimento de baterias por parte da Gondán. Porém, por decisão notificada à Transtejo em 15/03/2023, veio o Tribunal de Contas proferir o Acórdão nº07/2023, recusando conceder o visto ao referido Aditamento, submetido para fiscalização prévia.

Face a este contexto e não conformado com a decisão supramencionada, o Conselho de Administração que se encontrava em gestão (o seu mandato terminara a 31-12-2022) manifestou a sua intenção de cessar funções na gestão desta sociedade.

Na sequência da situação descrita, ocorreu em 13-04-2023 a nomeação de um novo Conselho de Administração para o mandato 2023-2025 – signatário destes documentos de prestação de contas – sendo expectável que se mantenha a estabilidade da atividade e o regular desenvolvimento da gestão, em linha com a estratégia setorial definida para a empresa.

Importa ainda dizer que considerando o teor do Acórdão do Tribunal de Contas, foram preparadas novas peças concursais, tendo em 09 de junho de 2023 sido enviado para publicação em Diário da República, o anúncio do Concurso Público Internacional para aquisição dos 9 pack de baterias, com um valor base de 16 M€, autorizado pela Portaria nº 258-A/2023 de 07 de junho.

Salienta-se ainda a nomeação de um novo Conselho de Administração para o mandato 2023-2025 – signatário destes documentos de prestação de contas – sendo expectável que se mantenha a estabilidade da atividade e o regular desenvolvimento da gestão, em linha com a estratégia setorial definida para a empresa.

Após o encerramento do período e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos que mereçam destaque ou sejam suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela Transtejo quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por

Documento assinado digitalmente

imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Transtejo.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2022			31/12/2021		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		77 061,08	-	77 061,08	64 647,94	-	64 647,94
Depósitos bancários		24 414 876,02	-	24 414 876,02	7 308 005,46	-	7 308 005,46
		24 491 937,10	**-**	**24 491 937,10**	**7 372 653,40**	**-**	**7 372 653,40**
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Acionistas/sócios	g)	7 244 432,51	-	7 244 432,51	7 202 369,35	-	7 202 369,35
Ativos correntes							
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	h)	32 933 956,59	-	32 933 956,59	49 190 470,82	-	49 190 470,82
Clientes	a)	114 357,34	(90 889,33)	23 468,01	115 183,38	(90 889,33)	24 294,05
Estado e Outros Entes Públicos	f)	414 492,81	-	414 492,81	554 736,00	-	554 736,00
Acionistas/sócios							
Outras contas a receber	b)	1 174 323,75	(83 144,20)	1 091 179,55	1 637 364,62	(83 144,20)	1 554 220,42
Diferimentos	e)	20 749,20		20 749,20	46 816,61		46 816,61
		41 902 312,20	**(174 033,53)**	**41 728 278,67**	**58 746 940,78**	**(174 033,53)**	**58 572 907,25**
		66 394 249,30	**(174 033,53)**	**66 220 215,77**	**66 119 594,18**	**(174 033,53)**	**65 945 560,65**
Passivos Financeiros							
Financiamentos bancários		9 015 528,50	-	9 015 528,50	13 647 034,82	-	13 647 034,82
Diferimentos	e)	6 350 260,00	-	6 350 260,00	16 147 726,00	-	16 147 726,00
		15 365 788,50	**-**	**15 365 788,50**	**29 794 760,82**	**-**	**29 794 760,82**
Passivos correntes							
Fornecedores	c)	96 422,85		96 422,85	46 225,59		46 225,59
Financiamentos bancários		93 795 240,49		93 795 240,49	89 163 734,17		89 163 734,17
Estado e Outros Entes Públicos	f)	285 426,50		285 426,50	301 838,00		301 838,00
Fornecedores de Investimento		17 169,51		17 169,51	-		-
Outras contas a pagar	d)	9 174 185,21		9 174 185,21	8 788 686,48		8 788 686,48
Diferimentos	e)	62 409 031,30		62 409 031,30	42 710 511,55		42 710 511,55
Acionistas/ sócios							
		165 777 475,86	**-**	**165 777 475,86**	**141 010 995,79**	**-**	**141 010 995,79**
		181 143 264,36	**-**	**181 143 264,36**	**170 805 756,61**	**-**	**170 805 756,61**

a) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

Documento assinado digitalmente

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

Descrição	Nota	2022	2021
Outros devedores	i)	221 087,57	267 379,97
Pessoal	ii)	157 391,85	66 554,18
Perdas de imparidade	i)	(83 144,20)	(83 144,20)
Outros Devedores		**295 335,22**	**250 789,95**
Rendimentos a reconhecer no período		76 984,19	7 158,60
Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A.		3 294,68	3 286,40
Indemnizações compensatórias		7 706,14	-
Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa		-	23 595,26
Operadores Repartição		5 275,64	3 252,88
Indemnizações a receber de seguradoras		-	900,00
Sinistros em regularização		41 757,10	41 757,10
TML- Transp Metrop Lisboa		222 058,77	937 836,88
Outros		15 717,99	22 863,69
Acréscimos de rendimentos	iii)	**372 794,51**	**1 040 650,81**
Gastos a reconhecer	iv)	423 049,82	262 779,66
Gastos diferidos		**423 049,82**	**262 779,66**
Total		**1 091 179,55**	**1 554 220,42**

i) Outros devedores: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos da rubrica "Outros devedores" apresentam a seguinte decomposição:

		2022			2021		
	Nota	Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda.	a)	61 904,48	(61 904,48)	-	61 904,48	(61 904,48)	-
Cristina de Jesus Vaz da Costa	b)	1 523,04	(1 523,04)	-	1 523,04	(1 523,04)	-
Outros	c)	157 660,05	(19 716,68)	137 943,37	203 952,45	(19 716,68)	184 235,77
Total		**221 087,57**	**(83 144,20)**	**137 943,37**	**267 379,97**	**(83 144,20)**	**184 235,77**

a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à sua totalidade. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;

b) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços por este concessionário;

c) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da MOP-Multimédia Outdoors Portugal (12.732,80€); Banco BPI, SA (7.962,50€) Eurest – Soc. Europeia de Restaurantes, Lda. (9.561,28€); Calado e Brito (13.607,09€); EMPARK PORTUGAL (25.956,78€); Favoriteagle, Lda. (13.506,49€). Este saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

ii) Pessoal: Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).

Documento assinado digitalmente

iii) Acréscimo de rendimentos: Especialização dos gastos correspondentes aos consumos de água, luz, aluguer de instalações, sinistros e receitas dos terminais.

iv) Gastos a reconhecer: Esta rubrica inclui a especialização dos gastos de seguros e rendas.

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos são como segue:

Descrição entidade	2022	2021
Companhia Carris Ferro Lisboa	25 066,07	49,24
INETUM TECH PORTUGAL	15 129,00	-
Macedo Vitorino & Associados	12 402,00	-
AXIANSEU II DIGITAL	8 456,25	-
Torfal, Lda	8 201,03	-
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT	5 671,84	10 275,56
Naferval, Lda	4 194,30	-
EGEO Pressão	3 039,14	606,61
SOVIAL - SOC. DE VIATURAS DE ALUGUER, LDA.	2 443,62	4 951,30
OZEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA.	2 149,70	3 656,30
EPAL, S.A.	1 603,90	3 270,98
Petrogal	1 571,06	-
Sove, SA.	1 307,00	1 292,24
Marques & Abrantes, Lda.	441,88	3 404,89
Prosegur, Lda.	147,06	1 021,49
Prosegur - Log. Trat. Val. Portugal, Unipessoal, Lda.	-	5 379,85
Cotesi, SA.	-	4 551,00
Endesa Energia, SA.	-	1 476,70
Masapi-Motores Diesel Mat.T.	-	1 070,72
Outras entidades	4 599,00	5 218,71
Total	**96 422,85**	**46 225,59**

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Nota	2022	2021
Credores diversos	i)	3 341 476,66	3 356 757,74
Outros credores		**3 341 476,66**	**3 356 757,74**
Juros a pagar	ii)	3 902 527,78	3 776 281,41
Remunerações a pagar	iii)	1 134 924,77	1 132 459,73
Outros	iv)	795 256,00	523 187,60
Acréscimo de gastos		**5 832 708,55**	**5 431 928,74**
Total		**9 174 185,21**	**8 788 686,48**

i) Credores Diversos: Os saldos mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português,

Documento assinado digitalmente

Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e a Transtejo, referente à transmissão da titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, apurado pela diferença entre o valor do imóvel relevado no referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de capital da Transtejo a realizar pelo Estado em 2015.
A Transtejo já solicitou à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos. Em 2020 foi reconhecido o valor a devolver ao Estado (663.066,41€), referente à compensação recebida em excesso, no âmbito do contrato de serviço público vigente no período 2012-2014, não obstante o assunto se encontrar em apreciação pela Tutela;

ii) Juros a pagar: especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;

iii) Remunerações a pagar: especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros);

iv) Outros: diz respeito essencialmente à transferência para a Soflusa do reembolso de receitas cobradas pela Transtejo (236.090,94€) e ao afretamento de navios entre a Soflusa e a Transtejo (300.300€).

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2022		2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	38 632,92	-	71 911,28	-
Retenções na fonte efectuadas por terceiros - Outros	1 023,76	-	2 663,30	
Imposto a recuperar	33 135,85	-	30 258,07	-
Imposto a pagar	-	-	-	-
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	-	93 764,66	-	104 352,00
I.R.S.-Prediais	-		-	0,01
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	341 700,28	-	449 903,35	-
Contribuições p/ segurança social	-	188 222,67	-	194 046,82
Outras tributações	-	3 439,17	-	3 439,17
Total	**414 492,81**	**285 426,50**	**554 736,00**	**301 838,00**

O saldo devedor de IRC em 2022 corresponde ao montante do PEC dos exercícios 2016 (10.368,48€), 2017 (12.450,40€) e 2018 (15.814,04€) deduzido do IRC a pagar referente a 2022 (25.140,33€) e a retenção na fonte (1.023,76€).

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda a retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Documento assinado digitalmente

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2022	2021
Imposto a recuperar	33 135,85	30 258,07
Imposto a pagar	(25 140,33)	(3 640,66)
Total	**7 995,52**	**26 617,41**
Estimativa de imposto a pagar	(25 140,33)	(3 640,66)
Retenções na fonte de terceiros	33 135,85	30 258,07
Total	**7 995,52**	**26 617,41**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2022	2021
Tributação Autónoma	(25 140,33)	(3 640,66)
	(25 140,33)	**(3 640,66)**

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2022	2021
Gerados no exercício de 2021	478 559,32	478 559,32
Gerados no exercício de 2019	9 948 282,75	9 948 282,75
Gerados no exercício de 2018	11 402 663,99	11 402 663,99
Gerados no exercício de 2017	8 823 829,36	8 823 829,36
Gerados no exercício de 2016	8 469 030,28	8 469 030,28
Gerados no exercício de 2015	7 028 518,08	7 028 518,08
	46 150 883,78	**46 150 883,78**

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3% até aos 7,5 Milhões€, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das sucessivas modificações ao Código do IRC, foi limitada a dedução dos prejuízos fiscais a 65% do lucro tributável a partir de 2023, e foram sendo alterados os períodos de reporte de prejuízos fiscais, sendo que a partir de 2023 deixou de haver limite temporal para a sua utilização.

Em 31 de dezembro de 2022 a empresa obteve Lucro Fiscal no valor de 279.623,58€ (em 2021, prejuízo fiscal: 478.559,32€). A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.
Nos exercícios de 2022 e 2021, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2022	2021
Resultado antes de imposto	(3 859 004,49)	(263 176,57)
Taxa nominal de imposto até 15.000€	17,00%	17,00%
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	-
Diferenças temporárias e permanentes		
Lucro tributável ACE	-	679 112,70
Anulação MEP Soflusa	4 140 614,47	1 059 182,64
Provisões Não dedutiveis	-	-
Estim. IRC e insufic. estimativa imposto	-	1 176,27
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Donativos não previstos	-	-
Diferença entre mais e menos valias fiscais	-	-
Multas, Coimas e Juros Compensatórios	5 531,05	-
Limitação dedução gastos de financiamento		
Anulação MEP OTLIS	-	(679 112,70)
Reversão provisões tributadas	-	-
Mais valias contabilisticas	-	-
Outras deduções	(7 517,45)	(6 672,83)
Total dos acertos	4 138 628,07	1 053 686,08
Lucro tributável	279 623,58	-
Prejuízos fiscais		(478 559,32)
Dedução dos Prejuízos fiscais	(195 736,51)	-
Materia colectável	83 887,07	(478 559,32)
Colecta + Derrama	17 616,28	
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	3 329,75	3 640,66
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	4 194,35	-
Impostos sobre o rendimento do período	**25 140,38**	**3 640,66**
Taxa efectiva de imposto	-0,65%	-1,38%
Imposto corrente	25 140,38	3 640,66
Imposto diferido	-	-
	25 140,38	**3 640,66**

g) **Acionistas/Sócios:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa para apoio de tesouraria. Trata-se de uma operação financeira de médio-longo prazo, vencendo juros à taxa nominal média de 0,53%, tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado / IGCP.

h) **Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis:** A Transtejo irá receber em 2023 o valor de 26.583.696,59€: i) Fundo Ambiental: 14.858.918,00€; ii) POSEUR – Agência Europeia para o Desenvolvimento: 11.716.683,29€; iii) Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente: 8.095,30€, referente

Documento assinado digitalmente

aos protocolos celebrados para adaptação para transporte de bicicletas, promoção de mobilidade sustentável e renovação da frota.
Nos anos seguintes, a Transtejo irá receber o montante de 6.350.260,00€ do Fundo Ambiental referentes ao protocolo de renovação da frota.

18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	93 795 240,49	9 015 528,50	-	102 810 768,99
Outros passivos não correntes				-
Financiamento obtidos correntes				-
Fornecedores	96 422,85			96 422,85
Outras contas a pagar	9 174 185,21			9 174 185,21
Diferimentos	62 409 031,30	6 350 260,00		68 759 291,30
	165 474 879,85	15 365 788,50	-	180 840 668,35

Documento assinado digitalmente

31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	89 163 734,17	13 647 034,82	-	102 810 768,99
Outros passivos não correntes				-
Financiamento obtidos correntes				-
Fornecedores	46 225,59			46 225,59
Outras contas a pagar	8 788 686,48			8 788 686,48
Diferimentos	42 710 511,55	16 147 726,00		58 858 237,55
	140 709 157,79	29 794 760,82	-	170 503 918,61

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, correspondia, em 2022, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (4.631.506,32 €) e incluía o montante acumulado de 89.163.734,17 € transitado de 2021, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 680/21-SET de 28 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais) e nº 254/22-SET de 08 de março, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais).

Não obstante a ausência de resposta sobre os pedidos de diferimento da dívida (conforme exposto detalhadamente na Nota 7), a Transtejo reconheceu a dívida vencida no passivo de curto prazo, mantendo articulação com a DGTF e reforçando a necessidade de regularização desta situação – tendo, conforme explicado, obtido Despacho em 09 de maio de 2023 relativamente aos diferimentos que se encontravam pendentes a 31 de dezembro de 2022, aguardando-se desenvolvimentos da DGTF relativamente à operação de conversão ou regularização destes créditos.

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, correspondia, em 2021, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (6.581.123,01 €) e incluía o montante acumulado de 82.582.611,16 € transitado de 2020, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 680/21-SET de 28 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais) e nº 254/22-SET de 08 de março, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais).

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Transtejo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Documento assinado digitalmente

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro 2022 e 2021 é como segue:

2022		2021	
Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
41 605 017	208 025 085	41 605 017	208 025 085

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Não se verificaram aumentos de capital no período findo a 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 o Capital Próprio (Património Líquido) encontrava-se inferior a metade do Capital Social da Empresa, pelo que nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, na Assembleia Geral que irá ser convocada para a aprovação das contas do período, alertará o Acionista para que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes, propondo a inclusão na ordem de trabalhos de um ponto sobre a matéria.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

Documento assinado digitalmente

	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Outras Variações Capital Próprio
1 de janeiro de 2021	**(276 075 152,99)**	**35 925,33**	**11 351 441,92**
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	(1 670 179,18)	-
Outros Ajustamentos	-	-	(913 346,88)
Aplicação de Resultado 2020	38 372,61	-	-
31 de dezembro de 2021	**(276 036 780,38)**	**(1 634 253,85)**	**10 438 095,04**
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	(2 156 631,61)	-
Outros Ajustamentos	290 521,51	-	(1 000 651,29)
Aplicação de Resultado 2021	(266 817,23)	-	-
31 de dezembro de 2022	**(276 013 076,10)**	**(3 790 885,46)**	**9 437 443,75**

Património Líquido (Capital Próprio)

Em 31 de dezembro de 2022, o Património Líquido da Empresa encontra-se negativo em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Conforme referido na nota anterior, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Resultados transitados

No final do de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho n.º 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o relatório n.º 62/2021 da IGF referente à auditoria de seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações formuladas no relatório n. º1786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e ao Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 e 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA). Do montante de 730.331,36€ (acrescido de IVA), imputado ao Grupo Transtejo, corresponde à Transtejo o montante de 625.534,35€ (acrescido de IVA).

O montante referido, correspondente à Transtejo, foi contabilizado na rubrica "outros credores" em 2020 e no final de 2022 permanece por regularizar, tendo já sido estabelecidos contactos com a DGTF solicitando a apreciação deste assunto.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Documento assinado digitalmente

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Subsidiária: Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes Relacionadas	Sede	Percentagem de Participação	
		31.12.2022	31.12.2021
Subsidiárias			
SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Terminal Fluvial do Cais do Sodré Rua cintura do Porto de Lisboa 1249-249 Lisboa	100%	100%

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Entidades com controlo conjunto								
Otlis, A.C.E.			-	-			14 858,42	1 899,98
Subsidiárias								
Soflusa			172 076,38	2 916 997,70			624 280,30	2 887 000,00
Outras partes relacionadas								
APL - Administração do Porto de Lisboa				145 756,76				144 562,50
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.			39 123,14				26 531,89	
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.			1 106,23				1 384,17	12,16
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	87 802,74	156,47	-	-	22 549,26	-
	-	-	**300 108,49**	**3 062 910,93**	-	-	**689 604,04**	**3 033 474,64**

Documento assinado digitalmente

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Entidades com controlo conjunto				
Otlis, A.C.E.	-	-	27 041,79	18 865,27
Subsidiárias				
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	7 244 432,51	-	7 202 369,35	-
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	767,98	25 066,07	-	49,24
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	-	-	228,25	-
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	9 463,83	-	5 161,05	-

21 Relato por segmentos

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

Contrato de serviço público (CSP)

Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que vigorou pelo período de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Transtejo, do serviço público de transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, nas ligações Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria.

Em 07 de outubro de 2020 foi celebrado um novo Contrato de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado (tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021), no qual foi contemplada a possibilidade de subcontratação, pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação Lisboa - Barreiro.

Nessa sequência, em 14 de julho de 2021, foi assinado, entre a Transtejo e a Soflusa, um sub-contrato de serviço público referente à concessão da exploração da referida ligação fluvial, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP (subcontrato):

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida o no contrato;

- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Os efeitos financeiros deste contrato, reportados a 01 de janeiro de 2021, apresentam-se detalhadamente em ponto específico deste anexo (nota 14.1).

23.2. Investimentos Financeiros

Considerando a materialidade do saldo apresentado nesta rubrica do Ativo, assim como a significativa variação do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 face ao período homólogo de 2021, apresenta-se a seguinte nota explicativa.

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022, no montante de 6.095.693,10€ (2021 - 12.102.418,67€) reflete:

1. Operações associadas à participação financeira na sociedade Soflusa, totalizando o montante líquido de 6.095.693,10€ (2021 – 12.102.417€), refletindo uma redução de 6.006.723,90€ em função das variações da Equivalência Patrimonial da SOFLUSA negativo em 4.140.614,47€ (2021 negativo em 1.059.182,64€) e dos subsídios ao investimento no valor líquido de 1.866.110,10€ (2021: 1.670.179,18€).

23.3. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2022 e 2021, é como segue:

		2022	2021
Conservação e reparação	i)	1 472 208,89	2 650 179,10
Trabalhos especializados	ii)	968 484,56	958 430,05
Vigilância e Segurança	iii)	707 414,24	655 484,31
Fretamento de navios	iv)	300 300,00	432 000,00
Seguros	v)	237 138,48	229 188,79
Rendas e alugueres	vi)	281 664,04	225 421,35
Limpeza, Higiene e conforto	vii)	318 113,16	267 763,00
Eletricidade	viii)	214 952,55	129 888,79
Outros		3 288 664,65	3 171 298,85
Fornecimentos e serviços externos		**7 788 940,57**	**8 719 654,24**

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiros, no valor de 1.390.210,22€ (2.610.253,96€ em 2021). Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;
iii) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pela Transtejo com os serviços de vigilância e segurança humana, segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;
iv) **Fretamento de navios:** encargos suportados pela Transtejo com os contratos de afretamento de duas embarcações à Soflusa ("Cesário Verde") no valor de 300.300,00€;
v) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio de maior relevo se refere à cobertura de riscos relacionados com as 17 embarcações que compõem a frota da Transtejo (ramo marítimo-cascos);
vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13) e com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo;
vii) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos da Empresa;
viii) **Eletricidade:** consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais). Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

23.4. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2022 e 2021, foram como segue:

	2022	2021
Remunerações		
Orgãos sociais	267 466,81	251 163,48
Pessoal	7 341 044,29	7 031 518,13
Sub-total	**7 608 511,10**	**7 282 681,61**
Encargos sobre remunerações	1 709 634,63	1 649 423,07
Seguros acidentes de trabalho	194 821,90	183 151,91
Custos ação social	250,00	-
Indemnizações	39 598,19	2 278,63
Outros gastos com pessoal	271 965,21	249 866,35
Sub-total	**2 216 269,93**	**2 084 719,96**
Gastos com o pessoal	**9 824 781,03**	**9 367 401,57**

Em 2022, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por um aumento das rubricas de remunerações ao pessoal, existindo, no entanto, variações menos relevantes em todas as restantes rubricas dos gastos com o pessoal.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2022 foi de 292 e em 2021 foi de 294, assinalando-se uma diminuição de 2 trabalhadores.

23.5. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2022 e 2021, é como segue:

	2022	2021
Outros gastos		
Impostos	32 636,69	32 755,43
Outros gastos	50 296,16	14 788,92
	82 932,85	**47 544,35**

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade (28.071,15€), gastos com outros impostos, quotizações e outras penalidades e outros gastos não especificados.

23.6. Rendimentos financeiros

O detalhe dos rendimentos financeiros dos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	42 071,44	41 758,64
	42 071,44	**41 758,64**

Juros obtidos – referem-se essencialmente a juros obtidos no âmbito do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa à taxa de 0,53%;

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandra Carvalho
Assinado de forma digital por Alexandra Carvalho
Dados: 2023.07.31 11:09:43 +01'00'

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos
Identificação: BI09031171
Data: 2023-07-27 às 19:20:55

Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Assinado por: **Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos**
Num. de Identificação: 09519723
Data: 2023.07.27 17:30:19+01'00'

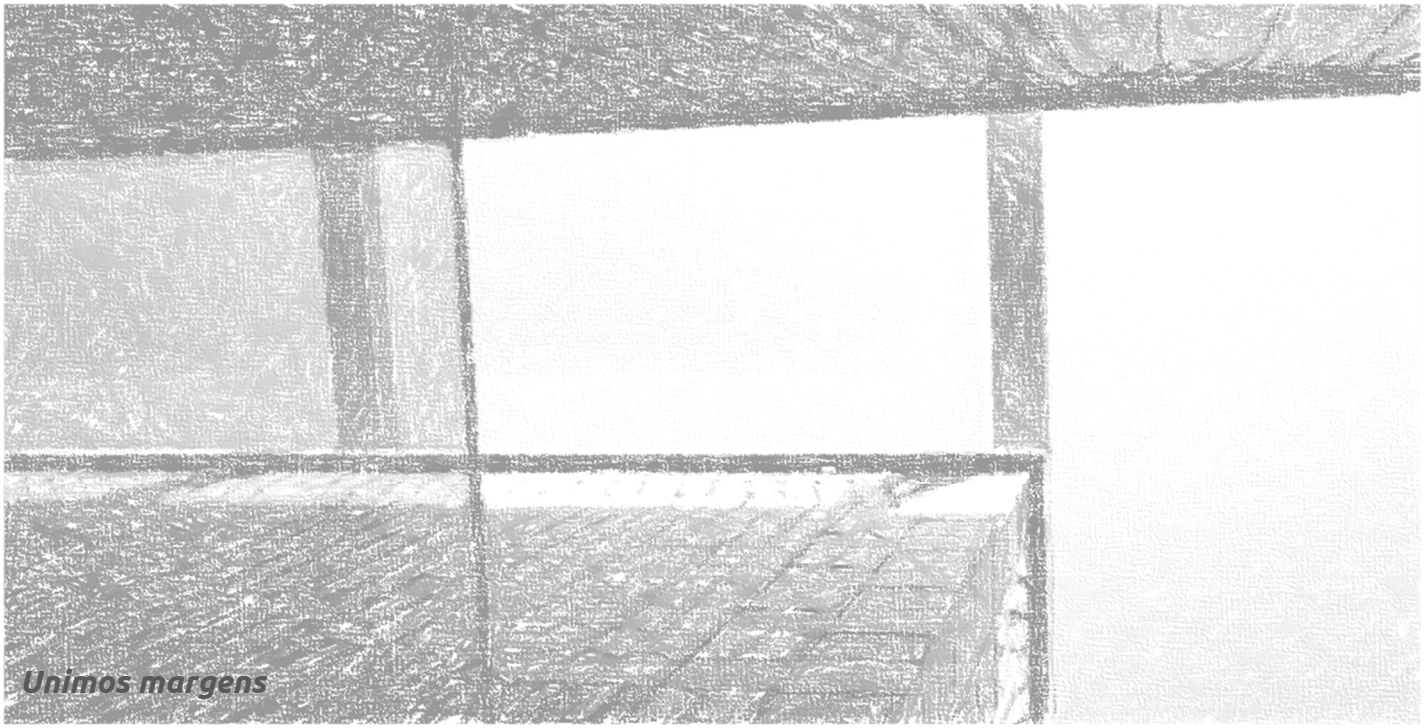
Dr. Alexandre Miguel Santos

Assinado por: **JOSÉ MANUEL SANTINHO FAÍSCA**
Num. de Identificação: 06234659
Data: 2023.07.27 17:57:17+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Eng.º José Manuel Santinho Faísca

Documento assinado digitalmente



TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2022- Contas Individuais

Demonstrações Orçamentais & Anexo às Demonstrações Orçamentais

TRANSTEJO SOFLUSA

TRANSTEJO SOFLUSA

Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente

Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (2022)						2021
		RP	RG	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais (1)	**3 088 558,67**	**4 357 640,17**	**-**	**-**	**-**	**7 446 198,84**	**5 744 691,31**
	Restituição do saldo por. Orçamentais							
	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	(73 545,44)	(73 545,44)	11 087,82
	Receita corrente							
R1	**Receita Fiscal**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
R1.1	Impostos Diretos	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos Indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	88 798,29	-	-	-	-	88 798,29	1 021 349,08
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**26 479,38**	**15 898 147,38**	**-**	**-**	**-**	**15 924 626,76**	**16 852 245,79**
R5.1	**Transferências correntes**	**26 479,38**	**15 898 147,38**	**-**	**-**	**-**	**15 924 626,76**	**16 852 245,79**
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**-**	**15 898 147,38**	**-**	**-**	**-**	**15 898 147,38**	**16 837 877,38**
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	15 898 147,38	-	-	-	15 898 147,38	15 737 027,38
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	1 100 850,00
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.3	Outras	26 479,38	-	-	-	-	26 479,38	14 368,41
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	10 848 235,72	-	-	-	-	10 848 235,72	7 944 657,52
R7	Outras Receitas Correntes	1 178 609,99	-	-	-	-	1 178 609,99	963 519,78
	Receita de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	**Transferências e subsídios de capital**	**25 567 678,00**	**-**	**500 063,60**	**-**	**-**	**26 067 741,60**	**9 583 056,48**
R9.1	**Transferências de capital**	**25 567 678,00**	**-**	**500 063,60**	**-**	**-**	**26 067 741,60**	**9 583 056,48**
R9.1.1	**Administrações Públicas**	**25 567 678,00**	**-**	**-**	**-**	**-**	**25 567 678,00**	**9 178 000,00**
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	25 567 678,00	-	-	-	-	25 567 678,00	9 178 000,00
R9.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - U E	-	-	500 063,60	-	-	500 063,60	405 056,48
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	268,34	-	-	-	-	268,34	2 135,59
	Receita efetiva (2)	**37 710 069,72**	**15 898 147,38**	**500 063,60**	**-**	**-**	**54 108 280,70**	**36 366 964,24**
	Receita não efetiva (3)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R13	Receita com Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma (4)= (1)+(2)+(3)	**40 798 628,39**	**20 255 787,55**	**500 063,60**	**-**	**-**	**61 554 479,54**	**42 111 655,55**
	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	451 985,09	451 985,09	356 853,28

Documento assinado digitalmente

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (2022)						2021
		RG	RP	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	**5 294 059,06**	**4 197 870,98**	-	-	-	**9 491 930,04**	**8 969 172,00**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	3 173 843,44	3 396 660,58	-	-	-	6 570 504,02	5 857 291,30
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	753 715,16	369 389,90	-	-	-	1 123 105,06	1 418 400,79
D1.3	Segurança social	1 366 500,46	431 820,50	-	-	-	1 798 320,96	1 693 479,91
D2	Aquisição de bens e serviços	4 322 092,81	11 089 713,78	-	-	-	15 411 806,59	15 146 421,40
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	**Transferências e subsídios correntes**	**17 929,49**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17 929,49**	**28 106,25**
D4.1	**Transferências correntes**	**17 929,49**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17 929,49**	**28 106,25**
D4.1.1	**Administrações Públicas**	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.4	Administração regional	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração local	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3	Famílias	17 929,49	-	-	-	-	17 929,49	28 106,25
D4.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras Despesas Correntes	47 167,36	-	-	-	-	47 167,36	76 019,53
	Despesa de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
D6	Aquisição de bens de capital	11 506 626,39	-	500 063,60	-	-	12 006 689,99	10 445 737,53
D7	**Transferência e subsídios de capital**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
D7.1	**Transferências de capital**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
D7.1.1	**Administrações Públicas**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4	Administração regional	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5	Administração local	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva (5)	**21 187 875,11**	**15 287 584,76**	**500 063,60**	**-**	**-**	**36 975 523,47**	**34 665 456,71**
	Despesa não efetiva (6)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma (7) = (5)+(6)	**21 187 875,11**	**15 287 584,76**	**500 063,60**	**-**	**-**	**36 975 523,47**	**34 665 456,71**
	Operações de tesouraria (C)	-	-	-	-	465 458,62	465 458,62	441 486,54
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais (8)= (4)-(7)	19 610 753,28	4 968 202,79	-	-	-	24 578 956,07	7 446 198,84
	Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-(C)	-	-	-	-	(87 018,97)	(87 018,97)	(73 545,44)
	Saldo global (2)-(5)	**16 522 194,61**	**610 562,62**	**-**	**-**	**-**	**17 132 757,23**	**1 701 507,53**
	Despesa primária	21 187 875,11	15 287 584,76	500 063,60	-	-	36 975 523,47	34 665 456,71
	Saldo corrente	2 460 874,66	610 562,62	-	-	-	3 071 437,28	2 562 052,99
	Saldo de capital	14 061 319,95	-	-	-	-	14 061 319,95	(860 545,46)
	Saldo primário	16 522 194,61	610 562,62	-	-	-	17 132 757,23	1 701 507,53
	Receita total (1)+(2)+(3)	**40 798 628,39**	**20 255 787,55**	**500 063,60**	**-**	**-**	**61 554 479,54**	**42 111 655,55**
	Despesa total (5)+(6)	**21 187 875,11**	**15 287 584,76**	**500 063,60**	**-**	**-**	**36 975 523,47**	**34 665 456,71**

Documento assinado digitalmente

Demonstração de execução orçamental da receita

	Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
	Receita corrente													
R1	**Receita Fiscal**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos Diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos Indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	88 799,00	-	-	88 798,29	-	88 798,29	-	-	-	88 798,29	88 798,29	-	-
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**15 874 848,00**	-	-	**15 924 626,76**	-	**15 924 626,76**	-	-	-	**15 924 626,76**	**15 924 626,76**	-	-
R5.1	**Transferências correntes**	**15 874 848,00**	-	-	**15 924 626,76**	-	**15 924 626,76**	-	-	-	**15 924 626,76**	**15 924 626,76**	-	-
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**15 874 848,00**	-	-	**15 924 626,76**	-	**15 924 626,76**	-	-	-	**15 924 626,76**	**15 924 626,76**	-	-
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	15 848 368,00	-	-	15 898 147,38	-	15 898 147,38	-	-	-	15 898 147,38	15 898 147,38	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	26 480,00	-	-	26 479,38	-	26 479,38	-	-	-	26 479,38	26 479,38	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	9 765 734,00	-	423 976,75	11 680 525,79	819 271,77	11 116 904,23	268 668,51	268 668,51	79 653,21	10 768 582,51	10 848 235,72	-	436 995,05
R7	Outras Receitas Correntes	2 999 309,00	-	69 012,74	1 179 302,79	16 488,46	1 182 105,60	3 495,61	3 495,61	36 540,55	1 142 069,44	1 178 609,99	-	53 217,08
	Receita de capital		-											
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9	**Transferências e subsídios de capital**	**29 577 386,00**	-	-	**26 067 741,60**	-	**26 067 741,60**	-	-	-	**26 067 741,60**	**26 067 741,60**	-	-
R9.1	**Transferências de capital**	**29 577 386,00**	-	-	**26 067 741,60**	-	**26 067 741,60**	-	-	-	**26 067 741,60**	**26 067 741,60**	-	-
R9.1.1	**Administrações Públicas**	**29 577 386,00**	-	-	**26 067 741,60**	-	**26 067 741,60**	-	-	-	**26 067 741,60**	**26 067 741,60**	-	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	25 567 678,00	-	-	25 567 678,00	-	25 567 678,00	-	-	-	25 567 678,00	25 567 678,00	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	4 009 708,00	-	-	500 063,60	-	500 063,60	-	-	-	500 063,60	500 063,60	-	-
R9.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	269,00	-	-	268,34	-	268,34	-	-	-	268,34	268,34	-	-
	Receita efetiva (2)	**58 306 345,00**	-	**492 989,49**	**54 941 263,57**	**835 760,23**	**54 380 444,82**	**272 164,12**	**272 164,12**	**116 193,76**	**53 992 086,94**	**54 108 280,70**	-	**490 212,13**
	Receita não efetiva (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R13	Receita com Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	7 446 202,00	-	-	7 446 198,84	-	7 446 198,84	-	-	-	7 446 198,84	7 446 198,84	-	-
	Total	**65 752 547,00**	-	**492 989,49**	**62 387 462,41**	**835 760,23**	**61 826 643,66**	**272 164,12**	**272 164,12**	**116 193,76**	**61 438 285,78**	**61 554 479,54**	-	**490 212,13**

Demonstração de execução orçamental da despesa

Classificações orçamentais detalhadas		Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas ao pagamentos		Despesas Pagas Líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)
	Despesa Corrente																
D1	**Despesas com o pessoal**	**353 892,12**	**9 780 323,00**	-	-	**2 341,37**	**9 777 981,63**	**9 777 981,63**	**9 777 981,63**	**9 491 930,04**	-	-	**48 984,74**	**9 442 945,30**	**9 491 930,04**	-	**286 051,59**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	195 660,45	6 724 935,00	-	-	1 517,57	6 723 417,43	6 723 417,43	6 723 417,43	6 570 504,02	-	-	40 514,54	6 529 989,48	6 570 504,02	-	152 913,41
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	22 972,71	1 127 688,00	-	-	823,14	1 126 864,86	1 126 864,86	1 126 864,86	1 123 105,06	-	-	6 797,29	1 116 307,77	1 123 105,06	-	3 759,80
D1.3	Segurança social	135 258,96	1 927 700,00	-	-	0,66	1 927 699,34	1 927 699,34	1 927 699,34	1 798 320,96	-	-	1 672,91	1 796 648,05	1 798 320,96	-	129 378,38
D2	Aquisição de bens e serviços	44 787,82	16 306 325,00	5 690 918,00	5 690 918,00	130 262,03	16 176 062,97	16 176 062,97	15 487 675,43	15 411 806,59	-	-	44 774,41	15 367 032,18	15 411 806,59	688 387,54	75 868,84
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4	**Transferências e subsídios correntes**	-	**18 185,00**	-	-	**0,54**	**18 184,46**	**18 184,46**	**18 184,46**	**17 929,49**	-	-	-	**17 929,49**	**17 929,49**	-	**254,97**
D4.1	**Transferências correntes**	-	**18 185,00**	-	-	**0,54**	**18 184,46**	**18 184,46**	**18 184,46**	**17 929,49**	-	-	-	**17 929,49**	**17 929,49**	-	**254,97**
D4.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.4	Administração regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3	Famílias	-	18 185,00	-	-	0,54	18 184,46	18 184,46	18 184,46	17 929,49	-	-	-	17 929,49	17 929,49	-	254,97
D4.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras Despesas Correntes	1 127,71	81 686,00	169 221,00	169 221,00	2 302,57	79 383,43	79 383,43	47 353,36	47 167,36	-	-	1 127,71	46 039,65	47 167,36	32 030,07	186,00
	Despesa de Capital									-	-	-					
D6	Aquisição de bens de capital	-	31 920 725,00	-	-	19 730 582,61	12 190 142,39	12 190 142,39	12 018 420,25	12 006 689,99	-	-	-	12 006 689,99	12 006 689,99	171 722,14	11 730,26
D7	**Transferência e subsídios de capital**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1	**Transferências de capital**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4	Administração regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5	Administração local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa efetiva (5)		**399 807,65**	**58 107 244,00**	**5 860 139,00**	**5 860 139,00**	**19 865 489,12**	**38 241 754,88**	**38 241 754,88**	**37 349 615,13**	**36 975 523,47**	-	-	**94 886,86**	**36 880 636,61**	**36 975 523,47**	**892 139,75**	**374 091,66**
Despesa não efetiva (6)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		**399 807,65**	**58 107 244,00**	**5 860 139,00**	**5 860 139,00**	**19 865 489,12**	**38 241 754,88**	**38 241 754,88**	**37 349 615,13**	**36 975 523,47**	-	-	**94 886,86**	**36 880 636,61**	**36 975 523,47**	**892 139,75**	**374 091,66**

Demonstração da Execução dos Encargos Plurianuais de Investimento e Funcionamento

Encargos plurianuais de investimento

Objetivo (1)	Número do Projeto (2)	SCEP (2b))	Designação do Projeto (3)	Rubrica Orçamental (4)	Forma de Realização (5)	Fonte de Financiamento (6)				Datas		Valor Contrato c/ IVA (9)	Montante previsto						Montante Executado		Modificação (+/-) (19)=(18)-(11)
						RG	RP	EU	EMP	Início (7)	Fim (8)		Anos Anteriores (10)	Ano t (Dotação anual) (11)	Ano t+1 (12)	Ano t+2 (13)	Ano t+3 (14)	Anos seguintes (15)	Despesa de Anos Anteriores (17)	Despesa do Ano (18)	
Investimento	Cnt.22.36	SCEP 172309 _ 12.2022 (01/05/2022 a 31/12/2023)	Contrato misto de empreitada de conceção/construção e fornecimento das estações de carregamento de energia de terra para a nova frota de navios elétricos	070110B0.B0	E		7 265 956,73	7 181 000,00		11/11/2022	31/10/2023	14 446 956,73	0,00	6 519 333,70	7 927 623,03	0,00	0,00	0,00	0,00	3 259 666,85	**(3 259 666,85)**
Investimento	Cnt. 21.03	SCEP 77283_ 44.2018 (01/01/2019 a 30/04/2024)	Fornecimento de dez navios para a Transtejo	070110B0.00	O		50 125 392,00	2 314 608,00		19/03/2021	28/02/2024	52 440 000,00	8 390 400,00	14 158 800,00	23 598 000,52	6 292 799,48	0,00	0,00	8 390 400,00	5 792 736,40	**(8 366 063,60)**
Investimento	Cnt. 21.16	SCEP 137290_01.2021 (01/02/2021 a 31/12/2023)	Aquisição de licenciamento de software Microsoft– Pacote de Software	070108B0.00	O		177 116,31			24/03/2021	31/12/2021	177 116,31	59 038,77	59 038,77	59 038,77	0,00	0,00	0,00	59 038,77	59 038,77	-
Investimento	Cnt. 21.66	SCEP 142361_12.2021 (01/08/2021 a 31/07/2024)	Aquisição de Serviços para implementação do software de gestão de manutenção e armazém Valeukeep da ERP Primavera	070108B0.00	O		53 492,70			30/09/2021	29/08/2024	53 492,70	0,00	28 794,30	24 698,40	0,00	0,00	0,00	0,00	28 794,30	-

TRANSTEJO SOFLUSA

Documento assinado digitalmente

Encargos plurianuais de funcionamento

Objetivo (1)	Número do Projeto (2)	SCEP (2b))	Designação do Projeto (3)	Rubrica Orçamental (4)	Forma de Realização (5)	Fonte de Financiamento (6)				Datas		Valor Contrato c/ IVA (9)	Montante previsto						Montante Executado		Modificação (+/-) (19)=(18)-(11)
						RG	RP	EU	EMP	Início (7)	Fim (8)		Anos Anteriores (10)	Ano t (Dotação anual) (11)	Ano t+1 (12)	Ano t+2 (13)	Ano t+3 (14)	Anos seguintes (15)	Despesa de Anos Anteriores	Despesa do Ano (18)	
Funcionamento	Cnt.22.01	SCEP 154017_27.2021 (01/11/2021 a 31/10/2022)	Aquisição de serviços para apoio técnico à gestão CSP	020220.E0.00	O		23 831,25			01/01/2022	30/04/2023	23 831,25	0,00	22 047,75	1 783,50	0,00	0,00	0,00	0,00	18 480,75	**(3 567,00)**
Funcionamento	Cnt.22.05	SCEP 151055-24.2021 (01/01/2022 a 31/12/2024)	Aquisição de serviços de segurança e de saúde no trabalho (SST)	020220.E0.00	O		68 352,33			21/02/2022	31/12/2024	68 352,33	0,00	22 784,11	22 784,11	22 784,11	0,00	0,00	0,00	17 087,86	**(5 696,25)**
Funcionamento	Cnt.22.07	SCEP 158872_36.2021 (01/01/2022 a 30/12/2024)	Aquisição de serviços de implementação de software de gestão de escalas (GIST 3)	070108B0.B0	O		99 630,00			24/02/2022	31/12/2024	99 630,00	0,00	55 350,00	22 140,00	22 140,00	0,00	0,00	0,00	12 915,00	**(42 435,00)**
Funcionamento	Cnt.22.09	SCEP 161463_.40.2021 (01/03/2022 a 28/02/2025)	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos de videovigilância	020219C0.00	O		52 848,38			18/03/2022	15/03/2025	52 848,38	0,00	2 623,73	30 164,44	17 616,12	2 444,09	0,00	0,00	2 623,73	-
Funcionamento	Cnt.22.10	SCEP 168906_03.2022 (01/03/2022 a 28/02/2023)	Aquisição de serviços de recolha, tratamento, e transporte de valores	020218VS.00	O		110 700,00			01/03/2022	28/02/2023	110 700,00	0,00	92 250,00	18 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64 952,16	**(27 297,84)**
Funcionamento	Cnt.22.17	SCEP 170078_08.2022 (01/05/2022 a 30/04/2024)	Aquisição de serviços jurídicos e consultoria em matéria de contratação pública	020214B0.00	O		24 600,00			01/06/2022	31/05/2024	24 600,00	0,00	6 758,34	12 716,66	5 125,00	0,00	0,00	0,00	6 758,34	-
Funcionamento	Cnt.22.23	SCEP 146398_17.2021 (01/03/2022 a 28/02/2024)	Aquisição de fardamento	020107FD.00	O		346 727,69			01/03/2022	28/02/2024	346 727,69	0,00	86 945,70	129 890,99	129 890,99	0,00	0,00	0,00	86 945,70	-
Funcionamento	Cnt.22.24	SCEP 173089_13.2022 (01/01/2022 a 31/12/2024)	Aquisição de serviços para assessoria técnica e fiscalização no âmbito do projeto de construção dos 10 navios elétricos de passageiros	070110B0.B0	O		287 820,00			18/07/2022	31/12/2024	287 820,00	0,00	95 940,00	95 940,00	95 940,00	0,00	0,00	0,00	95 940,00	-
Funcionamento	Cnt.22.38	SCEP 171663_11.2022 (01/06/2022 a 31/12/2024)	Aquisição de Serviços de Criação, desenvolvimento e maquetização de E-Newsletter	020217C0.00	O		22 140,00			26/09/2022	31/03/2025	22 140,00	0,00	3 690,00	7 380,00	11 070,00	0,00	0,00	0,00	3 690,00	-
Funcionamento	Cnt.22.40	SCEP 175629_18.2022 (01/08/2021 a 31/01/2023)	Aquisição de Serviços de vigilância e segurança humana de agosto 2022 a fevereiro 2023	020218VS.00	O		361 619,93			01/08/2022	28/02/2023	361 619,93	0,00	241 079,95	120 539,98	0,00	0,00	0,00	0,00	180 809,97	**(60 269,98)**
Funcionamento	Cnt.22.41	SCEP 174686_17.2022 (01/10/2022 a 31/12/2023)	Aquisição de Serviços para gestão integrada das redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn)	020220E0.00	O		72 877,50			03/10/2022	31/12/2023	72 877,50	0,00	24 087,50	48 790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 863,25	**(2 224,25)**
Funcionamento	Cnt.22.48	SCEP 180594_23.2022 (27/09/2022 a 26/09/2025)	Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso	020214B0.00	O		24 600,00			27/09/2022	26/09/2025	24 600,00	0,00	6 302,48	6 099,17	6 099,17	6 099,17	0,00	0,00	6 302,48	-
Funcionamento	Cnt.22.57	SCEP 169640_06.2022 (01/05/2022 a 30/05/2025)	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de consumíveis de higiene, para as instalações e navios - Novembro	020202LH.00 e 020104LH.00	O		183 731,74			01/11/2022	31/03/2023	183 731,74	0,00	61 653,93	122 077,81	0,00	0,00	0,00	0,00	53 180,71	**(8 473,22)**
Funcionamento	Cnt.22.59	SCEP 186665_31.2022 (01/11/2022 a 31/10/2025)	Aquisição de serviços Jurídicos e de contencioso - ação n.º2031/22.0BEPRT	020214B0.00	O		24 600,00			12/12/2022	12/12/2025	24 600,00	0,00	6 150,00	8 200,00	8 200,00	2 050,00	0,00	0,00	6 938,25	**788,25**
Funcionamento	Cnt.22.61	SCEP 183496_27.2022 (01/11/2022 a 31/08/2024)	Aquisição de serviços para manutenção do sistema de bilhética	020219C0.00	O		202 950,00			12/12/2022	12/12/2024	202 950,00	0,00	42 281,00	101 475,00	59 194,00	0,00	0,00	0,00	33 825,00	**(8 456,00)**
Funcionamento	Cnt. 21.06	SCEP 123783_17.2020 (01/01/2021 a 31/12/2023)	Serviços de Medicina no Trabalho para a Transtejo, S.A. (JAN2021 a DEZ2023)	020222H0.00	O		59 912,64			01/01/2021	31/12/2023	59 912,64	20 379,84	20 516,16	19 016,64	0,00	0,00	0,00	20 379,84	20 516,16	-
Funcionamento	Cnt. 21.11	SCEP 137523_03.2021 (01/03/2021 a 28/02/2022)	Serviços de Logística de Tratamento e Transporte de Valores	020218VS.00	O		110 700,00			01/03/2021	28/02/2022	110 700,00	51 496,27	18 450,00	40 753,73	0,00	0,00	0,00	51 496,27	16 610,16	**(1 839,84)**
Funcionamento	Cnt. 21.12	SCEP 119251_13.2020 (01/10/2020 a 30/09/2022)	Serviços de telecomunicações móveis, fixas e acesso à internet	020209F0.00	O		21 168,94			02/03/2021	02/03/2023	21 168,94	2 026,98	19 141,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2 026,98	19 137,25	**(4,71)**
Funcionamento	Cnt. 21.15	SCEP 109867_02.2020 (01/09/2020 a 31/08/2023)	Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas automáticos de deteção de intrusão (SADIR) e deteção de incêndio (SADI), das empresas Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.,	020218VS.00	O		11 593,78			01/02/2021	31/01/2024	11 593,78	3 311,42	4 294,51	3 987,85	0,00	0,00	0,00	3 311,42	4 294,51	-
Funcionamento	Cnt. 21.28	SCEP 139541_07.2021 (01/03/2021 a 28/02/2024)	Prestação de serviços de extinção e controlo de pragas para as instalações e frota de navios da Transtejo	020220E0.00	O		12 929,76			23/04/2021	23/04/2024	12 929,76	2 873,28	4 820,37	5 236,11	0,00	0,00	0,00	2 873,28	4 820,37	-
Funcionamento	Cnt. 21.30	SCEP 137346_02.2021 (01/05/2021 a 31/05/2023)	Serviços de Contabilista Certificado para a Transtejo	020220E0.00	O		35 516,25			01/05/2021	30/06/2023	35 516,25	9 944,55	17 047,80	8 523,90	0,00	0,00	0,00	9 944,55	17 047,80	-
Funcionamento	Cnt. 21.36	SCEP 137711_04.2021 (01/01/2021 a 31/12/2023)	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª e 2.ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO	020220E0.00	O		32 893,28			25/05/2021	25/04/2024	32 893,28	11 127,28	6 534,01	15 231,99	0,00	0,00	0,00	11 127,28	6 534,01	-
Funcionamento	Cnt. 21.37	SCEP 137712 _ .05.2021 (01/01/2021 a 31/12/2023)	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO	020220E0.00	O		16 019,56			25/05/2021	25/04/2024	16 019,56	2 060,77	1 790,25	12 168,54	0,00	0,00	0,00	2 060,77	1 790,25	-
Funcionamento	Cnt. 21.39	SCEP 139072_06.2021 (01/04/2021 a 31/03/2023)	Aquisição de serviços de limpeza e produtos de higiene, de maio 2021 a abril 2022, para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	020202LH.00 e 020104LH.00	O		328 397,63			01/05/2021	30/04/2022	328 397,63	208 269,16	120 128,47	0,00	0,00	0,00	0,00	208 269,16	109 962,36	**(10 166,11)**
Funcionamento	Cnt. 21.51	SCEP 143646_17.2021 (01/06/2021 a 31/05/2023)	Aquisição de serviços de telecomunicações para disponibilização de dados de WiFi nos terminais e frota de navios da Transtejo	020209F0.00	O		10 873,99			29/08/2021	29/08/2023	10 873,99	1 560,50	6 054,59	3 258,90	0,00	0,00	0,00	1 560,50	6 054,59	-
Funcionamento	Cnt. 21.65	SCEP 146419_18.2021 (01/08/2021 a 31/12/2023)	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) dos terminais fluviais do Terreiro do Paço e Cais do Sodré	020219C0.00	O		14 543,26			20/08/2021	25/08/2024	14 543,26	0,00	1 509,15	13 034,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1 509,15	-
Funcionamento	Cnt.21.69A	SCEP 150073_21.2021 (01/11/2021 a 31/10/2022)	Serviços de gestão técnica de sistema de écrans digitais, de criação me gestão de conteúdos e de gestão de parcerias no âmbito da Plataforma Magic info	020217C0.00	O		90 835,56			12/11/2021	11/11/2022	90 835,56	15 139,26	75 696,30	0,00	0,00	0,00	0,00	15 139,26	75 696,30	-

TRANSTEJO SOFLUSA

Síntese do Desempenho Orçamental – Notas Explicativas

Execução Orçamental da RECEITA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Receita, a **Receita Liquidada** em 2022 ascendeu ao montante global de 62.387.462,41€, representando um grau de execução de 95% relativamente ao montante do orçamento, que apresentava uma previsão de 65.752.547€.
- A **Receita Cobrada Líquida** ascendeu 61.554.479,54€, tendo transitado por cobrar, no final do período, o montante de 490.212,13€
- Conforme detalhe apresentado na Demonstração do Desempenho Orçamental, a **Receita Cobrada Líquida** teve proveniência das seguintes Fontes de Financiamento:
    a) **Saldo de Gerência transitado = 7.446.198,84€**
    b) **Receita efetiva = 54.108.280,70€**
        - RP - Receita Própria corrente = 37.710.069,72€ - Receitas da prestação de serviços de transporte, receitas de atividades acessórias e reembolsos de impostos.
        - RG – Transferências correntes = 15.898.147,38€ - Transferências efetuadas pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, referentes a subsídios à exploração (Indemnizações compensatórias e compensações tarifárias);
        - Financiamento EU = 500.063,60€ – Transferências efetuadas pelo POSEUR referentes ao investimento para o projeto da nova frota

Execução Orçamental da DESPESA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Despesa, a **Despesa Líquida** de 2022 ascendeu ao montante global de 36.975.523,47€, representando um grau de execução de 64% relativamente ao orçamento aprovado, que apresentava uma dotação de 58.107.244€.
- Os **Compromissos** assumidos ascenderam a 38.241.754,88€, tendo transitado por pagar, no final do período, o montante de 892.139,75€

Saldo Global

A execução orçamental da Transtejo apresenta uma despesa efetiva de 36.975.523,47€ e receita efetiva de 54.108.280,70€, pelo que o Saldo Global (Receita Efetiva – Despesa Efetiva) se apresenta positivo, no montante de 17.132.757,23€.

Documento assinado digitalmente

Anexo às Demonstrações Orçamentais

I. Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Receita corrente		**28 529 858**	**198 832**	**-**	**-**	**28 728 690**	
R4 Rendimentos de Propriedade		-	88 799	-	-	88 799	
R5 Transferências e Subsídios Correntes		**15 848 368**	**26 480**	**-**	**-**	**15 874 848**	
R5.1 Transferências Correntes		**15 848 368**	**26 480**	**-**	**-**	**15 874 848**	
R5.1.1 Administrações Públicas		15 848 368	-	-	-	15 848 368	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	P	15 848 368	-	-	-		
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	
R5.1.3 Outras		-	26 480	-	-	26 480	
R6 Venda de bens e serviços		9 682 181	83 553	-	-	9 765 734	
R7 Outras receitas correntes		2 999 309	-	-	-	2 999 309	
R11 Reposições não abatidas		-	-	-	-	-	
Receita de capital		**29 577 386**	**269**	**-**	**-**	**29 577 655**	
R9 Transferências e subsídios de capital		**29 577 386**	**-**	**-**	**-**	**29 577 386**	
R9.1 Transferências de capital		**25 567 678**	**-**	**-**	**-**	**25 567 678**	
R9.1.1 Administrações Públicas		**25 567 678**	**-**	**-**	**-**	**25 567 678**	
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	P	-	-	-	-	-	
R9.1.1.2 Administração Central - outras entidades		**25 567 678**	**-**	**-**	**-**	**25 567 678**	
R9.1.2 Exterior - U E		**4 009 708**	**-**	**-**	**-**	**4 009 708**	
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos		-	269	-	-	**269**	
R13 Receita com passivos financeiros		-	-	-	-	-	
Outras receitas		**-**	**7 636 704**	**190 502**	**-**	**7 446 202**	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		-	7 636 704	190 502	-	7 446 202	
	Total	**58 107 244**	**7 835 805**	**190 502**	**-**	**65 752 547**	

II. Alterações orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Despesa Corrente		**27 260 796**	**12 652 868**	**13 727 145**	**-**	**26 186 519**	
D1 Despesas com o pessoal		**9 259 137**	**2 593 672**	**2 072 486**	**-**	**9 780 323**	
D1.1 Remunerações certas e permanentes		6 452 585	1 705 145	1 432 795	-	6 724 935	
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		1 473 437	170 769	516 518	-	1 127 688	
D1.3 Segurança Social		1 333 115	717 758	123 173	-	1 927 700	
D2 Aquisição de bens e serviços	P	17 724 951	10 004 617	11 423 243	-	16 306 325	
D3 Juros e outros encargos		-	-	-	-	-	
D4 Transferências e Subsídios Correntes		**43 706**	**-**	**25 521**	**-**	**18 185**	
D4.1 Transferências correntes		43 706	-	25 521	-	18 185	
D5 Outras despesas correntes		233 002	54 579	205 895	-	81 686	
Despesa de Capital		**30 846 448**	**1 558 259**	**483 982**	**-**	**31 920 725**	
D6 Aquisições de Bens de Capital	P	30 846 448	1 558 259	483 982	-	31 920 725	
	Total	**58 107 244**	**14 211 127**	**14 211 127**	**-**	**58 107 244**	

III. Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
	Operações de Tesouraria				
0711/0721	Recebimentos/Pagamentos por Intermediação de fundos	-	-	-	-
071211/072211	Autarquias Locais	-	-	-	-
071212/072212	Entidade Contabilística Estado	-	-	-	-
071213/072213	Região Autónoma Açores	-	-	-	-
071214/072214	Região Autónoma Madeira	-	-	-	-
071215/072215	Outras Entidades Beneficiárias	-	-	-	-
07122/07222	Receita não Fiscal	-	-	-	-
0713/0723	Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	26 552,15	573,00	(20 208,15)	6 917,00
0714/0724	Cobranças/Entrega de recursos próprios europeus	-	-	-	-
0715/0725	Receção /receitas de receitas próprias - duplo cabimento	-	-	-	-
0716/0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
0719/0729	Outras Receitas/Despesasde operações de tesouraria	(100 097,59)	451 412,09	(445 250,47)	(93 935,97)
728	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	-	-	-	-

As operações de tesouraria correspondem a fluxos financeiros associados a pagamentos e recebimentos relacionados com operações extraorçamentais, destacando-se recebimentos de cauções e garantias bancárias e pagamentos de prémios de seguro de saúde referentes à inclusão de familiares de trabalhadores no contrato do Grupo de Empresas.

Documento assinado digitalmente

IV. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Entidade	NIF	Contrato tipo	Contrato							Visto do Tribunal de Contas		MEFP Lei n.º30/2021 (S/N)	Contratos adicionais (S/N)	Contratos COVID (S/N)	Comunicação ao TC		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
			Objeto	Data	Valor do Contrato - s/IVA	Preço Contratual - c/ IVA	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato	Contrato - Procedimento de contratação	Número do Registo	Data				Número de registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalho a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos	
VTM-Consultores de Engenharia	501384456	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para apoio técnico à gestão CSP	04/01/2022	19 375,00	23 831,25	484	01/01/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	30/03/2022	18 480,75					0,00					
M. DONE - Consultoria, Marketing e Serviços. Lda.	516136720	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de gestão técnica das plataformas Facebook e Instagram	17/02/2022	19 920,00	24 501,60	194	17/02/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	24/02/2022	24 501,60					0,00					
IBERUM - Higiene e Sustentabilidade Ambiental, S.A.	502117281	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de a marração de navios e apoio ao embarque de passageiros - 1º trimestre 2022	17/02/2022	96 765,00	119 020,95	89	01/01/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	07/03/2022	119 009,88					0,00					
ARTmt- Engenharia de Manutenção, Lda.	513310746	Aquisição de serviços	Aquisição de artigo se stock - 5 acoplamentos Vulkan	21/02/2022	13 975,00	17 189,25	25	21/02/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	05/04/2022	17 189,25					0,00					
Ecosaúde, S.A.	505545643	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de segurança e de saúde no trabalho (SST)	21/02/2022	55 571,00	68 352,33	1 044	21/02/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	03/05/2022	17 087,86					0,00					
Correia & Correia, Lda.	502069732	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de separação de resíduos sólidos da Doca13, esgoto de Navios e trasfega de óleos nas instalações concessionadas à Transtejo	09/03/2022	24 180,00	29 741,40	180	01/01/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	17/05/2022	25 630,80					0,00					
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	502755610	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de implementação de software de gestão de escalas (GIST 3)	24/02/2022	81 000,00	99 630,00	1 041	24/02/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	19/10/2022	12 915,00					0,00					
TNOLEN, LDA.	504840479	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para aplicação de desinfetante (Zoono)	03/03/2022	19 040,00	23 419,20	149	03/03/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	29/03/2022	21 857,10					0,00					
ENA Portugal - Sistemas de telecomunicações, S.A.	503577600	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos de videovigilância	16/03/2022	42 966,16	52 848,38	1 093	18/03/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	02/06/2022	2 623,73					0,00					
Prosegur - Logística e Tratamento de Valores Portugal, S.A.	513505512	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de recolha, tratamento, e transporte de valores	21/03/2022	90 000,00	110 700,00	364	01/03/2022	Concurso Público	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	28/04/2022	64 952,16					0,00					
Weldiblue - Industria e Reparação Naval, Lda.	510888747	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de beneficiação dos passadiços de embarque do Pontão "Seixalinho"	23/03/2022	79 840,00	98 203,20	130	23/03/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	28/07/2022	98 203,20					0,00					
PSG - Segurança Privada, S.A	508170710	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana (6 meses)	28/03/2022	293 999,94	361 619,93	180	01/02/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	10/05/2022	361 619,94					0,00					
IBERUM - Higiene e Sustentabilidade Ambiental, S.A.	502117281	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de a marração de navios e apoio ao embarque de passageiros, para os meses de abril, maio, junho	19/04/2022	96 765,00	119 020,95	90	01/04/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	20/05/2022	119 009,88					0,00					
Crideespassos, Unipessoal, Lda.	508983088	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para apoio técnico ao júri no âmbito do procedimento de Contratação do Projeto e da Empreitada de construção das Estações de Armazenamento de energia para os navios da nova frota.	22/04/2022	10 000,00	12 300,00	207	29/04/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	S	N	N	n.a.	n.a.	28/07/2022	12 300,00					0,00					
Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados , SP, RL	509052959	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Consultoria para apoio Técnico no âmbito do procedimento de Contratação do Projeto e da Empreitada de construção das Estações de Armazenamento de energia para os navios da nova frota.	22/04/2022	20 000,00	24 600,00	203	22/04/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	S	N	N	n.a.	n.a.	25/10/2022	13 530,00					0,00					
EGEO pressão, S.A.	514986298	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de recolha, transporte, tratamento, armazenamento e eliminação de resíduos	03/05/2022	15 000,00	18 450,00	180	01/02/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	24/06/2022	19 792,97					0,00					
Maria Manuela Fernandes Correia da Silva	156183366	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços jurídicos e consultoria em matéria de contratação pública	20/05/2022	20 000,00	24 600,00	730	01/06/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	07/07/2022	6 758,34					0,00					
Operandus- Limpeza Profissional, Lda.	502771496	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de consumíveis de higiene, para as instalações e navios (6 meses)	01/06/2022	170 680,92	209 937,53	183	01/05/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	24/06/2022	206 157,43					0,00					
NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A.	513002456	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para Reparação de avarias provocadas por Sinistro - navio Aroeira	07/06/2022	89 540,00	110 134,20	54	08/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	06/09/2022	110 134,20					0,00					
NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A.	513002456	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para Reparação de avarias provocadas por Sinistro - navio Aroeira - Aditamento - trabalhos adicionais	18/08/2022	13 955,00	17 164,65	0	06/09/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	06/09/2022	13 955,00					0,00					
Primavera - Business Software Solutions, S.A.	503140600	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de consultoria para processamento de salários na ERP Primavera	13/07/2022	17 856,00	21 962,88	162	13/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	13/07/2022	21 962,88					0,00					
OREY Técnica - Serviços Navais, Lda.	501117334	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para a revisão anual dos meios de salvação dos navios da frota	29/06/2022	93 995,00	115 613,85	180	04/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	03/08/2022	74 323,17					0,00					
Torfal, Lda.	503522732	Aquisição de bens	Aquisição de fardamento	01/07/2022	281 892,43	346 727,69	729	01/03/2022	Concurso Público	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	29/12/2022	86 945,70					0,00					
Rinave, S.A.	500323830	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para assessoria técnica e fiscalização no âmbito do projeto de construção dos 10 navios elétricos de passageiros	18/07/2022	234 000,00	287 820,00	897	18/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	S	N	N	n.a.	n.a.	03/08/2022	95 940,00					0,00					
Artmt - Engenharia de Manutenção, Lda.	513310746	Aquisição de bens	Aquisição de sobressalentes para motores MTU (artigos Stock)	22/07/2022	18 150,00	22 324,50	38	22/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	20/09/2022	22 324,50					0,00					
Sodoca - Representações Técnico - Marítimas, Lda.	501153349	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de revisão do motor do Navio Sintrense	22/07/2022	42 382,00	52 129,86	40	22/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	06/09/2022	52 129,86					0,00					
Sodoca - Representações Técnico - Marítimas, Lda.	501153349	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de revisão do motor do Navio Sintrense - serviços complementares	10/10/2022	2 595,05	3 191,91	15	10/10/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	10/11/2022	3 191,91					0,00					
Petrogal, S.A.	500697370	Aquisição de bens	Aquisição de combustíveis para a frota de navios (1 mês)	03/08/2022	541 356,00	611 732,28	145	03/08/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	2022-08-24	611 732,28					0,00					
Ozec - Equipamentos Industriais, Lda.	502285397	Aquisição de bens	Aquisição de sobressalentes para motores MTU (artigos Stock)	17/08/2022	16 911,76	20 801,46	64	17/08/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	25/10/2022	20 801,46					0,00					
NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A.	513002456	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de reparação da avaria da madre do leme de BB do navio Almadense	17/08/2022	11 376,53	13 993,13	65	17/08/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	25/10/2022	13 993,13					0,00					
IBERUM - Higiene e Sustentabilidade Ambiental, S.A.	502117281	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de a marração de navios e apoio ao embarque de passageiros, para os meses de julho, agosto e setembro	18/08/2022	96 765,00	119 020,95	91	01/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	23/09/2022	119 020,95					0,00					
AEMAR - Associação de Estudos e ensino para o Mar	504648306	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para formação na área da eletrotécnica e eletrónica	30/08/2022	12 000,00	12 000,00	43	18/04/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	06/09/2022	12 000,00					0,00					
Wartsila Portugal, S.A.	502926287	Aquisição de bens	Aquisição de 24 tubos hidráulicos LIPS (artigo Stock)	02/09/2022	13 872,00	17 062,56	41	12/10/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	16/11/2022	17 062,56					0,00					
Petrogal, S.A.	500697370	Aquisição de bens	Aquisição de combustíveis para a frota de navios (4 meses)	09/09/2022	1 638 800,00	1 851 844,00	110	12/09/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	03/08/2022	1 820 899,58					0,00					
CME, S.A.	501369295	Empreitada de obras públicas	Contrato misto de empreitada de conceção/construção e fornecimento das estações de carregamento de energia de terra para a nova frota de navios elétricos	04/10/2022	14 446 956,73	14 446 956,73	354	11/11/2022	Concurso Público	40420/2022	11/11/2022	S	N	N	35956/2022 , de 07/10/2022	07/10/2022	26/12/2022	3 259 666,85					0,00					
OTAR - Tecnologia Avançada de Recuperação, Lda.	502057343	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para Revisão geral dos veios e jatos de água do navio Aroeira	26/09/2022	89 988,00	110 685,24	96	26/09/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	30/12/2022	75 282,15					0,00					
Article Land, Comunicação, Eventos e Serviços, Unipessoal, Lda.	510968813	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Criação, desenvolvimento e maquetização de E-Newsletter	26/09/2022	18 000,00	22 140,00	917	26/09/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	19/10/2022	3 690,00					0,00					
OTAR - Tecnologia Avançada de Recuperação, Lda.	502057343	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para reparação do veio propulsor do navio Castelo	27/09/2022	10 360,00	12 742,80	3	27/09/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	19/10/2022	12 742,80					0,00					
PSG - Segurança Privada, S.A	508170710	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana de agosto 2022 a fevereiro 2023	03/10/2022	293 999,94	361 619,93	211	01/08/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	20/09/2022	180 809,97					0,00					
SP Audiovisuais, Lda.	510511007	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para gestão integrada das redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn)	03/10/2022	59 250,00	72 877,50	454	03/10/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	19/10/2022	21 863,25					0,00					
NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A.	513002456	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Reparação e docagem do navio Aroeira	14/10/2022	254 900,00	313 527,00	92	14/10/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	25/11/2022	250 821,60					0,00					
NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A.	513002456	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Reparação e docagem do Pontão Santo Condestável	21/10/2022	231 810,00	285 126,30	82	21/10/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	22/11/2022	242 357,36					0,00					

Entidade	NIF	Contrato tipo	Contrato							Visto do Tribunal de Contas		MECP Lei n.º30/2021 (S/N)	Contratos adicionais (S/N)	Contratos COVID (S/N)	Comunicação ao TC		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
			Objeto	Data	Valor do Contrato - s/IVA	Preço Contratual - c/ IVA	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato	Contrato - Procedimento de contratação	Número do Registo	Data				Número de registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalho a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos	
GEOSUB - Prospecção Geonática e Ambiente, Lda.	502865687	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para Estudo de campanha de monitorização de correntes na zona da entrada da Doca 13	21/10/2022	58 540,00	72 004,20	70	21/10/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	S - FA	N	N	n.a.	n.a.	29/11/2022	36 002,10					0,00					
IBERUM - Higiene e Sustentabilidade Ambiental, S.A.	502117281	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de amarração de navios e apoio ao embarque de passageiros, para os meses de outubro, novembro e dezembro	28/10/2022	96 765,00	119 020,95	91	01/10/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	25/11/2022	119 020,95					0,00					
Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados , SP, RL	502052959	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso	09/11/2022	20 000,00	24 600,00	1 095	27/09/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	29/12/2022	6 302,48					0,00					
Correia & Correia, Lda.	502069732	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de separação de resíduos sólidos da Doca13, esgoto de Navios e trasfega de óleos nas instalações concessionadas à Transtejo	10/12/2022	24 180,00	29 741,40	183	01/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	25/10/2022	25 630,80					0,00					
Naferval - Indústria Reparação Naval, Lda.	508493579	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para fornecer e montar das escoras e uma chapa de escorregamento para passadiços do pontão Alto Pina	21/11/2022	10 920,00	13 431,60	2	17/12/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	20/12/2022	13 431,60					0,00					
VTM – Consultores em Engenharia e Planeamento, Lda.	501384456	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de assessoria técnica para modificação do modelo económico financeiro do Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CSP)	25/11/2022	30 000,00	36 900,00	60	25/11/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	25/11/2022	18 450,00					0,00					
Naferval - Indústria Reparação Naval, Lda.	508493579	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para reparação e substituição do sistema de amarração dos pontões da Doca 13	25/11/2022	20 270,00	24 932,10	30	25/11/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	22/12/2022	24 932,10					0,00					
Operandus- Limpeza Profissional, Lda.	502771496	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de consumíveis de higiene, para as instalações e navios - Novembro	05/12/2022	149 375,40	183 731,74	150	01/11/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	20/12/2022	53 180,71					0,00					
Petrogal, S.A.	500697370	Aquisição de bens	Aquisição de combustíveis para a frota de navios (15.11 a 31.12.2022)	09/12/2022	420 750,00	475 447,50	31	30/11/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	22/12/2022	475 447,50					0,00					
Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados , SP, RL	509052959	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços Jurídicos e de contencioso - ação n.º2031/22.0BEPRT	09/12/2022	20 000,00	24 600,00	1 096	12/12/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	29/12/2022	6 938,25					0,00					
Axianseu II Digital Consulting, S.A.	501774360	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para manutenção do sistema de bilhética	09/12/2022	165 000,00	202 950,00	731	12/12/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	30/12/2022	33 825,00					0,00					
Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados , SP, RL	509052959	Aquisição de serviços	Contratação de assessoria jurídica - Revisão do CSP	12/12/2022	20 000,00	24 600,00	384	12/12/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/12/2022	13 760,63					0,00					
Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	501689168	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de seguros do ramo saúde (ano 2023)	27/12/2022	137 200,00	137 200,00	364	01/01/2023	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	27/12/2022	119 200,00					0,00					
Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	501689168	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de seguros de diversos ramos (de 01/01/2023 a 30/06/2023)	27/12/2022	266 866,40	266 866,40	180	01/01/2023	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	27/12/2022	266 866,40					0,00					
Astilleros Gondán, S.A.	C.I.F. A-33.030.818	Locação ou aquisição de bens móveis	Fornecimento de dez navios para a Transtejo	28/01/2021	52 440 000,00	52 440 000,00	1 076	19/03/2021	Concurso Público	237/2021	08/02/2021	S	N	N	4673/2021, de	05/02/2021	31/03/2021	5 792 736,40					8390400,00					
Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	503545643	Aquisição de serviços	Serviços de Medicina no Trabalho para a Transtejo, S.A. (JAN2021 a DEZ2023)	12/02/2021	59 912,64	59 912,64	1 094	01/01/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	16/04/2021	20 516,16					20379,84					
Prosegur - Logística e Tratamento de Valores Portugal, S.A.	513505512	Aquisição de serviços	Serviços de Logística de Tratamento e Transporte de Valores	05/03/2021	90 000,00	110 700,00	364	01/03/2021	Concurso Público	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	21/04/2021	16 610,16					51496,27					
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	502544180	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações móveis, fixas e acesso à internet	02/03/2021	17 210,52	21 168,94	730	02/03/2021	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	03/11/2021	19 137,25					2026,98					
Prosegur - Companhia de segurança Lda.	513505512	Aquisição de serviços	Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas automáticos de deteção de intrusão (SADIR) e deteção de incêndio (SADI), das empresas Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	25/03/2021	9 425,83	11 593,78	1 094	01/02/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	11/11/2021	4 294,51					3311,42					
Exitus, Soluções Tecnológicas, Lda.	509117660	Aquisição de serviços	Aquisição de licenciamento de software Microsoft–Pacote de Software	24/03/2021	143 997,00	177 116,31	282	24/03/2021	Concurso Público	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	28/04/2021	59 038,77					59038,77					
Tnolen - Estudos e Serviços de Proteção Ambiental, Lda.	504840479	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de extinção e controlo de pragas para as instalações e frota de navios da Transtejo	23/04/2021	10 512,00	12 929,76	1 096	23/04/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	07/05/2021	4 820,37					2873,28					
BestAbility - Financial Consulting, Lda.	510523846	Aquisição de serviços	Serviços de Contabilista Certificado para a Transtejo	11/05/2021	28 875,00	35 516,25	790	01/05/2021	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	12/08/2021	17 047,80					9944,55					
Previnave - Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda.	504093258	Aquisição de serviços	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª e 2.ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO	25/05/2021	26 742,50	32 893,28	1 066	25/05/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/07/2021	6 534,01					11127,28					
Previnave - Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda.	504093258	Aquisição de serviços	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO	25/05/2021	13 024,03	16 019,56	1 066	25/05/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/12/2021	1 790,25					2060,77					
Operandus, Limpeza Profissional, S.A.	502771496	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de limpeza e produtos de higiene, de maio 2021 a abril 2022, para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	31/05/2021	266 989,94	328 397,63	364	01/05/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	22/06/2021	109 962,36					208269,16					
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	504615947	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de telecomunicações para disponibilização de dados de WiFi nos terminais e frota de navios da Transtejo	20/07/2021	8 840,64	10 873,99	730	29/08/2021	Concurso Público	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	02/12/2021	6 054,59					1560,50					
Longo Plano Segurança Integrada e Gestão de Edifícios S.A.	506969010	Aquisição de serviços	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) dos terminais fluviais do Terreiro do Paço e Cais do Sodré	29/09/2021	11 823,79	14 543,26	1 101	20/08/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	22/03/2022	1 509,15					0,00					
Primavera, Business Software Solutions, S.A.	503140600	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para implementação do software de gestão de manutenção e armazém Valeukeep da ERP Primavera	30/09/2021	43 490,00	53 492,70	1 064	30/09/2021	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	15/02/2022	28 794,30					0,00					
INETUM ESPANÃ, S.A., Sucursal em Portugal	980079659	Aquisição de serviços	Serviços de gestão técnica de sistema de écrans digitais, de criação me gestão de conteúdos e de gestão de parcerias no âmbito da Plataforma Magic.info	11/11/2021	73 850,04	90 835,56	364	12/11/2021	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	17/12/2021	75 696,30					15139,26					
Correia & Correia, Lda.	502069732	Aquisição de serviços	Serviços de Separação de Resíduos Sólidos da Doca 13, Esgoto de Navios e Trasfega de Óleos nas Instalações Concessionadas à Transtejo	03/11/2021	20 520,60	25 240,34	293	01/07/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	02/12/2021	10 875,90					11592,05					
Nova Gente Empreitadas, S.A.	506287858	Empreitada de obras públicas	Empreitada de Construção das instalações de apoio à manutenção na Doca 13	11/11/2021	1 521 000,78	1 521 000,78	366	18/11/2021	Concurso Público	n.a.	n.a.	S	N	N	n.a.	n.a.	22/11/2021	746 835,51					679534,34					
E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A	504394029	Empreitada de obras públicas	Construção de novo ramal de energia por forma a abastecer os novos edifícios e o PT de abastecimento dos novos navios.	22/08/2022	21 571,90	26 533,44	180	08/08/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	08/08/2022	21 027,53					0,00					
M. DONE - Consultoria, Marketing e Serviços. Lda.	516136720	Aquisição de serviços	Serviços para prestação de serviços para planeamento, organização e produção de evento para apresentação do Navio Leader, no âmbito do contrato de fornecimento de dez navios elétricos para a Transtejo	10/01/2022	36 900,00	30 627,00	3	14/05/2021	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	S-FA	N	N	n.a.	n.a.	08/06/2021	0,00					15313,50					
Operandus, Limpeza Profissional, S.A.	502771496	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de limpeza e produtos de higiene, , de maio 2021 a abril 2022, para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. - Revisão Preços - salario mínimo	31/05/2021	0,00	0,00	364	01/05/2021	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	22/06/2021	0,00					0,00					
SLG - Sociedade Lusa de Geoengenharia, Lda.	506265447	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de apoio técnico especializado para elaboração de projeto de execução, visando a produção dos respetivos projetos, peças técnicas e acompanhamento em obra, para o procedimento contratual a ser posteriormente lançado para a execução da empreitada de remodelação e ampliação das instalações operacionais existentes na Doca 13	08/06/2021	109 350,00	134 500,50	207	08/07/2021	Concurso Público	n.a.	n.a.	S	N	N	n.a.	n.a.	22/11/2021	13 450,05					121050,45					
SLG - Sociedade Lusa de Geoengenharia, Lda.	506265447	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de apoio técnico especializado para elaboração de projeto de execução, visando a produção dos respetivos projetos, peças técnicas e acompanhamento em obra, para o procedimento contratual a ser posteriormente lançado para a execução da empreitada de remodelação e ampliação das instalações operacionais existentes na Doca 13 - aditamento por mais 8 meses	11/11/2022	41 400,00	50 922,00	275	01/05/2021	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	S-FA	N	N	n.a.	n.a.	25/11/2022	50 992,00					0,00					
Nova Gente Empreitadas, S.A.	506287858	Empreitada de obras públicas	Empreitada de Construção das instalações de apoio à manutenção na Doca 13 - Revisão de preços	27/12/2022	73 419,38	90 305,84	1	29/12/2022	Concurso Público	n.a.	n.a.	S - PEES	N	N	n.a.	n.a.	29/12/2022	90 305,84					0,00					
Ozec - Equipamentos Industriais, Lda.	502285397	Aquisição de bens	Aquisição de 1 sobreallmentador ZB140/025 (artigos Stock)	02/09/2022	19 222,00	23 643,06	81	02/09/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	09/12/2022	23 643,06					0,00					

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta Prévia		Contratação Excluida			
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Número dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)	Número dos contratos (13)	Preço contratual (14)	Número dos contratos (15)	Valor (16)
Empreitada de obras públicas	3	16 041 376,89 €							0	- €	0	- €	0	- €	3	16 041 376,89 €
Aquisição de serviços	5	442 187,64 €							15	1 010 737,34 €	12	536 896,51 €	46	3 283 174,36 €	78	5 272 995,85 €
Aquisição de bens	1	281 892,43 €							4	2 685 552,32 €	0	- €	7	135 918,24 €	12	3 103 362,99 €
Locação ou aquisição de bens móveis	1	52 440 000,00 €							0	- €	0	- €	0	- €	1	52 440 000,00 €
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Sociedade																
Outros																

V. Transferências e subsídios

Transferências e subsídios - Despesa

Nada a reportar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Transferências e subsídios - Receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências Correntes								
060301 Administração Central - Estado	Contrato de Serviço Público	Compensações tarifárias	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	15 848 368,00	15 898 147,38	(49 779,38)		
Total Transferências correntes				**15 848 368,00**	**15 898 147,38**	**(49 779,38)**		
Transferências de Capital								
100308 Adm Central-SFA'S		Investimento em embarcações	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	25 567 678,00	25 567 678,00	-		
100901 Fundo Europeu - POSEUR			Agência para o Desenvolvimento e Coesão	4 009 708,00	500 063,60	3 509 644,40		
Total Transferências capital				**29 577 386,00**	**26 067 741,60**	**3 509 644,40**		
Total				**45 425 754,00**	**41 965 888,98**	**3 459 865,02**		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandra Carvalho

Assinado de forma digital por Alexandra Carvalho
Dados: 2023.07.31 11:13:13 +01'00'

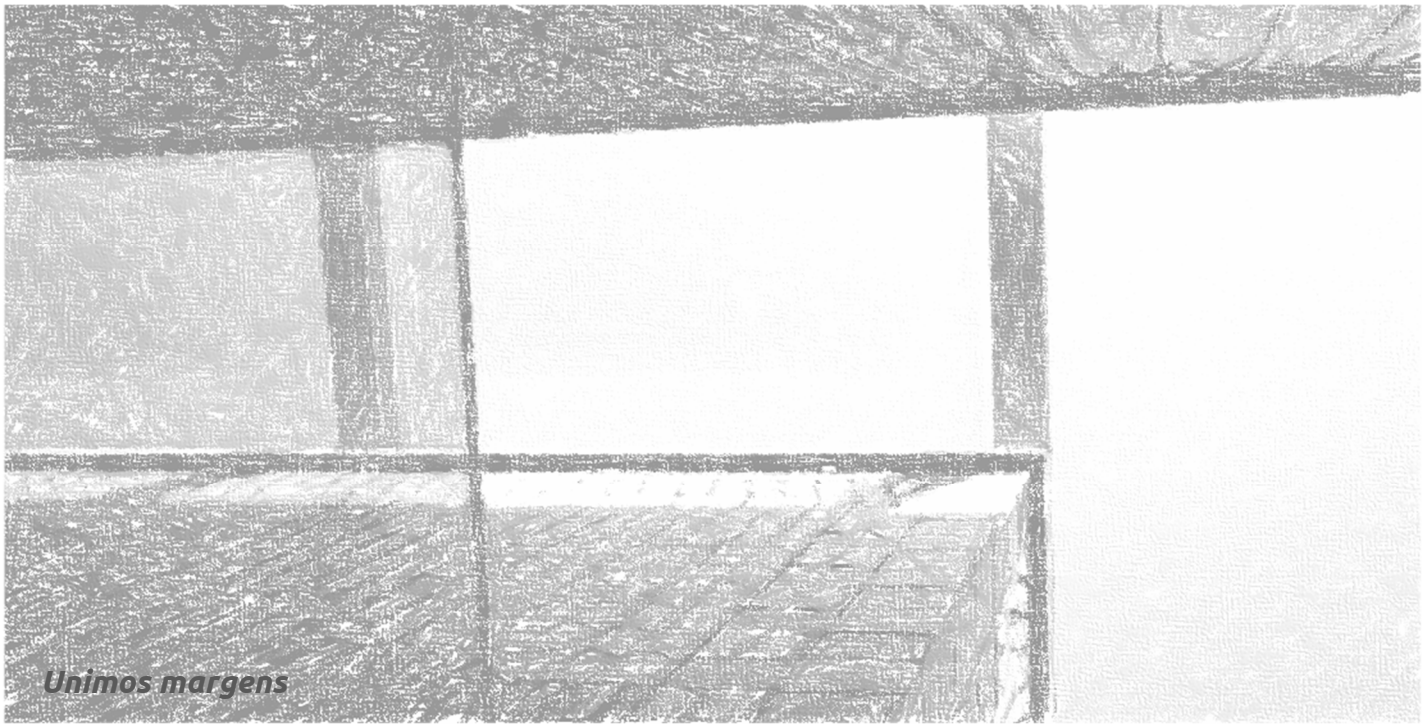
Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Assinado por: **Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos**
Num. de Identificação: 09519723
Data: 2023.07.27 17:32:22+01'00'

Dr. Alexandre Miguel Santos

Assinado por: **JOSÉ MANUEL SANTINHO FAÍSCA**
Num. de Identificação: 06234659
Data: 2023.07.27 18:01:38+01'00'

Eng.º José Manuel Santinho Faísca



TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2022- Contas Consolidadas

Demonstrações Financeiras
& Anexo às Demonstrações Financeiras

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Documento assinado digitalmente

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	49 758 017,82	43 087 111,11
Ativos intangíveis	3	877 701,80	715 294,52
Outros ativos financeiros		16 481,08	10 048,67
Outras contas a receber		6 350 260,00	16 147 726,00
Total Ativo Não Corrente		**57 002 460,70**	**59 960 180,30**
Ativo Corrente			
Inventários	10	1 484 619,70	1 550 087,78
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		26 743 696,59	33 202 744,82
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18.2.a)	60 364,71	82 443,07
Estado e outros ente públicos	18.2.f)	855 785,51	991 207,22
Outras contas a receber	18.2.b), 14	1 633 834,39	3 495 288,73
Diferimentos	18.2.e)	22 160,72	46 816,61
Caixa e depósitos	1.2.e)	28 571 296,17	13 300 371,82
Total Ativo Corrente		**59 371 757,79**	**52 668 960,05**
Total do ATIVO		**116 374 218,49**	**112 629 140,35**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	208 025 085,00	208 025 085,00
Resultados transitados	18.18	(285 979 846,49)	(286 003 550,77)
Ajustamentos em ativos financeiros	18.18	-	290 521,51
Outras variações no património líquido	18.18	15 613 328,68	18 480 090,07
Resultado líquido do período		(3 884 144,82)	(266 817,23)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		**(66 225 577,63)**	**(59 474 671,42)**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	878 878,50	483 291,42
Financiamentos obtidos	7, 18.9	9 015 528,50	13 647 034,82
Diferimentos		6 350 260,00	16 147 726,00
Total Passivo Não Corrente		**16 244 667,00**	**30 278 052,24**
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2.c)	141 657,45	70 063,40
Estado e outros entes públicos	18.2.f)	414 668,68	443 589,82
Financiamentos obtidos	7, 18.9	93 795 240,49	89 163 734,17
Forncedores de investimentos	18.2	17 169,51	11 252,80
Outras contas a pagar	18.2.d)	9 396 493,20	9 324 958,09
Diferimentos	18.2.e)	62 589 899,79	42 812 161,25
Total Passivo Corrente		**166 355 129,12**	**141 825 759,53**
TOTAL DO PASSIVO		**182 599 796,12**	**172 103 811,77**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**116 374 218,49**	**112 629 140,35**

Documento assinado digitalmente

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada
período findo em 31 de dezembro de 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2022	31.12.2021
Prestações de serviços e concessões	13	18 936 641,64	16 959 707,19
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	15 252 652,32	15 106 237,81
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13.b)	72 918,57	679 112,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(11 726 224,66)	(6 968 040,46)
Fornecimentos e serviços externos	23.2	(10 026 401,30)	(10 511 037,42)
Gastos com pessoal	23.3	(14 127 141,57)	(13 668 340,36)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(398 087,08)	150 651,59
Outros rendimentos e ganhos	13/14	4 348 088,23	3 946 667,65
Outros gastos e perdas	23.4	(271 180,93)	(78 767,22)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**2 061 265,22**	**5 616 191,48**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(5 792 372,46)	(5 640 986,01)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**(3 731 107,24)**	**(24 794,53)**
Juros e gastos similares suportados	7	(126 511,22)	(236 694,84)
Resultado antes de imposto		**(3 857 618,46)**	**(261 489,37)**
Imposto sobre o rendimento	18.2.f)	(26 526,36)	(5 327,86)
Resultado líquido do Período		**(3 884 144,82)**	**(266 817,23)**
Resultado líquido do Período atribulável a: (2)			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

Documento assinado digitalmente

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Notas	Património Líquido atribuido aos detentores do Património liquido da entidade-mãe						
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período (1)		**208 025 085,00**	-	**(286 003 550,77)**	**290 521,51**	**18 480 090,07**	**(266 817,23)**	**(59 474 671,42)**
Alterações no Perído		-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital	18.18	-	-	-	-	(2 866 761,39)	-	(2 866 761,39)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.18	-	-	23 704,28	(290 521,51)	-	266 817,23	-
(2)		-	-	**23 704,28**	**(290 521,51)**	**(2 866 761,39)**	**266 817,23**	**(2 866 761,39)**
Resultado Líquido do Periodo (3)		-	-	-	-	-	**(3 884 144,82)**	**(3 884 144,82)**
Resultado integral (4)=(2)+(3)		-	-	**23 704,28**	**(290 521,51)**	**(2 866 761,39)**	**(3 617 327,59)**	**(6 750 906,21)**
Operações com detentores de Capital no Período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	-	-
(5)		-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**208 025 085,00**	-	**(285 979 846,49)**	-	**15 613 328,68**	**(3 884 144,82)**	**(66 225 577,63)**

TTSL TRANSTEJO SOFLUSA

Documento assinado digitalmente

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Período	
		2022	2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		24 602 065,47	18 228 272,40
Recebimentos de transferências e subsídos correntes		15 481 415,38	14 807 729,39
Pagamentos a fornecedores		(26 926 126,42)	(22 021 989,92)
Pagamentos ao pessoal		(13 416 266,32)	(13 172 554,59)
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-
Caixa Gerada de Operações		**(258 911,89)**	**(2 158 542,72)**
Outros recebimento/pagamentos		1 639 749,14	1 059 820,37
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		**1 380 837,25**	**(1 098 722,35)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		88 798,29	1 021 349,08
Subsídios ao investimento		26 067 741,60	13 695 362,48
Ativos Fixos tangíveis		(12 667 058,08)	(12 655 614,19)
Ativos Intangíveis		(130 754,71)	(351 745,35)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**13 358 727,10**	**1 709 352,02**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**-**	**-**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**14 739 564,35**	**610 629,67**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 300 371,82	12 158 382,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		28 571 296,17	13 300 371,82
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**13 300 371,82**	**12 158 382,15**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		13 300 371,82	12 158 382,15
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**28 571 296,17**	**13 300 371,82**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		28 571 296,17	13 300 371,82
De execução orçamental		28 646 107,55	13 422 203,47
De operações de tesouraria		-	-

Documento assinado digitalmente

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação a entidade e período de relato

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa").

		Percentagem efectiva do capital	
Denoninação Social	**Sede**	**2022**	**2021**
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	
Soflusa - Sociedade Fluvial de Trasnportes, S.A.	Lisboa	100,00	100,00

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, constituído pela Transtejo e sua participada Soflusa, explora as cinco carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, uma área de negócio principal: prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. Exerce ainda atividades acessórias de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do setor público.

Esta sociedade rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o setor dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo). Desenvolve a sua atividade em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A Transtejo e a Soflusa são Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) desde 2013, encontrando-se sob tutela do Ministério do Ambiente. Os códigos da classificação orgânica são 5871 (Transtejo) e 5872 (Soflusa).

Considerando a condição de EPR com autonomia de reporte e execução orçamental junto da DGO, estas sociedades divulgam informação referente ao desempenho orçamental de 2022 (Demonstrações Orçamentais e Anexo) apenas nos documentos de prestação de contas individuais.

Com efeitos desde 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro destas entidades encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

Documento assinado digitalmente

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 12-2022, de 27 de junho - Lei do Orçamento de Estado de 2022), que no ano 2022 foi precedido do Regime Transitório (DL 126-C/2021, 31 de dezembro);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto e novamente alterada pela Lei nº10-B/2022, de 28 de abril), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2022, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2023, foi aplicada a Circular Série A nº 1407 de 01 de agosto de 2022);
d) No âmbito da execução do OE2022: reportes, previstos no artigo 107.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 53/2022, de 12 de agosto);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição da totalidade do capital da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa – Barreiro.

Em 2021, através da celebração de Contrato de prestação de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado Português, foi concedida à Transtejo a exploração das 5 ligações fluviais de serviço público de transporte de passageiros no rio Tejo, incluindo a ligação fluvial Lisboa – Barreiro. Nessa sequência, foi concessionada a exploração dessa ligação fluvial, pela Transtejo à Soflusa, através de subcontrato de serviço público (com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021).

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis com as do exercício anterior.

c) Reclassificação itens nas demonstrações financeiras

No exercício de 2022 não se verificaram reclassificações nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2022	31.dez.2021
111	Caixa/Máquinas Automáticas	119 661,17	89 617,76
118	Caixa Pequena	300,00	300,00
121	Depósitos à ordem no Tesouro	28 330 517,82	12 531 166,31
1221	Banco BPI, S.A.	120 817,18	679 287,75
Total		28 571 296,17	13 300 371,82

2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Respeitando o Princípio da Continuidade do Grupo, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação
As demonstrações financeiras consolidadas estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante os leitores destas demostrações financeiras.

Materialidade e agregação
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação
Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade
Com base na informação disponível e nas expetativas futuras, o Grupo Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração dos resultados por natureza consolidada desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

ii) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

iii) Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração dos resultados por natureza consolidada e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

iv) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

Documento assinado digitalmente

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2022	2021
USD	1,0666	1,1326
GBP	0,8869	0,8403

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

v) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Recondicionamento motores embarcações	Entre 5 a 7 anos
Equipamento básico - Outros	Entre 3 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Documento assinado digitalmente

As embarcações de uma das empresas do Grupo (Soflusa) e duas unidades da frota Transtejo (novos ferries adquiridos em 2011) encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação (decomposto com separação de motores principais, caixas redutoras e outras componentes do navio), o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficar na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

vi) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 – Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Documento assinado digitalmente

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a software informático (licenças), amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos e a projetos de desenvolvimento (estudos e projetos no âmbito do plano de renovação da frota de navios).

vii) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

viii) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

Documento assinado digitalmente

c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço consolidado como "Clientes" e "Outros créditos a receber", e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro

Documento assinado digitalmente

está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados por natureza consolidada. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

ix) Inventários

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobressalentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção das embarcações e instalações fixas, assim como consumíveis utilizados na Operação.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização.

x) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza consolidada, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente, ao seu justo valor.

xi) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

Documento assinado digitalmente

xii) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

xiii) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xiv) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza consolidada ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

xv) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

xvi) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza consolidada, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Documento assinado digitalmente

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xvii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação;
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Documento assinado digitalmente

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xviii) Subsídios e apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 – Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis", no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza consolidada à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados por natureza consolidada no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xix) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza consolidada, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza consolidada numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

Documento assinado digitalmente

xx) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

xxi) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xxii) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Transtejo ou Soflusa;
iii) venda dos passes introduzidos através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (Sistema PART, implementado através do Regulamento nº 278-A/2019 de 27 de março) - Passe Navegante Metropolitano e Municipal, na modalidade individual ou família.

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo e Soflusa é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte;
iii) O rédito da venda dos passes do sistema PART - Passes Navegante, observa o disposto no Decreto-lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, sendo reconhecido no mês em que ocorre a venda e contempla medidas de compensação adicionais, no pressuposto de não agravamento do défice operacional das empresas publicas.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Documento assinado digitalmente

xxiii) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa consolidada é preparada de acordo com a NCP1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros do Grupo. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos ao pessoal;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação consolidada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços do Grupo. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);

Documento assinado digitalmente

(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação consolidada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital ao Grupo. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxiv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

xxv) Segmentos operacionais

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades do Grupo e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que

apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

  O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.
- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza consolidada de cada exercício.

  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.
- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

  No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

No Grupo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou que possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível do Grupo no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i) *Fatores do risco financeiro*

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que o Grupo está sujeito, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pelo Grupo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo, o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais. O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

Risco de crédito:

O risco de crédito do Grupo é reduzido, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais

a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português, seu acionista.

ii) *Gestão do risco de capital*

O objetivo do Grupo Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Documento assinado digitalmente

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	305 911,10	71 539,20	-	234 371,90	252 011,10	83 706,78	-	168 304,32
Programas de computador e sistemas de informação	2 719 909,77	2 446 276,64	-	273 633,13	2 867 511,90	2 590 319,82	-	277 192,08
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
Ativos intangiveis em curso	207 289,49	-	-	207 289,49	432 205,40	-	-	432 205,40
Total	**3 233 110,36**	**2 517 815,84**	**-**	**715 294,52**	**3 551 728,40**	**2 674 026,60**	**-**	**877 701,80**

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada. Em 2022 ascenderam ao montante de 206.527,44 € e em 2021 ascenderam a 230.073,11 €.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	234 371,90	-	(53 900,00)	-	-	-	(62 484,26)	-	50 316,68	168 304,32
Programas de computador e sistemas de informação	273 633,13	16 936,40	130 665,73	-	-	-	(144 043,18)	-	-	277 192,08
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangiveis em curso	207 289,49	286 931,64	(62 015,73)	-	-	-	-	-	-	432 205,40
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**715 294,52**	**303 868,04**	**14 750,00**	**-**	**-**	**-**	**(206 527,44)**	**-**	**50 316,68**	**877 701,80**

Documento assinado digitalmente

i) Ativos Intangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento	139 000,00	0,00	-	-	-	-	-	-	(192 900,00)	(53 900,00)
Programas de computador e sistemas de informação	130 665,73	16 936,40	-	-	-	-	-	-	-	147 602,13
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	(254 915,73)	286 931,64	-	-	-	-	-	-	192 900,00	224 915,91
Total	**14 750,00**	**303 868,04**	-	-	-	-	-	-	-	**318 618,04**

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 303.868,04€ respeita, essencialmente, à aquisição de projeto para remodelação das instalações de apoio à manutenção e armazéns em Cacilhas - Doca 13 (109.350€) e de substituição da cobertura do Terminal Fluvial do Seixal (14.900€), implementação do módulo de recursos humanos da Primavera Software (47.152,08€), implementação de software de Gestão Documental Filedoc da Primavera Software (23.410,00€), aquisição do alojamento do site e réplica backup (15.469,68€), aquisição de licenças de software (8.763,37€) e aquisição de concentradores de estação (bilhética e controlo de acessos) implicando o respetivo upgrade de programação de Software nos sistemas de controlo de ambas as empresas (34.732,00€), ao desenvolvimento para introdução do novo titulo de transporte - passe "antigo combatente" (3.996 €), aquisição de novo software de gestão de escalas (7.000 €) e à implementação do sistema e-doc Exchange (8.095 €) e conclusão do estudo para a nova sala de controlo de tráfego no Terminal do Terreiro do Paço.

O valor registado em ativos intangíveis em curso, corresponde aos estudos relacionados com o Plano de Renovação da Frota – Navios, baterias e estações de carregamento.

ii) Ativos intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, não ocorreram diminuições nos ativos intangíveis.

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentassem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Grupo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

Documento assinado digitalmente

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não detinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 2022 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 222.274,10€ (116.862,60 € na EPR Transtejo e 105.411,50 € na EPR Soflusa) correspondendo a aquisições de software e a projetos associados à nova frota.

Em 2021 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 399.025,98 € (304.166,20 € na EPR Transtejo e 94.859,78 € na EPR Soflusa), correspondendo a aquisições de software, destacando-se a aquisição de licenças de software PowerBI e software de gestão de escalas.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

No exercício de 2022 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

3.5. Outras divulgações

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Documento assinado digitalmente

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	44 996,79	44 996,79	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	18 469 194,08	9 353 312,16	-	9 115 881,92	18 730 913,85	9 845 432,59	-	8 885 481,26
Equipamento básico	136 045 774,80	113 406 983,85	-	22 638 790,95	136 397 326,18	118 229 399,38	-	18 167 926,80
Equipamento de transporte	247 398,65	247 398,65	-	-	247 398,65	247 398,65	-	-
Equipamento Administrativo	2 103 032,68	1 604 017,28	-	499 015,40	2 164 992,45	1 767 116,08	-	397 876,37
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	1 247 047,53	875 510,29	-	371 537,24	1 298 801,05	955 341,77	-	343 459,28
Ativos fixos tangiveis em curso	10 416 888,81	-	-	10 416 888,81	21 918 277,32	-	-	21 918 277,32
	168 574 333,34	125 487 222,23	-	43 087 111,11	180 802 706,29	131 044 688,47	-	49 758 017,82
Total	**168 574 333,34**	**125 487 222,23**	**-**	**43 087 111,11**	**180 802 706,29**	**131 044 688,47**	**-**	**49 758 017,82**

e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada (final)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	44 996,79	-	-	-	-	-	-	-	-	44 996,79
Edifícios e outras construções	9 115 881,92	-	261 719,77	-	-	-	(492 120,43)	-	-	8 885 481,26
Equipamento básico	22 638 790,98	30 459,40	465 071,26	-	-	-	(4 841 239,63)	-	(125 155,21)	18 167 926,80
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	499 015,40	18 601,68	52 732,70	-	-	-	(172 473,41)	-	-	397 876,37
Outros	371 537,24	18 967,68	32 965,91	-	-	-	(80 011,55)	-	-	343 459,28
Ativos fixos tangiveis em curso	10 416 888,81	12 188 547,91	(827 239,64)	-	-	-	-	-	140 080,24	21 918 277,32
	43 087 111,14	12 256 576,67	(14 750,00)	-	-	-	(5 585 845,02)	-	14 925,03	49 758 017,82
Total	**43 087 111,14**	**12 256 576,67**	**(14 750,00)**	**-**	**-**	**-**	**(5 585 845,02)**	**-**	**14 925,03**	**49 758 017,82**

i) Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	261 719,77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	261 719,77
Equipamento básico	465 071,26	30 459,40	-	-	-	-	-	-	-	(125 155,21)	370 375,45
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento Administrativo	52 732,70	18 601,68	-	-	-	-	-	-	-	-	71 334,38
Outros	32 965,91	18 967,68	-	-	-	-	-	-	-	-	51 933,59
Ativos fixos tangíveis em curso	(827 239,64)	12 188 547,91	-	-	-	-	-	-	-	140 080,24	11 501 388,51
	(14 750,00)	12 256 576,67	-	-	-	-	-	-	-	14 925,03	12 256 751,70
Total	**(14 750,00)**	**12 256 576,67**	-	-	-	-	-	-	-	**14 925,03**	**12 256 751,70**

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis no exercício de 2022, no montante de 12.256.576,67€, resultou, parcialmente, na Transtejo, da capitalização de ativos que se encontravam em curso (77.871,68€), tais como diversas obras nos terminais e cais de desembarque (9.918,00€), aquisição de diverso material e ferramentas (740,84€), aquisição de material informático (47.822,90€) e aquisição de outros materiais (19.389,94€).

Destaca-se o valor correspondente ao contrato de construção de 10 novos navios elétricos, no âmbito do Plano de Renovação da Frota, no montante de 6.292.800€, em ativos fixos tangíveis em curso, com a seguinte distribuição e cobertura financeira:

		FINANCIAMENTO	
Descrição / Fase do Pagamento:	VALOR	FUNDO AMBIENTAL	POSEUR
2022			
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 4º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) montagem supere4strutura do 1º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) montagem supere4strutura do 2º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 5º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) montagem supere4strutura do 3º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 6º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
	6 292 800 €	**5 945 610 €**	**347 190 €**

		FINANCIAMENTO	
Descrição / Fase do Pagamento:	VALOR	FUNDO AMBIENTAL	POSEUR
2021			
10% do preço global após notificação emissão visto do Contrato / Tribunal de Contas	5 244 000 €	5 012 539 €	231 461 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 1º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 2º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
2% do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 3º navio	1 048 800 €	990 935 €	57 865 €
	8 390 400 €	**7 985 344 €**	**405 056 €**

Este contrato plurianual celebrado entre a Transtejo e o estaleiro asturiano "Astilleros Gondán" tem previsto o montante global de 52.440.000 € e conclusão prevista para 2024.

Está, também, incluído em ativos fixos tangíveis em curso o montante de 4.334.087,02€ referente ao adiantamento de 30% sobre preço contratual do contrato misto de empreitada de conceção / construção e fornecimento das estações de carregamento de energia de terra para a nova frota de navios elétricos.

Documento assinado digitalmente

Salientam-se ainda as adições de Ativos Fixos Tangíveis realizadas na subsidiária Soflusa, no montante de 621.612,05€ valor que corresponde à conclusão de diversos projetos que se encontravam em curso, destacando-se:

- Investimentos em ILD – Infraestruturas de Longa duração / Edifícios e outras construções (251.801,77 € – dos quais, 81.849,42 € transitaram em curso de 2021) - despesa em 2022 = **169.952,35 €**:
  (i) Terminal do Terreiro do Paço - Obras de reabilitação da bilheteira da sala de controlo de tráfego (93.294,35€ - dos quais, 48.384,23€ transitaram em curso de 2021) despesa em 2022 = 44.9410,12€;
  (ii) Terminal do Barreiro - Conclusão das obras de reabilitação de bilheteiras (42.412,84 € - dos quais, 25.078,74€ transitaram em curso de 2021) despesa em 2022 = 22.334,10 €;
  (iii) Terminal do Barreiro - Trabalhos a mais - Empreitada de remodelação (94.331,05 €);
  (iv) Terminal do Barreiro – Construção de vedação (16.763,53 € € - dos quais, 8.386,45€ transitaram em curso de 2021) despesa em 2022 = 8.377,08 €.
- Beneficiações de Frota – Equipamento Básico (494.789,82 €, dos quais 57.959,12 € transitaram em curso de 2021) – despesa em 2022 = **436.830,70 €:**
  (v) Conclusão projeto aumento de lotação - frota de catamarans Damen (187.769,82 €, dos quais 57.959,12 € transitaram em curso de 2021) – despesa em 2022 = 129.810,70 €;
  (vi) Grandes Intervenções em navios:
  - Revisão geral das caixas redutoras do navio Damião de Goes (39.500 €)
  - Revisão dos motores principais (MPP's) dos navios Gil Vicente (90.112 €), Almeida Garrett (90.112 €) e Cesário Verde (87.296 €)
- Equipamento administrativo (**6.659,80 €**):
  (vii) Aquisição de equipamento informático (4.909,80 €) e cadeiras de escritório (1.750 €);
- Outros Investimentos (**30.518,65 €**):
  (viii) Aquisição de sistema de som para o Terminal do Barreiro (13.575,97 €)
  (ix) Aquisição de UPS para os Terminais Barreiro e Terreiro do Paço (15.207,68)
  (x) Aquisição de equipamentos de ar condicionado para os Terminais (1.735 €)

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, não ocorreram diminuições nos Ativos Tangíveis.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2022 foram assumidos pelas EPR do Grupo, compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis, no montante de 12.870.125,66 € (12.073.279,79€ na EPR Transtejo e 796.845,87€ na EPR Soflusa), destacando-se:

Documento assinado digitalmente

Transtejo:
- Contrato de construção de 10 novos navios – no âmbito do plano de renovação da frota = 6.292.800€
- Contrato para Estações de carregamento para a nova frota = 4.334.087,02€
- Construção de instalações de apoio à manutenção – Doca 13 = 931.772,28€

Soflusa:
- Reabilitação de diversos espaços nas instalações (bilheteiras/salas de controlo) = 191.648,49 €
- Compromissos relacionados com grandes intervenções na frota de navios / remotorizações = 535.877,90€.

Em 2021 foram assumidos pelas EPR do Grupo, compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis, no montante de 14.037.709,17 € (11.052.488,52€ na EPR Transtejo e 2.985.220,65 € na EPR Soflusa), destacando-se:

Transtejo:
- Contrato de construção de 10 novos navios – no âmbito do plano de renovação da frota = 8.390.400€
- Projeto de remotorização de catamarans = 474.903 €
- Projetos desenvolvidos no âmbito do PEES: 398.398,45 €;
- Intervenção em ILD / doca 13 = 973.281,78 €

Soflusa:
- Intervenção em ILD / Terminal do Barreiro = 1.068.253,30 €
- Compromissos relacionados com grandes intervenções na frota de navios / remotorizações.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Edíficios e outras construções	492 120,43	-
Equipamento básico	4 841 239,63	-
Equipamento Administrativo	172 473,41	-
Outros	80 011,55	-
	5 585 845,02	-
Total	**5 585 845,02**	**-**

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

Documento assinado digitalmente

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2022 o Grupo tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

Descrição	Consolidado
Edifícios	912 628,26
Estações Fluviais e Cais Embarque	2 399 950,38
Pontões, Passadiços e Flutuadores	6 825 422,02
Embarcações	47 063 770,91
Acessórios Utensílios de Navegação	251 925,95
Máquinas e Acessórios	3 152 841,05
Ferramentas e Utensílios	193 680,56
Veículos	247 398,65
Equipamento informático e de telecomunicações	962 252,56
Equipamento de escritório e de reprografia	70 404,28
Mobiliário de escritório e de arquivo	218 982,10
Equipamento do Servico Medicina do Trabalho	81 868,57
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	825 114,54
Utensílios de decoração e conforto	1 211,06
Equipamento e dispositivos de iluminação	9,67
Equipamento de ar condicionado e de circulação de ar	2 476,19
Equipamento de aquecimento de ambiente e aquecedores de água domésticos	852,09
	63 210 788,84

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

Nos anos de 2022 e 2021 não se verificaram quaisquer alienações de ativos fixos.

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados

até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2022 foram os seguintes:

Entidade	Data do Contrato	Data do visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Movimentos de anos anteriores			Movimentos do ano			Encargos vencidos e não pagos		Saldo em 1 de janeiro	Saldo a 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros		
Direção Geral de Tesouro e Finanças	28/08/2013	n/a	7 anos	11 496 000,00	5 748 000,00	2,37%	2,37%	5 748 000,00	1 003 984,80	6 751 984,80	-	-	-	5 748 000,00	241 740,92	5 748 000,00	5 748 000,00
	13/09/2013	n/a	7 anos	81 050 000,00	40 525 000,00	2,39%	2,39%	40 525 000,00	7 052 012,28	47 577 012,28	-	-	-	40 525 000,00	1 718 723,41	40 525 000,00	40 525 000,00
	08/10/2013	n/a	7 anos	20 579 000,00	10 289 500,00	2,18%	2,18%	10 289 500,00	1 602 058,95	11 891 558,95	-	-	-	10 289 500,00	398 048,34	10 289 500,00	10 289 500,00
	18/11/2013	n/a	7 anos	2 500 000,00	1 250 000,00	1,87%	1,87%	1 250 000,00	161 622,97	1 411 622,97	-	-	-	1 250 000,00	41 479,80	1 250 000,00	1 250 000,00
	19/12/2013	n/a	7 anos	3 000 000,00	1 500 000,00	1,89%	1,89%	1 500 000,00	191 139,38	1 691 139,38	-	-	-	1 500 000,00	50 308,13	1 500 000,00	1 500 000,00
	27/01/2014	n/a	7 anos	1 500 000,00	1 000 000,00	3,19%	3,19%	500 000,00	174 342,36	674 342,36	-	-	-	1 000 000,00	72 794,04	1 000 000,00	1 000 000,00
	28/02/2014	n/a	7 anos	707 188,00	471 458,67	2,89%	2,89%	235 729,33	72 648,57	308 377,90	-	-	-	471 458,67	31 091,86	471 458,67	471 458,67
	15/04/2014	n/a	7 anos	2 000 000,00	1 333 333,33	2,59%	2,59%	666 666,67	177 510,93	844 177,60	-	-	-	1 333 333,33	78 803,15	1 333 333,33	1 333 333,33
	15/07/2014	n/a	7 anos	2 268 413,00	1 512 275,33	2,78%	2,78%	756 137,67	200 163,08	956 300,75	-	-	-	1 512 275,33	95 935,81	1 512 275,33	1 512 275,33
	15/10/2014	n/a	7 anos	1 507 577,00	1 005 051,33	1,72%	1,72%	502 525,67	75 678,13	578 203,80	-	-	-	1 005 051,33	39 447,71	1 005 051,33	1 005 051,33
	19/02/2015	n/a	7 anos	4 423 741,00	3 686 450,83	1,43%	1,43%	737 290,17	175 676,89	912 967,06	-	8 009,94	8 009,94	3 686 450,83	147 034,39	3 686 450,83	3 686 450,83
	19/05/2015	n/a	7 anos	1 179 020,00	982 516,67	1,17%	1,17%	196 503,33	34 898,26	231 401,59	-	1 746,67	1 746,67	982 516,67	32 062,72	982 516,67	982 516,67
	15/09/2015	n/a	7 anos	3 094 939,00	2 579 115,83	1,40%	1,40%	515 823,17	95 498,23	611 321,40	-	5 498,11	5 498,11	2 579 115,83	100 925,99	2 579 115,83	2 579 115,83
	17/11/2015	n/a	7 anos	3 000 000,00	2 500 000,00	1,41%	1,41%	500 000,00	85 506,67	585 506,67	-	5 348,44	5 348,44	2 500 000,00	98 178,66	2 500 000,00	2 500 000,00
	15/07/2016	n/a	7 anos	2 267 721,00	2 267 721,00	2,00%	2,00%	-	63 338,52	63 338,52	-	13 400,15	13 400,15	1 889 767,50	143 686,93	2 267 721,00	2 267 721,00
	23/09/2016	n/a	7 anos	2 000 000,00	2 000 000,00	2,17%	2,17%	-	52 296,78	52 296,78	-	12 852,77	12 852,77	1 666 666,67	137 817,51	2 000 000,00	2 000 000,00
	28/12/2017	n/a	7 anos	2 500 000,00	2 500 000,00	0,55%	0,55%	-		-	-	6 411,25	6 411,25	1 666 666,67	52 586,94	2 500 000,00	2 500 000,00
	06/07/2018	n/a	7 anos	6 000 000,00	6 000 000,00	0,76%	0,76%	-		-	-	28 700,49	28 700,49	3 000 000,00	173 618,55	6 000 000,00	6 000 000,00
	08/11/2018	n/a	7 anos	5 470 780,00	5 470 780,00	0,83%	0,83%	-		-	-	28 848,30	28 848,30	2 735 390,00	158 702,53	5 470 780,00	5 470 780,00
	30/04/2019	n/a	7 anos	4 553 215,00	4 553 215,00	0,30%	0,30%	-		-	-	10 889,41	10 889,41	1 517 738,33	45 932,15	4 553 215,00	4 553 215,00
	23/07/2019	n/a	7 anos	1 491 672,00	1 491 672,00	0,25%	0,25%	-		-	-	2 992,84	2 992,84	497 224,00	11 753,82	1 491 672,00	1 491 672,00
	19/09/2019	n/a	7 anos	1 500 000,00	1 500 000,00	0,25%	0,25%	-		-	-	3 009,54	3 009,54	500 000,00	11 215,27	1 500 000,00	1 500 000,00
	31/12/2019	n/a	7 anos	2 005 650,00	2 005 650,00	0,25%	0,25%	-		-	-	4 024,07	4 024,07	668 550,00	13 561,35	2 005 650,00	2 005 650,00
	08/05/2020	n/a		639 029,00	639 029,00									639 029,00		639 029,00	639 029,00
				166 733 945,00	102 810 768,99			63 923 176,00	11 218 376,80	75 141 552,80	-	131 731,98	131 731,98	89 163 734,16	3 895 449,98	102 810 769,00	102 810 768,99

Desde 2013 o Grupo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo, por parte da empresa mãe Transtejo, junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

Em 2018, através dos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro nº 518/19-SET de 03 de julho e nº 837/18-SET de 29 de outubro, foram autorizadas contratações de dois empréstimos de médio e longo prazo, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ e 5.470.780€, respetivamente.

Em 24 de abril de 2019 foi contratado junto do IGCP um empréstimo no valor de 4.553.215€, pelo prazo de 7 anos, enquadrado pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 303/19 – SET, de 23 de abril.

Em 22 de julho de 2019 foi contratado junto do IGCP um empréstimo no valor de até 5.491.672€, tendo havido desembolsos no montante de 2.991.672€, pelo prazo de 7 anos, enquadrado pelos Despachos do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 – SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 30 de dezembro de 2019 foi contratado junto do IGCP um empréstimo no valor de 2.005.650,00€, pelo prazo de 7 anos, enquadrado pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 1513/19 – SET, de 27 de dezembro.

Em 08 de maio de 2020, ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 159/2020-SET, de 7 de maio, foi celebrado contrato de suprimentos entre Estado (na qualidade de acionista, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças), e a TRANSTEJO, destinando-se o financiamento obtido, no montante de 639.029 € a mitigar os efeitos da pandemia do COVID-19.

Através do Despacho nº 1555/19-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2019, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 381/20-SET de 26 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2020, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 962/20-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2021, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 680/21-SET de 28 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais.

Através do Despacho nº 254/22-SET de 08 de março, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais.

Em 28 de abril de 2022, considerando que se aproximava a data de vencimento dos referidos empréstimos, o Conselho de Administração da Transtejo solicitou o respetivo diferimento do serviço da dívida, de 31 de maio para 30 de novembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, considerando a ausência de desenvolvimentos e tendo ocorrido novo vencimento, o Conselho de Administração da Transtejo reforçou o pedido referido supra e solicitou o diferimento do serviço da

dívida dos empréstimos vencidos em 30 de novembro de para 31 de maio de 2023, pedido que em 31 de dezembro de 2022 se encontra pendente de resposta.

À data da preparação destes documentos de prestação de contas, foi conhecido novo desenvolvimento deste processo: Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, foi autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos vencidos em 31 de maio e 30 de novembro de 2022, para até 31 de maio de 2023, sem custos adicionais, ou seja, sem cobrança de juros, bem como a prorrogação do vencimento do suprimento, no montante de 639.029 euros, concedido pelo Estado à Transtejo, em 8 de maio de 2020, de 31 de maio de 2022, para até 31 de maio de 2023.

Face a todas estas situações, importa relatar que no final de 2022, o montante em dívida ao Estado ascendia a 102.810.769€.

O Conselho de Administração do Grupo entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	335 764,20	275 399,49	60 364,71	-	Fluxos de Caixa
TOTAL		335 764,20	275 399,49	60 364,71		

O montante em imparidade, 275.399,49€, diz respeito, essencialmente, às entidades:

	Saldo 31/12/2021	Reforços	Reversões	Saldo 31/12/2022
Turisbuilding, Act Maritimo-Turísticas, S.A.	30 302,16	-	-	30 302,16
João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A.	24 197,60	-	-	24 197,60
Bússola Perfeita, Unipessoal Lda	11 936,15	-	-	11 936,15
S. Energia	200,00	-	-	200,00
Damen Shipyards	183 019,18	-	-	183 019,18
Navalria - Docas Constr. Reparações Navais, S.A.	1 290,98	-	-	1 290,98
Outros	24 453,42	-		24 453,42
	275 399,49	**-**	**-**	**275 399,49**

Documento assinado digitalmente

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2022 contempla, como montantes mais relevantes, os direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.019,18 €) e as dividas das entidades: Turisbuilding (30.302,16€) e João Lagos (24.197,60€).

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2022, os inventários detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 550 087,78	12 765 704,99	11 726 224,66	829 931,25	-	275 017,16	-	1 484 619,70
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	**1 550 087,78**	**12 765 704,99**	**11 726 224,66**	**829 931,25**	**-**	**275 017,16**	**-**	**1 484 619,70**

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta a seguinte decomposição:

	2022	2021
Combustíveis	268 655,47	178 019,58
Lubrificantes	52 220,34	49 119,94
Materiais de consumo	29 977,58	37 067,80
Fardamentos	24 600,20	24 600,20
Bilhetes	987,00	19 091,87
Papel de fotocópia	323,73	313,58
Material de escritório	607,35	1 266,79
Outros - economatos	163,21	163,21
Sobresselentes	1 750 598,04	1 869 593,25
Materiais para reparações	186 115,67	200 527,06
Alimentação géneros para confecionar	302,36	255,75
Subtotal	**2 314 550,95**	**2 380 019,03**
Imparidades de inventários	(829 931,25)	(829 931,25)
Total inventários	**1 484 619,70**	**1 550 087,78**

Documento assinado digitalmente

Nos exercícios de 2022 e 2021, a variação das imparidades dos inventários foi a seguinte:

	2022	2021
A 1 de janeiro	**829 931,25**	**829 931,25**
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de dezembro	**829 931,25**	**829 931,25**

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2022, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 11.726.224,66€ (em 2021: 6.968.040,46€), dos quais 10.979.716,30€ correspondem a consumos de combustíveis (2021: 6.287.460,37€). A significativa variação homóloga decorre do súbito aumento de preço de mercado deste recurso energético, registado no ano 2022.

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2022	2021
Combustíveis	10 979 716,30	6 287 460,37
Consumo de lubrificantes	135 595,64	131 900,62
Materiais de consumo	31 703,34	23 954,62
Consumo de sobressalentes	428 818,33	370 101,08
Consumo mat. Reparações	82 067,21	113 270,89
Consumo de bilhetes	61 426,37	38 626,10
Papel de fotocópia	1 963,85	159,10
Material de escritório	4 628,23	2 567,68
Alimentação géneros para conf	305,39	-
Total	**11 726 224,66**	**6 968 040,46**

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível realizado pelas embarcações da Transtejo e da Soflusa na atividade de exploração.

O custo do gasóleo consumido em 2022, 10.979.716,30€ apresenta um acréscimo relevante relativamente aos gastos de 2021 (que ascenderam a 6.287.460,37€), refletindo o efeito do significativo aumento do preço dos combustíveis, decorrente da situação de guerra no leste da Europa / choque geopolítico. O agravamento em apreço refletiu-se a partir do mês de abril, elevando para mais do dobro o preço por litro.

Note-se que os níveis de atividade verificados em 2022 (oferta: 125.046 viagens para disponibilizar 427.732.195 LKO), foram ligeiramente superiores aos registados no ano anterior (124.686 viagens para disponibilizar 341.494.339 LKO).

Documento assinado digitalmente

O principal aspeto que justifica o assinalado aumento de gastos com gasóleo em 2022, decorre da variação do preço médio por litro: em 2022 ascendeu a 1,00 €, refletindo 9 meses de sujeição a uma escalada de preços de mercado. Em 2021 o preço médio por litro ascendeu a 0,55 €.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2022 e 2021 foi determinado como segue:

	2022	2021
Existências iniciais	1 550 087,78	1 304 122,74
Compras de materiais diversos	12 765 704,99	8 005 590,15
Regularização de existências	(1 104 948,41)	(791 584,65)
Existências finais	(1 484 619,70)	(1 550 087,78)
Gastos do exercício	**11 726 224,66**	**6 968 040,46**

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	829 931,25	-	-	-	829 931,25
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	**829 931,25**	**-**	**-**	**-**	**829 931,25**

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos (582.674,82 € na Transtejo e 247.256,43 € na Soflusa)

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados por natureza consolidada como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

Documento assinado digitalmente

11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de Serviços	18 936 641,64	16 959 707,19
Venda de bens	-	-
Outros rendimentos	1 546 580,58	1 134 834,97
Dividendos ou distribuições similares	72 918,57	-
Total	**20 556 140,79**	**18 094 542,16**

O montante de Prestações de Serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Documento assinado digitalmente

Descrição		2022	2021
Tráfego de passageiros			
Apoio PART	i)	5 803 399,84	8 106 014,25
Bilhetes	ii)	2 479 542,03	1 544 500,98
Passes próprios	iii)	150 889,92	148 100,61
Combinados	iv)	216,59	260,70
Zapping	v)	2 146 731,28	1 334 451,36
Bilhete 24h	vi)	131 052,05	39 643,06
Bilhetes Concertos		1 064,15	-
Navegante Metropolitano	i)	7 859 742,43	5 527 648,91
Navegante Municipal	i)	294 785,89	215 785,83
Tráfego de veículos	vii)	58 319,01	41 279,14
Aluguer de embarcações	viii)	10 000,00	1 000,00
Outros		898,45	1 022,35
Total prestações de serviços		**18 936 641,64**	**16 959 707,19**

i) **Apoio PART/Navegante Metropolitano/Navegante Municipal:** Através do Regulamento nº 278 - A/2019 - Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a implementação do sistema tarifário na área Metropolitana de Lisboa, entrou em vigor o novo passe Navegante (Metropolitano e Municipal) substituindo todos os passes multimodais com valor superior a 40€. No âmbito deste programa PART, foi estabelecido um modelo de compensação financeira, visando assegurar o nível de receitas reais dos meses de abril a dezembro de 2018.
ii) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).
iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo/Soflusa.
iv) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte. Títulos também substituídos, a partir de abril de 2019, com a entrada em vigor do PART.
v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.
vi) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.
vii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.
viii) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição	2022	2021
Outros rendimentos		
Aluguer de espaços e outros	481 235,65	355 228,83
Cedências	57 016,71	43 043,67
Concessão/protocolo	165 568,88	83 196,17
Cartões para passes e outros	396 162,46	192 411,79
Ganhos em alienações	83 552,28	-
Outros	363 044,60	460 954,51
	1 546 580,58	**1 134 834,97**

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e ao contrato de concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo, celebrado com a Carristur.

O montante reconhecido em "Dividendos ou distribuições similares" diz respeito à distribuição de resultados de 2020 da OTLIS, ACE., operação ocorrida em 2022, já após a dissolução do ACE.

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados por natureza consolidada:

Rendimentos	31.12.2022	31.12.2021
Subsídios obtidos	**15 252 652,32**	**15 106 237,81**
Compensação 4/18 e Sub 23	287 281,55	292 738,12
Compensação Passe Social +	185 370,77	185 499,69
Compensação CSP - Dispon. Infraestruturas	2 862 727,05	2 800 000,00
Compensação CSP - Obrig. Serviço Público	11 917 272,95	11 828 000,00
Outros Rendimentos	**2 801 507,65**	**2 811 832,68**

Em 2020, no seguimento das necessidades financeiras decorrentes da redução do nível de receitas provocado pela situação de pandemia, considerando que se encontrava em fase de aprovação o contrato de prestação do serviço público, foi atribuído à Transtejo o montante de Indemnizações Compensatórias, correspondente ao nível de serviço praticado e em coerência com o modelo de financiamento subjacente ao CSP. O referido montante, encontrava-se inscrito no Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e teve subjacente a Resolução do Conselho de Ministros nº 41-A/2020 de 09 de junho, que enquadrava a atribuição de Indemnizações

Compensatórias à Transtejo, referentes à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público em 2020, no montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), responsabilizando a Transtejo, pela transferência para a Soflusa, do montante de 2.843.000 € + IVA (= 3.013.580 €), incluído na referida Indemnização Compensatória;

Em 2021 destaca-se a celebração do contrato de serviço público entre a Transtejo e o Estado português, tendo o mesmo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021.

Nesta sequência, foi celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, em 14 de julho de 2021, um subcontrato de prestação do serviço público referente à concessão da exploração da ligação fluvial "Lisboa – Barreiro", tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Encontrando-se reunidas todas as condições para a produção de efeitos financeiros, foram recebidas pela Transtejo as compensações financeiras previstas no CSP (Disponibilização de Infraestruturas = 2.862.727,05€ + IVA (2.800.000€ + IVA em 2021), Obrigações de Serviço Público = 11.917.272,95€ + IVA (11.828.000€ + IVA em 2021) e efetuado o pagamento à Soflusa, das compensações financeiras referentes ao referido subcontrato (nos montantes referentes às duas componentes: Disponibilização de Infraestruturas = 1.128.018,28€ + IVA, Obrigações de Serviço Público = 1.788.979,44€ + IVA).

O valor na rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2022			Período de 2021		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	SGMAMB - Subsídios a Imputar				259 336,94	259 336,94	0,00
		DGTT Novo Interface Seixal	79 807,68	79 807,68	1 915 383,90	79 807,68	79 807,68	1 995 191,58
		Feder - PIDDAC - C. Seixalinho	96 927,24	96 927,24	2 899 738,51	96 927,24	96 927,24	2 996 665,75
		PIDDAC - Ferries Novos	398 818,92	398 818,92	3 190 551,92	398 818,92	398 818,92	3 589 370,84
		PIDDAC - T. F. Cacilhas I	-	-		-	-	-
		SGMAMB - Remot. Campolide	22 953,00	22 953,00	127 285,64	(5 869,64)	(5 869,64)	150 238,64
		SGMAMB - Remot. Sé	43 718,75	43 718,75	252 041,60	(11 588,47)	(11 588,47)	295 760,35
		SGMAMB - Implement. WI-FI	42 529,62	42 529,62	52 800,36	28 714,75	28 714,75	95 329,98
		FA - Transporte Bicicletas	7 803,09	7 803,09	64 740,48	7 803,08	7 803,08	72 543,57
		SGMAMB - Renovação MAVB	19 240,66	19 240,66	107 495,78	6 344,83	6 344,83	126 736,44
		SGMAMB - Rep. Pontão Ribeira	25 675,56	25 675,56	117 679,66	25 675,56	25 675,56	143 355,22
		SGMAMB - Aplicação Telemóvel	15 736,11	15 736,11	3 619,30	13 547,36	13 547,36	19 355,41
		SGMAMB - MPPs Navio Lisboonense	34 933,33	34 933,33	212 132,65	-11 266,00	-11 266,00	247 065,98
		SGMAMB - Caixas Redutoras Lisboonense	8 267,73	8 267,73	40 008,94	-737,22	-737,22	48 276,67
		FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável	132 021,94	132 021,94	2 341 811,11	95 341,22	95 341,22	2 473 833,05
		FA - PEES - Estacionamento Bicicletas	2 499,96	2 499,96	17 291,71	208,33	208,33	19 791,67
		POSEUR - Renovação da Frota	-	-		12 477,30	12 477,30	69 717,70
		Damião de Goes (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	163 561,62	195 707,52	195 707,52	359 269,14
		Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	263 996,19	197 615,76	197 615,76	461 611,95
		Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	264 334,66	197 842,20	197 842,20	462 176,86
		Gil Vicente (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	264 161,80	197 864,04	197 864,04	462 025,84
		Jorge Senna (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 604,68	192 604,68	257 775,51	192 604,68	192 604,68	450 380,19
		Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	257 091,67	192 746,64	192 746,64	449 838,31
		Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	336 805,50	192 828,60	192 828,60	529 634,10
		Antero Quental (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%)	196 227,96	196 227,96	341 856,44	196 227,96	196 227,96	538 084,40
		FA - Transporte Bicicletas	3 900,00	3 900,00	19 175,00	3 900,00	3 900,00	23 075,00
		FA - Aumento de Lotação	71 001,71	71 001,71	641 251,32	58 186,99	58 186,99	712 253,03
		FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável	226 699,74	226 699,74	3 357 035,74	44 565,52	44 565,52	3 583 735,47
		FA - PEES - Estacionamento Bicicletas	1 071,25	1 071,25	8 839,48	89,27	89,27	9 910,73
Total			**2 797 043,69**	**2 797 043,69**	**17 518 466,49**	**2 665 721,06**	**2 665 721,06**	**20 385 227,87**

Documento assinado digitalmente

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2022	Ano 2021
Activos Sujeitos a restrições		
Contas a Receber de transações sem contraprestação	42 583,60	28 327,51
Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação		
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições		
Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos		
Passivos perdoados		

O valor indicado corresponde a subsídios à exploração a receber, referentes a regularizações de compensações de passes 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

No ano de 2022, o valor mais significativo registado nesta rubrica ascendeu a 14.780.000,00€ (14.628.000,00€ em 2021) e corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida pelo cumprimento das obrigações do serviço público, conforme já referido anteriormente.

Em 2021, enquadrado pelo Contrato de Serviço Público já referido, foi transferido pelo Estado Português para a Transtejo o montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), valor que se encontrava previsto no Orçamento de Estado de 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2022, de 23 de novembro, foi aprovada atribuição referente a 2022, de compensações tarifárias, referentes aos passes subsidiados (4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+), num total de 528.018,09€ + IVA (=559.699,18€).

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Impostos	81,96	-	-	-	81,96
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	459 209,46	722 107,82	(324 020,74)	(2 500,00)	854 796,54
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					
Matérias ambientais	24 000,00	-	-	-	24 000,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	**483 291,42**	**722 107,82**	**(324 020,74)**	**(2 500,00)**	**878 878,50**

Em 2022, o impacto líquido dos movimentos ocorridos em provisões ascendeu a 395.587,08€, contemplando:

- Reversões, no montante de 324.020,74€, correspondente a provisões que estavam constituídas para processos judicias em curso respeitantes, nomeadamente, à S&C - Gestão de Navios e Tripulações (68.384,74€), ao Sindicato dos transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante (32.000€), a diversos processos de trabalhadores (72.726,20€) e a um processo interposto por uma passageira, com quem a Empresa chegou a acordo, tendo a passageira desistido do processo (90.000€).
- Reforços, no montante de 722.107,82€ referentes a:
  - Processos intentados por trabalhadores ao serviço de empresas externas no montante de 25.500€;
  - Processos constituídos por trabalhadores ao serviço das empresas do Grupo no montante de 670.461,17€ (Transtejo: 33.337,37€ / Soflusa: 637.123,80€), referentes a diferenças salariais decorrentes de retribuições de férias e subsídios de férias vencidos e não pagos.
  - Processo interposto pela empresa Silopor - Empresa de Silos Portuários, S.A., na sequência de uma colisão entre um navio propriedade da Transtejo e o batelão "Silopor" (26.146,65€).

- Utilização no valor de 2.500€ referentes a processos judiciais interpostos por trabalhadores em que o Grupo foi condenado a pagamento.

Em 2021, o impacto líquido dos movimentos ocorridos em provisões, ascendeu a 229.442,32 €, destacando-se:

- Reversões, no montante de 316.149 €, referente às provisões que estavam constituídas para o Sindicato da Marinha Mercante, trabalhadores ao serviço da participada Soflusa e de empresas externas trabalhadores ao serviço, no seguimento do desfecho de processos que implicou a sua utilização;
- Reforços, no montante de 86.706,68 € correspondendo a 84.864,93€ dos trabalhadores ao serviço da participada Soflusa e de 1.841,75€ da Sustentâncora – Construção e Reparação Naval.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O Grupo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro.

Documento assinado digitalmente

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 27 de julho de 2023 pelo Conselho de Administração.

No ano 2022 iniciou-se um novo ciclo com a nomeação do XXIII Governo Constitucional, sendo expectável que se mantenha a estratégia governamental que enquadra os principais vetores da atividade do Grupo.

Foi um ano ainda marcado pela persistência da pandemia de Covid-19, embora com sinais de uma retoma mais firme à normalidade, tendo-se verificado um gradual abrandamento das medidas de mitigação e eliminação das restrições que caracterizaram os anos anteriores. Porém, revela-se imprescindível manter o foco no equilíbrio e sustentabilidade da economia, que caracterizam a estratégia do mais recente Programa de Estabilidade 2023-2027 anunciado pelo Governo.

Persiste um contexto de elevada incerteza quanto à recuperação económica, condicionada pela instabilidade decorrente do conflito gerado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, situação que prossegue à data da preparação deste documento. Este contexto geopolítico, que marcou a economia e a vida das empresas em 2022, continua a impor alguma preocupação. As implicações decorrentes do aumento dos preços dos bens e serviços continuam a afetar custo de vida e o normal desenvolvimento das atividades económicas.

No caso concreto do Grupo Transtejo, salienta-se o impacto do aumento do preço dos recursos energéticos na estrutura económica e financeira, elevando significativamente os custos de exploração, sendo o gasóleo o principal recurso consumido na atividade de transporte fluvial.

Ainda no período após a data de relato, importa destacar um acontecimento que pelo seu impacto na gestão do Grupo Transtejo, merece referência neste documento, não obstante a ausência de impactos financeiros ou implicações nas contas consolidadas do exercício em apreço:

Reportando-nos ao Plano de Renovação da Frota de navios (projeto de investimento estruturante), a Transtejo procurou, através de procedimentos desenvolvidos ao longo do exercício 2022, assegurar a aquisição de 9 packs de baterias marítimas a instalar em 9 dos 10 navios elétricos (considerando que um pack, destinado à realização de provas nos diversos navios, seria fornecido pelo estaleiro construtor, no âmbito do contrato em vigor). Visando dar cumprimento à obrigação de disponibilizar à Astilleros Gondán os packs de baterias essenciais ao seguimento do processo construtivo e certificação dos navios, a Transtejo procurou, através de duas tentativas, realizar a aquisição dos referidos sistemas de armazenamento de energia, devidamente especificados em observância dos requisitos essenciais à sua compatibilidade com o projeto. Deparando-se com sucessivos procedimentos desertos, e com vista a encontrar solução para o impasse no desenvolvimento do projeto, a Transtejo e Astilleros Gondán celebraram 2º aditamento ao contrato, alterando o objeto contratual, passando o mesmo a integrar o fornecimento de baterias por parte da Gondán. Porém, por decisão notificada à Transtejo em 15/03/2023, veio o Tribunal de Contas proferir o Acórdão nº07/2023, recusando conceder o visto ao referido Aditamento, submetido para fiscalização prévia.

Face a este contexto e não conformado com a decisão supramencionada, o Conselho de Administração que se encontrava em gestão (o seu mandato terminara a 31-12-2022) manifestou a sua intenção de cessar funções na gestão das sociedades que compõem o Grupo Transtejo.

Na sequência da situação descrita, ocorreu em 13-04-2023 a nomeação de um novo Conselho de Administração para o mandato 2023-2025 – signatário destes documentos de prestação de contas – sendo expectável que se mantenha a estabilidade da atividade e o regular desenvolvimento da gestão, em linha com a estratégia setorial definida para o Grupo.

Importa ainda dizer que considerando o teor do Acórdão do Tribunal de Contas, foram preparadas novas peças concursais, tendo em 09 de junho de 2023 sido enviado para publicação em Diário da República, o anúncio do Concurso Público Internacional para aquisição dos 9 pack de baterias, com um valor base de 16 M€, autorizado pela Portaria nº 258-A/2023 de 07 de junho.

Após o encerramento do período e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos que mereçam destaque ou sejam suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo Grupo quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse do Grupo.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

Documento assinado digitalmente

	Notas	31/12/2022			31/12/2021		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		119 961,17	-	119 961,17	89 917,76	-	89 917,76
Depósitos bancários		28 451 335,00	-	28 451 335,00	13 210 454,06	-	13 210 454,06
		28 571 296,17	**-**	**28 571 296,17**	**13 300 371,82**	**-**	**13 300 371,82**
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	g)	33 093 956,59	-	33 093 956,59	49 350 470,82	-	49 350 470,82
Clientes	a)	335 764,20	(275 399,49)	60 364,71	357 842,56	(275 399,49)	82 443,07
Estado e Outros Entes Públicos	f)	855 785,48	-	855 785,48	991 207,22	-	991 207,22
Outras contas a receber	b)	1 718 514,94	(84 680,55)	1 633 834,39	3 579 969,28	(84 680,55)	3 495 288,73
Diferimentos	e)	22 160,72	-	22 160,72	46 816,61	-	46 816,61
		36 026 181,93	**(360 080,04)**	**35 666 101,89**	**54 326 306,49**	**(360 080,04)**	**53 966 226,45**
		64 597 478,10	**(360 080,04)**	**64 237 398,06**	**67 626 678,31**	**(360 080,04)**	**67 266 598,27**
Passivos Financeiros		-	-	-	-	-	-
Financiamentos bancários		9 015 528,50	-	9 015 528,50	13 647 034,82	-	13 647 034,82
Diferimentos	e)	6 350 260,00		6 350 260,00			
		15 365 788,50	**-**	**15 365 788,50**	**13 647 034,82**	**-**	**13 647 034,82**
Fornecedores	c)	141 657,45	-	141 657,45	70 063,40	-	70 063,40
Financiamentos bancários		93 795 240,49	-	93 795 240,49	89 174 986,97	-	89 174 986,97
Estado e Outros Entes Públicos	f)	414 668,65	-	414 668,65	443 589,82	-	443 589,82
Fornecedores de Investimento		17 169,51	-	17 169,51	-	-	-
Outras contas a pagar	d)	9 396 493,20	-	9 396 493,20	9 324 958,09	-	9 324 958,09
Diferimentos	e)	62 589 899,79	-	62 589 899,79	58 959 887,25	-	58 959 887,25
Acionistas/ sócios		-	-	-	-	-	-
		166 355 129,09	**-**	**166 355 129,09**	**157 973 485,53**	**-**	**157 973 485,53**
		181 720 917,59	**-**	**181 720 917,59**	**171 620 520,35**	**-**	**171 620 520,35**

a) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.), assim como valores a receber de concessionários de espaços comerciais, correspondentes a rendas pendentes, já com imparidade reconhecida;

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

Descrição	Obs.	2022	2021
Outros devedores	i)	282 459,85	339 729,74
Pessoal	ii)	157 391,85	66 554,18
Perdas de imparidade	i)	(84 680,55)	(84 680,55)
Outros Devedores		**355 171,15**	**321 603,37**
Rendimentos a reconhecer no período		76 984,19	7 158,60
Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A.		3 294,68	3 286,40
Indemnizações compensatórias		42 583,60	28 327,51
Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa		-	23 595,26
Operadores Repartição		7 416,27	8 746,17
Indemnizações a receber de seguradoras		-	900,00
Sinistros em regularização		299 506,86	325 969,74
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa		222 058,77	937 836,88
Outros		135 598,93	1 420 212,25
Acréscimos de rendimentos	iii)	**787 443,30**	**2 756 032,81**
Gastos a reconhecer	iv)	491 219,94	417 652,55
Gastos diferidos		**491 219,94**	**417 652,55**
Total		**1 633 834,39**	**3 495 288,73**

i) Outros devedores: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2022			2021		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda.	a)	61 904,48	(61 904,48)	-	61 904,48	(61 904,48)	-
Cristina de Jesus Vaz da Costa	b)	1 523,04	(1 523,04)	-	1 523,04	(1 523,04)	-
Outros	c)	219 032,33	(21 253,03)	137 943,37	276 302,22	(21 253,03)	255 049,19
Total		**282 459,85**	**(84 680,55)**	**137 943,37**	**339 729,74**	**(84 680,55)**	**255 049,19**

a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Transtejo e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à totalidade do saldo pendente com a entidade em questão. Durante o primeiro semestre de 2012 a Transtejo rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;

b) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços pelo concessionário referido no ponto anterior;

c) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da MOP-Multimédia Outdoors Portugal (12.732,80€); Banco BPI, SA (7.962,50€) Eurest – Soc. Europeia de Restaurantes, Lda. (9.561,28€); Calado e Brito (13.607,09€); EMPARK PORTUGAL (25.956,78€); Favoriteagle, Lda. (13.506,49€). Este saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

ii) Pessoal: Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).

Documento assinado digitalmente

iii) Acréscimo de rendimentos: Especializações de regularizações de sinistros e indemnizações a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridas com a frota de navios (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Lusitânia, SA); especializações da quota-parte atribuível ao Grupo pela venda de passes intermodais por outros operadores públicos de transporte.

iv) Gastos a reconhecer: Esta rubrica inclui a especialização dos gastos de seguros e rendas.

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos são como segue:

Descrição entidade	2022	2021
Companhia Carris Ferro Lisboa	43 302,54	2 246,85
INETUM TECH PORTUGAL	15 129,00	-
Torfal, Lda	13 121,65	-
Macedo Vitorino & Associados	12 402,00	-
Novabase Digital, SA	11 274,18	-
TML - Transportes Metropolitanos de Lisl	10 520,40	14 037,68
AXIANSEU II DIGITAL	8 456,25	-
Naferval, Lda	4 194,30	-
EGEO Pressão	3 039,14	606,61
SOVIAL - SOC. DE VIATURAS DE ALUGUER, l	2 443,62	4 951,30
MOTA-ENGIL ATIV SA	2 206,07	-
OZEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA.	2 149,70	3 656,30
EPAL, S.A.	1 603,90	3 270,98
Petrogal	1 571,06	-
Sove, SA.	1 307,00	1 292,24
RSM & Associados- SROC	1 266,90	-
ET-Emp.Export-Import.C.Ind.Lda	741,75	-
CP- Comboios de Portugal, E.P.	570,77	-
Marques & Abrantes, Lda.	441,88	3 404,89
Fernave	147,60	-
Prosegur, Lda.	147,06	1 021,49
Outras entidades	5 620,68	35 575,06
Total	**141 657,45**	**70 063,40**

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Nota	2022	2021
Credores diversos	i)	3 464 820,65	3 456 889,43
Outros credores		**3 464 820,65**	**3 456 889,43**
Juros a pagar	ii)	3 902 527,78	3 776 281,41
Remunerações a pagar	iii)	1 631 298,47	1 616 254,92
Outros	iv)	397 846,30	475 532,33
Acréscimo de gastos		**5 931 672,55**	**5 868 068,66**
Total		**9 396 493,20**	**9 324 958,09**

Documento assinado digitalmente

i) Credores Diversos: O saldo mais significativo refere-se a um valor pendente de regularização com a DGTF (2.650.239,56€), correspondente ao montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e a Transtejo, referente à transmissão de titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré. O valor em questão, corresponde à diferença entre o valor do imóvel relevado no referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo, apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de Capital da Transtejo a regularizar pelo Estado em 2015.
A Transtejo tem vindo a solicitar à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos.
Em 2020 foi reconhecido o valor a devolver ao Estado (663.066,41€), referente à compensação recebida em excesso, no âmbito do contrato de serviço público vigente no período 2012-2014, não obstante o assunto se encontrar em apreciação pela Tutela;
ii) Juros a pagar – especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;
iii) Remunerações a pagar – especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros;
iv) Outros – diz respeito, à repartição de receita com outros operadores de transporte e à especialização de licenças de ocupação.

e) Diferimentos:

Esta rubrica inclui os valores referentes aos subsídios aprovados para cobertura financeira do Plano de Renovação da Frota de Navios da Transtejo, conforme enquadrado pela RCM nº 45-A/2021 de 28 de abril, tendo como suporte os montantes previstos nos Protocolos de colaboração técnica e financeira celebrados com o Fundo Ambiental (55.954.856€) e os montantes aprovados no âmbito da candidatura ao POSEUR –Programa Operacional para Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (12.621.803,37€). Considerando que o projeto se encontra em curso, ainda não foi iniciado o processo de reconhecimento proporcional destes rendimentos, em compensação da amortização do ativo capitalizado.

A rubrica inclui, também, a especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro de 2021, referentes a janeiro de 2022.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2022		2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	73 984,43	-	122 746,89	-
Retenções na fonte efectuadas por terceiros - Outros	1 023,76	-	2 663,30	496,82
Retenções na fonte de prediais	2 326,62	-	57 715,30	0,01
Imposto a recuperar	33 135,85	-	30 258,07	-
Imposto a pagar	-	40 232,66	-	43 893,87
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	-	96 921,87	-	107 469,61
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	745 314,82	-	777 823,66	-
Contribuições p/ segurança social	-	273 428,65	-	287 644,04
Outras tributações	-	4 085,47	-	4 085,47
Total	**855 785,48**	**414 668,65**	**991 207,22**	**443 589,82**

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de IVA a receber ascendia a 745.314,82€. Um reembolso, no montante de 150.000,00€ foi solicitado em outubro de 2022, tendo o mesmo sido recebido na totalidade em fevereiro de 2023.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2022	2021
Imposto a recuperar	36 848,50	89 660,57
Imposto a pagar	(26 526,36)	(5 327,86)
Total	**10 322,14**	**84 332,71**
Estimativa de imposto a pagar	(26 526,36)	(5 327,86)
Retenções na fonte de terceiros	36 848,50	89 660,57
Total	**10 322,14**	**84 332,71**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2022	2021
Tributação Autónoma	(26 526,36)	(5 327,86)
	(26 526,36)	**(5 327,86)**

As empresas Transtejo e Soflusa são tributadas individualmente em sede de IRC não sendo aplicado o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou

suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

As empresas Transtejo e Soflusa encontram-se sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 Milhões € são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3% até aos 7,5 Milhões €, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 euros. Em resultado das sucessivas modificações ao Código do IRC, foi limitada a dedução dos prejuízos fiscais a 65% do lucro tributável a partir de 2023, e foram sendo alterados os períodos de reporte de prejuízos fiscais (ver quadro acima), sendo que a partir de 2023 deixou de haver limite temporal para a sua utilização.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as empresas Transtejo e Soflusa encontram-se sujeitas adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2022 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 61.416.254,62€ (2021: 57.343.504,06€). O Grupo não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

Prejuízos fiscais	2022	2021
Gerados no exercício de 2022	4 072 750,56	
Gerados no exercício de 2021	2 712 732,87	2 712 732,87
Gerados no exercício de 2019	11 612 536,94	11 612 536,94
Gerados no exercício de 2018	13 242 727,47	13 242 727,47
Gerados no exercício de 2017	10 020 870,21	10 020 870,21
Gerados no exercício de 2016	9 916 048,72	9 916 048,72
Gerados no exercício de 2015	7 037 145,65	7 037 145,65
Gerados no exercício de 2014	2 801 442,20	2 801 442,20
	61 416 254,62	**57 343 504,06**

g) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis:

O Grupo irá receber em 2023 o valor de 26.743.696,59€: i) Fundo Ambiental: 14.858.918,00€; ii) POSEUR – Agência Europeia para o Desenvolvimento: 11.716.683,29€; iii) Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente: 168.095,30€, referente aos protocolos celebrados para adaptação para transporte de bicicletas, promoção de mobilidade sustentável e renovação da frota.

Nos anos seguintes, a Transtejo irá receber o montante de 6.350.260,00€ do Fundo Ambiental referentes ao protocolo de renovação da frota.

Documento assinado digitalmente

18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	93 795 240,49	9 015 528,50	-	102 810 768,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes	-	-	-	-
Fornecedores	141 657,45	-	-	141 657,45
Outras contas a pagar	9 396 493,20	-	-	9 396 493,20
Diferimentos	62 589 899,79	6 350 260,00	-	68 940 159,79
	165 923 290,93	15 365 788,50	-	181 289 079,43

Documento assinado digitalmente

31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos não correntes				
Empréstimos Obtidos	89 163 734,17	13 647 034,82	-	102 810 768,99
Outros passivos não correntes	-	-	-	-
Financiamento obtidos correntes	-	-	-	-
Fornecedores	70 063,40	-	-	70 063,40
Outras contas a pagar	9 324 958,09	-	-	9 324 958,09
Diferimentos	42 812 161,25	16 147 726,00	-	58 959 887,25
	141 370 916,91	29 794 760,82	-	171 165 677,73

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, correspondia, em 2022, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (4.631.506,32 €) e incluía o montante acumulado de 89.163.734,17 € transitado de 2021, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 680/21-SET de 28 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais) e nº 254/22-SET de 08 de março, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais).

Não obstante a ausência de resposta sobre os pedidos de diferimento da dívida (conforme exposto detalhadamente na Nota 7), a Transtejo reconheceu a dívida vencida no passivo de curto prazo, mantendo articulação com a DGTF e reforçando a necessidade de regularização desta situação – tendo, conforme explicado, obtido Despacho em 09 de maio de 2023 relativamente aos diferimentos que se encontravam pendentes a 31 de dezembro de 2022, aguardando-se desenvolvimentos da DGTF relativamente à operação de conversão ou regularização destes créditos.

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, correspondia, em 2021, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (6.581.123,01 €) e incluía o montante acumulado de 82.582.611,16 € transitado de 2020, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 680/21-SET de 28 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais) e nº 254/22-SET de 08 de março, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais).

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.15. Ações representativas do Capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Capital Social do Grupo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações e 41.605.017 ações, respetivamente, com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do Capital Social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

2022		2021	
Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
41 605 017	208 025 085	41 605 017	208 025 085

As ações representativas do Capital Social são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.17. Aumentos de Capital realizados no período

Em 2022 e 2021 não existiram aumentos de capital.

18.18. Outros instrumentos de Capital Próprio (património líquido) emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

Documento assinado digitalmente

	Resultados Transitados	Ajustamentos	Outras Variações Capital Próprio
1 de janeiro de 2021	**(286 041 923,38)**	**290 521,51**	**21 063 616,13**
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	-	(2 583 526,06)
Outros Ajustamentos		-	-
Aplicação de Resultado 2020	**38 372,61**	-	-
31 de dezembro de 2021	**(286 003 550,77)**	**290 521,51**	**18 480 090,07**
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-	(290 521,51)	-
Outros Ajustamentos			(2 866 761,39)
Aplicação de Resultado 2021	23 704,28	-	-
31 de dezembro de 2022	**(285 979 846,49)**	**-**	**15 613 328,68**

Património Líquido (Capital Próprio)

Em 31 de dezembro de 2022, o Património Líquido do Grupo encontra-se negativo em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Os ajustamentos de transição dizem respeito à alteração do referencial contabilístico (adoção do SNC-AP) no âmbito do qual os subsídios ao investimento foram reclassificados de Diferimentos, no Passivo, para Outras Variações no Património Líquido.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 29 de maio de 2023, os prejuízos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 foram transferidos integralmente para resultados transitados.

No final de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho n.º 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o relatório n.º 62/2021 da IGF referente à auditoria de seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações formuladas no relatório n. º1786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e ao Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 e 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA). Do montante de 730.331,36€ (acrescido de IVA), imputado ao Grupo Transtejo, corresponde à Transtejo apenas o montante de 625.534,35€ (acrescido de IVA).

O montante referido, correspondente à Transtejo, foi contabilizado na rubrica "outros credores" em 2020 e no final de 2022 permanece por regularizar, tendo já sido reforçados os contactos com a DGTF solicitando a apreciação deste assunto.

Documento assinado digitalmente

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Em 31 de dezembro de 2022, a Transtejo é detida a 100% pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças, sendo este o único acionista da Empresa.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

No final do exercício não existia relacionamento entre partes relacionadas

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Entidades com controlo conjunto								
Otlis, A.C.E.	-	-	-	-	-	-	368 205,86	6 217,68
Outras partes relacionadas								
APL - Administração do Porto de Lisboa	-	-	-	145 756,76	-	-	-	144 562,50
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	39 680,19	33 092,44	-	-	37 196,70	249,63
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	-	-	73 688,13	155 553,57	-	-	66 553,60	149 847,19
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	87 802,74	156,57	-	-	22 549,26	-
	-	-	**201 171,06**	**334 559,34**	-	-	**494 505,42**	**300 877,00**

Documento assinado digitalmente

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Entidades com controlo conjunto				
Otlis, A.C.E.	-	-	27 041,79	19 431,56
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	13 021,69	43 302,54	9 372,20	2 246,85
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	9 129,18	570,77	24 120,86	-
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	9 463,83	-	5 161,05	-

21 Relato por segmentos

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

Contrato de serviço público (CSP)

Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que vigorou pelo período de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Transtejo, do serviço público de transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, na ligação Lisboa – Barreiro nas ligações Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria.

Em 07 de outubro de 2020 foi celebrado um novo Contrato de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado (tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021), no qual foi contemplada a possibilidade de subcontratação, pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação Lisboa - Barreiro.

Nessa sequência, em 14 de julho de 2021, foi assinado, entre a Transtejo e a Soflusa, um sub-contrato de serviço público referente à concessão da exploração da referida ligação fluvial, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP (subcontrato):

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida no contrato;

Documento assinado digitalmente

- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Os efeitos financeiros deste contrato, reportados a 01 de janeiro de 2021, apresentam-se detalhadamente em ponto específico deste anexo (nota 14.1).

23.2. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2022 e 2021, é como segue:

		2022	2021
Conservação e reparação	i)	5 236 180,69	6 036 689,71
Trabalhos especializados	ii)	1 373 242,96	1 449 128,21
Vigilância e Segurança	iii)	1 048 958,25	992 491,12
Seguros	iv)	570 158,79	556 127,24
Rendas e alugueres	v)	434 145,88	376 206,75
Limpeza, Higiene e conforto	vi)	557 227,69	474 726,04
Eletricidade	vii)	298 000,80	185 034,80
Outros		508 486,24	440 633,55
Fornecimentos e serviços externos		**10 026 401,30**	**10 511 037,42**

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Contempla os gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota da Transtejo e os gastos com a manutenção da frota de navios da Soflusa, ao abrigo de contrato de gestão técnica (outsourcing de manutenção). Estas intervenções compreendem a manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações e infraestruturas marítimas, por montantes menos relevantes;

ii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões – certificados de navegabilidade), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultoria financeira e jurídica;

iii) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

iv) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante se refere à cobertura de riscos (ramo marítimo-cascos) relacionados com as 28 embarcações que compõem a frota patrimonial do Grupo;

v) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento de uma doca na margem sul (Doca 13) para parqueamento de navios da Transtejo e apoio às atividades de

manutenção. Contempla ainda o encargo com a licença da APL referente ao uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente ao pagamento à CP referente à taxa de concessão por ocupação e utilização do Terminal do Barreiro;

vi) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo – Salienta-se que nos anos 2022 e 2021 foram relevados nesta rubrica encargos associados às medidas de reforço de higienização de espaços e navios, decorrentes da mitigação e prevenção da propagação do Covid-19;

vii) **Eletricidade:** consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais). Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

23.3. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2022 e 2021, foram como segue:

	2022	2021
Remunerações		
Orgãos sociais	268 763,69	251 163,48
Pessoal	10 591 931,68	10 153 531,12
Sub-total	**10 860 695,37**	**10 404 694,60**
Encargos sobre remunerações	1 762 770,51	2 392 024,17
Seguros acidentes de trabalho	933 172,69	269 858,78
Custos ação social	102 326,80	-
Indemnizações	39 598,19	258 356,11
Outros gastos com pessoal	428 578,01	343 406,70
Sub-total	**3 266 446,20**	**3 263 645,76**
Gastos com o pessoal	**14 127 141,57**	**13 668 340,36**

Em 2022, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por um aumento das rubricas de remunerações ao pessoal, existindo, no entanto, variações menos relevantes em todas as restantes rubricas dos gastos com o pessoal.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2022 foi de 429 e em 2021 foi de 432, assinalando-se uma diminuição de 3 trabalhadores.

23.4. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2022 e 2021, é como segue:

	2022	2021
Outros gastos		
Impostos	55 685,96	57 917,25
Outros gastos	215 494,97	20 849,97
	271 180,93	**78 767,22**

Documento assinado digitalmente

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade, gastos com sinistros de navios (franquias), perdas em inventários e outros gastos, tais como quotizações e correções relativas a exercícios anteriores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandra Carvalho

Assinado de forma digital por Alexandra Carvalho
Dados: 2023.07.31 11:07:07 +01'00'

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Assinado por: **Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos**
Num. de Identificação: 09519723
Data: 2023.07.27 17:28:55+01'00'

CHAVE MÓVEL

Dr. Alexandre Miguel Santos

Assinado por: **JOSÉ MANUEL SANTINHO FAÍSCA**
Num. de Identificação: 06234659
Data: 2023.07.27 17:54:14+01'00'

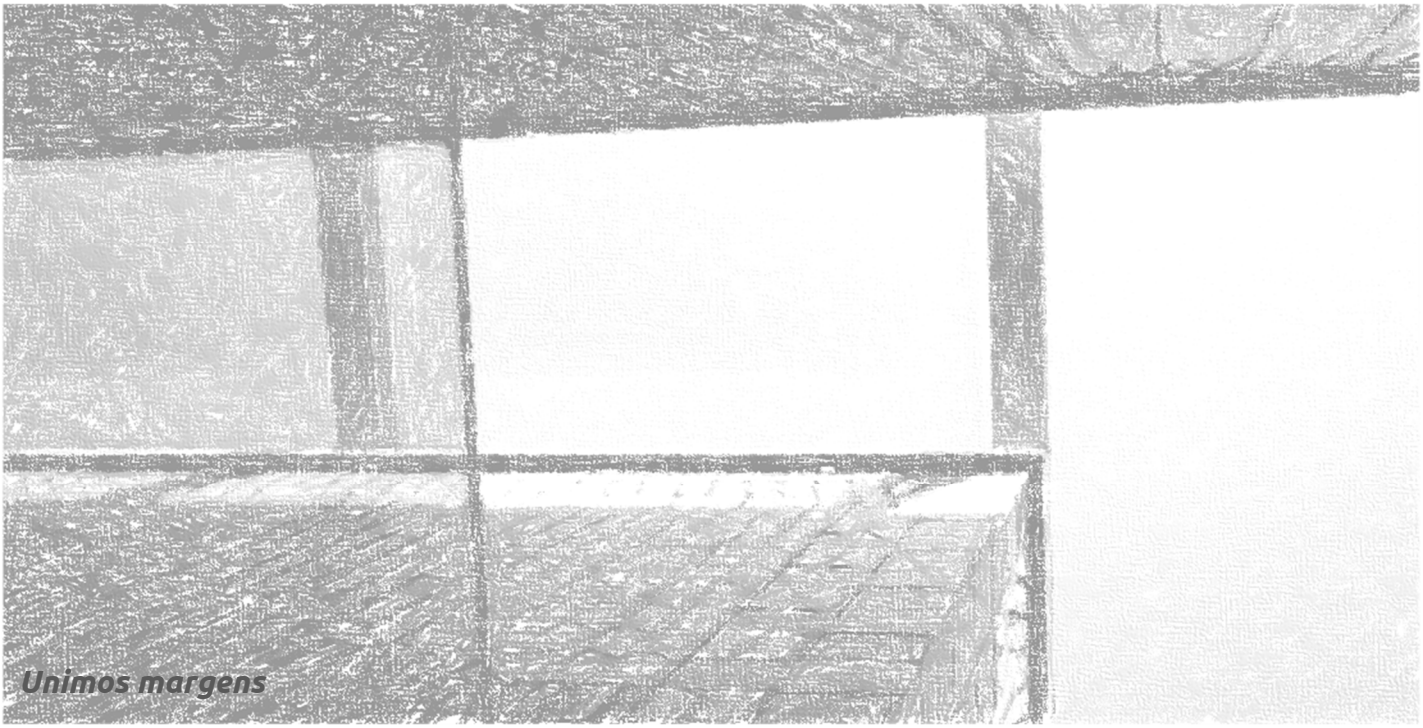
CARTÃO DE CIDADÃO

Eng.º José Manuel Santinho Faísca

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Assinado por: Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos
Identificação: BI09031171
Data: 2023-07-27 às 19:16:19



TRANSTEJO – Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2022- Contas Consolidadas

Demonstrações Orçamentais & Anexo às Demonstrações Orçamentais

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Documento assinado digitalmente

Demonstração Consolidada do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	2022	2021
	Saldo de gerência anterior		
	Operações orçamentais (1)	**13 422 203,47**	**12 140 765,05**
	Restituição do saldo por. Orçamentais		
	Operações de tesouraria (A)	(121 831,65)	6 529,28
	Receita corrente		
R1	**Receita Fiscal**	-	-
R1.1	Impostos Diretos	-	-
R1.2	Impostos Indiretos	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	88 798,29	1 021 349,08
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**15 924 626,76**	**17 131 833,59**
R5.1	**Transferências correntes**	**15 924 626,76**	**17 131 833,59**
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**15 898 147,38**	17 117 465,18
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	15 898 147,38	15 737 027,38
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	1 380 437,80
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-
R5.1.2	Exterior - U E	-	-
R5.1.3	Outras	26 479,38	14 368,41
R5.2	Subsídios correntes	-	-
R6	Venda de bens e serviços	22 963 169,70	19 611 058,55
R7	Outras Receitas Correntes	2 512 361,53	1 899 417,35
	Receita de Capital	-	-
R8	Venda de bens de investimento	-	-
R9	**Transferências e subsídios de capital**	**26 067 741,60**	9 583 056,48
R9.1	**Transferências de capital**	**26 067 741,60**	9 583 056,48
R9.1.1	**Administrações Públicas**	**25 567 678,00**	9 178 000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	25 567 678,00	9 178 000,00
R9.1.1.3	Segurança social	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-
R9.1.2	Exterior - U E	500 063,60	405 056,48
R9.1.3	Outras	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	268,34	2 135,59
	Receita efetiva (2)	**67 556 966,22**	**49 248 850,64**
	Receita não efetiva (3)	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-
R13	Receita com Passivos financeiros	-	-
	Soma (4)= (1)+(2)+(3)	**80 979 169,69**	**61 389 615,69**
	Operações de tesouraria (B)	218 510,25	379 526,33

Rubrica	Pagamentos	2022	2021
	Despesa corrente		
D1	Despesas com o pessoal	**13 590 876,31**	**13 124 158,53**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	9 248 891,88	8 324 355,38
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	1 768 414,22	2 320 115,80
D1.3	Segurança social	2 573 570,21	2 479 687,35
D2	Aquisição de bens e serviços	26 110 894,53	21 478 751,73
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	**Transferências e subsídios correntes**	**24 768,99**	**31 307,44**
D4.1	**Transferências correntes**	**24 768,99**	**31 307,44**
D4.1.1	**Administrações Públicas**	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-
D4.1.1.3	Segurança social	-	-
D4.1.1.4	Administração regional	-	-
D4.1.1.5	Administração local	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-
D4.1.3	Famílias	24 768,99	31 307,44
D4.1.4	Outras	-	-
D4.2	Subsídios correntes	-	-
D5	Outras Despesas Correntes	128 884,28	213 110,36
	Despesa de Capital	-	-
D6	Aquisição de bens de capital	12 805 989,83	13 120 084,16
D7	**Transferência e subsídios de capital**	-	-
D7.1	**Transferências de capital**	-	-
D7.1.1	**Administrações Públicas**	-	-
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-
D7.1.1.3	Segurança social	-	-
D7.1.1.4	Administração regional	-	-
D7.1.1.5	Administração local	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-
D7.1.3	Famílias	-	-
D7.1.4	Outras	-	-
D7.2	Subsídios de capital	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-
	Despesa efetiva (5)	**52 661 413,94**	**47 967 412,22**
	Despesa não efetiva (6)	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Soma (7) = (5)+(6)	**52 661 413,94**	**47 967 412,22**
	Operações de tesouraria (C)	171 489,98	518 975,08
	Saldo para a gerência seguinte	-	-
	Operações orçamentais (8)= (4)-(7)	133 640 583,63	109 357 027,91
	Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-(C)	(74 811,38)	(132 919,47)
	Saldo global (2)-(5)	**14 895 552,28**	**1 281 438,42**
	Despesa primária	52 661 413,94	47 967 412,22
	Saldo corrente	1 633 532,17	4 816 330,51
	Saldo de capital	13 262 020,11	(3 534 892,09)
	Saldo primário	14 895 552,28	1 281 438,42
	Receita total (1)+(2)+(3)	**80 979 169,69**	**61 389 615,69**
	Despesa total (5)+(6)	**52 661 413,94**	**47 967 412,22**

TRANSTEJO SOFLUSA

Documento assinado digitalmente

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

	Classificações orçamentais detalhadas	2022	2021
	Receita corrente		
R1	**Receita Fiscal**	**-**	**-**
R1.1	Impostos Diretos	-	-
R1.2	Impostos Indiretos	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	**88 798,29**	**1 021 349,08**
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**16 252 978,56**	**15 751 395,79**
R5.1	**Transferências correntes**	**16 252 978,56**	**15 737 027,38**
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**16 252 978,56**	**15 737 027,38**
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	15 898 147,38	15 737 027,38
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	328 351,80	-
R5.1.1.3	Segurança Social	26 479,38	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-
R5.1.2	Exterior - U E	-	-
R5.1.3	Outras	-	14 368,41
R5.2	Subsídios correntes	-	
R6	Venda de bens e serviços	25 971 866,64	22 302 276,67
R7	Outras Receitas Correntes	2 503 551,30	1 957 574,44
	Receita de capital		
R8	Venda de bens de investimento	-	-
R9	**Transferências e subsídios de capital**	26 067 741,60	9 988 112,96
R9.1	**Transferências de capital**	26 067 741,60	9 583 056,48
R9.1.1	**Administrações Públicas**	26 067 741,60	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	25 567 678,00	
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	500 063,60	9 178 000,00
R9.1.1.3	Segurança social	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-
R9.1.2	Exterior - U E	-	405 056,48
R9.1.3	Outras	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	268,34	2 135,59
	Receita efetiva (2)	**70 885 204,73**	**51 022 844,53**
	Receita não efetiva (3)	**-**	**-**
R12	Receita com ativos financeiros	-	-
R13	Receita com Passivos financeiros	-	-
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	13 422 203,47	12 140 765,05
	Total	**84 307 408,20**	**63 163 609,58**

	Classificações orçamentais detalhadas	2022	2021
	Despesa Corrente		
D1	**Despesas com o pessoal**	**14 003 581,64**	**13 636 849,67**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	9 469 288,03	8 595 863,22
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	1 773 232,37	2 361 207,57
D1.3	Segurança social	2 761 061,24	2 679 778,88
D2	Aquisição de bens e serviços	32 812 803,14	25 134 703,75
D3	Juros e outros encargos	-	-
D4	**Transferências e subsídios correntes**	**25 416,06**	**31 307,44**
D4.1	**Transferências correntes**	**25 416,06**	**31 307,44**
D4.1.1	Administrações Públicas	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-
D4.1.1.3	Segurança social	-	-
D4.1.1.4	Administração regional	-	-
D4.1.1.5	Administração local	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-
D4.1.3	Famílias	25 416,06	31 307,44
D4.1.4	Outras	-	-
D4.2	Subsídios correntes	-	-
D5	Outras Despesas Correntes	129 682,28	215 094,35
	Despesa de Capital		
D6	Aquisição de bens de capital	12 817 720,09	13 131 336,96
D7	**Transferência e subsídios de capital**	**-**	
D7.1	**Transferências de capital**	**-**	
D7.1.1	Administrações Públicas	-	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	
D7.1.1.3	Segurança social	-	
D7.1.1.4	Administração regional	-	
D7.1.1.5	Administração local	-	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	
D7.1.3	Famílias	-	
D7.1.4	Outras	-	
D7.2	Subsídios de capital	-	
D8	Outras despesas de capital	-	
	Despesa efetiva (5)	**59 789 203,21**	**52 149 292,17**
	Despesa não efetiva (6)	**-**	**-**
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-
	Total	**59 789 203,21**	**52 149 292,17**

Documento assinado digitalmente

Anexo às Demonstrações Orçamentais Consolidadas

A apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas é determinada pela aplicação do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, em cumprimento da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental e a apresentação.

Estas demonstrações orçamentais consolidadas foram preparadas com base nas demonstrações orçamentais de cada uma das sociedades que integram o Grupo Transtejo: Transtejo -Transportes Tejo, SA. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5871) e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5872). Neste sentido, as demonstrações orçamentais consolidadas apresentam a informação orçamental relativa a estas entidades como se de uma única entidade se tratasse, utilizando o método de consolidação simples.

As demonstrações orçamentais consolidadas, constituindo um complemento, e não um substituto, das demonstrações orçamentais individuais, são elaboradas após a realização das homogeneizações e das eliminações de operações orçamentais internas para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos efetuados no exercício.

Lisboa, 27 de julho de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandra Carvalho

Assinado de forma digital por Alexandra Carvalho
Dados: 2023.07.31 11:11:08 +01'00'

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Assinado por: **Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos**
Num. de Identificação: 09519723
Data: 2023.07.27 17:31:40+01'00'

Dr. Alexandre Miguel Santos

Assinado por: **JOSÉ MANUEL SANTINHO FAÍSCA**
Num. de Identificação: 06234659
Data: 2023.07.27 17:59:55+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Eng.º José Manuel Saninho Faísca

ADENDA

Substitui a informação apresentada na Tabela 77 - Gastos com Comunicações inserida no capítulo "Cumprimento das Orientações Legais", *no ponto 7.c) Despesas associadas a comunicações*", publicada na página 90 do Relatório de Gestão e Contas de 2022.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€) -2022		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	80,00	0,00	DSUE_01/06/2020
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	80,00	293,14	DSUE_01/06/2020
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	80,00	275,80	DSUE_01/06/2020
		568,94	

Substitui a informação apresentada no texto da alínea e) do ponto 7.3.6 - Estrutura Patrimonial publicada na página 63 do Relatório de Gestão e Contas de 2022.

e) Passivo Corrente. O aumento nesta rubrica de + 24.766 mil €, face ao valor 2021 reexpresso, resulta, maioritariamente, (i) do aumento de **Financiamentos Obtidos** no montante de +4.631,5 mil € refletindo o montante de juros em dívida à DGTF referentes aos financiamentos contratados, vencidos em maio e novembro de 2022, (ii) do aumento em diferimentos + 19.699 mil €, associados a subsídios ao investimento do Fundo Ambiental e do POSEUR relativos ao projeto de renovação da frota da Transtejo (iii) do saldo de Outras Contas a Pagar, no montante de +385 mil €, o qual inclui (+536 mil €), relativo a outros gastos por liquidar junto da participada Soflusa sendo 300 mil € pelo Afretamento de Navios e o restante respeitantes a receitas das atividades complementares.

Esta informação encontra-se devidamente assinada pelo Conselho de Administração em funções.

Dra. Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho
(Presidente)

Dr. Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos
(Vogal)

Eng.º José Manuel Santinho Faísca
(vogal)